

PARANORMALIDADE

UM CONHECIMENTO EXTRAORDINÁRIO

**Uma Nova Visão da Ciência sobre os
Inexplicáveis Poderes da Mente Humana**

Dra. Elizabeth Lloyd Mayer

Cultrix

**PARANORMALIDADE
UM CONHECIMENTO EXTRAORDINÁRIO**

Dra. Elizabeth Lloyd Mayer

PARANORMALIDADE
UM CONHECIMENTO EXTRAORDINÁRIO

Uma Nova Visão da Ciência Sobre os
Inexplicáveis Poderes da Mente Humana

Tradução
SANDRA COUTO



Editora
Cultrix
São Paulo

Título original: *Extraordinary Knowing*.

Copyright © 2007 Elizabeth Lloyd Mayer.

Publicado mediante acordo com The Bantam Dell Publishing Group, uma divisão da Random House, Inc.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou usada de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópias, gravações ou sistema de armazenamento em banco de dados, sem permissão por escrito, exceto nos casos de trechos curtos citados em resenhas críticas ou artigos de revistas.

A Editora Pensamento-Cultrix Ltda. não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados neste livro.

O relato de Patrick Casement no Capítulo 2 foi recontado e adaptado do livro *Learning from Life: Becoming a Psychoanalyst* (Londres: Routledge, 2006), com a gentil permissão do autor.

A foto na p. 150 de R. C. James é uma reimpressão da *Vision Science* de Stephen Palmer, com a gentil permissão da MIT Press.

Bantam Books e o colofão são marcas registradas da Random House, Inc.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mayer, Elizabeth Lloyd

Paranormalidade: Um conhecimento extraordinário / Uma Nova Visão da Ciência Sobre os Inexplicáveis Poderes da Mente Humana / Elizabeth Lloyd Mayer ; tradução Sandra Couto. — São Paulo: Cultrix, 2009.

Título original: *Extraordinary knowing*.

ISBN 978-85-316-1049-3

1. Cognição 2. Mente — Corpo 3. Parapsicologia 4. Subconsciente I.
Título.

09-06442 CDD-133.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Poder mental: Parapsicologia 133.8

O primeiro número à esquerda indica a edição, ou reedição, desta obra. A

primeira dezena à direita indica o ano em que esta edição, ou reedição, foi publicada.

Edição	Ano
1-2-3-4-5-6-7-8-9	09-10-11-12-13-14-15-16-17

Direitos de tradução para o Brasil
adquiridos com exclusividade pela
EDITORA PENSAMENTO-CULTRIX LTDA.
Rua Dr. Mário Vicente, 368 — 04270-000 — São Paulo, SP
Fone: 2066-9000 — Fax: 2066-9008
E-mail: pensamento@cultrix.com.br
<http://www.pensamento-cultrix.com.br>
que se reserva a propriedade literária desta tradução.

Contracapa

Pressentimentos, intuição, premonições, instinto - todos nós já passamos pela experiência de saber algo que de outro modo não tínhamos como saber. Frequentemente dizemos que foi apenas coincidência, mas não seria algo mais? De onde vem esse conhecimento? Experiências desse tipo podem ser explicadas racionalmente?

Em 1991, quando a harpa rara e entalhada à mão que pertencia à sua filha foi roubada, o mundo familiar da ciência e do pensamento racional de Lisby Mayer virou pelo avesso. Depois que a polícia desistiu de encontrar qualquer pista, uma amiga lhe sugeriu procurar um rãdomante - um especialista em encontrar objetos perdidos. Como não tinha nada a perder - e quase por brincadeira -, a dra. Mayer concordou. Dois dias mais tarde, sem sair de sua casa no Arkansas, o rãdomante informou as coordenadas exatas da rua em São Francisco, Califórnia, onde a harpa se encontrava.

Profundamente abalada, mas decidida a entender o que havia acontecido, Lisby deu início à jornada de quatorze anos de descobertas que ela narra neste livro inspirador e extremamente agradável de se ler. Sua primeira surpresa: dezenas de colegas vinham passando, em segredo, por experiências semelhantes, receosos de serem rotulados de crédulos ou loucos.

Paranormalidade: Um Conhecimento Extraordinário é uma tentativa de romper o silêncio imposto pelo medo e investigar o que a ciência tem a dizer sobre esses e inúmeros outros fenômenos "inexplicáveis". Dos textos de Sigmund Freud sobre telepatia às experiências secretas da CIA com visão remota, da avançada neurociência ao estranho mundo da física quântica, o trabalho da dra. Mayer revela uma pesquisa fascinante e digna de crédito acerca do plano onde a mente parece ultrapassar as leis da natureza.

Ela não nos pede para acreditar. Em vez disso, oferece-nos um livro profundamente intrigante e otimista, com implicações de longo alcance não só para a investigação científica, mas também para o modo como vivemos no mundo.

Orelhas

Conhecida como Lisby por seus muitos amigos e colegas, Elizabeth Lloyd Mayer foi aclamada internacionalmente como psicanalista, clínica e pesquisadora, além de autora de trabalhos inovadores sobre o desenvolvimento feminino, intuição e a natureza da ciência.

Formada pela Radcliffe College, doutorou-se na Universidade de Stanford e graduou-se no San Francisco Psychoanalytic Institute. Foi também membro do International Consciousness Research Laboratories, em Princeton, e do corpo docente de pesquisa do Institute for Health and Healing, do California Pacific Medical Center. Manteve consultório particular em Berkeley durante 30 anos.

A dra. Mayer participou de equipes editoriais de muitas das principais publicações em seu campo, incluindo o Journal of the American Psychoanalytic Association, International Journal of Psychoanalysis, Gender and Psychoanalysis, The Psychoanalytic Quarterly e Contemporary Psychoanalysis. Ela foi a primeira vencedora do prestigioso Menninger Award, conferido pela American Psychoanalytic Association.

Contralto envolvida por um longo tempo com música erudita e com o folclore tradicional, foi fundadora do California Revels e sua diretora artística por muitos anos. Mãe de duas meninas, foi também produtora de uma premiada série de vídeos sobre educação musical para crianças, além de ser eleita Mulher do Ano em Artes e Cultura de Alameda County, em 1995.

A dra. Mayer faleceu no dia 1º de janeiro de 2005

"Este livro importante, transformador de paradigmas, narra maravilhosamente histórias de conhecimento extraordinário e lança um desafio para a ciência como a conhecemos: ajudar-nos a respeitar e compreender a verdadeira natureza dessas experiências."

- Dr. Andrew Newberg, medico e autor de Why God Won't Go Away

"Uma notável jornada de descobertas, que alia experiências pessoais e experimentos científicos, revelando e eliminando tabus. Mayer tem uma capacidade ímpar de combinar erudição e sofisticação com vigor e

curiosidade."

- Dr. Rupert Sheldrake, autor de *A Sensação de Estar Sendo Observado*,
O Renascimento da Natureza e Sete Experimentos que Podem
Mudar o Mundo, publicados pela Editora Cultrix

"Paranormalidade: Um Conhecimento Extraordinário derruba os muros da fortaleza do intelecto frio e lógico. No conteúdo deste livro, encontramos provas excitantes e irrefutáveis de que o que chamamos de 'realidade' é muito mais mágico e estimulante do que jamais sonhamos. Que livro fabuloso!"

- Dra. Christiane Northrup,
médica ginecologista e autora
de vários best-sellers

"Um olhar fascinante para o poder da percepção não localizada para transcender os limites da mente linear. A dra. Mayer escreve com ardorosa inteligência e sentimento de assombro pelo mágico."

- Dra. Judith Orloff, médica e autora de *Positive Energy*

"Uma narrativa cativante, surpreendente e convincente. O trabalho de Mayer encerra a promessa de possibilitar um novo nível de diálogo entre os planos da ciência e do espírito."

- Dr. Huston Smith, autor de *As Religiões do Mundo*,
A Alma do Cristianismo e Por que a Religião é Importante,
publicados pela Editora Cultrix

"Este livro importante, transformador de paradigmas, narra maravilhosamente histórias de conhecimento extraordinário e lança um desafio para a ciência como a conhecemos: ajudar-nos a respeitar e compreender a verdadeira natureza dessas experiências."

- Dr. Andrew Newberg, médico e autor de *Why God Won't Go Away*

"Uma notável jornada de descobertas, que alia experiências pessoais e experimentos científicos, revelando e eliminando tabus. Mayer tem uma capacidade ímpar de combinar erudição e sofisticação com vigor e curiosidade."

- Dr. Rupert Sheldrake, autor de A Sensação de Estar Sendo Observado, O Renascimento da Natureza e Sete Experimentos que Podem Mudar o Mundo, publicados pela Editora Cultrix

"Paranormalidade: Um Conhecimento Extraordinário derruba os muros da fortaleza do intelecto frio e lógico . No conteúdo deste livro, encontramos provas excitantes e irrefutáveis de que o que chamamos de 'realidade' é muito mais mágico e estimulante do que jamais sonhamos. Que livro fabuloso!"

- Dra. Christiane Northrup,
médica ginecologista e autora
de vários best-sellers

"Um olhar fascinante para o poder da percepção não localizada para transcender os limites da mente linear. A dra. Mayer escreve com ardorosa inteligência e sentimento de assombro pelo mágico."

- Dra. Judith Orloff, médica e autora de Positive Energy

"Uma narrativa cativante, surpreendente e convincente. O trabalho de Mayer encerra a promessa de possibilitar um novo nível de diálogo entre os planos da ciência e do espírito."

- Dr. Huston Smith, autor de As Religiões do Mundo,
A Alma do Cristianismo e Por que a Religião é Importante,
publicados pela Editora Cultrix

SUMÁRIO

Prefácio de Freeman Dyson

Prefácio de Carol Gilligan

1 A Harpa que Voltou:

Minha Jornada Começa

2 O Conhecimento Privado Vem a Público

Rompimento do Silêncio

3 A Negação do Extraordinário

Custo Pessoal e Consequências Públicas

4 Estados Mentais:

Conhecimento que Não Parece Conhecimento

5 Inteligência Intuitiva:

A Arte e a Ciência da União

6 Início e Interrupção do Diálogo:

A Estranha História da Pesquisa sobre Paranormalidade

7 Meteoritos na Lixeira:

Ciência, Medo e Ansiedade

8 Olhos da Noite:

Aprenda a Conviver com o Paradoxo

9 Avaliação do Poder da Prece:

Deus Faz Parte da Equação?

10 Ouvir com Atenção:

Sintonia com os Sonhos e a Telepatia

11 Três Segundos no Futuro:

A Nova Ciência do Inconsciente

12 Incerteza Quântica:
Um Modelo Eficaz de Realidade

Epílogo: Começar de Novo
O Desafio do Extraordinário

Agradecimentos

Notas

PREFÁCIO (de Freeman Dyson)

Institute for Advanced Study,
Princeton, Newjersey

Este livro se inicia com uma história extraordinária a respeito de uma harpa — uma história como milhares de outras, em que alguém sabe de algo sem que esse conhecimento tenha passado por qualquer das vias normais de aquisição. Esse tipo de conhecimento extraordinário é comumente chamado de percepção extrassensorial, ou PES. Como sou cientista, a história me coloca numa posição difícil. Como cientista não acredito na história, mas, como ser humano, eu quero acreditar. Como cientista, não acredito em nada que não se baseie em provas concretas. Como cientista, tenho de levar em consideração que Elizabeth Mayer e Harold McCoy talvez tenham inventado a história ou se iludido ao acreditar nela. Os cientistas consideram histórias como essa “relatos de casos”, o que significa que não têm comprovação científica.

Por outro lado, como ser humano eu considero a história convincente. Impressiona-me o fato de que a própria Elizabeth Mayer é cientista e normalmente se mostraria cética em relação a esse tipo de relato sem fundamentação científica. Ela entende por que a maioria dos cientistas não dá crédito à sua história. Anseia manter um diálogo amigável entre os céticos e os que acreditam na PES. Ela se sente mais perto, de muitas maneiras, dos céticos. Mas não pode se dar ao luxo de não acreditar na história da harpa porque aconteceu com ela e sabe que é verdadeira. Estou convencido, não pela história em si, mas pelo modo que Elizabeth retrata a si mesma como uma cientista defrontando um mistério que a ciência ortodoxa não pode compreender.

A maior parte deste livro descreve a história das pesquisas sobre PES, das quais uma parte se baseia em relatos de casos e outra, em experimentos científicos. A Society for Psychical Research, com filiais na Inglaterra e na América do Norte, tem sido a principal coletora e fonte de publicações sobre relatos de casos. A sociedade tem estado ativa há mais

de um século, publicando grande número de histórias bem-documentadas em suas publicações e no famoso livro *Phantasms of the Living*. Fantasma de um vivo é um episódio em que a pessoa A, num momento de crise ou perigo extremo, é vista pela pessoa B a centenas de quilômetros de distância. A sociedade documentou esses episódios com depoimentos das pessoas A e B, registrados o mais cedo possível depois dos acontecimentos. As evidências têm qualidade bastante desigual e todas apresentam caráter não científico.

As investigações científicas sobre a PES têm sido feitas com obstinada determinação durante longos períodos, inicialmente por Joseph Rhine, da Duke University, depois por Harold Puthoff, no Stanford Research Institute, e recentemente por muitos outros grupos. A história desses esforços é obscura, em parte porque havia acusações de fraude no laboratório de Rhine e em parte porque muito do trabalho de Puthoff foi patrocinado pela CIA (Central Intelligence Agency) e realizado sob sigilo. Elizabeth Mayer nos dá o relato mais claro da pesquisa sobre PES que já encontrei, com uma excelente bibliografia de documentos relevantes. Os resultados das investigações científicas revelaram-se desapontadores. Os investigadores afirmaram dispor de provas concretas e estatisticamente significativas da PES, mas os resultados positivos eram sempre marginais, volumosos o bastante para serem estatisticamente relevantes, mas não o suficiente para convencer um crítico cético.

Há três posições possíveis que se podem adotar em relação às evidências da PES. A primeira é a dos cientistas ortodoxos, que acreditam que a PES não existe. A segunda é a dos verdadeiros crentes, que acreditam que a PES é real e sua existência pode ser provada por meio de métodos científicos. A terceira, a minha, é a dos que acreditam que a PES é real, como os relatos de casos sugerem, mas não podem ser provados com as inadequadas ferramentas da ciência. Essas posições também implicam diferentes visões do próprio âmbito da ciência. Se se acreditar, como muitos dos meus colegas cientistas, que o campo da ciência é ilimitado, então a ciência pode, em última análise, explicar tudo o que há no universo e a PES ou é cientificamente explicável ou não existe. Se se acreditar, como eu, que a PES existe, mas não é cientificamente verificável, deve-se acreditar que o campo da ciência é limitado. Eu proponho, como hipótese de trabalho, que a PES é real, mas pertence a um universo mental demasiado fluido e evanescente para caber dentro dos

rígidos protocolos da experiência cientificamente controlada. Não quero dizer que essa hipótese seja a verdadeira. Quero dizer apenas que é coerente com as evidências e merecedora de consideração.

Pediram-me para escrever este prefácio porque eu publiquei, no *The New York Review of Books*, a resenha de um livro sobre PES com o título *Debunked!*, de Georges Charpak e Henri Broch. Elizabeth Mayer leu a minha resenha e mencionou-a no Capítulo 12 do seu livro. Na minha resenha eu afirmei que a PES só ocorre, de acordo com os relatos de casos, quando a pessoa está passando por stress intenso e emoções fortes. Sob as condições do experimento cientificamente controlado, stress intenso e emoções fortes são excluídos; a pessoa fica mais entediada que entusiasmada e assim as evidências da PES desaparecem. É por isso que escrevi que a investigação científica da PES fracassa. O experimento exclui necessariamente as emoções humanas que tornam a PES possível.

Depois que a minha resenha foi publicada, recebi inúmeras cartas raivosas em resposta. Os cientistas ortodoxos estavam zangados porque eu disse que a PES pode ser real. Aqueles que realmente acreditavam na PES estavam zangados porque eu disse que ela não pode ser cientificamente comprovada.

O que mais me agrada em Elizabeth Mayer é o seu empenho em manter, por meio deste livro, um diálogo produtivo e amigável entre crentes e céticos. Estou feliz que ela e eu possamos discordar e continuarmos amigos.

PREFÁCIO (Carol Gilligan)

Eu me encontrei com Lisby pela primeira vez para ouvir uma história sobre conhecimento extraordinário — a história que ela conta no primeiro capítulo deste livro. Determinada a nos reunir, uma amiga comum, que trabalha no teatro, marcou a hora e o lugar: um café em Harvard Square. Eu a fitava do outro lado da pequena mesa de madeira, por sobre as xícaras de café, cubinhos de açúcar amontoados ao lado do prato dela, seu rosto iluminado, os olhos perscrutando os meus com ansiedade. A nossa amizade dependia dessa conversa.

A harpa da filha havia desaparecido em Oakland, Califórnia. Como último recurso, Lisby telefonou para um rbdomante do Arkansas. Ao contar a resposta dele, ela reproduziu seu sotaque, seu modo lento de falar, típico das pessoas do campo. Tudo de que ele precisou foi um mapa da cidade e a sua varinha de rbdomante. Nada havia de inusitado nisso. O que jazia no campo do conhecimento extraordinário para um, para outro era um fato comum. Nada de mais.

Eu tivera a experiência muitas vezes — pensar em alguém com quem não tinha contato havia anos e então a pessoa me telefonava, saber alguma coisa sem nenhuma explicação de como eu sabia. Ter um conhecimento visceral, saber intuitivamente, saber de uma maneira que desafia a concepção longamente estabelecida de sermos todos separados e a impossibilidade de ler outras mentes. Saber por meio da *conexidade* — a palavra que nos uniria, construindo uma ponte entre o trabalho de Lisby e o meu. É desse modo que as crianças sabem. E depois, quando a conexidade é rompida ou reduzida ou afastada, elas deixam de saber.

Na vez seguinte em que fui a San Francisco, passei uma tarde com Lisby, sentada em seu jardim. Ela queria falar sobre Erik Erikson, outro elo entre nós. Queria conversar sobre as suposições que fazemos sobre nós mesmos e o universo em que vivemos. Queria tratar de psicanálise, física, música, empatia, o teorema de Bell, ação (aparentemente) a distância, como a influência da lua sobre as marés. Tínhamos muitas experiências em comum, que iam desde a nossa fascinação pelas inversões de primeiro plano da psicologia da Gestalt até a educação dos filhos e a administração da casa. As nossas conversas se estenderam ao longo dos anos, com os

nossos encontros em Cambridge, Berkeley, Vermont e Bershires. A nossa amizade se ampliou, passando a incluir as famílias, voltando sempre à questão: o que acontece quando se muda a maneira de pensar? Quando se examinam acontecimentos aparentemente extraordinários sob uma nova ótica?

Nós organizamos um grupo de estudos nas reuniões de psicanálise, apresentamos um seminário em Elarvard, participamos de conferências, coordenamos um *workshop* de redação para os alunos de Radcliffe, num sábado. Eu vi Lisby encher de vida todos os lugares onde entrou, convidando ao entusiasmo, dando boas-vindas ao ceticismo, com extraordinária generosidade e uma curiosidade sem limites.

“Inelutável modalidade do visível”, Joyce escreveu. Para Lisby, limites e fronteiras podiam ser enganadores. Ela era atraída por aqueles cuja visão desafiava a percepção: paranormais, jogadores que sabiam que cartas os adversários tinham nas mãos, cirurgiões guiados por uma luz branca. Eu jamais havia me interessado pela PES, mas fascinava-me o que as pessoas sabem, atraía-me o conhecimento que parecia extraordinário. No nosso grupo de estudos, convidamos psicanalistas para compartilharem essas experiências.

Em inúmeras oportunidades os analistas se apresentaram, frequentemente com timidez, algumas vezes receosos, para descrever incidentes em que eles ou seus pacientes sabiam algo sem que pudessem justificar. A questão da explicação se tornou premente. Ao mesmo tempo, eu estava impressionada com os julgamentos que cercavam as revelações deles e com a intensidade da emoção provocada por aquelas conversas, como se estivéssemos quebrando um tabu.

Este livro é um convite para refletir junto com Lisby sobre os inexplicáveis poderes da mente humana. Para nos abirmos à possibilidade, como Hamlet diz a seu amigo Horácio, de que “haja mais mistérios entre o Céu e a Terra do que sonha a nossa vã filosofia”. A visão é ao mesmo tempo maravilhosa e assustadora: “Uma vez que abrimos a porta para anomalias no plano mental, quem sabe quais serão as regras?... As mentes podem tocar-se de uma maneira que transcenda (os limites de) mente e espaço do modo como os entendemos?... E se a percepção que agora rotulamos de extrassensorial... puder ser confiavelmente treinada para aprofundar o conhecimento comum que as pessoas têm umas sobre as outras, estendendo a nossa capacidade de empatia e compreensão?... E se

levarmos possibilidades como essa a sério — sério o bastante para sujeitá-las ao nosso melhor escrutínio científico?” Este é um livro que se encerra com essas questões.

No final do nosso primeiro encontro, Lisby me entregou dois cartões. Um a identificava como psicanalista e o outro, como diretora do San Francisco Bay Revels. Os Christmas Revels, que começaram em Cambridge e foram levados por ela para a costa oeste, são uma celebração do solstício de inverno, o dia mais escuro do ano, o momento em que a Terra vira as costas para a luz. *Experiências Reais sobre um Conhecimento Extraordinário*, escrito por alguém com um pé na arte e outro na ciência, capta a esperança comum a ambas: de encontrar luz na escuridão. Eu apanhei os dois cartões de Lisby e os guardei na minha carteira.

Carol Gilligan é autora e professora universitária da New York University.

1. A Harpa que Voltou: Minha jornada começa

Em dezembro de 1991, a harpa da minha filha foi roubada; nós a recuperamos. Mas a recuperamos de um modo que mudou definitivamente o meu mundo tão familiar da ciência e do pensamento racional. Mudou o meu modo de viver no mundo e a maneira como eu o percebo e tento entendê-lo.

Este livro trata do que descobri quando tentei explicar o episódio com a harpa. Deparei-me com imensas e desconcertantes questões sobre o mundo tal como o conhecemos, as quais têm importância fundamental não apenas para a ciência como também para o modo como vivemos o dia a dia. Este livro trata dessas questões e de algumas das respostas surpreendentes que encontrei ao longo do processo.

Em 1991 eu lecionava no Departamento de Psicologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e no University Medical Center, em San Francisco. Na época eu estava pesquisando o desenvolvimento feminino e atendendo pacientes no meu consultório de psicanálise. Era membro de numerosas associações profissionais, prestava serviço comunitário, comparecia a congressos internacionais, trabalhava em comitês editoriais e ministrava palestras pelo país inteiro. Era também analista de treinamento e supervisão na American Psychoanalytic Association. Estava sempre ocupada e me sentia realizada, a vida seguindo seu curso habitual.

Minha filha de 11 anos, Meg, que era apaixonada por harpa desde os 6, começara a se apresentar em audições. Ela não tocava a harpa clássica de pedais, mas sim uma menor, um instrumento extremamente valioso, construído e entalhado por um mestre *luthier*. Depois de um concerto de Natal, a harpa da minha filha foi roubada do teatro onde aconteceu o recital. Durante dois meses, nós exploramos todas as vias concebíveis, na tentativa de localizar o instrumento: polícia, vendedores de instrumentos musicais de todo o país, publicações da American Elarp Society — até mesmo um jornal da TV CBS. Nada.

Por fim, uma amiga sábia e devotada me aconselhou: “Se realmente quer a harpa de volta, é melhor você tentar de tudo. Experimente consultar um rbdomante.” A única coisa que eu sabia acerca de rbdomantes era que eles eram um tipo estranho de pessoa que localizava água subterrânea

com uma varinha de madeira. Mas, segundo minha amiga, os rbdomantes “bons de verdade” podem localizar não apenas água como também objetos perdidos.

Encontrar objetos perdidos *com uma varinha de madeira*? Bem, a polícia não estava avançando nada e minha filha, mal-acostumada por trabalhar durante anos com um instrumento extraordinário, estava achando as diversas harpas comuns que alugávamos simplesmente impossíveis de tocar. Então, um tanto constrangida, mas desesperada, resolvi aceitar o desafio da minha amiga e lhe pedi para encontrar um rbdomante bom de verdade — “o melhor”, enfatizei. Ela prontamente ligou para a American Society of Dowsers e obteve o telefone do então presidente da sociedade: Harold McCoy, em Fayetteville, Arkansas.¹

Liguei para ele naquele mesmo dia. Harold atendeu — amável, alegre, com um pesado sotaque do Arkansas. Informei-lhe que nos fora roubada uma harpa valiosa em Oakland, Califórnia e indaguei se poderia ajudar-nos a recuperá-la.

“Só um segundo”, ele respondeu. “Vou ver se ainda está em Oakland.” Fez uma pausa e prosseguiu: “Bem, ainda está lá. Mande para mim um mapa da cidade e eu localizarei a harpa para a senhora”. Embora cética, imediatamente lhe mandei um mapa pelo correio — afinal de contas, o que eu tinha a perder? Dois dias depois ele me telefonou.

“Bem, eu localizei a harpa”, anunciou. “Está na segunda casa do lado direito da rua D, pouco depois da avenida L.”

Eu nunca tinha ouvido falar dessa rua, nem da avenida. Mas gostei do som da voz daquele homem — quem quer que ele fosse. E não é do meu feitio recuar diante de um desafio. Por que não dar uma passada pela casa indicada? De qualquer modo, eu conseguira um endereço. Procurei no mapa de Oakland e encontrei o bairro. Ficava a quilômetros de distância de qualquer lugar onde eu já estivera. Entrei no carro, dirigi até Oakland, vi a casa, anotei o número, liguei para a polícia e informei que conseguira uma pista de que a harpa poderia estar naquela casa. Não bastava para um mandado de busca, disseram-me. Eles iam encerrar o caso — era impossível que aquele artigo especial, portátil e altamente comerciável já não tivesse sido vendido; estava perdido para sempre.

Mas eu descobri que não podia aceitar esse fato. Teria sido o desafio? Teria sido a minha admiração pela minha amiga que instigara a minha reação? Ou o desconsolo da minha filha? Ou seria por que eu gostara

sinceramente do som daquela voz do outro lado da linha?

Resolvi distribuir folhetos num raio de dois quarteirões ao redor da casa, oferecendo uma recompensa pela devolução da harpa. Era uma ideia maluca, mas por que não? Distribuí folhetos apenas naqueles quarteirões. Sentia-me constrangida demais pelo que estava fazendo e só contei o fato para alguns poucos amigos mais íntimos.

Três dias depois, meu telefone tocou. Uma voz masculina me disse que encontrara um folheto perto de sua casa falando sobre uma harpa roubada. Ele disse que se tratava exatamente da harpa que seu vizinho ao lado havia recentemente obtido e lhe mostrado. Ele não me diria o nome nem me daria o número do vizinho, mas se ofereceu para conseguir a harpa e devolvê-la para mim. E, duas semanas mais tarde, depois de uma série tortuosa de chamadas telefônicas, deu-me instruções para me encontrar, às dez da noite, com um adolescente no estacionamento dos fundos de um supermercado, que fica aberto 24 horas. Eu cheguei e avistei um rapaz vagando por ah. *Ele* olhou para mim e indagou: “A harpa?” Eu assenti com a cabeça. Minutos depois, o instrumento estava dentro da minha caminhonete e eu fui embora.

Vinte e cinco minutos depois, quando entrava na garagem de casa, pensei: “*Isso muda tudo.*”

Eu estava certa. A harpa mudou meu modo de trabalhar como terapeuta e como psicanalista. Mudou a natureza das pesquisas que empreendi. Mudou o meu senso do que é comum e do que é extraordinário. Acima de tudo, mudou meu senso relativamente estabelecido, relativamente satisfeito e relativamente seguro sobre o sentido do mundo. Se Harold McCoy havia mesmo feito o que parecia ter feito, eu precisava encarar o fato de que os meus conceitos de espaço, tempo, realidade e natureza da mente humana eram espantosamente inadequados. Por mais perturbadora que fosse, essa constatação também era algo intrigante e mesmo excitante.

Nos meses seguintes passei muitas noites em claro, debatendo comigo mesma. Acordava regularmente às três da manhã, certa de que, com um pouco mais de esforço, um pouco mais de raciocínio objetivo, chegaria a uma explicação confortavelmente racional sobre o modo como a harpa voltara para o seu lugar, na sala da nossa casa. Por fim, um amigo meu,

professor de estatística de Berkeley, ouviu o meu discurso exaltado e contraditório e replicou, exasperado:

“*Supere* isso e durma um pouco, Lisby. Como estatístico, posso garantir que as probabilidades de a raldomancia funcionar são muito maiores do que as probabilidades de tudo ter sido apenas coincidência.”

Percebi que estava na hora de pensar sobre o que aconteceria se eu começasse a levar a sério todo o episódio. “E se”, comecei a indagar. E se eu parasse de buscar explicações e, em vez disso, tentasse descobrir de que modo um raldomante, pelo telefone e a uma distância de mais de três mil quilômetros, conseguiu determinar a localização exata da harpa que me fora roubada dentro da vasta área metropolitana da Baía de San Francisco?

Então passei a investigar provas científicas da raldomancia, o que rapidamente me levou a relatos de algumas das mentes científicas mais respeitáveis acerca de todo o tipo de fenômenos anômalos possivelmente relacionados. Eu estava descobrindo um novo, vasto e estranho território de pesquisa sobre interações anômalas entre mente e matéria — interações entre mente e matéria que simplesmente não são abarcadas pelo que chamamos de ciência normal.

É claro que também descobri que o mundo das anomalias mente-matéria está abarrotado de pesquisas de má qualidade, esquisitas, baseadas em questões que não são nem particularmente interessantes nem dotadas de fundamentos científicos sólidos, muito menos de metodologia ou raciocínio científico. Entretanto, à medida que eu me aprofundava, o que mais me impressionava era o considerável volume de pesquisas bem conduzidas, cientificamente impecáveis, que propunham questões relevantes a qualquer um que se interessasse por entender o mundo do ponto de vista científico ocidental. Comecei a indagar: por que toda aquela excelente pesquisa fora ignorada e suas conclusões, postas de lado?

Semanas depois de eu publicar minha primeira tentativa de explorar as anomalias mente-matéria, um médico que eu mal conhecia se aproximou de mim num congresso. Ele havia lido o meu artigo e queria contar-me uma coisa. Narrou-me sua história em detalhes. Vinte anos antes, recebera um diagnóstico de câncer ósseo fatal e ficara profundamente deprimido. Sendo um corredor de maratonas, só encontrava alívio em seu desespero quando corria. Numa manhã bem cedo, quando corria já havia duas horas, foi subitamente tomado pelo que descreveu como “uma sensação de luz — clara, suave, como se a luz penetrasse nos meus ossos, como se a luz e o ar

se injetassem em cada osso. Eu a vi — a luz penetrando os ossos até a medula”.

Na semana seguinte seus exames de raio X não mostraram nenhuma doença. “Eu jamais contei a nenhum colega”, confidenciou. “Contei à minha esposa quando aconteceu — e a ninguém mais. A luz expulsou as células cancerosas. Não sei como, mas sei que o fez.”

À medida que o meu novo interesse chegava ao conhecimento de todos, meus colegas médicos e psicanalistas desataram a contar-me inúmeros casos de suas próprias experiências extraordinárias, tanto pessoais quanto clínicas. As histórias que me confidenciavam, assim como a daquele médico, raramente eram relatadas a qualquer outro colega. Seus relatos — por *e-mail*, correio, em conferências, seminários, nos corredores ou em jantares — faziam tão pouco sentido para mim quanto para eles mesmos. Todas as histórias envolviam saber coisas de um modo bizarramente inexplicável:

“A minha paciente entrou e de pronto eu soube que sua mãe falecera — sem nada que indicasse o fato: eu simplesmente soube.”

“Acordei no meio da noite como se tivesse ouvido um tiro; no dia seguinte descobri que foi exatamente no momento em que a minha paciente apanhou um revólver e tentou se matar.”

“De repente senti que havia acontecido alguma coisa com o filho do meu sócio. Eu lhe telefonei; o meu pressentimento deixou-o preocupado o bastante para tentar entrar em contato com o filho. O rapaz se envolvera num grave acidente com o carro e meu sócio chegou ao hospital exatamente na hora de autorizar a cirurgia que provavelmente lhe salvou a vida.”

Eu estava particularmente fascinada com o entusiasmo com que meus colegas me contavam mesmo as suas mais estranhas histórias pessoais. Esse entusiasmo me intrigou até eu me aperceber do quanto as pessoas desejavam reintegrar experiências que não revelavam em sua vida pública por medo de que não acreditassem nelas.

“Eu estava num ônibus e de repente senti o perfume que a ex-esposa do meu irmão costumava usar. Quando o ônibus parou no ponto seguinte ela entrou. Eu não sentia aquele perfume nem encontrava minha ex-cunhada fazia uns 30 anos.”

“Durante a nossa lua de mel, meu marido e eu ficamos apaixonados por uma casa em Londres — que se destacava do outro lado de um parque.

Quatorze anos mais tarde, morando em Boston, eu acordei certo dia e pensei que talvez pudesse comprá-la. Entrei em contato com uma corretora de imóveis de Londres e pedi-lhe para verificar o endereço correto e se estava à venda. Uma loucura! Mas ela fez exatamente o que pedi. O homem que morava na casa havia acabado de falecer. Ainda nem tinham colocado a placa de ‘Vende-se’ no jardim. Nós compramos a casa na semana seguinte.”

Comecei a tomar nota, palavra por palavra e com cada detalhe que eu conseguisse memorizar. Não sabia que outra coisa fazer. Não podia ignorar o que as pessoas me contavam, mas tampouco conseguia entendê-las. As histórias vinham de pessoas dignas de todo o crédito, respaldadas por elementos concretos suficientes, de modo que não podia simplesmente rejeitá-las sem qualquer exame.

À medida que os meus arquivos sobre esses casos cresciam, dei por mim buscando conversas estranhas e inesperadas com um novo tipo de curiosidade, não apenas com colegas, mas também com amigos, alunos e até mesmo pessoas a quem acabara de ser apresentada. Comecei a fazer perguntas diferentes. Alguém mencionava que a enfermidade de um amigo tivera um desfecho inusitado — em vez de deixar passar, eu indagava o que havia de surpreendente. Em retorno, eu frequentemente ouvia relatos de curas, tratamentos ou mesmo diagnósticos aparentemente extraordinários: ou um estranho que fazia por telefone um diagnóstico completo e preciso de uma doença, sem qualquer informação que servisse de base. Ou, quando alguém descrevia um conhecimento e afirmava não imaginar como o obtivera, eu gentilmente sondava. O que se seguia eram histórias peculiares: uma mulher que foi despertada por uma dor súbita no peito no exato instante em que seu pai sofreu um ataque cardíaco a quase 5 mil quilômetros de distância; um homem acometido por uma dor aguda na perna no momento em que seu gêmeo idêntico fraturou uma perna; um estudante que adivinhou de imediato e até a quarta casa decimal a concentração exata de uma solução química que normalmente levaria horas para calcular; uma mãe que entrou em pânico no exato momento em que seu bebê, do outro lado da cidade, levou um tombo sério.

O meu novo foco também me estimulava a interagir com os meus pacientes de uma nova maneira. Aos poucos tive de encarar a percepção de que havia coisas que, durante anos, eles me contaram pela metade, coisas que consideravam esquisitas ou arriscadas demais para revelarem,

receando que eu não acreditasse neles ou — pior — que os julgasse loucos. Agora, quando meus pacientes começavam a insinuar incidentes estranhos, imagens bizarras ou coincidências engraçadas, eu me empenhava para incentivá-los a explorar seu significado. E comecei a ouvir coisas incríveis.

Eu estava num certo impasse com uma paciente profundamente problemática, uma mulher que se isolara e tinha um medo enorme do mundo. Durante anos ela insistira que não era capaz de recordar nenhum sonho e realmente não me descrevera praticamente nenhum ao longo de todo o nosso trabalho. Então, numa determinada sessão, contou-me que na noite anterior sonhara com a minha ida ao Arizona. De fato, naquela semana eu estivera planejando uma viagem ao Arizona, mas não conversara a respeito com nenhum dos meus colegas ou pacientes. Perguntei-lhe por que o Arizona. Ela não tinha ideia, não fazia qualquer associação. Eu lhe disse que iria mesmo ao Arizona e perguntei se de algum modo captara isso. Por um momento ela ficou quieta. Então, hesitantemente me revelou que com frequência tinha sonhos em que sabia aonde as pessoas iriam e depois verificava que estava certa. Não sabia explicar o fato. Aprendera a não contar para ninguém; era demasiado estranho. Tivera sonhos assim na infância e seus pais brigavam com ela e a chamavam de louca. Às vezes batiam nela até que afirmasse que era tudo invenção. Assim, aprendeu a ficar de boca fechada e fingir que não sonhava, que muito do que experienciava não era real. Fingir para os outros e para si mesma lhe proporcionara uma sensação de segurança, mas também a fizera sentir que ela mesma não era muito real.

Essa interação com a paciente constituiu um momento decisivo em sua psicoterapia. E também para mim. Minha evidente curiosidade sobre o seu sonho liberou uma torrente de experiências. Quando se convenceu de que eu podia acreditar nela — sem considerá-la louca nem perigosa —, um novo mundo se abriu entre nós. Pela primeira vez ela me contou sobre outras experiências bizarramente intuitivas e sobre o quanto elas a assustavam. Pouco a pouco, seu desconforto em relação ao mundo foi desaparecendo. Sua vida mudou de modo profundamente positivo. Ela me disse que começava a sentir que era real.

O medo da minha paciente — de ser incapaz de acreditar na evidência diante dos seus olhos, de ser considerada louca, de perder o conforto de merecer crédito — começou a causar uma grande impressão em mim. Eu ainda queria entender a minha própria experiência com a harpa. Mas também queria entender melhor por que a nossa cultura teme tanto as experiências anômalas. Seria esse o motivo por que não se deu a devida atenção às inúmeras pesquisas bem conduzidas nos Estados Unidos? Qual seria a natureza daquele desconforto e dos conflitos que o sustentavam? Quanto nos custa o nosso medo individual e coletivo do desconhecido? Como poderíamos aliviar esse desconforto enquanto trabalhamos para resolver os conflitos? E — o que é muito importante para mim — será possível investigar experiências aparentemente anômalas permanecendo firmemente enraizado no pensamento racional?

Eu valorizo muito o mundo racional e tudo o que ele possibilita, embora admita tratar-se de um mundo sem espaço para experiências como o retorno da harpa. É preciso que nos voltemos para o que nos habilita a reconhecer e apreciar ambos os mundos e viver nos dois ao mesmo tempo. Não vou insistir em que os leitores aceitem como verdadeiras as histórias apresentadas neste livro; eu me considero uma profissional cética dotada de grande treinamento científico e sinto que essa perspectiva é essencial para a elaboração de qualquer análise dos acontecimentos anômalos digna de crédito. Depois de 14 anos estudando esses fenômenos com meu ceticismo solidamente no lugar, creio que todas essas experiências merecem a nossa séria consideração.

As histórias apresentadas neste livro, bem como as questões que suscitam, levaram-me a refletir sobre uma possibilidade inelutável. Como seres humanos, seremos nós capazes de uma conexão tão profunda com outras pessoas e com cada aspecto do nosso mundo material que rompa com todas as leis da natureza tais como as conhecemos? Se assim for, estaremos diante de uma conexão que, de tão radical, é praticamente inconcebível. Neste livro eu sugiro uma maneira de começarmos a tornar essa tão radical conexão mais concebível por meio de um novo modo de compreensão. Podemos começar voltando a atenção para certas transações que ainda não conceituamos, comunicações que ocorrem entre os planos que chamamos de mental e material. Trata-se de transações que se estabelecem entre o plano do processamento mental inconsciente — como entendido pela psicologia contemporânea, pela neurociência e pela

ciência cognitiva — e o plano das dinâmicas físicas intangíveis, que campos como o da física quântica estão começando a explorar.

Também sugiro que essas transações se caracterizam por um paradoxo que ajuda a explicar por que não as admitimos e muito menos tentamos entendê-las. Elas refletem capacidades humanas às quais não temos acesso das maneiras habituais. São capacidades peculiares pelo fato de terem *menor* probabilidade de se tornarem disponíveis quando tentamos deliberadamente acessá-las. Não podemos alcançar essas novas fontes de informação simplesmente “sintonizando” algo novo; paradoxalmente, devemos também “dessintonizar” a maior parte das informações comuns que bombardeiam continuamente os nossos sentidos. Embora algumas pessoas pareçam ter nascido com o dom de fazer isso, pode ser que a maioria de nós tenha de aprender a desenvolver precisamente a mesma qualidade de percepção, uma percepção que pode resultar num estado — que sentimos subjetivamente — de profunda conexão com outros seres humanos e com cada aspecto do mundo material que nos rodeia. Se esse estado existe e se for possível atingi-lo, nós podemos também desenvolver capacidades perceptivas distintas, inclusive uma inteligência intuitiva cujo desenvolvimento e treinamento a nossa cultura tem negligenciado muito. Refinar e educar essa inteligência tem imensas implicações na nossa maneira de ver o mundo porque muda o que somos capazes de ver, mudando o que somos conseqüentemente capazes de saber. Isso pode tornar o conhecimento intuitivo, que atualmente chamamos de extraordinário e anômalo, não apenas possível, mas absolutamente comum.

Para finalizar, este é um livro que trata do que sabemos e como sabemos. O conhecimento extraordinário, como passei a acreditar, pode não ser extraordinário, afinal de contas, mas parte de um conhecimento comum que simplesmente não sabemos explicar. Se isso for verdade, podemos começar a difundir em nosso mundo uma visão diferente, radicalmente mais esperançosa em relação ao nosso futuro.

2. O Conhecimento Privado Vem a Público: Rompimento do Silêncio

Um neurocirurgião de reputação internacional me telefonou. Ele vinha sofrendo de dores de cabeça intratáveis, para as quais, a despeito dos exaustivos exames médicos a que ele se submeteu, não se detectou nenhuma causa física. Desesperado, ligou para marcar uma consulta com um psicólogo — o último recurso, a seu ver.

Durante a nossa primeira entrevista, ele começou a descrever seu trabalho — pelo qual era apaixonado. Era também extremamente bem-sucedido. Quando o cérebro de chefes de Estado precisa de cirurgia, ele toma um avião e assume o bisturi. Sua reputação se deve não apenas ao brilhantismo de sua técnica, mas principalmente ao seu espantoso histórico de sucesso. Ele passa de uma cirurgia de alto risco para outra e ainda assim me disse, com humildade e silenciosa gratidão: “Parece que nunca perdi um paciente.” Seu casamento é feliz e o casal tem filhos maravilhosos. Ele não consegue pensar em nada que o possa estar perturbando, não encontra nenhuma fonte óbvia para as terríveis dores de cabeça que lhe estavam arruinando a vida.

Eu sondo um pouco, em busca de pistas de algum conflito, ansiedade ou sofrimento. Ele, por outro lado, volta sempre a falar do trabalho, seu rosto se iluminando todas as vezes.

Então me ocorreu que ele não havia feito qualquer menção a magistério, embora constasse do corpo docente de um grande hospital universitário. Então perguntei se dava aula para residentes. Ele desviou o olhar, repentinamente emudecido. Por fim, respondeu:

“Não, eu não leciono mais.”

“Mas lecionava? O que aconteceu?”

“Tive de parar.”

“Teve?”

“Sim... não pude continuar. Mas sinto falta. Adorava dar aulas. Quase tanto quanto de cirurgia. Adorava... Mas tive de parar...”

Ficou novamente em silêncio. Delicadamente sondei um pouco mais. *Por que* teve de parar? Então, lentamente e com relutância, o cirurgião me contou o que não contara a mais ninguém. Não podia lecionar porque não

acreditava que fosse capaz de ensinar o que realmente fazia. Revelou por que seus pacientes não morriam em suas mãos. Assim que tomava conhecimento de que alguém precisava de cirurgia, ele se aproximava do leito do paciente, sentava-se na cabeceira, às vezes por 30 segundos, às vezes por horas seguidas, e esperava — por algo que não tinha sequer como admitir para os cirurgiões residentes, quanto mais ensinar. Ele esperava por uma singular luz branca ao redor da cabeça do paciente. Sabia que não era seguro operar enquanto a luz não aparecesse. Depois que aparecia, sabia que podia ir em frente e o paciente sobreviveria.

Como, ele me perguntou, revelar uma coisa dessas? O que os residentes pensariam? Pensariam que ele perdera a razão. Talvez *estivesse* louco. Mas, louco ou não, sabia que ver a luz branca era o que evitava que as cirurgias fossem um desastre. Então, como ensinar *sem* dizer isso? Era um terrível dilema. Por isso, adotou a única solução possível: parar de lecionar.

“E quando as dores de cabeça começaram?”, perguntei. Espantado, ele me fitou.

A percepção atingiu-o com força.

“*Isso é interessante*”, comentou. “As dores de cabeça começaram há dois anos. E lembro-me da primeira vez em que senti essa dor. Foi no dia em que desisti das aulas, logo depois de conversar com o reitor...”

O neurocirurgião e sua luz branca são exemplos de um conflito. O que acontece quando você passa por uma experiência anômala, mas tem medo de admitir? Se admitir, você corre o risco de ser desacreditado ou considerado louco. E um conflito destrutivo, que nos impede, como sociedade, de procurar um modo de descobrir e desenvolver um conhecimento novo. E que nos impede, como indivíduos, de enfrentar a nossa realidade.

Pagamos um preço por negar as nossas experiências pessoais sobre o que é real. Essa traição contra nós mesmos se torna uma rampa escorregadia. Começamos a nos sentir impotentes e desonestos; não nos permitimos nutrir determinados pensamentos. Rejeitamos tudo o que nos faça lembrar o inadmissível. Desenvolvemos sintomas perturbadores quando a nossa mente trabalha em excesso para manter firmemente fora da nossa percepção consciente o que não ousamos admitir. Em consequência, a nossa vida se reduz. O neurocirurgião com suas dores de cabeça constituía uma demonstração enfática de que o medo de parecer

crédulo ou louco leva muitas pessoas a repudiar sua realidade, o que pode paralisar sua criatividade, consciência e liberdade de serem elas mesmas.

O próprio Freud se debateu com essa questão. Desde cedo se sentira fascinado pela ideia de que os pensamentos da mente de uma pessoa podiam ser transmitidos para a mente de outra e manteve uma extensa correspondência acerca desse tema com o psiquiatra húngaro Sándor Ferenczi. Ao longo de toda essa correspondência, Freud afirmava que a “transmissão de pensamento” — seu termo para telepatia ou PES — constituía um aspecto inteiramente real e importante da comunicação humana. Mas ele também insistia que, em termos políticos, era demasiado perigoso até discutir isso em público, quanto mais acreditar. Repetidamente advertiu Ferenczi para manter as reflexões em sigilo, a fim de preservar sua reputação como homens da ciência.¹ (É impossível não tentar imaginar o quanto o rumo das pesquisas sobre acontecimentos anômalos teria sido afetado se Freud tivesse decidido dedicar-se publicamente a esse campo. Eu discutirei essa fascinante correspondência mais a fundo no Capítulo 6.)

Por vários anos, continuei a registrar as experiências dos meus colegas e a usar minha compreensão cada vez mais ampla dessas anomalias para ajudar meus pacientes. Então, em 1997, dei um passo mais à frente. A dra. Carol Gilligan, membro do corpo docente de Harvard, convidou-me para ministrar juntamente com ela um seminário em nível avançado, no qual discutiríamos teorias do conhecimento. Carol é psicóloga e escritora renomada internacionalmente — tendo como o mais famoso dos seus livros o pioneiro *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Carol e eu conversávamos com frequência sobre Harold e a harpa, além de outras histórias que eu lhe contava. O que, nós nos perguntávamos, essas histórias podiam ensinar-nos sobre como sabemos o que sabemos? De que maneira poderiam afetar a nossa prática clínica? Como a ânsia de contar essas histórias e o constrangimento das pessoas ao ouvi-las se refletia nas conversas do nosso dia a dia? Carol e eu resolvemos montar um grupo de discussão para debater essas questões no congresso bienal da American Psychoanalytic Association [APA]. Piscando um olho para Freud, demos ao grupo o nome de “Intuição, Comunicação

Inconsciente e “Transmissão de Pensamento””. Queríamos apenas participantes ativamente envolvidos com esses temas e não meros *voyeurs*, então pedimos que, para a inscrição, o candidato apresentasse por escrito um relato de uma experiência anômala, pessoal ou clínica.

Recebemos de imediato uma enxurrada de papéis. Aceitamos as primeiras 60 pessoas que enviaram o material e escrevemos às demais informando que todas as vagas haviam sido preenchidas. Três dias depois de mandarmos as cartas, o diretor de programa científico da APA me deixou uma mensagem: “Lisby, *faça* alguma coisa! O nosso escritório não para de receber telefonemas de pessoas que garantem que *precisam* fazer parte desse grupo. Ligue para mim!”

Diante disso, decidimos abrir o grupo para um número maior de participantes. Enquanto isso, os relatos continuavam chegando. Um veio da dra. Susan Coates, terapeuta brilhante e autoridade mundial em infância (os primeiros anos). Eis o que ela contou:

Há alguns anos tratei de uma garotinha de 4 anos de idade. No segundo ano de tratamento, eu a vi no dia 2 de outubro, aniversário de morte do meu irmão. Ele se afogou ao salvar a vida de alguém quando eu tinha 25 anos e foi uma perda extremamente dolorosa para mim. Ainda sofro bastante, principalmente no dia 2 de outubro. Eu estava tratando de um determinado tema com a minha jovem paciente quando ela repentinamente, do nada, virou-se para mim e disse: “O seu irmão está se afogando — você tem de salvar ele!” Fiquei toda arrepiada e respondi: “Ninguém vai se afogar porque nós não vamos deixar” e ela voltou para a atividade em que estivera envolvida — e que nada tinha a ver com afogamentos ou aquele sentimento de ansiedade. Eu não percebera ter pensado no meu irmão naquele momento, mas ele está sempre na minha mente no aniversário do seu falecimento. Não havia como aquela criança conhecer esse fato da minha vida. Eu acredito que esse tipo de coisa aconteça, embora não com frequência, e também acho que você está certa em empregar o adjetivo “anômalo” a respeito dessas experiências. Eu tive apenas uma outra no exercício da minha profissão, com um adulto, também terapeuta.

Paula Hamm, psicanalista de Washington, D.C., enviou o seguinte relato:

Como parte da minha rotina semanal, reservo sempre um tempo para sentar-me em silêncio. Recentemente, num desses momentos, fechei os olhos e a imagem de um garotinho me veio à mente. Devia ter uns 2 anos e estava colocando um saco plástico na cabeça. Havia uma sensação de perigo rodeando o menino. Não reconheci a criança nem a situação dessa perturbadora imagem.

Duas horas depois, um paciente entrou e iniciou a sessão dizendo que passara por uma experiência aflitiva no fim de semana. Ele estava ocupado preparando o jantar quando um garotinho entrou na cozinha com um saco plástico na cabeça, apertando bem o plástico na nuca. Quando o pai chegou, correndo atrás do filho, ele correu para outra parte da casa. A situação ficou caótica e o meu paciente gritou apavorado para a esposa. Eles conseguiram tirar o saco plástico da cabeça do menino a tempo. E o garoto explicou que estava tentando comer o restinho de algodão doce que ficara dentro do plástico.

O dr. Robert Pyles, médico, na época presidente eleito da American Psychoanalytic Association, enviou uma história que jamais havia revelado para os colegas:

Há alguns anos fui diagnosticado com meningoencefalite viral. Ao longo do meu tratamento, detectaram uma grande massa no meu peito, junto com infiltrações nos pulmões. Tratava-se de sarcoidose disseminada. Perdi 20 quilos e a doença parecia estar seguindo o rumo esperado — invasão de outros órgãos e grande probabilidade de morte a um prazo não muito longo. Comecei a meditar e depois a correr, mais para me acalmar. Eu tinha filhos pequenos, uma carreira ativa — e não estava lidando nada bem com a perspectiva da morte prematura. Sem saber o que estava fazendo, senti o impulso de me concentrar nas minhas células — nas minhas células físicas — enquanto corria. Então comecei a me concentrar nas lesões. E algo muito estranho aconteceu. Sei que vai parecer alucinação ou loucura — eu mesmo achei que era uma loucura, na época —, mas tudo o que posso dizer é que foi também muito real e poderoso. O que aconteceu foi que eu literalmente *me transformei* naquelas células e lesões enquanto corria. E então as lesões começaram a diminuir de tamanho. Eu *me tornei* a cura das

lesões. Eu as observava se curando e *era* as lesões se curando.

E, é claro, a massa começou a diminuir e depois de três anos a infiltração havia desaparecido. *Desaparecido*. Por fim, a massa também desapareceu. Na verdade, fui objeto de um artigo numa publicação médica — um caso inesperado e inexplicável de resolução espontânea de sarcoidose disseminada.

A prova do que aconteceu é clinicamente irrefutável. Quanto a mim, estou convicto de que correr me colocou num estado mental que me possibilitou afetar aquelas células e lesões transformando-me nelas — por mais estranho que possa parecer. Essa experiência não mudou a minha vida apenas porque fiquei curado, mas também abriu um mundo de possibilidades sobre as conexões entre coisas que normalmente não percebemos, conexões radicadas no acesso a determinados estados mentais.

O grupo de discussão da APA se formou com profissionais impecavelmente credenciados, ávidos por contar histórias como essas, histórias que eles normalmente não se sentiam seguros para divulgar. Todos nós reconhecemos que precisávamos de um fórum permanente para investigação e análise sistemáticas de experiências aparentemente anômalas e concordamos em continuar a nos reunir.

Pouco depois, fui apresentada por um amigo em comum à dra. Carole W. Morgan, psicóloga de Los Angeles. Carole estava de posse de um artigo inédito escrito por um amigo dela, o dr. Robert J. Stoller. Stoller era psicanalista, teórico psicanalítico e pesquisador, bem como professor de psiquiatria na Escola de Medicina da UCLA. Era autor de onze livros e inúmeros artigos acadêmicos que abordavam temas que variavam de estudos sobre culturas comparadas à pornografia, passando por identidade sexual e chegando a um trabalho revolucionário sobre o desenvolvimento feminino, antes de sua morte num acidente de trânsito em 1991. Suas perspectivas eram todas arrojadas e inovadoras. Eu admirei seu trabalho durante anos e disse a Morgan que estava ansiosa para ler o artigo.

O trabalho era intitulado “Telepathic Dreams?”. Stoller o escrevera em 1973, mas jamais tentara publicá-lo. Em vez disso, mostrou-o para Ralph Greenson, seu mentor e ícone da história da psicanálise norte-americana. Greenson leu, encheu o papel com suas próprias anotações e então lhe deu um conselho: se valorizava seu futuro profissional, deveria guardar o

artigo numa gaveta e esquecê-lo. Ao mesmo tempo, disse-lhe que considerara o trabalho altamente convincente, que ficara abalado ao lê-lo e que sua própria visão sobre a mente humana fora definitivamente afetada por ele.² O artigo começava assim:

... Embora essas experiências tenham se iniciado em 1960, eu sempre relutei em relatá-las, tendo em vista a inexistência de uma explicação plausível. Não me sinto atraído pelo tema da telepatia nem sou um entusiasta dessa literatura, geralmente considerando tolos ou fraudulentos os relatos que eventualmente chegam ao meu conhecimento. Tendo finalmente decidido divulgar essas informações, não me agrada tornar-me alvo dos mesmos pensamentos depreciativos que frequentemente me assaltam quando outros abordam esse tema. Mas as informações — aparentemente sonhos telepáticos — afiguram-se mais do que coincidências; *talvez seja hora de examiná-las...*

Numa certa quinta-feira, em 1960, Stoller continuou, ele procurou Greenson, para quem fazia na época um trabalho de supervisão. Entrou na sala, deu-lhe seu habitual cumprimento ligeiro e inquiriu sobre a sua saúde e Greenson respondeu estar bem, embora tivesse passado por uma experiência terrível no fim de semana. Seu filho, Danny, perdera o controle de sua motocicleta em San Francisco e fora internado no hospital com uma fratura cominutiva composta da perna esquerda e talvez não pudesse iniciar a faculdade de medicina conforme planejado.

Stoller ficou, segundo as próprias palavras, absolutamente atônito. Na noite daquele sábado, sonhara que estava de volta ao Pronto-Socorro do hospital de San Francisco onde trabalhara como interno. Fora um sonho vivido, e o PS estava exatamente do modo como se lembrava. Mas a ação central do sonho era algo que jamais acontecera quando trabalhara lá: um estudante de medicina dera entrada no pronto-socorro com uma fratura cominutiva composta na perna esquerda.

Na segunda-feira seguinte ao sonho, Stoller o descreveu em detalhes para seu analista, que, ele escreveu, notou a semelhança com os acontecimentos do fim de semana, uma vez que era amigo pessoal de Greenson e tinha conhecimento do acidente, mas nada comentou com Stoller naquele momento.

Essa foi a primeira de uma série de experiências desconcertantes para

Stoller. Logo emergiu um padrão: um paciente chegava para a sessão numa segunda-feira, contava os sonhos que tivera no fim de semana e depois se constatava que esses sonhos misteriosamente representavam acontecimentos que Stoller vivera durante o fim de semana. Stoller começou a anotar copiosamente, palavra por palavra, os sonhos dos pacientes, os quais reproduziu inteiramente em seu artigo.

SONHO 1:

Estava acontecendo uma festa na casa de alguém. Havia uma multidão circulando num grande salão, que, em vez de apenas uma parede de vidro, tinha um lado inteiro envidraçado. Um homem mais velho, que eu não conheço, mas que era muito gentil, estava lá e, em determinado momento, passou por mim carregando um objeto grande, com o qual de repente golpeou o vidro. Fiquei apavorado, temendo que ele estivesse machucado, mas de alguma maneira estranha, o homem não se ferira. Tinha vidro por todo lado.

Naquele fim de semana, Stoller estivera numa festa em que alguém fez um discurso. Depois do discurso, ele se ofereceu para ajudar a empurrar as cadeiras através de uma porta de correr de vidro que ficava num dos lados do salão. Stoller, sem perceber que uma das portas estava fechada, bateu no vidro com a cadeira. Ninguém se feriu, mas o chão ficou forrado de cacos de vidro.

O padrão continuou, com os pacientes contando um sonho atrás do outro.

SONHO 2:

Um homem estava explicando para mim uma nova invenção. Tratava-se de uma nova maneira de construir e vender casas. O que ele me mostrou foi uma grande coluna central de concreto. Nessa coluna podiam ser fixadas salas que o cliente podia comprar na loja, em qualquer número e estilo.

No dia anterior, Stoller conversara com um amigo sobre um projeto arquitetônico inovador, que envolvia planos para comercializar um núcleo de concreto, ao qual se podiam agregar salas pré-fabricadas em qualquer número e de qualquer tamanho.

SONHO 3:

Estou andando de um lado para o outro numa casa em construção. Chego até uma parte onde será o banheiro e vejo que estão escavando o chão para embutir uma banheira. Alguém havia escrito uma inicial no cimento ainda fresco.

O paciente não sabia, mas Stoller estava no meio da construção de sua casa nova. Durante o fim de semana, inspecionara as obras e descobrira que o chão de mosaico ao redor da banheira recentemente embutida havia sido danificado e que o vândalo deixara sua inicial no cimento fresco.

À medida que um paciente atrás do outro relatava sonhos com evidente correspondência em sua vida, Stoller se sentia cada vez mais desconfortável com a situação. Todavia, demorou 13 anos, contados a partir do primeiro sonho sobre o filho de Greenson, para escrever o artigo, que ele encerrou com uma nota altamente hesitante e inconcludente: “Além de considerar todo o tema (telepatia) alheio às minhas crenças científicas, também tenho relutado em escrever a esse respeito por não saber se há algo errado acontecendo comigo. Se algum dia se constatar que essas experiências refletem uma função bastante trivial da psicologia humana, parecerá estranho o desconforto que sinto agora.”

Depois que li o artigo, telefonei para a viúva de Stoller. *Ela* me contou que o marido havia superado o desconforto e que retomara o artigo nos anos que antecederam sua morte repentina, fato que Carole Morgan confirmou. Ele se convencera de que o longo alcance da comunicação inconsciente, incluindo a telepatia, constituía a fronteira mais excitante a desafiar a mente científica ocidental e se arrependera de ter abandonado o trabalho que eu acabara de ler. A sra. Stoller queria que um jornal respeitável publicasse o artigo, desde que não prejudicasse a reputação do marido.

Eu me ofereci para ajudar. Tratava-se de um artigo acerca de um tema controverso, elaborado por um acadêmico renomado e reverenciado, um trabalho que possibilitava vislumbrar uma parte da mente de Stoller que ele manteve oculta dos olhos do público enquanto viveu. O ensaio estava claramente inacabado. Se Stoller houvesse tentando publicá-lo, os críticos certamente teriam muito que questionar, sem mencionar que boa parte do texto pedia revisão. Mas, como trabalho póstumo, tais questões sem

resposta e potencial revisão estavam fora de cogitação. O artigo ficaria exatamente como Stoller pretendia originalmente: um olhar inconclusivo e extremamente relutante sobre um volume de dados absolutamente estarrecedores.

Eu enviei o artigo de Stoller ao *American Psychoanalytic Association*, principal publicação da psicanálise norte-americana, com a minha introdução e epílogo para colocá-lo no contexto de qualquer outro trabalho sobre comunicação inconsciente. Em 2001, quando foi publicado, motivou um grande número de cartas e e-mails, a maioria deles com relatos de experiências anômalas pessoais, com o comentário, já típico, de que tais experiências nunca ou raramente haviam sido reveladas antes num fórum profissional. Eu acrescentei esses relatos aos meus cada vez maiores arquivos.

Nessa época em que li o artigo de Stoller com o intuito de publicá-lo, fui a Barcelona para uma conferência. Lá conheci Patrick Casement, um renomado psicanalista de Londres cujos livros sobre técnica clínica são considerados clássicos em todo o mundo. Ele tomara conhecimento da minha experiência com a harpa e me perguntou se eu gostaria de ouvir uma experiência dele. Não demorou muito para eu transcrever o relato, palavra por palavra:

Em 1952, quando eu tinha 17 anos, fui passar a Páscoa com minha avó paterna. Naquela semana, minha avó me confidenciou que lamentava apenas uma coisa em sua vida. Durante a guerra, quando as pessoas viviam mudando de um endereço para outro, acabou perdendo contato com a sua melhor amiga. Muitas tentativas de localizá-la resultaram em devolução das suas cartas.

Minha avó morava a uma distância de cerca de seis quilômetros da igreja que meus pais costumavam frequentar e aonde fui para o culto do Domingo de Páscoa. Decidi voltar a pé, em vez de esperar 40 minutos pelo ônibus, porque queria testar a minha solução para um problema de matemática da escola. Eu havia calculado exatamente a velocidade em que deveria andar para que o ônibus não me alcançasse. Se os meus cálculos estivessem errados, eu admitiria a derrota seguindo de ônibus o resto do trajeto. Estava absolutamente

determinado a caminhar aqueles seis quilômetros na velocidade certa, para provar que a minha solução estava correta.

Entretanto, depois de uns 20 minutos, fiquei chocado ao perceber que — no que só posso chamar de ação reflexa, como se o meu braço direito de súbito houvesse adquirido vida própria — minha mão direita se erguia com o polegar para cima para um carro particular. Fiquei completamente atônito a me ver sabotando o meu próprio propósito. Para meu alívio, o carro passou sem parar — a minha corrida contra o ônibus, pensei, não devia ser prejudicada. Mas, um instante depois, o carro parou subitamente. Senti que, tendo em vista que eu lamentavelmente erguera o braço, teria de aceitar a carona.

Acomodei-me ao lado do motorista. Imaginei que ele primeiro preferira ignorar-me, mas que a dama sentada no banco de trás lhe pedira para parar. Então, virei-me para ela e disse simplesmente: “Obrigado.”

Ela imediatamente perguntou: “Você estava em Winchester?” Eu não fazia ideia do que provocara a pergunta, mas respondi que, de fato, atualmente estudava naquela escola.

Ela replicou: “Se estuda lá agora, provavelmente não conhece a pessoa em quem eu estava pensando. Ele se chamava Roddie Casement e foi matriculado lá, mas isso foi há muitos anos.” Quando eu lhe disse que aquele era o nome do *meu pai*, a senhora ficou encantada e imediatamente indagou: “A mãe dele ainda está viva?” Eu lhe informei que sim e que em breve passaríamos pela casa dela, que ficava uns três quilômetros adiante. A dama então me contou uma história quase exatamente idêntica àquela que ouvi de minha avó durante a semana inteira. Aquela senhora tentara localizar sua melhor amiga — a minha avó — desde que as duas perderam contato durante a guerra. Ela era, na verdade, a amiga que a minha avó procurava havia 10 anos. As duas passaram o dia juntas — provavelmente a última chance, pois a minha avó faleceu pouco depois.

Talvez aquela senhora tivesse percebido alguma semelhança física entre mim, aos 17 anos, e meu pai na mesma idade. Mas isso não explica por que meu braço se levantou diante daquele carro especificamente, forçando-me a desistir da minha cuidadosamente calculada caminhada, a última coisa que eu queria fazer naquele dia. O que sei com certeza é que aceitar a carona possibilitou à minha avó

morrer feliz, tendo finalmente reencontrado sua grande amiga.

Nas seis horas seguintes, Casement contou inúmeros outros casos de experiências anômalas que tivera, incluindo diversos de seus pacientes. Quando finalmente nos levantamos para retornar à conferência, eu lhe perguntei se, considerando sua extensa obra escrita, ele não se sentia impelido a reunir aquelas histórias e divulgá-las para o mundo? Sua resposta foi gentil, mas inequívoca: “Eu sou muito reservado”, explicou. “Não sinto essa pressão. Esse é o tipo de experiência sobre a qual as pessoas geralmente não conversam. Eu aceito isso.”

Os exemplos de casos que povoam os livros de Casement são notavelmente convincentes. E em parte por isso que as pessoas os leem — por considerarem as descrições clínicas de valor inestimável. Os professores têm adotado regularmente sua obra para auxiliar os estudantes a desenvolverem um ouvido clínico sutilmente apurado. Agora eu não pude deixar de me perguntar: quanto daquele convincente material era o resultado de escutar com aquele ouvido clínico do qual eu só agora tomara conhecimento — uma sintonização sobre a qual Casement tipicamente se recusava a falar?

Por que tantos homens e mulheres com conhecimentos científicos tão elevados — o grupo realmente mais qualificado para assumir uma rigorosa investigação desses fenômenos — são tão relutantes em falar aberta e publicamente sobre suas experiências?

Na reunião seguinte do grupo de discussões da APA, eu vim para casa sob o efeito dessa pergunta. Eu mencionei que, embora Patrick Casement não houvesse escrito sobre experiências anômalas, ele estava interessado nesse tema. Dois dos membros mais jovens do grupo estavam estupefatos. Ambos haviam mencionado Casement como um autor que exercera sobre eles especial influência. Ambos descreveram experiências aparentemente anômalas que consideraram inquietantes. Nenhum, contudo, revelou essas experiências clínicas aos seus supervisores; eles estavam certos de que seriam sumariamente desligados.

Eu argumentei que, tendo Casement entre seus supervisores, não seriam desligados — mas esses admiradores do seu trabalho não tinham

conhecimento disso. Então, os estudantes guardam silêncio, mas o mesmo fazem seus mestres, bem como outros detentores de autoridade — e o silêncio de um lado reforça o do outro. As pessoas em nosso grupo de discussão da APA comentaram exatamente esse fenômeno:

Nem acredito que estou falando sobre isso. Até que enfim! Por que não falamos assim no treinamento... ou em grupos de estudos... ou em qualquer lugar? É tão estimulante finalmente tocar abertamente no assunto.

Há colegas nesta sala que conheço há 30 anos e nunca me ocorreu que fossem receptivos para ouvir essas experiências. É a primeira vez que falo abertamente sobre isso,

Eu mesmo estava sob análise na época em que isso ocorreu com meu paciente. Tentei conversar a respeito com o meu analista. Com o tempo, percebi que isso não ajudava em nada: ele simplesmente não comprou a ideia. Eu nunca voltei a tratar desse tema com ele. Embora fosse muito importante para mim, comprometi-me a não tocar novamente no assunto — deixei-o fora da minha análise, mas, como resultado, meu trabalho com esse analista tornou-se limitado.

Eu sou indiano. Na cultura asiática, tudo isso é perfeitamente normal, nada havendo de anômalo nesses fenômenos. Na escola de medicina, entretanto, vim a descobrir como as coisas que descrevi não parecem ser normais para os ocidentais.

Nosso grupo não estava nem perto de compreender as histórias que estávamos deparando, mas afloravam especulações interessantes e mesmo algumas hipóteses plausíveis. Percebemos, por exemplo, a grande frequência com que as pessoas comentam essas histórias usando o termo “sintonização”. Isso nos levou a pesquisar a primeira interação mãe-filho, um espaço no qual os padrões de responsividade mútua perfeitamente coordenada — sintonização — têm sido extensivamente investigados. Nós nos perguntamos se haveria algo na ligação mãe-filho que nos ajudasse a explicar o tipo de vínculo que aparentemente facilita a comunicação anômala.

Examinamos as pesquisas sobre os estados mentais associados com a criatividade, com a alta receptividade emocional e com as alterações na consciência. Procuramos pesquisas sobre gêmeos idênticos com a aparente

habilidade de se comunicarem através de grandes distâncias sem nenhum meio que se pudesse identificar. Várias pessoas que participavam do grupo eram especialistas em testes psicológicos de intuição. Procuramos as variáveis associadas com os mais altos resultados em habilidades intuitivas para ver se eram especialmente características das pessoas que relatam experiências anômalas. Convidamos neurocientistas para juntarem-se ao nosso grupo de discussão e nos ajudar a determinar quais áreas do cérebro seriam responsáveis pelo processamento de sinais perceptivos capazes de deflagrar experiências aparentemente anômalas.

Estávamos longe de respostas definitivas, mas algumas dessas largas vias pareciam promissoras e pelo menos estávamos estabelecendo um fórum para a exploração séria de um conhecimento extraordinário. O que se iniciou como uma via ampla de questões sistêmicas científicas fundamentais tornou-se rapidamente repositório de uma massa crescente de dados insistentemente surpreendentes. Nós havíamos criado um espaço no qual as pessoas racionais podiam tornar públicas as experiências que antes mantinham guardadas consigo mesmas — por medo da vergonha e por ansiedade —, pois sabiam que suas histórias seriam ouvidas com atenção e respeito por outros profissionais.

Isso era um começo.

3. A Negação do Extraordinário: Custo Pessoal e Consequências Públicas

Nós sofremos de uma desinclinação de raízes culturais pelo reconhecimento público de certas experiências pessoais altamente subjetivas. Somos especialmente relutantes em dar crédito a esses fatores pessoais e subjetivos quando se trata de coisas que preferimos que sejam ditadas pelo pensamento racional e objetivo — por exemplo, a maneira como praticamos ciência. Ou medicina. Ou falar sobre o que exatamente nos capacita a saber o que sabemos. Acabamos por exagerar a nossa aparente confiança na argumentação lógica que emerge das evidências que todos concordamos em considerar legítimas. Inevitavelmente, andamos na ponta dos pés em torno das anomalias.

Algum tempo atrás, conheci um casal num jantar. Estavam casados havia mais de 40 anos. Em certa altura, os dois discordaram, gentil e polidamente, acerca de sua dificuldade em lidar com os pais idosos do marido. Depois de alguns minutos, a esposa voltou atrás e se virou para mim, ligeiramente embaraçada porque a divergência viera à tona em público. Na verdade, eu estava impressionada com o fato de ela e o marido se manterem tão respeitosos e gentis, apesar de verem a situação de maneiras diferentes e eu lhe fiz essa observação. Encorajada, ela comentou:

Tudo o que ele acabou de afirmar é perfeitamente coerente — geralmente é. Mas às vezes eu tenho umas intuições que não consigo explicar e sei que estão certas — mais certas do que qualquer coisa que eu possa racionalizar. Nós temos um bom casamento porque ele também sabe disso. Não contaremos para ninguém, mas o fato é que hoje, quando voltarmos para casa, ele redigirá uma longa lista das razões por que ele deve mudar de opinião e fazer só o que eu disse. Não conversaremos a esse respeito — e ele não tem ideia de como cheguei às minhas conclusões —, mas quando tenho essas intuições, ele as aceita tanto quanto eu. Por volta da semana que vem chegaremos a um consenso sobre as providências que precisamos tomar. Ele explicará tudo para os irmãos, que ficarão impressionados

com a clareza com que ele raciocina sobre os problemas. Mas a solução não vem do seu raciocínio claro. Isso é só o modo como ele justifica as decisões tomadas. Eu não me importo porque assim dá certo para nós. Ele respeita as minhas intuições.

Sob certo aspecto, esse era um acordo comum entre membros de um casal. Mas, no contexto da tendência cultural mais ampla de negar certos tipos de conhecimento, eu me pergunto se esse ajuste poderia, em última análise, sair caro.

Com a permissão dela, rabisquei seus comentários no meu guardanapo de papel. E lhe perguntei se esse arranjo com o marido não a incomodava. Ela sacudiu os ombros.

Se ele não me respeitasse, incomodaria. Mas respeita, então qual é o problema? Ele vive lá fora, enfrentando o mundo. Eu, não. Ele pensa do modo como o mundo dita. E é bom nisso. Eu não sou, de modo que, se ele sai pelo mundo pensando do jeito esperado, eu não preciso me dar a esse trabalho. Posso ficar em casa e pintar. Eu não me importo.

Não se importa? Novamente fiquei curiosa. Não há nada de anormal em confiar nas próprias intuições. Por outro lado, causa espanto a facilidade com que se esconde a influência delas, admitida apenas em particular — não é isso em parte o que impede o neurocirurgião de expor publicamente que se apoia em indicações que não pode justificar nem como remotamente racionais? O que fez os jovens integrantes do nosso grupo de discussão editar cuidadosamente seus relatórios aos seus supervisores? Em última análise, não é, até certo ponto, por isso que não investigamos meticulosa e rigorosamente experiências aparentemente anômalas?

Na metade do jantar, as pessoas começaram a conversar sobre os filhos. Novamente a esposa se virou para mim, acrescentando mais uma observação inesperada à nossa conversa anterior:

Engraçado você perguntar se eu me importava com o modo como meu marido e eu tentamos resolver as coisas. Eu nunca me incomodei — nunca sequer tinha pensado nisso. Mas, nas últimas semanas, de fato comecei a pensar a respeito, por causa da nossa filha. Ela está com

trinta e poucos anos e o marido acabou de abandoná-la. Ela tem filhos pequenos, não trabalha fora, não tem como ganhar dinheiro e não se sente confiante sobre o que fazer daqui para a frente. É inteligente, competente, tem vários talentos. *Eu* consigo enxergar tudo isso, mas ela, não. E minha filha é como eu — sabe muito sobre todo o tipo de coisas, mas guarda tudo para si mesma. Não sabe como falar sobre o que sabe e jamais conquistou seu lugar no mundo — tem certeza de que não sabe como fazer isso. Nunca buscou o reconhecimento merecido. Deixava o marido fazer tudo por ela... como eu.

Agora está apavorada e eu penso que em parte a culpa é minha. O que funciona para mim não está funcionando para ela. Minha filha não está preparada para a vida sem um marido que faça tudo o que o meu marido faz para mim. Ele é a minha interface com o mundo. Talvez eu pudesse ajudá-la a ser mais preparada se não estivesse tão contente em me esconder atrás do meu marido e de sua facilidade em pensar como o mundo quer que se pense.

Em última análise, essa esposa está falando sobre falta de poder. Em particular, com o marido, ela se sente valorizada e amada e isso mitiga e talvez até erradique qualquer sensação de impotência que tivesse de encarar. Mas repentinamente o problema da filha colocou sob nova perspectiva o acordo que mantivera com o marido a vida toda. Ela estava percebendo o custo daquele acordo.

A maioria de nós já enfrentou a recusa interior de um conhecimento qualquer que parecia indefensável racionalmente, quer tivéssemos ou não chegado perto de uma experiência aparentemente anômala. Comecei a pensar que podemos visualizar essa negação se estendendo ao longo de um espectro. Numa extremidade do espectro está a nossa recusa em tornar públicas experiências que tenham algo de inusitado até podermos conferir-lhes uma aparência de lógica. Na outra, está a negação de acontecimentos aparentemente esquisitos e extraordinários como a luz branca do neurocirurgião. Ou a explosão de pânico da menininha, paciente de Susan Coates: “O seu irmão está se afogando — você tem de salvar ele!” Ou o impulso de Patrick Casement de apanhar uma carona que ele em absoluto desejava, mas que possibilitou à avó reencontrar a grande amiga com quem perdera contato havia anos.

Talvez, independentemente do ponto do espectro em que se localize a

nossa própria negação, examinar o que essas experiências têm em comum possa ajudar-nos a lidar com os conhecimentos extraordinários da outra extremidade, aqueles que nos perturbam mais.

Eu decidi perguntar a outros profissionais da área médica se rotineiramente poupavam certas coisas da exposição pública quando conversavam sobre trabalho e, em caso positivo, por quê.

Comecei encontrando-me com uma assistente de enfermagem que tratava de bebês prematuros. Eu soubera que ela era extremamente talentosa: sob seus cuidados, bebês altamente estressados desenvolviam-se com uma facilidade muito maior do que a prognosticada. Eu lhe disse que estava interessada em saber se ela entendia o que a fazia tão inusitadamente boa em sua profissão e se alguma vez conversara com os colegas a esse respeito. A resposta foi pronta e enfática: “Menina, você acha que sou louca?”

Ela salva bebês, confidenciou-me, porque quase sempre consegue sentir quando a criança está prestes a piorar. Entretanto, nunca mais tentou explicar isso aos supervisores — tentara quando mais jovem, mas era impossível arranjar explicações que os outros considerassem satisfatórias — e eles simplesmente criticavam tudo o que ela dizia. Então, resolveu falar qualquer coisa, em vez da verdade, mencionando, por exemplo, uma mudança na cor ou nos batimentos cardíacos do bebê. Em outras palavras, resolvera mentir.

Simplesmente tenho um palpite. *Eu sei*. Não faço ideia de como sei. Quanto mais aprendia a confiar neles, mais esses palpites me ocorriam. Há médicos e enfermeiras que me incentivam: “*Siga seus palpites, menina, pois são muito bons*.” Confiam nos meus palpites. Mas eu sei quem gosta de palpites na unidade e quem deseja apenas fatos. Se quiserem fatos, seguramente não se interessarão pelos meus palpites...

Eu sou boa. Sou melhor que muita gente que só quer saber de fatos. Eles sabem que sou boa, mas confiam mais em mim quando minto sobre os fatos do que quando sou honesta e falo dos palpites. Isso é muito estranho, mas é verdade. Eu também gosto de fatos, mas na

maioria das vezes eles não me contam o que preciso saber. Meus palpites têm salvado a vida de muitos bebês.

Um médico sempre me diz que os meus palpites são fatos. Eu acho que ele pode estar certo. Mas não são os fatos que aprendi na faculdade. Esse médico é diferente. Acho que talvez ele tenha palpites como eu. Uma vez tentei perguntar, mas ele respondeu brincando. Não iria me contar. Acho engraçado ele chamar os meus palpites de fatos, mas não os *dele*.... Vai ver é porque é médico.

Eu mostrei as minhas anotações sobre a assistente de enfermagem para Bette Flushman, especialista em desenvolvimento infantil da UTI Neonatal do Children's Hospital and Research Center de Oakland, Califórnia. Ela não ficou surpresa.

Quando as doenças são extremas, os sinais sutis da criança são realmente importantes. Esses sinais são a linguagem da criança, uma linguagem muito difícil para a maioria de nós identificar ou entender. A criança tenta nos informar sobre os níveis de conforto e de stress quase sempre antes que o aparato tecnológico nos alerte. Essa assistente de enfermagem provavelmente salva mesmo os bebês. Seus palpites são fruto da intuição ou, mais precisamente, da sua capacidade de entender e interpretar a linguagem sutil da criança e de se comunicar com os pequenos e clinicamente frágeis bebês sob os seus cuidados.

A intuição constitui um desafio enorme para a verbalização porque não é objetiva. Num ambiente de tratamento intensivo, pode manifestar-se da seguinte maneira: duas crianças pesando novecentos gramas estão lado a lado em incubadoras. A primeira é banhada e tem as roupas trocadas por uma enfermeira altamente habilidosa, que se move com gestos precisos. Mas, cinco minutos depois, o alarme do monitor do bebê dispara, indicando que ele está clinicamente estressado. A enfermeira que cuida do outro bebê desempenha exatamente as mesmas tarefas, só que em sintonia com o bebê, durante o banho usando as mãos para acarinhar ora os pezinhos, ora a cabecinha, ajustando o toque conforme a necessidade aparente de conforto da criança durante e depois de cada tarefa. E é precisamente esse toque, nesses exatos momentos, com essa determinada pressão,

nesses exatos pontos do pequenino corpo, que promove o relaxamento do diminuto pé, do corpo inteiro do bebê — e do seu próprio ser. O bebê relaxa e mobiliza seus recursos para lidar com o que quer que esteja acontecendo e com o que virá em seguida. A enfermeira que souber buscar esse tipo de comunicação poderá fazer toda a diferença... Não há nada de anômalo nisso... e de fato salva a vida dos bebês.

Posso apostar que a sua assistente de enfermagem se relaciona desse modo com os bebês o tempo todo. Ela lhe disse que seus supervisores não querem ouvir sobre sua compreensão dos bebês, sua sabedoria. Ela tem de se reportar aos superiores de maneira precisa, confiável, em conformidade com os costumes, alicerçada em fatos.

Quanto àquele médico que ela mencionou, ele está certo. Os palpites dela *são* fatos — só que de natureza diferente. Num ambiente altamente tecnológico como o da UTI neonatal, pode ser difícil, ou quase impossível, identificar o que vemos e sabemos no nível humano sobre essas criancinhas. O aprendizado objetivo e baseado em tarefas assume tal importância que fica fácil ignorar ou duvidar desses palpites, ou, como prefiro dizer, dessa compreensão da linguagem extremamente sutil do bebê. São pessoas como essa auxiliar de enfermagem que dão uma preciosa contribuição para o atendimento médico e para o desenvolvimento das frágeis e pequeninas crianças em tratamento intensivo.

O dr. Michael Ripley, DACBSP (Diplomate American Chiropractic Board of Sports Physicians, entidade que congrega quiropráticos especializados em medicina esportiva), é um profissional da medicina alternativa do esporte que trata dos integrantes da equipe olímpica de atletismo leve dos EUA (ele ajuda no aprimoramento do desempenho e trabalho do tecido profundo, entre outras intervenções). Adota uma abordagem de tratamento de ferimentos sem cirurgia sempre que possível, baseando-se, em vez disso, em várias formas muito sutis de decompressão do tecido — que ele chama de trabalho interno — em que se divide o corpo em três planos de movimento com base na anatomia interna do tecido conectivo. Ao usar esse método, seus índices de sucesso aumentaram consideravelmente.

O dr. Ripley tem sido extraordinariamente eficaz ao tratar muitos tipos de síndrome por excesso de uso. Dezenove atletas tratados por ele

ganharam medalhas olímpicas. No total, tratou de 46 campeões. O dr. Ripley diz que, com suas técnicas — que combinam as medicinas convencional, alternativa e intuitiva —, os índices de resolução de compressão do nervo periférico e da síndrome do túnel do carpo chegam a 90 e 95%, enquanto o índice mais convencional de sucesso com cirurgia é de 25%.

Quando entrei em contato com o dr. Ripley para conversar sobre seu trabalho, ele me contou que deixara o hospital público onde atendera pacientes durante muitos anos. Não era o melhor ambiente para ele, confidenciou-me em tom reservado. E respondeu, quando lhe perguntei por quê:

Francamente, faço coisas que simplesmente não constam das práticas usuais da ortopedia comum neste país. Sou chamado regularmente para dar consultas no Exército norte-americano, nas principais HMOs (Health Maintenance Organization) e em programas de treinamento do mundo todo. Trabalho com descompressão de tecidos com real manipulação física, mas num nível bastante intuitivo, variado e sutil. Meus colegas e eu desenvolvemos uma nova metodologia para descompressão física da tensão do músculo baseada numa ciência de ponta realmente eficaz. Mas às vezes, quando percebíamos que nenhum dos métodos científicos funcionaria, eu experimentava algo diferente e obtinha bons resultados. Ocorria-me um conceito intuitivo sobre como algo poderia dar certo e eu tentava. Trabalhava com a informação intuitiva que recebia. Usava a minha intuição para aprimorar a informação científica. Eu vivia numa situação permanentemente difícil com a principal equipe cirúrgica do meu hospital. Os médicos mais jovens se mostravam mais receptivos para a medicina alternativa; os mais velhos e dogmáticos não o eram. Francamente, cansei-me de tudo isso e me afastei da parte mais empedernida, dogmática e rígida da medicina. Agora só atendo em particular. Prefiro trabalhar com atletas individualmente. Já treinei muitos profissionais, de modo que o trabalho que desenvolvo ficou conhecido lá.... Mas não é assim que as coisas deviam ser. As pessoas em geral não têm acesso ao melhor tratamento. Não conseguem tratamento *honesto*. Não é bom para todo o mundo.

Sempre que tenho um problema que não posso resolver, apelo para

a minha intuição. Com intuição e persistência sempre obtenho sucesso nessa linha de trabalho.

Ripley não enfrentava o tipo de conflito interior que atormentava aquele neurocirurgião que via a luz branca em torno da cabeça dos pacientes, nem sofria as suas debilitantes dores de cabeça, porque encarava bem o seu próprio modo de ter conhecimento das coisas. Ele simplesmente se cansou de lidar diariamente com colegas seniores que, embora lhe enviassem pacientes e em particular elogiassem seu trabalho, em público não admitiam o quanto recorriam a ele. O silêncio dos colegas originou-se da relutância de reconhecer publicamente uma forma de conhecimento que parecia inexplicável — e inexplicavelmente eficaz.

Uma jovem médica do meio-oeste entrou em contato comigo em busca de conselho. Ela exercia a medicina havia seis anos e resolvera tirar uma licença. Queria aprender abordagens complementares — acupuntura, meditação, visualização. Não estava certa sobre o que realmente procurava, mas sabia que precisava de uma mudança no rumo profissional. Não gostava mais da medicina; dava por si mesma fugindo do trabalho e questionando tudo. Acabara de assumir um posto administrativo no centro médico onde também havia estagiado, em que se reportava diretamente a um membro sênior do seu departamento a quem admirava. Recentemente, porém, tivera inúmeras experiências desconcertantes com ele:

Ele é um excelente médico. Sábio, habilidoso, bom com os pacientes, mas é mais velho e está acostumado a estar sempre certo. Não gosta de estar errado — nem um pouco. Vive insistindo comigo que devo confiar mais em mim mesma, de agir de acordo com o que penso. Eu *passei* a ser mais autoconfiante ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito ao modo como falo com os pacientes e ouço o que me dizem. Para mim, essa é a melhor parte da prática médica. Chego a conhecer os meus pacientes melhor do que muitos dos médicos atendentes. Estou lá para ajudá-los e por isso meus pacientes se relacionam muito bem comigo. Criam laços pessoais fortes. Gosto da sensação que isso proporciona, é muito gratificante. Mas também acho que me ajuda a perceber coisas sobre a doença dos meus pacientes. Por ficar tão envolvida em conhecê-los, é como se eu sentisse um cheiro — literalmente *cheiro* — que me indicasse os problemas de saúde

deles.

Eu seguramente sinto o cheiro da morte. Mas isso não é incomum; já ouvi outros médicos afirmarem a mesma coisa. Para mim, é mais. Eu sinto o cheiro até — isso pode parecer estranho — do ponto do corpo onde a doença se instalou. É esquisito. A sensação vem com a certeza de que é como qualquer cheiro forte e opressor. Você *sabe* que sente esse cheiro, não tem nenhuma dúvida. Mas é uma percepção efêmera... também como a de qualquer outro cheiro. Ele passa por você e vai embora. Eu tento retê-lo e identificá-lo, mas não consigo.

Ao longo do ano passado, houve algumas vezes em que, quando isso aconteceu, tive impressões do paciente diferentes das do meu chefe. Tentei ser auto-confiante como ele me incentivava a ser, mas isso implicava dizer-lhe que estava enganado. Ele não gostou nem um pouco e eu acabei recuando. Certa vez, quando a minha percepção teria mesmo feito diferença, o paciente morreu. O diagnóstico do meu chefe estava errado e o meu, certo.

Mas eu não tinha como me explicar. O que poderia dizer? Que senti um *cheiro*? Quero saber mais sobre isso que chamo de cheiro. Estou tendo algum tipo de percepção que não posso explicar e sei que é importante. Quero saber mais a respeito para impedir que me forcem a recuar e a duvidar de mim mesma.

Eu disse a essa jovem médica que o que me interessava especialmente na sua história era a pressão que ela, como muitas outras pessoas, sofria para rejeitar algo que tinha certeza de saber, mas não podia explicar adequadamente. Conte-i-lhe que estava escrevendo exatamente a esse respeito e que achara seu relato comovente e evocativo. Ela me daria permissão para citá-la? A médica respondeu com um simples “sim” e pareceu contente.

Contudo, algumas semanas mais tarde, recebi um recado telefônico dela. Havia pensado mais sobre o assunto. Preocupava-a que a citação chegasse ao conhecimento do seu mentor e lhe prejudicasse a carreira. Quanto mais refletia, mais duvidava do que realmente acontecera — tanto que fora procurar nos registros médicos de cada paciente sobre quem ela e o chefe discordaram. Isso ajudou um pouco — revelou que *se lembrava* corretamente dos fatos. Ela estava certa e ele, não. Mas ainda se preocupava com a possibilidade de atrair problemas caso divulgasse os

episódios. Eu estava autorizada a contar sua história, mas sem revelar sua identidade. E ela nutria a esperança de que o que eu dissesse a seu respeito, mantendo-lhe o anonimato, pudesse ser útil para outras pessoas.

Fiquei bastante impressionada com a mensagem desse episódio com a jovem médica. Ela queria que eu contasse sua história, mas tinha medo de arcar com as consequências de divulgá-la.

Não poderia haver melhor prova da nossa negação — e de seu custo.

As histórias dos profissionais da área médica pareciam repetir-se cada vez mais. Cada uma delas falava de momentos profundamente pessoais e subjetivos de conhecimento intuitivo e do senso de que nem sempre é aceitável ou seguro revelar esse conhecimento.

E se mais profissionais altamente conceituados contassem abertamente suas experiências, até mesmo aquelas que nós ainda não conseguimos incluir satisfatoriamente na ciência ocidental? Coisas, na verdade, que a ciência sempre rejeita sem pensar duas vezes? Isso não encorajaria outros a também divulgarem suas experiências? Incluindo precisamente o tipo de mente altamente treinada e criativa que nos poderia ajudar com uma abordagem racional e científica no estudo de experiências aparentemente anômalas?

Voltei a lembrar-me das sessões com o neurocirurgião que passou a sofrer de dores de cabeça depois que parou de lecionar. Ele me disse que fora treinado por um brilhante cirurgião-chefe que ficara feliz em ajudá-lo a desenvolver habilidades técnicas de vital importância, mas que se esquivara de discutir o que ele considerava a arte da cirurgia. Sempre que um residente o questionava a esse respeito, o chefe respondia: “Não adianta perguntar! Quando tiver 40 anos de experiência, você saberá o que fazer do mesmo modo que eu sei hoje. Não posso contar o que faço e, se pudesse, você não saberia aproveitar a informação. Então, cale a boca e observe.” O neurocirurgião estava começando a avaliar de que modo participaria de uma subcultura médica que extraía sabedoria clínica da intuição. Ele disse acerca do cirurgião-chefe: “Sei que provavelmente ele jamais viu algo semelhante à minha luz branca. Essa coisa esquisita acontece comigo. Mas sua mensagem nas entrelinhas era muito clara — não comente sobre o que quer que seja que o faça realmente bom. Guarde

isso para si mesmo. Ele não estava apenas nos dizendo que é muito difícil falar sobre essas coisas, mas — o que era pior — que não devíamos sequer tentar.”

Então o neurocirurgião procurou imaginar-se revelando a algum colega a história da luz branca e perguntando: “O que acha disso?” Ele desabafou comigo:

O cirurgião-chefe seria a última pessoa para quem eu contaria. Ele diz que tem seus próprios segredos. Isso faz dele o cara que eu escolheria? Isso o torna mais acessível? De jeito nenhum. Eu apostaria todas as minhas fichas que essa coisa sobre a qual o cara não abre a boca de tanto medo é tão maluca quanto a minha luz branca. Tenho certeza que ele não quer nem saber o que está por trás de seja lá o que for que faz dele um gênio — e ele é gênio, sem dúvida alguma. Mas, posso garantir, o que ele não quer é descobrir algo em si mesmo que o faça sentir-se louco como a luz branca me faz sentir... poderia desafiar — e quero dizer desafiar seriamente — o *status quo*.

Esse neurocirurgião havia chegado a uma verdade maior do que qualquer tipo em particular de conhecimento anômalo. Ele enfrentara o espectro da negação. Estava ligando o sigilo com que ele mesmo havia envolvido a própria experiência à proibição imposta pelo cirurgião-chefe — não faça perguntas sobre conhecimentos aparentemente inexplicáveis. O caminho florido da negação se inicia com a nossa decisão de não falar sobre o conhecimento intuitivo que surge inteiramente da rotina: a consequência normal e esperada da experiência clínica acumulada. Mas o caminho se torna mais íngreme e espinhoso quando começamos a negar o que parece mais privado, mais anômalo, e a negação exige, para a sua manutenção, um trabalho mental cada vez mais intenso e um comprometimento interior maior. Ao desistir de tudo o que nos faça lembrar o que não queremos saber, nós eliminamos segmentos cada vez maiores de nós mesmos. Quanto mais longe avançamos nesse caminho, provavelmente mais impotentes nos sentimos, mais perdemos o senso da nossa própria autenticidade. Essa constatação é perturbadora, mas também iluminadora. Ela pode ajudar-nos a ver que, começando pela parte mais fácil e acessível do caminho, podemos reverter o padrão.

Mas existe outra implicação desse espectro de negação. Se o

neurocirurgião estava certo sobre o medo secreto do seu cirurgião-chefe, esse medo sugere que somos motivados a negar acontecimentos na extremidade mais comum do espectro porque tememos ainda mais os estranhos acontecimentos da outra extremidade. Se insistirmos em ocultar com o silêncio mesmo a intuição mais trivial, teremos menor probabilidade de reconhecer um conhecimento que poderia, como expressou o neurocirurgião, “desafiar o *status quo*”.

Para olharmos o que há por trás dessa negação, mesmo nos casos mais banais, devemos analisar um tipo de dado que não constitui o nosso material costumeiro de trabalho: as formas profundamente pessoais, altamente subjetivas e insistentemente privadas com que o conhecimento intuitivo se manifesta.

Existe algo de assustador na ideia de que examinar o que há de mais pessoal, subjetivo e privado constitui um caminho para qualquer exploração científica. Mas pode ser exatamente por isso que avançamos tão pouco na investigação do extraordinário. Esse fato me impressionou inúmeras vezes, à medida que eu me aprofundava na ciência existente acerca de fenômenos como percepção remota ou telepatia. Em seus esforços para estudar fenômenos anômalos, os pesquisadores têm recorrido em larga escala ao estudo de coisas como descobrir se uma pessoa numa sala pode, extrapolando significativamente as probabilidades, saber com precisão se outra pessoa, numa outra sala, está segurando uma carta vermelha ou uma preta. Eles têm procurado o fato objetivo, algo caracterizado por respostas simples como sim/não, certo/errado. Esses são dados que dificilmente podemos designar como os mais pessoais, subjetivos ou privados. Nesse sentido, os vastos bancos de dados acumulados de, digamos, leitura de cartas, *podem ser essencialmente irrelevantes para as experiências reais que mais nos interessam*. Eles podem deixar escapar o que é importante.

Estudar esses dados objetivos, digitalizáveis, simplesmente porque conhecemos os procedimentos é como procurar as chaves desaparecidas debaixo de um poste, por ser um lugar iluminado, em vez de tentar encontrá-las onde nós realmente as perdemos. Se os nossos dados reais — aqueles das centenas de histórias que coletei — se distinguem pelo quão *particular e individualmente significativos parecem para quem relata as histórias, essa qualidade pessoal se torna uma característica fundamental dos dados*. Se planejamos estudos que omitam essa pessoalidade porque

não fazemos a menor ideia de como proceder, desperdiçamos a ciência debaixo do poste — e jamais encontraremos chave alguma.

E se essa pessoalidade de fato se mostrar fundamental, não é de se estranhar que a maioria das pessoas, mesmo as mais apaixonadamente empenhadas em entender o conhecimento supostamente anômalo, considere todos os estudos de leitura de carta (e seus congêneres) enfadonhos ao extremo. Se vamos estudar os dados reais, devemos aplicar alguma versão da metodologia científica a esses dados onde realmente ocorrem e à medida que ocorrem. Teremos de enfrentar a hercúlea e mesmo enervante tarefa de investigar sistematicamente a experiência singular, subjetiva e profundamente pessoal.

Enfrentar tão prospectivo desafio também pode ajudar-nos a olhar para trás, abrindo uma fascinante janela para a história da ciência.

Essa janela se abre primeiro para Galileu, o pai do empirismo científico moderno. Toda criança de escola aprende que as ideias dele eram revolucionárias e que a Igreja as considerava tão ameaçadoras para o conhecimento estabelecido que censurou Galileu, colocou-o em prisão domiciliar e o ameaçou com tortura e com a excomunhão.

Entretanto, a ideia central pela qual ele foi perseguido, a noção de que a Terra girava em torno do sol e não o contrário, fora declarada pública e oficialmente 90 anos antes por Nicolau Copérnico. Na verdade, foi sob pressão da Igreja e com as suas bênçãos que Copérnico publicou seu tratado propondo um sistema planetário heliocêntrico: *Sobre a revolução dos corpos celestes*. A Igreja ficou na verdade muito grata a Copérnico por essa tese. Suas ideias — sem causar comoção — tornaram muito mais fácil calcular com precisão datas da páscoa e de outras festas móveis determinadas pela lua. Diferente de Galileu, Copérnico desfrutou de uma velhice tranquila e confortável, nem censurado nem confinado em prisão domiciliar, nem ameaçado com tortura e excomunhão.

Como explicar a diferença de tratamento dispensado a esses dois homens? A diferença está na relação de cada um deles com o empirismo, no sentido pelo qual até hoje homenageamos Galileu: *conhecimento baseado na experiência*. Como o cientista ambientalista William Eddy apontou num ensaio visionário, Galileu declarou que sabia o que sabia

com base na experiência dos próprios sentidos. Copérnico expôs as mesmas ideias, mas baseou-as apenas em hipóteses. Galileu mudou a face da ciência para sempre ao proclamar que a experiência pessoal podia conduzir ao conhecimento da verdade. Não é de surpreender que a Igreja — a autoridade estabelecida, que detinha o monopólio do conhecimento por decreto — reagiu com toda a força, com a perseverante determinação de fazer Galileu negar *não suas ideias, mas a base sobre a qual ele assegurava serem verdadeiras*.¹

Galileu iniciou uma revolução não só sobre o modo de buscar a *teoria sobre a teoria*, mas sobre o modo de buscar o *conhecimento sobre o conhecimento*. Essa revolução tem uma profunda relevância para a investigação da experiência aparentemente anômala. Nós devemos seguir o caminho mostrado por Galileu e começar com um empirismo fundamentado na experiência pessoal, buscando localizá-la da maneira mais honesta e autêntica que pudermos. Isso significa começar com os dados que naquele momento, em sua maior parte, surgirem dos relatos profundamente pessoais de um conhecimento que não parece seguir as nossas regras científicas *usuais*. Significa rejeitar a tentação de substituí-los por outros que sejam mais fáceis de estudar, mas que removem características vitais daquilo que estamos exatamente tentando entender. E significa desistir da negação que atualmente sequestra os nossos dados reais, mantendo-os imunes ao escrutínio consensual, aberto e público.

A ciência já não vive sob o domínio oficial da Igreja. A negação contemporânea do conhecimento que desafia o conhecimento estabelecido já não é forçada por ameaças de excomunhão literal. Mas o conhecimento estabelecido não deixou de exercer sua influência. Nem de exercer repressão.

A auxiliar de enfermagem mentia. O médico de esportes limitou a sua prática. A jovem médica dissimulava. O neurocirurgião parou de lecionar. O famoso psiquiatra escondeu seu ensaio numa gaveta para seu subsequente e permanente arrependimento. Todos eles traíram o empirismo quintessencial — o conhecimento baseado na experiência profundamente pessoal e especialmente valorizada dos próprios sentidos.

No momento, as histórias que essas pessoas contam, como a minha história de Harold e a harpa, são dados empíricos. Sim, são preliminares, caóticos e difíceis de se submeterem a uma revisão sistemática. Mas neste momento é do que dispomos para trabalhar. O desafio que nos aguarda

consiste em descobrir como começar a entendê-los cientificamente.

4. Estados Mentais: Conhecimento que Não Parece Conhecimento

Há muitos anos, fui convidada para um jantar e me sentei ao lado de um campeão de pôquer. Em frente a nós estava o proprietário de um grande cassino. A conversa entre os dois era recheada de referências ao espantoso número de vitórias do meu vizinho. Em dado momento entrei na conversa, dirigindo-me ao dono de cassino: “Ele *não pode* ganhar todas as vezes! O senhor não quis dizer isso, não é mesmo?”

Repentinamente sério, o homem me fitou diretamente nos olhos: “Na verdade, *ganha* sistematicamente. É notável. Nós nos conformamos porque ele compensa o prejuízo: as pessoas fazem longas filas para vê-lo jogar. Mas eu não tenho ideia de como ele faz isso.”

Eu me virei para o meu vizinho: “Como *o senhor* faz isso?” Ele sorriu, deu de ombros e me disse que simplesmente gostava de jogar. Eu não me dei por convencida. “Não”, repliquei, “é sério. Estou interessada. Se isso é verdade, o que pode me contar a respeito? Como acha que faz isso?”

O jogador me lançou um olhar avaliador; eu podia senti-lo pesando as opções de que dispunha para me responder. Então tomou uma decisão.

“Está bem”, disse. “Está bem, eu lhe contarei a verdade sobre como eu ganho. É simples: sempre sei quais são as cartas dos adversários. E não porque me lembre das cartas que já saíram. Eu sei porque *vejo* as cartas deles; sei exatamente o que têm na mão. Mas aqui está o segredo: eu sei, *mas sei que ao mesmo tempo não sei*. Essa é a verdade sobre como consigo ganhar.” O jogador era um médico proeminente da costa oeste, alguém eminentemente enraizado no pensamento racional, que dispensara um bocado de atenção para entender — e escrever a respeito — o funcionamento do cérebro e suas funções. Mas o estado mental que lhe propiciava saber exatamente que cartas os adversários tinham nas mãos nem ele nem nenhum neurocientista jamais devotou tempo suficiente para mapear. É um estado que o médico e jogador era totalmente incapaz de compreender, por não ter qualquer relação com os modelos cérebro-mente que lhe eram familiares. Esse paradoxal estado mental parecia-lhe tão bizarro que se recusava até a acreditar em sua existência, quanto mais levá-lo a sério.

Quatro anos depois desse jantar, ele me escreveu uma carta. Ainda se debatia com o paradoxo, mas esse assumira um contorno diferente:

Na época do jantar em que nos conhecemos, era verdade que eu ganhava sistematicamente, contra todas as probabilidades. Entretanto, depois passei por um período em que parei de "ver" as cartas. Como resultado, deixei de jogar. De tempos em tempos volto a jogar só para testar, mas até o momento o "palpite" não voltou mais.

Veja bem, eu tive esse "palpite" intermitentemente durante muitos anos e a falta dele poderia ser um fato temporário meramente estatístico, mas me parece significativamente diferente, como se eu não tivesse mais acesso a essa "informação". Ao contrário, comecei a sentir como se soubesse que o outro jogador compraria uma carta que me derrotaria. Por causa disso, parei de jogar há mais ou menos um ano.

Agora, olhando para trás, não estou certo de que tive qualquer conhecimento verdadeiro, de que tudo não passou de uma série de coincidências notáveis. Por outro lado, a minha sensação de que as cartas me seriam desfavoráveis também pode ser vista com uma forma diferente do mesmo tipo de conhecimento.

O que também é interessante é que, durante esses períodos de "palpite" positivo, eu tinha a sensação de que havia mais a caminho — quero dizer, mais respostas positivas. Agora é como se tudo fosse um sonho distante.

Talvez seja por isso que estou trabalhando para entender a ignorância e os limites do conhecimento (em termos neurológicos e não meramente lógicos).

Eu lhe telefonei depois de receber a carta. Ele tentou articular sua ambivalência sobre a experiência: "Uma parte de mim diz: *prove* que isso aconteceu! Prove que não foi apenas uma maré de sorte — estatisticamente improvável, mas perfeitamente explicável. Outra parte de mim sente nostalgia. Algo diferente *estava* ocorrendo; eu sentia que tinha acesso a alguma coisa. Era boa, era real, mas agora não tenho certeza. Gostaria que tivesse sido verdade... mas não sei."

O que era essa "coisa" que deixava aquele homem nostálgico? Não me pareceu que seu anseio fosse por novas vitórias no pôquer, nem mesmo

pela certeza que costumava ter e agora perdeu. O que me parecia era que ele ansiava por lidar de novo com aquele estado mental paradoxal em que estivera imerso. Enquanto jogava pôquer, jogava com o paradoxo. Rendera-se ao paradoxo, atuara nele, observara-se atuando nele, incomodara-se por entendê-lo tão pouco e fora em frente a despeito disso, espantando-se e a todos com o que veio à luz. Agora lutava para ter certeza de que tudo aquilo de fato acontecera e doía-lhe não contar com essa certeza. Quanto mais ele tentava, mais falhava e mais questionava se tudo aquilo acontecera mesmo.

A autoanálise do jogador de pôquer reflete um dos primeiros problemas que enfrentamos quando passamos por uma experiência aparentemente anômala. Olhando para trás, parece inacreditável. E quando algo se afigura inacreditável, geralmente tentamos fazer que aconteça de novo. É assim que, para início de conversa, provamos que de fato aconteceu. É assim que reproduzimos experimentos científicos. Procedemos da mesma maneira na vida cotidiana: “*Faz de novo!*”, bradam as crianças numa festa, oscilando entre a crença e a descrença quando veem o mágico tirar coelhos da cartola. “*Será que ele pode fazer isso de novo?*”, perguntam-se. “*Mostre de novo — mostre de novo! Aí eu vou acreditar!*”

Mas o nosso instinto de reproduzir a experiência gera um enorme problema no esforço para entendermos o conhecimento anômalo. A única maneira de criar o cenário para a reprodução é por meio do controle. Os controles experimentais são uma tentativa de eliminar a interferência das probabilidades e do acaso. Seu objetivo é nos proporcionar certeza: nós *sabemos o que sabemos* porque podemos fazer acontecer de novo. Nós lutamos para nos afastar do terreno incerto do jogador de pôquer, que podia apenas afirmar: “*Eu sei — mas sei que ao mesmo tempo não sei.*”

Contudo, se quisermos estudar a sério o conhecimento anômalo, teremos de rever o nosso conceito de reprodução e controle. O controle a que estamos habituados parece antiético no estado mental em que dizemos “*Eu sei — mas sei que ao mesmo tempo não sei*”. É um estado fugidio: difícil de submeter à nossa vontade e ainda mais difícil de comandar. Requer suspensão entre as polaridades comuns de certeza e incerteza, pensamento ativo e atenção receptiva.

À medida que eu examinava as pesquisas sobre conhecimento extraordinário, ficava mais fácil descartar boa parte logo de início. Mas eu estava aos poucos montando um arquivo de relatos de algumas das mentes científicas mais respeitáveis acerca dos experimentos que iam muito além da simples leitura de cartas. Esses cientistas tentavam investigar o tipo de dado pessoal e subjetivo que eu começara a suspeitar pudesse jazer no âmago do entendimento da experiência anômala.

De tempos em tempos, eu ouvia sobre indivíduos que afirmavam destacar-se em alguma forma de conhecimento intuitivo. Se um relato fosse convincente o bastante, eu o investigava. Isso implicava aventurar-me numa área extremamente pessoal. Implicava conversar com pessoas que exercitam algo chamado de clarividência, pessoas que não só não negavam sua experiência anômala, mas na verdade aceitavam-na com todos os seus paradoxos. O que elas nos poderiam ensinar sobre uma forma diferente de pensar acerca de “saber sem saber”? Eu recebi uma infinidade de indicações de amigos e conhecidos cientes da minha pesquisa, mas a maioria delas não resultou em nada; quase sempre aquelas pessoas que se proclamavam detentoras de habilidades simplesmente não resistiam ao meu escrutínio. Então surgiu uma situação que me incentivou a submeter uma delas a um teste.

Eu estava entrevistando candidatos para um cargo de diretor administrativo, alguém para gerenciar uma organização do setor artístico. O número de concorrentes se reduzira a duas mulheres, mas eu estava indecisa. Ambas não podiam ser mais diferentes. Cada uma apresentava inúmeros pontos fortes e pontos fracos consideráveis. E guiariam a organização em direções totalmente diversas. Fiz o que costumo fazer quando tenho de tomar uma decisão difícil: pesei as opções. Isso não me levou a lugar nenhum. Numa manhã acordava certa de que uma delas era a mais indicada; na manhã seguinte, tinha certeza de que devia escolher a outra.

Em meio ao meu dilema, um velho amigo me ligou, contando que acabara de receber um diagnóstico espantosamente acurado de sua doença — pelo telefone, de uma mulher que não tinha nenhuma informação a respeito dele além do seu primeiro nome. Ele lhe telefonara por recomendação de um amigo. E me descreveu com profusão de detalhes o que ouvira. Era fascinante — e se tratava de um amigo em quem eu

confiava. No final da conversa lhe pedi o número da tal mulher.

Essa mulher, Deb Mangelus, morava em Cape Cod. Liguei para ela, deixei meu número e solicitei uma sessão, sentindo-me exatamente como me senti quando telefonei para Harold por conta da harpa: o que tinha a perder? Recebi uma mensagem em resposta: ligar para ela às dez horas da manhã no sábado seguinte.¹

No dia e hora marcados, telefonei. Seguindo o exemplo do meu amigo, informei-lhe apenas o meu primeiro nome — não lhe disse nada sobre o motivo por que estava ligando, exceto que me haviam falado a seu respeito e eu estava curiosa sobre o que ela fazia. Deb passou diretamente para uma apresentação obviamente ensaiada. Às vezes, ela disse, as pessoas lhe telefonavam e revelavam o problema para o qual precisavam de ajuda. Então ela se concentrava no problema. Às vezes as pessoas lhe pediam simplesmente para lhes revelar o que visse. Não lhe davam nenhuma informação e ela simplesmente ia em frente e falava.

Cética em relação à primeira hipótese, optei pela segunda. Nem uma palavra, nem uma pista sobre o meu dilema na escolha da diretora administrativa — na verdade, isso sequer passou pela minha cabeça. Eu estava bem mais interessada em saber se aquela mulher podia realmente fazer o que meu amigo dissera que fazia.

“Tudo bem”, Deb respondeu. “Vou demorar alguns segundos para ter certeza de que é você quem eu estou vendo. Depois direi tudo o que vier. A sessão toda será gravada. Eu lhe enviarei a fita pelo correio.”

Por um breve instante ela ficou em silêncio. Então prosseguiu: “Você está para tomar uma decisão. Há duas mulheres envolvidas. Elas são muito diferentes. Uma é extrovertida, alegre, alguém com quem podemos nos divertir. Ela tem problemas com as palavras. Talvez não seja sempre confiável. O fogo é uma grande parte da imagem; eu vejo vocês duas de mãos dadas como crianças, dançando ao redor de uma fogueira.” Deb fez uma pausa. “A outra é diferente — diferente mesmo. É muito responsável. Zelosa. Ordeira. Está acontecendo a coisa mais engraçada... eu a vejo com as mãos cruzadas sobre o colo. Simplesmente *não consigo* vê-la descruzar as mãos.”

Tive a mesma sensação estranha, dissociativa, de quando coloquei no carro a harpa da minha filha no estacionamento dos fundos do supermercado, a mesma súbita sensação de ver o meu mundo se alterar de modo irreversível. Para começar, a descrição que Deb fez das duas

mulheres me pareceu inacreditavelmente acurada. Eu gostara um bocado da primeira candidata, que me dera a impressão de que seria uma colega extremamente divertida, embora suas redações fossem terríveis e eu me perguntasse como ela lidaria com detalhes. Fiquei menos impressionada com a outra mulher. Acreditava que seria boa com os detalhes, mas duvidava de sua capacidade de se entusiasmar com o trabalho. Ela me parecia tediosa. E o mais impressionante: essa segunda mulher conseguira passar as duas horas de entrevista *com as mãos firmemente cruzadas sobre o colo*. Eu me lembro de nessa ocasião ter me perguntado várias vezes: “Como é que alguém consegue ficar tanto tempo com as mãos cruzadas desse jeito?” Depois que ela saiu, comentei o fato com a colega que estava conduzindo a entrevista junto comigo e essa imagem ficou gravada na nossa mente.

E a imagem do fogo? A primeira mulher tinha uma vasta cabeleira ruiva. Eu brinquei com ela, quando entrou na sala: “*Agora eu sei o significado de cabelos de fogo!*”

Conhecimento anômalo? Parecia tratar-se disso, sem sombra de dúvida. Mãos cruzadas e cabelos de fogo? Esses eram detalhes que fugiam totalmente das banalidades que garantiam o sucesso das cartomantes dos parques de diversões e dos horóscopos das revistas semanais.

Nos dois anos seguintes conversei com Deb mais algumas vezes. Não foi por causa do espanto nem da credibilidade conferida por detalhes como o da imagem das mãos cruzadas que mantive o contato. Eu não lhe dera nenhuma informação, ou só o mínimo inevitável. Mas em questão de minutos Deb me disse coisas que me causaram a sensação de que ela via a minha vida com uma clareza que nem meus amigos mais próximos tinham, coisas que eu sabia, mas ainda não havia percebido que sabia. Coisas que soaram extraordinariamente verdadeiras e importantes. Ela foi direto aos dilemas, escolhas, problemas e desejos principais da minha vida. Deb estava de algum modo rompendo todos os padrões que eu conhecia sobre o modo como as pessoas têm revelações sobre si mesmas. Ela me *conhecia*. E eu não posso explicar como. Sempre que eu começava a imaginar se aquilo era mesmo verdade, Deb me apresentava outra imagem tão específica, concreta e totalmente improvável como aquela das mãos cruzadas. E a rachadura no quadro que eu costumava traçar das coisas se ampliava um pouco mais.

Depois de várias sessões, perguntei a Deb se podia contar-me mais

sobre o estado mental em que ela via o que via. As informações lhe chegavam sempre por meio de imagens? De onde achava que vinham? Ela via dentro da minha mente? Via alguma realidade objetiva fora da minha mente?

Deb reagiu bem: ponderada, interessada, hesitante, mas disposta a questionar e analisar. Respondeu que não tinha bem certeza do que via. Tinha ainda menos certeza de como via. Algumas imagens simplesmente lhe vinham à mente — certa vez foi a de minha filha mais nova, junto com a palavra *fada*. Com efeito, um amigo que estivera observando essa minha filha no nosso jardim comentou que ela era “uma verdadeira fada das flores”. Divertida, repliquei que não era a primeira vez que usavam a palavra “fada” para descrevê-la. Sua professora do quarto ano, tentando inutilmente convencê-la de que seria conveniente controlar um pouco a exaltação dentro da sala de aula, certa vez a comparara a uma lata de refrigerante Sprite (Em inglês Sprite significa fada, dentre outras acepções - N. da T.) violentamente sacudida e aberta em seguida. A imagem fez minha filha chorar de tanto rir durante meses — durante as aulas. E a coisa pegou. Por anos a família inteira só a chamava de “nossa Sprite”.

Em outra ocasião, Deb me avisou que eu precisava de nutrição. Eu não havia comentado nada com ela, mas na verdade passara dois dias sem ingerir alimentos sólidos e estava contando as horas para voltar a comer decentemente. Deb me fazia pensar na palavra *clarividência*. *Ver com clareza*.

Ela nem sempre acertava. Às vezes mencionava uma imagem que não correspondia a nada; e eu comunicava o fato com uma irritação de que sempre me arrependia. O meu extremo mau humor me fez perceber minha semelhança com o amigo jogador de pôquer: eu queria certeza. Queria que Deb errasse — ou acertasse — de modo uniforme. Sem meias medidas. Lembrei-me de que, na primeira vez em que telefonei para Harold para falar sobre a harpa desaparecida, ele começou com uma alegre advertência: “Eu *sou muito bom, acerto talvez 90%, mas, tenho de lhe dizer, não acerto 100%.*” Era o suficiente para uma resposta. Suficiente para a confiabilidade e previsibilidade com que gosto de contar.

Expliquei para Deb que estava me debatendo com o estado mental paradoxal do jogador de pôquer: “Eu *sei — mas sei que ao mesmo tempo não sei.*” Ela começou a traçar o quadro de um relacionamento diferente com o conhecimento: “É verdade que eu tento ver o que vejo, mas depois

paro de tentar”, ela me disse. “‘Isso’ me domina — não, não me pergunte o que é ‘isso’, porque eu não sei. Não existe ‘isso’: isso não sou eu, esse é o ponto. Só que é, sim, porque vem lá de dentro, bem fundo, de mim.” Indaguei a Deb quando começou a enxergar as coisas daquela maneira.

Tem tudo a ver com a minha mãe e suas muitas irmãs... quando eu era criança e o telefone tocava, minha mãe costumava dizer: “Deborah, atenda o telefone, é a sua tia Rosie.” Bem, a minha tia morava em Yonkers e nós, em Connecticut e passávamos meses sem nos falar. Mas, sem duvidar por um segundo sequer, eu pegava o telefone e cumprimentava: “Oi, tia Rosie.” Sem se surpreender, ela respondia: “Oi, Deborah, como vai, menina? Sua mãe está aí?”

Creio que elas me ensinaram a usar um certo canal de comunicação que não percebi que era inusitado até entrar para a escola. Eu respondia ao que achava que a professora estava dizendo, mas na verdade respondia ao que ela estava pensando. Por causa disso, eu sempre era mandada para a sala do diretor... o que a minha professora pensava e o que dizia eram coisas muito diferentes e logo aprendi a ficar de boca fechada. O ambiente penoso da minha infância me levou a desenvolver uma “hipervigilância”... eu usava o modo como sabia das coisas para detectar perigo no ambiente, para me manter a salvo. O canal foi aperfeiçoado pela insegurança. O detector de perigo foi muito útil quando trabalhei como enfermeira em ambientes de alto risco. Eu intuía o perigo e depois o comprovava com as máquinas e com um exame científico minucioso.

Eu já ouvira sobre outras pessoas que tinham a fama de serem dotadas de uma capacidade intuitiva tão notável quanto a de Deb. Três sobressaiam tanto como excepcionais pela capacidade de saber coisas de modo inexplicável quanto por serem convincentes em sua capacidade de discorrer sobre o que sabiam de uma maneira lúcida e bem-fundamentada. Eu agendei entrevistas com os três: Ellen Tadd, de Massachusetts, John Huddleston e Helen Palmer, ambos da Califórnia.

Alguém que eu conhecia e respeitava participara de um *workshop* dirigido

por Ellen Tadd e acreditava que suas habilidades suportariam um exame minucioso; ela parecia merecer uma investigação mais profunda.² Numa viagem para o leste, eu me encontrei pessoalmente com ela. No início da nossa primeira sessão, eu lhe informei apenas o meu nome e lhe disse que gostaria que ela simplesmente me contasse o que visse. Mais uma vez, senti todo o meu ceticismo em ação.

Ellen começou olhando a minha mão direita, o que, pelo que me disse, ativava a sua clarividência, e começou a descrever as minhas vidas passadas. Minha inquietação deu um salto. *Vidas passadas?*

Não falei nada, mas Ellen deve ter sentido a minha resistência. “A propósito”, advertiu-me, “não se preocupe se não acreditar em vidas passadas. Encare-as como uma metáfora. Eu pessoalmente considero as vidas passadas como um modo útil de ler as histórias das pessoas e ver como essas histórias influenciam a vida atual, mas não tem importância se para você não for assim.”

Eu me acalmei. Pelo menos Ellen era uma profissional inteligente; sabia como enfrentar a resistência. *Metáfora*. Eu podia lidar com isso. A conversa mudou, passando a focar as minhas filhas. Ellen disse que estava vendo que alguma coisa estava fora de equilíbrio entre mim e uma das minhas filhas. Essa menina, disse-me, estava no momento resolvendo um trauma de uma vida passada e eu não a estava ajudando nessa tarefa. Ellen continuou: “Vejo que um dos seus filhos — uma menina, certo? — essa menina é muito cuidadosa, muita séria sobre as coisas. Parece bem mais velha do que é na realidade.”

De fato, eu descreveria uma das minhas filhas dessa maneira, mas logo me ocorreu que essa descrição não era das mais incomuns. Ellen prosseguiu:

Você está tentando acalmá-la. É um erro. Ela está trabalhando uma experiência que teve muitas vidas atrás e que é o tema da sua vida atual. Ela foi um senhor feudal que vivia na fronteira da Escócia. Ali construiu uma pequena utopia. As pessoas eram bem alimentadas e contentes. Ela lhes devotou a vida. As pessoas viviam tão contentes que relaxaram a vigilância da fronteira. Certa noite, um bando de pictos, um dos povos da época, cruzou a fronteira e destruiu tudo. As pessoas estavam totalmente despreparadas para o ataque. Todas as mulheres e crianças foram violentadas, torturadas e mortas. A sua filha

ainda carrega a terrível culpa que sentiu por deixar seu povo tão confortável que todos esqueceram como lutar.

Quando a sua filha lhe pergunta se deveria pintar as folhas de uma árvore que ela desenhou de um tom claro ou escuro de verde, você pensa que lhe dá segurança quando responde que qualquer cor que ela escolher ficará boa. Só que assim você não lhe está dando segurança alguma. Para ela, qualquer decisão é uma decisão sobre como administrar o feudo, com todas as implicações. É uma questão de vida ou morte. Todas aquelas pessoas estão sobre os ombros dela. Você não ajudará a aliviar o peso tentando convencê-la de que a cor que escolher não tem importância. Para ela, tem toda a importância do mundo. Para ela, não é uma simples pintura, mas a vida das pessoas. Você a ajudaria mais levando a sério cada uma das decisões que ela precisa tomar.

As palavras de Ellen não tiveram a impressionante especificidade da imagem das mãos cruzadas que Deb viu. Por outro lado, ela captou a verdade psicológica acerca da minha filha e do nosso relacionamento de um modo espantosamente preciso. Mesmo descartando completamente a questão das vidas passadas, Ellen estava absolutamente certa sobre o estado psicológico da minha filha. Mais ainda, ela acertadamente detectou que as minhas tentativas de ajudar minha filha a se preocupar menos não estavam surtindo efeito. Essa filha se preocupa um bocado. Adora desenhar, mas frequentemente me pede conselhos sobre cada pequeno detalhe do desenho. Eu costumava assegurar-lhe que qualquer decisão que tomasse seria ótima, adorável, muito boa, mas eu percebia que isso não estava dando certo.

De súbito, por causa de Ellen, vi minha filha sob outro prisma, com uma clareza profundamente útil e iluminadora. Eu sabia que o que Ellen dissera não era apenas correto, mas também importante. Por mais triviais que me parecessem as decisões que minha filha me pedia ajuda para tomar, eu lhe seria bem mais útil se lhe mostrasse que levava as suas preocupações a sério. “É claro”, pensei, “eu tinha de saber disso.” Novamente experimentei a sensação de que Ellen estava transmitindo, como Deb também fizera, exatamente o que eu precisava saber — que, em determinado nível, eu já sabia, mas não me permitira saber que sabia.

Em certo sentido, há algo inteiramente familiar no quanto a visão de Ellen sobre a minha filha foi relevante. Estou habituada à sensação

provocada por uma visão quando está correta. Sou psicanalista há 30 anos. Passei milhares de horas com pacientes. Experimentei muitos milhares de momentos em que uma verdade faz toda a diferença porque atinge precisamente o alvo, exatamente o que o paciente precisa ouvir. Meu trabalho como educadora visa, em boa parte, ajudar os alunos a aguçar suas habilidades para desenvolver e articular visões como essa, visões que são acurada e exatamente corretas. Não existe nada mais vital para a prática clínica. Então eu reconheço os ingredientes. Reconheço a visão quando provoca uma sensação verdadeira. O que não me é nem remotamente familiar é obtê-la dessa maneira. Como, afinal, Ellen conseguiu chegar lá? Como conseguiu fazer que eu chegasse lá?

No final da minha segunda conversa com Ellen, resolvi fazer uma pergunta específica. Eu estava arquitetando um projeto de pesquisa e tinha em mente cinco pessoas que poderiam ser colaboradoras, mas teria de escolher apenas uma. Dei a Ellen a lista com todos os nomes — só os nomes — e lhe pedi para avaliar as virtudes e confiabilidade de cada candidato.

Ellen prontamente discorreu sobre as três primeiras pessoas; tudo o que disse combinava com o que eu já sabia a respeito delas. Entretanto, quando chegou ao quarto nome, parou. Tratava-se de um homem que eu não conhecia pessoalmente, mas cujo trabalho eu já havia lido; eu planejava entrar em contato com ele quando a minha proposta de pesquisa estivesse encaminhada. Ellen perguntou seu nome novamente. Ficou em silêncio por um minuto, depois revelou que simplesmente não conseguia encontrá-lo. Isso acontece às vezes, acrescentou; simplesmente não conseguia estabelecer contato. Então, ela passou para o quinto nome e mais uma vez teve muito que falar.

Mais ou menos um mês depois, eu estava pronta para procurar o homem cujo nome fora o quarto na lista. Localizei seu número de telefone e liguei. Uma senhora atendeu. Eu lhe informei com quem gostaria de falar. “Sinto muito”, ela replicou, “mas ele morreu inesperadamente há umas seis semanas.”

Coincidência? Comparei as datas. Ele morrera exatamente duas semanas antes da minha conversa com Ellen.

Eu lhe indaguei quando tomara conhecimento de sua capacidade intuitiva.

Tive muitas experiências quando era criança e conseguia sentir os sentimentos das outras pessoas. Era comum eu ficar espantada com o fato de que o que elas falavam e o que eu sentia que elas estavam pensando eram coisas completamente diferentes. Eu também dormia com a luz acesa porque via rostos na escuridão e me sentia mais segura assim. Tentei falar com meu pai, que era físico, sobre as minhas experiências. Ele achou que eu tinha uma imaginação criativa — não entendeu realmente o que estava acontecendo. Busquei respostas nos livros, não em outras pessoas. Quando fiz 19 anos, minha mãe falecida apareceu e falou comigo e pela primeira vez percebi que a minha sensibilidade era um dom e não um problema. Depois desse encontro comecei a me sentir à vontade com a minha sensibilidade e a trabalhar para desenvolvê-la.

Senti a rachadura na superfície familiar das coisas se ampliar um pouco mais.

Em seguida telefonei para John Huddleston, outro da minha lista de pessoas que se acreditava terem uma capacidade intuitiva fora do comum.³ Eu conhecera John apenas como membro de um grupo de acadêmicos, cientistas e visionários que se reuniam uma vez por mês para trocar ideias. Alguns deles nos apelidaram de Grupo de Ressonância. Quando John e eu nos conhecemos melhor, fiquei sabendo que ele era um intuitivo profissional e nós dois descobrimos que compartilhávamos muitos interesses.

John dava consultas particulares como intuitivo havia 30 anos, com clientes vindos de todo o país. Nos últimos 15 anos também lecionava no Berkeley Psychic Institute, ensinando os alunos a desenvolver a intuição. Depois de nos falarmos várias vezes, marcamos uma sessão por telefone. A essa altura eu já estava familiarizada com a misteriosa e palpável sensação que me tomava durante as nossas conversas, de que ele me *conhecia*. Metade de mim praticamente esperava isso.

Então aconteceu algo que eu não esperava. John fez uma descrição de um parente muito próximo que não era apenas totalmente improvável, mas profundamente perturbadora. Eu conhecia esse parente tão bem que, antes do fim da sessão, eu disse a John que ele acertara muitas coisas, mas errara por completo sobre aquela pessoa. Era simplesmente impossível

que essa pessoa fizesse o que John me contara.

Ele não se abalou. Parecia relaxado e à vontade, admitindo que podia errar às vezes. Entretanto, ressaltou, apostaria todas as suas fichas de que não errara daquela vez. Eu desliguei o telefone, inquieta, mas recusando-me a duvidar do que eu sabia acerca de alguém tão conhecido e querido. Doze dias depois, recebi as notícias. Tudo o que John me revelara provou ser verdadeiro. Eu estava tão atônita quanto o resto da família — mas eles ao menos não tiveram de se debater com o fato de alguém ter contado tudo 12 dias antes.

John se recordou da primeira vez em que percebeu que obtinha informações num nível diferente:

**

Eu tinha uns 7 ou 8 anos e estava na escola, em Wyomissing, Pensilvânia. Estávamos estudando um livro escolar sobre a história universal. Lembrome da ilustração do capítulo sobre as civilizações antigas: uma fotografia de ângulo baixo das pirâmides. Sempre que eu contemplava essa foto, ficava tonto e quase desmaiava. Era uma experiência extremamente profunda, como ser soterrado sob uma duna desmoronada. Quando eu virava a página, imediatamente me sentia melhor. A informação vinha de um plano diferente, mas eu sabia que era autêntica. E o caráter sobrenatural da experiência era fascinante e convincente. De onde vinha aquilo? Do “inconsciente coletivo” de Jung? Seria uma lembrança de uma vida passada? Eu diria que era a segunda hipótese, porque, na infância, cada um de nós está muito mais ligado intimamente a esse mundo luminoso, que inclui amigos imaginários, conversas com Deus e vislumbres de vidas passadas. Também me ajudou o fato de eu ter crescido numa atmosfera em que se aceitava o “não físico”. Minha mãe era uma artista muito respeitada e eu me lembro dela fazendo uma pausa antes de iniciar a pintura de uma paisagem com um velho moinho vermelho, “esperando para ouvir o que a paisagem tem a me revelar”, explicou. E meu avô, que era professor universitário e escritor, foi de Harvard a Walden Pond, em 1893, só para ler *Walden* à noite, à luz de velas, no que havia restado da célebre cabana, o melhor modo de entrar em comunhão com Henry David Thoreau. Ele também escreveu versos sobre recordações de vidas passadas.

Pedi a John para descrever o estado mental em que faz as suas leituras: Um estado de *concentração relaxada* é a melhor maneira de descrever. Há calma, clareza e receptividade. Há também um componente físico — com isso eu quero dizer que fico fisicamente concentrado e centrado em mim mesmo, em vez de flutuante, incorporai. Entro em comunhão com o cliente, as barreiras se desfazem e é muito fácil lê-lo, mas eu não me fundo com ele. Não se trata de uma experiência fora do corpo. Na verdade, meu estado mental é bastante pé no chão e comum.

Tive muita dificuldade em aceitar aquela afirmação de que o que ele fazia era de algum modo comum. John pareceu divertido com a minha consternação.

Comum? Ah, sim, é surpreendentemente comum. Na verdade, a maioria das pessoas usa aspectos desse estado mental em seu cotidiano, sem se dar conta. Por exemplo, um segredo importante desse estado mental é a “ausência de esforço”. E isso é bastante comum, se você pensar nas vezes em que tentou se lembrar de alguma coisa e sabia que, quanto mais se *esforçasse*, menor seria a chance de lembrar. Entretanto, quando você relaxa e o “deixa” emergir, esse estado logo se estabelece. Você o alcança sem nenhum esforço. É assim que a intuição funciona. Sem esforço. É mais fácil do que você imagina. Fazer uma leitura exige tão pouco esforço quanto abrir o portão do jardim e entrar numa nova paisagem. Eu simplesmente observo o jardim: não tenho de criá-lo.

Outro estado mental é o do discernimento. Ler é como observar um enorme mural que se move e transforma: a saúde do cliente, seus relacionamentos, família, alegrias e desafios, futuro... está tudo ali. Então, é essencial discernir o que é importante dentre todas essas imagens do mural. Imagine que você está conversando com um amigo numa festa cheia de gente e barulhenta. Você consegue perceber cinquenta outras vozes e ouvir aquela que é mais importante. Como se faz isso? Bem, simplesmente *fazendo*. Num nível mais profundo, o discernimento espiritual também é o que permite que uma mãe durma apesar do barulho dos carros e caminhões que passam na rua, mas acorde quando o bebê chora no quarto ao lado. E, por fim, fazer uma leitura é uma coisa pessoalmente reflexiva, da mesma maneira que os psicoterapeutas estão cientes de que aprendem com os pacientes.

Lembra-se de quando consolou um amigo que sofria a perda de alguém da família? Essa foi também uma oportunidade para você encarar e curar alguma dor sua não resolvida. Numa leitura, tanto o leitor quanto o cliente têm uma oportunidade de aprender, de curar e de crescer.

A verdade é que todas as pessoas têm poderes psíquicos. Todas são intuitivas. Só que a maioria bloqueia esse poder. Os pais ensinam os filhos a ter consciência. Eles reprimem as crianças, que aprendem que ter intuição constitui um comportamento inaceitável.

Helen Palmer era o último nome na minha lista. Eu ouvira a gravação de uma sessão dela com uma cliente que eu conhecia bem e fiquei impressionada com a sua descrição de dinâmicas familiares das quais eu tinha conhecimento. Ela também havia publicado vários *best-sellers* e ministrava cursos e *workshops* sobre psicologia e intuição.⁴ Marquei uma sessão por telefone com ela, novamente informando apenas o meu nome. Helen prontamente enfocou o fato de me ver escrevendo alguma coisa. Minha primeira reação foi o habitual ceticismo automático. “Uma *porção de gente escreve*”, pensei comigo mesma. “*Eu falo como alguém que estudou. Então, esse palpite não causa nenhuma surpresa. As pessoas estão sempre escrevendo. E, se não escrevem, sentem-se envaidecidas quando alguém lhes diz que são escritores em potencial. Nada do que ela está falando é digno de nota.*”

Então Helen me advertiu que eu estava cometendo um engano num artigo que eu me empenhava, com muita dificuldade, para concluir. De repente comecei a ouvir exatamente o que precisava para mudar inteiramente de rumo. Quando chegamos ao fim da conversa, eu tinha um esboço mental de um trabalho novo em folha. Dois meses mais tarde, enviei-o para a editora. Tratava-se precisamente do trabalho que Helen me disse que eu queria escrever, *não* o trabalho que pensei que estivesse escrevendo. Na pior das hipóteses, ela me fez economizar meses de esforço improdutivo. E, na melhor, salvou um trabalho que tomaria o caminho da cesta de lixo.

Helen Palmer tem escrito extensivamente sobre intuição e viaja pelo mundo todo por intermédio de sua escola, que ensina as pessoas a desenvolver a intuição. Perguntei-lhe: “Como você acessa essa intuição?”

Talvez 75% do processo consista em conseguir ficar vazia o bastante

para observar os diferentes estímulos da minha mente. Eu me concentro na minha respiração abdominal até os pensamentos e sentimentos desaparecerem. O vazio que se instala parece bastante nutritivo, suave e íntimo. Você perde a percepção do lugar onde se encontra, do corpo, do rosto. Tudo se vai, mas existe uma consciência separada que permanece. Eu preciso de tempo para ficar vazia, de modo que não antecipo nem resisto a nada que queira surgir, antes de me concentrar em alguma coisa. De outro modo fico confusa sobre o meu espaço interno e não consigo distinguir entre uma impressão acurada e as projeções da minha própria fantasia.

Chegando a esse estado de interiorização, você estabelece um ponto de convergência, um objeto focal, evitando fazer qualquer esforço. O objeto focal é uma representação daquilo com que você deseja estabelecer contato. Pode ser um símbolo de meditação com o qual você queira se unir, ou uma imagem interna de algum acontecimento do mundo externo. Você focaliza e espera. Você duvida e mesmo assim continua lá, simplesmente reconduzindo o foco para aquele *ponto* determinado até ele começar a prender a sua atenção. Então você está pronta. O processo é o mesmo, quer se esteja concentrado numa questão do “mundo” ou no conhecimento de questões espirituais, mas para essas últimas é necessária uma concentração bastante precisa.

Eu tenho usado os mesmos exercícios contemplativos para prender a minha imaginação a um objeto focal há talvez 30 anos. Você simplesmente continua deixando que o objeto se expanda na sua imaginação até parar de flutuar. Primeiro vem a fase de esvaziamento e depois, a de focalização. Você limpa o espaço interior, então focaliza o objeto. Eu mantenho a concentração imaginando o objeto como sendo bonito até o quadro em minha mente se tornar tão vivido e crível que ele começa a subsistir de maneira independente. Eu não me esforço para obter informação ou conteúdo. Apenas perco a sensação de separação em relação à impressão e aceito tudo o que surgir. Acredito que essa imaginação focalizada conecta a consciência comum a uma realidade maior, de modo que, se você ficar oscilando entre expandir o foco e receber o que surge, será criada uma estreita relação entre observador e observado.

Enquanto isso, você fica tão ausente da sala e de si mesma e da

passagem do tempo que se transforma no seu foco e passa a saber a partir de dentro. Em certo sentido você participa do que quer que esteja lendo. Você lê o outro com precisão porque você é ele — e o conhece por dentro porque a separação deixou de existir. Então o segredo é descobrir de que modo você interfere. É preciso concentrar a atenção de maneira precisa, tomando cuidado para não se projetar. É por isso que, quando ensino, enfatizo a necessidade de conhecermos a nós mesmos e o que tendemos a projetar numa leitura; é a única maneira de nos sentirmos seguros em relação à intuição.

A intuição age a partir de um estado de consciência diferente do comum: fundamentalmente diferente da consciência comum. Se não souber disso, se não souber transitar entre os estados, você começará a se sentir louca, principalmente se não puder confirmar imediatamente o que sabe. Você precisa de uma estrutura conceitual que a faça sentir-se sempre normal. Isso é essencial. No início eu me sentia muito instável, não com relação aos estados em que eu entrava, que eram na verdade reconfortantes — mas eu sentia uma solidão terrível. Achava que era maluca. Quando aprendi mais, percebi que o segredo era me manter bem *situada*. A minha clarividência podia localizar pessoas a distância ou em diferentes pontos do tempo, de modo que qualquer precisão da minha parte automaticamente situava nós dois numa realidade maior, que é — e as pessoas precisam saber disso — agradável e real. A clarividência não é um contato mente com mente, como no caso em que se leem os pensamentos do outro. Ela nos deixa ver um padrão muito mais amplo de existência.

Nem todos os comentários feitos por Deb, Ellen, John e Helen tiveram um impacto tão impressionante como a imagem de Deb com as mãos cruzadas, a análise de Ellen sobre a minha filha, a previsão que John fez sobre a ação surpreendente de um parente meu ou a correção que Helen fez do meu artigo, mas havia o bastante para eu indagar “e se?” E se pessoas como Deb, Ellen, John e Helen realmente podiam saber coisas de uma maneira que virasse de cabeça para baixo as nossas definições habituais de tempo e espaço? E se considerássemos seriamente o que isso significa, não apenas em termos do que sabemos, mas também de como temos acesso a esse conhecimento?

Essas quatro pessoas descreveram o estado mental em que acessam

seu conhecimento intuitivo de modo espantosamente semelhante. Mesmo que elas não estivessem fazendo nada além de exercitar alguma acuidade inconcebível em decifrar tons de voz, o estado mental diferente em que fazem isso parece merecer que aprendamos mais a respeito. O que é estado mental? É de fato algo comum? Acessível para as pessoas comuns? Será que todos podemos mesmo ter acesso a ele?

E se?

5. Inteligência Intuitiva: A Arte e a Ciência da União

Uma jovem amiga, cantora de rock, apareceu lá em casa. Ela aceita com naturalidade a ideia de que a vida é repleta de todo o tipo de coisas estranhas que nunca entenderemos e acha a minha determinação de propor vias para o entendimento dessas coisas mais estranha do que as coisas em si. Eu estava no meio do trabalho de classificação de pilhas de anotações sobre o estado mental das pessoas associadas com o conhecimento extraordinário. Decidi ler para ela alguns trechos.

Ela adorou. Sentiu que a visão que tinha do universo se confirmara, “isso!”, exclamou. “Isso! Tente apenas envolver tudo isso com a sua mente!” Eu respondi, um tanto distraída com o trabalho de organizar as notas nas respectivas pastas: “Não se trata de envolver essas coisas com a mente, mas de levar a mente *para dentro* delas.”

Ela me olhou com surpreso interesse.

“Talvez seja exatamente o que você está começando a fazer”, replicou. Estou? Não me sinto segura a respeito. Pode ser que esteja perto de captar a noção de um conhecimento tão imbuído de incerteza que não é percebido como conhecimento real. Pode ser que esteja me agarrando à ideia de um conhecimento facilitado mais pela condição interior da percepção que pela nossa capacidade comum de gerar conhecimento no comando do processo. Talvez meu comentário espontâneo sobre colocar minha mente *no interior* desse tipo de conhecimento em vez de em *tomo dele* reflita algo que aprendi. Minha jovem amiga, que rotineiramente confia naquilo que ela chama de “antena psíquica”, parece também pensar assim. Talvez eu tenha aprendido algo sobre um tipo de conhecimento mais enraizado no que Martin Buber chama de *conhecimento*, em oposição a *conhecimento sobre*. Mas certamente não sei como é saber as coisas do modo como o fazem os intuitivos profissionais tais como Deb, Ellen, John ou Helen.

Ou saberia?

Subitamente, singularmente, lembrei-me do estranho e dissociado momento em que, pela primeira e única vez em minha vida, eu talvez tenha vivenciado exatamente como é esse conhecimento.

Minha irmã mais nova, que morava comigo e meu marido, terminara seu último ano do ensino médio. A tia do meu marido lhe dera um relógio

de ouro extremamente vistoso, que ele jamais usou. Num ímpeto de generosidade, ele deu o relógio à minha irmã.

Minha irmã usava-o todos os dias. Mas tinha 17 anos e era descuidada. Esquecia-o em algum lugar da cozinha, no carro, na lavanderia. Uma tarde eu estava trabalhando em meu quarto quando ela irrompeu: “Não consigo encontrar meu relógio!” Nós reconstituímos onde ela estivera e quando se lembrava de tê-lo visto pela última vez. Meu marido deveria chegar dali a duas horas. Minha irmã entrou em pânico; tinha certeza de que o cunhado notaria imediatamente e perguntaria por que não o estava usando. Nós voltamos a procurar em todos os lugares e já estávamos quase desistindo.

E nesse momento aconteceu uma coisa que eu jamais havia vivenciado. Eu estava parada no *hall* da escada, próximo do escritório do meu marido. Caminhei pelo escritório: deliberada e intencionalmente, mas sem uma atitude consciente ou vontade da minha parte. Era como se assistisse a mim mesma num filme em câmera lenta. Andei diretamente para um armário no outro canto do cômodo — um cômodo onde eu havia entrado talvez por duas vezes, se tanto, em todos os anos do nosso casamento. Enquanto andava, não estava consciente de pensar, decidir, ou escolher fazer qualquer das coisas que estava fazendo ou prestes a fazer. Apenas fazia. Eu me ajoelhei — novamente, isso parecia absolutamente deliberado — estendi a mão até o fundo do armário, por trás de algumas caixas que havia depois de uma fileira de sapatos. Minha mão foi diretamente para uma caixinha revestida de couro escondida num canto, bem no fundo do armário. Peguei a caixa, levantei-me e a abri. Dentro estava o relógio.

Estranhamente, não senti nenhuma surpresa nem excitação; eu simplesmente esperava isso. Saí do escritório, chamada pela minha irmã, e lhe mostrei o relógio. “Onde estava?”, ela perguntou.

Tentei contar-lhe o ocorrido, mas era difícil encontrar as palavras. Ela fitou-me com incredulidade. Arrisquei um palpite sobre como o relógio fora parar naquele armário. Talvez, aborrecido por recuperar o relógio de minha descuidada irmã tantas vezes, meu marido o tivesse escondido. Minha irmã estava cética, mas não pôde sugerir uma explicação melhor.

Resolvi preservar o respeito dos dois. Recoloquei o relógio no armário e, quando meu marido chegou, eu lhe disse que minha irmã ficara preocupadíssima e passara a tarde inteira procurando o relógio pela casa toda.

Ele foi calmo e descontraído em sua resposta. “Fiquei curioso para saber quando ela daria pela falta do relógio. Ela o deixou no banheiro depois de você sair para o trabalho esta manhã. Então, pensei em lhe dar uma lição. Escondi o relógio no meu armário.”

Em seguida saiu e voltou com o relógio, depositando-o nas minhas mãos. “Diga-lhe para tomar mais cuidado de agora em diante.”

**

Revedo o episódio, duas coisas me chamaram a atenção. Lima foi o fato de eu de algum modo ter feito o que fiz para encontrar aquele relógio. A segunda — e igualmente estranha — foi eu ter esquecido tudo sobre essa experiência durante anos. A descoberta do relógio só me voltou à memória meses depois de eu ter começado a refletir sobre pessoas como Deb, Ellen, John e Helen. E percebi o que me levou a lembrar. O que todas essas pessoas mencionaram — o estado mental que caracterizava seu conhecimento aparentemente anômalo — finalmente me despertou para o fato de que eu reconhecia vagamente o que elas descreviam. Elas finalmente me proporcionaram um contexto para situar e entender a minha lembrança.

Telefonei para Helen Palmer para contar-lhe a história, buscando as palavras certas. Finalmente disse: “Eu não *decidi* entrar no escritório do meu marido. É claro que entrei, mas era mais como ‘se algo me fizesse entrar’..., de alguma maneira, pela experiência.”

Helen adorou. “Isso é perfeito: ‘algo a fazia’ entrar. *Exatamente*. Esse é o estado mental que na hora parece comum e você age como qualquer pessoa agiria.”

Agora que dispunha de um contexto para as sensações que acompanharam a descoberta do relógio, percebi que era um estado estranhamente familiar, que reconheci por ter experimentado nos melhores momentos em minhas aulas de técnica vocal ou em meio a um recital. Momentos em que subitamente cantava uma ária que estivera estudando e a execução era perfeita... *como se a ária estivesse de algum modo “sendo cantada por meu intermédio”*.

Eu costumava jogar hóquei sobre grama no time da faculdade. Recordo-me de, nos últimos minutos de uma partida final, correr ao longo de todo o campo de defesa do adversário como se corresse pela água,

escapando de cada jogador como se soubesse de antemão exatamente como cada um deles tentaria me bloquear. Então chutei a gol de uma posição altamente improvável, prontamente recuperei a bola e chutei de novo — e vi a bola voar através das traves do gol pela segunda vez, garantindo uma inacreditável vitória... *como se o jogo estivesse de algum modo sendo jogado por meu intermédio.*

Eu estava começando a ver, sentir e saborear o espectro do conhecimento extraordinário. Parecia depender de um estado mental cuja natureza era acentuadamente sensorial, absorvente, cinestésica, que ligava a minha experiência de cantar ou jogar hóquei àquele momento absolutamente estranho em que encontrei o relógio da minha irmã. Era um estado puramente visceral, que ultrapassava o pensamento consciente e paradoxalmente unia a intenção absoluta à falta de intenção, um simples relaxar e se entregar.

Esse elo pareceu-me imensamente reconfortante. Se realmente havia um *continuum* que se estendia de algo tão abençoadamente comum como cantar ou jogar hóquei às mais extraordinárias experiências, talvez eu pudesse encontrar meu caminho partindo do reconfortantemente trivial até o estado peculiar em que achei o relógio. Talvez pudesse até mesmo apreender o estado em que Harold localizou a harpa, ou o estado em que pessoas como Deb, Ellen, John e Helen desempenhavam seu trabalho extraordinário.

Mergulhei em relatos do extremo mais familiar do espectro, relatos de poetas, atletas, músicos, artistas e bailarinos que contavam estar no “fluxo” ou na “zona”. Por mais variados que fossem, todos esses relatos se concentravam na sensação paradoxal que parece transmudar a intenção num estado de não intenção, quando as habilidades para além da volição comum e do controle consciente comum parecem assumir o comando.

Eu li o que Michael Jordan disse sobre as suas enterradas que desafiam a mente: “Jamais treinei esses movimentos. Não sei como fazê-los.... Eu decolo, como se alguém pusesse asas em mim.”¹ Eis o que disse Catfish Hunter depois de executar seu jogo perfeito contra o Minnesota Twins, em 1968:

“Eu não estava preocupado em fazer um jogo perfeito indo para a nona. Foi como num sonho. Eu ia como se estivesse num torpor. Em nenhum momento pensei no jogo perfeito. Se pensasse, não

conseguiria — sei que não conseguiria.”² Pelé, descrevendo sua participação na Copa do Mundo de futebol de 1958: “Joguei a partida inteira numa espécie de transe, como se o futuro se desenrolasse diante dos meus olhos despreocupados.”³ E o golfista inglês Tony Jacklin: “Fico inteiramente *envolvido* no que estou fazendo.... É um estado difícil de alcançar. Ele vem e vai e o fato de você dizer, ao preparar a bola para a tacada no início de um campeonato, ‘preciso me concentrar hoje’ não é bom. Não funciona.”⁴ O filósofo alemão Eugen Herrigel teceu o seguinte comentário acerca do aprendizado de arco e flecha zen: “O tiro só sairá suave e certo quando tomar o próprio arqueiro de surpresa... Não se deve abrir a mão direita intencionalmente.”⁵

O pessoal das artes descreve experiências semelhantes. Veja o que disse Jacques d’Amboise ao dançar no auge da forma: “Quando dançamos assim, parecemos distantes. Podemos divertir-nos dançando e ao mesmo tempo observando-nos dançar.”⁶ A escritora Isabel Allende disse: “Tenho a sensação de que não escrevo meus livros, de que a história vem de algum modo flutuando... Não sei o que estou escrevendo.”⁷ Anne Sexton comentou, a respeito de ser poeta: “Tudo o que sou é o truque das palavras escrevendo a si mesmas.”⁸

No centro de cada relato estava a descrição de alguma extensão radical do conhecimento, que ocupava corpo e alma, coração e mente. Agora começo a reler com novos olhos o vasto acervo das pesquisas recentes que exploram conhecimentos como esse, que emergem de um ponto para além do intelecto. São pesquisas feitas por cientistas cognitivos, educadores, neuro- cientistas, psicólogos e sociólogos. Nenhum deles aborda o conhecimento aparentemente anômalo, mas talvez a pesquisa sobre esses “momentos extremos” possa ajudar-nos a pensar sobre o que acontece no outro lado do espectro.

As pesquisas sobre o conhecimento para além do intelecto ganharam enorme impulso em 1983, quando o psicólogo Howard Gardner, professor de cognição e educação em Harvard, apresentou a teoria das inteligências múltiplas em seu livro *Frames of Mind*.⁹ Gardner desafiou o conceito predominante de QI, afirmando que existem outras formas fundamentais de inteligência que não têm correlação com o QI. Ele especificou sete

tipos distintos: não apenas linguístico e lógico-matemático (tipos mensurados pelos testes-padrão), mas também musical, espacial, físico-cinestésico, além de duas formas de inteligência pessoal, uma dirigida aos outros e uma dirigida a si mesmo. A perspectiva de Gardner podia ser encontrada em fontes que iam de Platão aos Upanishads hindus, mas havia recebido pouca atenção da ciência cognitiva até Gardner ajudar a estabelecer um modo formal, cuidadosamente documentado e inteiramente pesquisado de definir capacidades que não se limitavam ao intelecto. Suas ideias ressoaram num grau jamais esperado, tanto dentro da comunidade da psicologia quanto na cultura popular. Seu livro se tornou um *best-seller*. Em consequência, Gardner ajudou a reconfigurar radicalmente o conceito de conhecimento — bem como o modo de adquiri-lo — que se tinha nos Estados Unidos.

A descrição de Gardner das sete formas específicas de inteligência foi útil. Mas sua maior contribuição foi fazer-nos *pensar* em termos de inteligência múltipla. Ele mesmo antecipou que o seu trabalho sobre inteligências estava longe de ser definitivo e que seria aperfeiçoado e expandido ao longo do tempo.

O livro do psicólogo Daniel Goleman *Inteligência Emocional*, publicado nos Estados Unidos em 1995, explorou a pesquisa atual sobre outro tipo igualmente importante de inteligência, que contribui mais significativamente para o desenvolvimento da competência e criatividade do que a agilidade intelectual ou habilidade técnica.¹⁰ Ele argumentou que qualidades como empatia, autoconsciência e persistência eram componentes igualmente vitais dessa inteligência e que podiam ser ensinadas. Como Gardner, Goleman apontou os limites do QI como medida de inteligência e apresentou o convincente argumento de que a inteligência emocional, da qual os pressentimentos são componentes, nos capacita para um tipo diferente de conhecimento. E, como Gardner, Goleman tocou no nervo coletivo. Seu livro, que também se tornou um *best-seller*, ecoou o que as pessoas sabiam por experiência, mas nunca haviam conseguido articular cientificamente. O termo *inteligência emocional* continua a surgir nas conversas diárias em campos que variam de administração de empresas a terapia de casal e educação pré-escolar.

Minha experiência com o relógio me levou a pensar se haveria uma outra inteligência em funcionamento — que talvez pudéssemos chamar de inteligência intuitiva. Os momentos extremos, mesmo os mais

subjetivamente extraordinários ou magníficos, inserem-se facilmente na classificação das inteligências criada por Gardner e seus seguidores. Na medida em que esses momentos são informados pela intuição, seus aspectos intuitivos são explicáveis. Trata-se de respostas — em sua maioria não conscientes — as habilidades que desenvolvemos sistematicamente ao longo do tempo. São inteiramente previsíveis como subprodutos do aprendizado comum, mesmo quando irrompem do modo mais inesperado. Mas encontrar o relógio da minha irmã *não* era explicável como subproduto do aprendizado comum. Não houvera ali quaisquer indícios de aprendizado convencional.

Consultei o *Oxford English Dictionary*: “*Intuir*: receber ou assimilar conhecimento por percepção direta ou compreensão; saber qualquer coisa imediatamente, sem a intervenção de qualquer processo racional.” Sob essa definição encontrei uma outra: “*Intuitivo*: consiste em contemplar direta e imediatamente um objeto e vê-lo como é.”

Essa última parte da definição me pegou de surpresa: “vê-lo como é?” Pensei sobre prever os movimentos do adversário no hóquei ou encontrar o lugar onde o relógio da minha irmã estava escondido. Ou em Harold McCoy, pelo telefone e a uma distância de mais de três mil quilômetros, localizando com precisão o endereço da casa em Oakland onde estava a harpa roubada. Ver uma coisa como ela é? E se cada um desses conhecimentos peculiares implicasse um tipo de inteligência que facilitasse a capacidade de ver as coisas como são, mesmo que sejamos evidentemente incapazes de compreendê-las? Clarividência. Ver claramente.

Deb, Ellen, John e Helen pareciam ter acesso a informações que estavam indiscutivelmente dentro de mim, não deles. Lembro de conversar com Deb e pensar: “*Ela me conhece melhor do que eu mesma; está mais avançada do que eu na minha própria vida.*” E, quando falei com Ellen, pensei: “*É como se ela estivesse dentro de mim olhando para fora — vendo o meu mundo, não o dela.*” Se Deb e Ellen, literalmente, sabiam verdadeiramente o que pareciam saber a meu respeito, que tipo de capacidade perceptiva poderia dar-lhes acesso a essas informações? Esses canais perceptivos, se existiam, não me eram conhecidos e se apoiavam em alguma base sensorial ou neurobiológica que me era igualmente desconhecida. E esses canais tampouco podiam ser sequer remotamente compatíveis com qualquer entendimento convencional do cérebro humano.

Sem nenhuma maneira de conceituar as subestruturas neurobiológicas que poderiam explicar o que eles pareciam fazer, cheguei a um impasse.

Então, em 2001, dois médicos que conduziam uma pesquisa na Universidade da Pensilvânia, o radiologista Andrew Newberg e seu colega Eugene D'Aquili, publicaram um livro chamado *Why God Won't Go Away*. Com o subtítulo *Brain Science and the Biology of Belief*, o livro relata estudos acerca do cérebro de meditadores budistas e de freiras franciscanas durante estados de prece ou meditação profunda.¹¹

Newberg era especialista em usar as técnicas de imagiologia cerebral para examinar o funcionamento das várias partes do cérebro. D'Aquili havia muito nutria interesse pelos correspondentes psicológicos da experiência espiritual. Juntos, desenvolveram um projeto de pesquisa que era objetivo em seu método, mas inusitado em seu escopo de captar os fenômenos notoriamente elusivos que tinham a esperança de investigar.

Eles conduziram um experimento que lhes possibilitou examinar imagens congeladas do cérebro de pessoas durante momentos de prece ou meditação profunda. Decidiram empregar a tecnologia SPECT (*single photon emission computed tomography* — tomografia computadorizada por emissão de fóton único) para obter as imagens que desejavam. Essa escolha imediatamente colocou sua pesquisa numa categoria à parte — uma categoria extremamente inteligente.

Embora haja disponíveis outras técnicas de imageamento de alta definição para o escaneamento do cérebro, tais como tomografia por exposição de pósitrons (PET) ou ressonância magnética funcional (fMRI), a tecnologia SPECT é única por permitir um exame detalhado dos padrões de mudança do fluxo sanguíneo no cérebro de maneira minimamente invasiva para os sujeitos da experiência. Assim, os sujeitos da experiência de Newberg e D'Aquili podiam sentar-se ou deitar-se sozinhos numa sala tranquila, com acesso a qualquer material suplementar que julgassem útil, e levar o tempo que desejassem para entrar num estado de meditação profunda ou de oração. Em outras palavras, em vez de terem de meditar ou orar num horário predeterminado, confinados dentro das máquinas barulhentas exigidas pelos outros equipamentos de representação gráfica do cérebro — condições nem de longe naturais —, os sujeitos eram

estudados num meio ambiente bem mais próximo daquele de seu cotidiano.

Durante o procedimento experimental real, uma longa linha intravenosa era introduzida no braço esquerdo do sujeito. Cada sujeito então se dirigia a uma sala isolada e iniciava sua prática espiritual habitual. A única intervenção não usual era que se pedia a eles que puxassem levemente a linha sempre que se sentissem imergir num estado de prece ou meditação profunda. Quando o sujeito puxava a linha, Newberg, de uma sala adjacente, injetava um traçador radioativo por meio da linha intravenosa. O traçador radioativo atingia o cérebro quase imediatamente, mensurando a atividade do fluxo sanguíneo, e permanecia lá durante horas. Enquanto isso, os sujeitos levavam o tempo de que necessitassem para concluir sua meditação ou prece. Quando encerravam a prática, encaminhavam-se para o departamento de medicina nuclear da Universidade da Pensilvânia, onde seu cérebro era escaneado com o auxílio do SPECT. O escaneamento produzia imagens altamente detalhadas dos momentos precisos da prece ou meditação profunda, quando os sujeitos puxaram a linha e os traçadores radioativos detectaram as áreas do cérebro com fluxo sanguíneo aumentado.

Comparando essas imagens com o escaneamento de referência feito sob circunstâncias normais, Newberg e D'Aquili chegaram a inúmeras descobertas que sugeriam que algo inusitado estava acontecendo nos momentos em que o traçador foi injetado. Uma descoberta em particular me chamou a atenção.¹² Eu esperava que descobrissem quais regiões do cérebro “se acendiam” em decorrência do aumento do fluxo sanguíneo durante os momentos de prece ou de meditação profunda, sugerindo que aquelas áreas estariam especialmente ativas. Em vez disso, Newberg e D'Aquili descobriram que *certas áreas do cérebro ficavam basicamente escuras*, significando que estavam *menos* ativas do que o usual durante um estado de concentração profunda. Que parte do cérebro era afetada? Aqueles feixes de neurônios localizados no lóbulo parietal superior posterior, região do cérebro que é fundamental para a nossa orientação no mundo físico. Essa parte do cérebro normalmente nos alimenta com sinais contínuos acerca dos limites físicos do nosso eu individual em relação a tudo o mais, ajudando-nos a separar “nós” de “não nós” com mensagens como “estou aqui, não ah”, “estou junto da cama, não na cama” ou “estou no meu corpo, não no dele”. Durante os momentos de prece e meditação

profundas do sujeito, o que parou de acontecer foram todos os sinais que dizem onde localizar as fronteiras que nos separam de tudo o que não é “nós”.

Os neurônios responsáveis por orientar cada pessoa no espaço não se tornaram menos capazes de atividade do que costumavam ser; eles simplesmente parecem ter parado de receber e decodificar informações sensoriais. Newberg e D’Aquili queriam saber por quê. Eles postulavam que aquilo era simplesmente o que acontece quando o cérebro é privado de um tipo específico de informação que está habituado a receber como um fluxo constante de entrada de dados. Os neurônios responsáveis pela transmissão contínua de percepção da nossa finitude individual no espaço pararam de executar seu trabalho.

Em termos puramente neurobiológicos, as imagens escaneadas pelo SPECT levam a uma fascinante especulação. Elas sugerem que qualquer pessoa cujo lobo parietal superior posterior tiver sido inativado experimentará a mesma sensação subjetiva. Ela não se sentirá delimitada e separada do resto do mundo do modo que consideramos normal. Em vez disso, provavelmente terá uma sensação subjetiva de unicidade ou conexão com tudo ao redor.

Na verdade, essa é precisamente a experiência subjetiva reportada pelos sujeitos de Newberg e D’Aquili nos momentos em que puxaram a linha, bem como por gerações de meditadores e místicos antes deles. A essência dessa experiência, que muitos podem descrever como “ser um com o universo” ou “união com Deus”, parece ser a literal evaporação de qualquer senso de separação em relação aos outros ou ao mundo ao redor. Evelyn Underhill, uma das grandes intérpretes da experiência meditativa e mística, definia toda a experiência mística como fundamentalmente “a arte da união com a realidade”.¹³

O experimento de Newberg e D’Aquili sugere que pode existir uma base neurobiológica para se atingir essa arte da união com a realidade não por meio do acesso a novas fontes de informações sensoriais, mas por meio do aprendizado de como *interromper* o fluxo de informações sensoriais que constituem a nossa “dieta” diária habitual. E isso coincide exatamente com o que os meditadores e místicos nos têm descrito ao longo dos séculos como o modo por meio do qual têm acesso aos estados por eles alcançados.

O trabalho de Newberg e D’Aquili também oferece uma indicação

surpreendente acerca de como se deve procurar o substrato do funcionamento neurobiológico, perceptivo e sensorial capaz de gerar a capacidade de conhecimento anômalo. Uma sensação subjetiva de unicidade caracteriza não só os estados que Newberg e D'Aquili investigaram, mas também o estado em que o conhecimento intuitivo — anômalo ou não — parece emergir. O trabalho deles pode dar-nos uma base para a conceituação do conhecimento que ocorre junto com todo o espectro do que podemos chamar de inteligência intuitiva.

Eu voltei aos relatos dos atletas e artistas, que descreviam seus momentos de apogeu. Jimmy Clark, um dos maiores pilotos de automóvel de todos os tempos: “Eu não dirijo o carro, na verdade. Por acaso o carro fica sob o meu comando, mas ele faz parte de mim tanto quanto eu faço parte dele.”¹⁴ O explorador Richard Byrd, ao descrever sua jornada ao Ártico: “Eu não sentia nenhuma dúvida de o homem ser um com o universo. Era uma sensação que transcendia a razão...”¹⁵ O campeão francês de esqui e guia de montanha Patrick Vallençant: “No começo de qualquer descida íngreme... há um homem e uma esarpa de neve em harmonia.... Eu me torno parte dessa dimensão cósmica.”¹⁶

Novamente Jiichi Watanabe e Lindy Avakian, em *The Secret of Judo*: “Você e o seu adversário deixarão de ser dois corpos separados fisicamente um do outro e se tornarão uma única entidade, física, mental e espiritualmente inseparável.”¹⁷

É famosa a descrição que Charles Lindbergh fez do seu voo épico pelo Atlântico: “Não há limites para a minha visão — meu crânio é um grande olho que vê tudo de uma vez... vê tudo, sabe tudo...”¹⁸

Essas descrições me levaram de volta às minhas próprias experiências com o canto e com o hóquei. Mesmo as minhas melhores tentativas de descrever essas experiências — “a ária era cantada por meu intermédio” ou “o jogo de hóquei era jogado por meu intermédio” — separavam-me do canto e do jogo. Mas Clark, Byrd, Lindbergh e os demais não estavam descrevendo o que um sujeito faz com o objeto ou vice-versa. Clark não estava *fazendo* nada com o carro, nem Byrd com a natureza selvagem, tampouco Vallençant com a montanha, nem os artistas do judô com seus adversários. Sujeito e objeto eram um só. Percebi que o que conduzia a uma experiência do extraordinário, de saber exatamente o que, como e quando fazer, era o fato de que *subitamente não havia mais separação*. A ária e eu éramos uma só. O jogo e eu éramos um só. Por um peculiar e

bizarro instante, mesmo aqueles jogadores adversários e eu éramos um só. É por isso que eu sabia com antecedência os movimentos deles. Sabia o que fariam porque eu *era* eles.

E isso me levou direto para a extremidade anômala do espectro da inteligência intuitiva. Todos os “intuitivos profissionais” com quem conversei caracterizaram seu estado mental da mesma maneira. Como Helen Palmer expressou: “Você lê o outro com precisão porque você *é* ele — e o conhece por dentro porque a separação deixou de existir.” Deb Mangelus: “Eu sei o que sei sobre a pessoa porque vou até onde ela está. Eu me valho do fato de estarmos todos conectados, de modo que realmente vejo com os olhos dela quando faço sua leitura.” Segundo John Huddleston, “Não há nada de extraordinário porque todas as informações sobre a pessoa estão lá. Tudo o que você tem a fazer é não atrapalhar. Estamos todos conectados, esse é o ponto. Ignoramos esse fato na maior parte do tempo porque pensamos que temos de nos sentir separados.” E Ellen Tadd: “É na verdade um estado de unicidade — dessa unicidade você extrai um conhecimento profundo.”

Do não anômalo ao anômalo, tudo o que foi dito por todos os que descreveram conhecimento intuitivo correspondia ao que os sujeitos de Newberg e D’Aquili reportaram. E havia ainda mais um elo. Em todas as tradições espirituais, as pessoas que praticavam meditação ou prece profunda regularmente relatavam experiências *exatamente do tipo de conhecimento anômalo que Deb e outros descreveram*. Elas encaravam essas experiências como subprodutos comuns da prática espiritual e as consideravam na verdade uma distração do que realmente importava: a arte da união em si. Em resumo, clarividência, telepatia e fenômenos similares são algo inteiramente prováveis, mas nada que cause grande excitação. Essas habilidades meramente refletem como as coisas *são* durante a união com a realidade.

Talvez, então, os padrões de atividade neural detectados por Newberg e D’Aquili possam ajudar-nos a encontrar um substrato neural e perceptivo do conhecimento intuitivo anômalo. Talvez, se houver interrupção do fluxo contínuo de entrada de dados que alimenta a nossa percepção habitual de separação, ganhamos acesso às informações que, sob circunstâncias normais, ficam inteiramente fora do alcance. Dessa percepção pode advir uma não usual e espantosa habilidade de ver tudo ao redor de maneira totalmente diferente — uma maneira que transcende os

limites estabelecidos pelas nossas regras costumeiras de espaço e tempo delineando a separação. Num modelo perceptivo assim, o conhecimento anômalo pode deixar de parecer anômalo e, em vez disso, começar a parecer o resultado perfeitamente comum de *ver as coisas como são* quando a unicidade, em vez da separação, passa para o primeiro plano da nossa percepção.

6. Início — e Interrupção — do Diálogo: A Estranha História da Pesquisa sobre Paranormalidade

A ciência”, Werner Heisenberg certa vez comentou, “tem suas raízes no diálogo.”¹ Como me sentia cada vez mais atraída para o diálogo com colegas sobre a experiência anômala, perguntei-me que tipo de ciência poderia ter suas raízes nesses novos diálogos que eu vinha travando. E também, o que talvez fosse mais desafiador, que tipo de ciência se enraizava na *ausência* desses diálogos.

As histórias que eu vinha ouvindo eram notadamente apartadas da ciência que eu conhecia. E, assim como eu, a maioria das pessoas que me contavam essas histórias achava preocupante esse afastamento. O que seria preciso para introduzir as histórias delas em diálogos científicos sérios? Seria *possível* introduzi-las, respeitando não só as histórias, mas também a ciência? O que aconteceria com as histórias? O que aconteceria a uma ciência que lhes dispensasse uma consideração rigorosa?

Tratava-se de um campo que havia muito tempo habitava os limites mais distantes da corrente dominante da ciência. Comecei a descobrir montanhas de pesquisas e uma vasta e relevante literatura que eu não sabia que existiam. Por mais atônita que estivesse com a quantidade, não foi menor o meu assombro com o seu alto nível. A maior parte das pesquisas não correspondia apenas, mas excedia — e muito — os padrões comuns do rigor da ciência tradicional.

Qualquer bom cientista conhece a famosa máxima enunciada primeiramente pelo sociólogo Marcello Truzzi e mais tarde popularizada pelo astrônomo e escritor Carl Sagan: “Afirmações extraordinárias exigem provas extraordinárias.”² As afirmações feitas pelas pesquisas que eu estava lendo eram absolutamente extraordinárias. Sugeriam a existência de capacidades mentais que desafiavam o espaço, o tempo e as fronteiras básicas da identidade individual. Qualquer coisa menos que provas soberbas sequer começaria a justificar afirmações como aquelas. Em consequência, um grande volume de pesquisas acerca de capacidades mentais anômalas — certamente não todas, mas o bastante para causar assombro — adotava padrões espantosamente altos. As avaliações externas dessas pesquisas determinaram repetidas vezes, com frequência

para o espanto dos avaliadores, que os estudos são inteira e escrupulosamente controlados, rigorosamente projetados e cuidadosamente regulados por testes cego e duplo cego.³

Quanto mais eu pesquisava, mais descobria até onde a curiosidade científica sobre as capacidades mentais anômalas havia conduzido durante um longo período. Mas também descobri com que frequência essa curiosidade se frustrava ao tentar ingressar nos diálogos da ciência convencional. Para entender o motivo disso, decidi voltar aos primórdios da ciência moderna.

Comecei pelo cientista do século XVII, sir Robert Boyle, celebrado como o pai da química moderna. Boyle era um cientista visionário com vastas realizações. Estava entre os primeiros a defender a ideia de que todas as propriedades físicas básicas se deviam ao movimento dos átomos. Introduziu uma variedade de novos métodos para determinar a composição química das substâncias. Foi um dos fundadores da Royal Society of London, que desde então figura entre as organizações científicas mais famosas do mundo. Os estudantes de química de hoje, entretanto, conhecem-no principalmente como o autor da lei de Boyle, que estabelece a relação inversa entre pressão e volume dos gases sob temperatura constante. Contudo, descobri que ele desempenhou um papel fundamental num episódio envolvendo capacidades anômalas mentais ocorrido em meados do século XVII.

Boyle, nascido em 1627, já consolidara sua ilustre carreira em 1666 quando um controvertido ativista político, o dr. Henry Stubbe, publicou um pequeno livro sob a forma de carta endereçada ao ilustre Robert Boyle. O livro intitulava-se *The Miraculous Conformist* e descrevia as curas aparentemente milagrosas de um popular curandeiro irlandês, Valentine Greatrakes, que golpeava as partes afetadas do corpo do doente para curá-las. De acordo com o livro de Stubbe, Greatrakes era capaz de curar surdez batendo nas orelhas do paciente; dizia-se que ele curava tuberculose batendo na pessoa “até a dor ser empurrada para fora pela ponta dos dedos”.⁴ Como expressa um relato da época: “Toda a Inglaterra e a Irlanda se entusiasmaram com as curas maravilhosas descritas por Valentine Greatrakes.”⁵

Boyle ficou indignado com o uso não autorizado do seu nome por Stubbe em seu livro. Na opinião de Boyle, as alegadas habilidades de Greatrakes desafiavam a relação apropriada do homem com a natureza e

com Deus. Imediatamente escreveu a Stubbe dizendo que não queria ter nada a ver com as afirmações de Greatrakes ou de Stubbe sobre os aparentes milagres de Greatrakes.

Por outro lado, Boyle era um cientista e uma simples carta de protestos não o satisfaria. Ele decidiu responder diretamente as alegações de Stubbe. Munido de uma lista com dezessete perguntas, sir Robert se pôs a observar uma série de golpes de Greatrakes. Seu questionário estaria à altura de qualquer investigação médica moderna. Por exemplo, Boyle indagou: “Ele pode curar homens de diferentes religiões tais como católicos... judeus etc., bem como crianças ou pessoas perturbadas, para cuja recuperação a fé do paciente não pode contribuir?” “Quantas vezes ele precisa tocar o paciente e com que intervalos?” “Quais são as doenças que o sr. G. não pode curar? Dentre as que ele às vezes cura, quais são as doenças em que ele obtém melhor resultado e em quais obtém os piores resultados? Dentre as primeiras, que tipo de constituição física, idade, sexo etc. mais favorecem ou desfavorecem sua cura?”⁶

No domingo de páscoa de 1666, Boyle escreveu uma carta em que descrevia o que vira ao observar o trabalho de Greatrakes. Descreveu que observou Greatrakes recuperar a audição de uma mulher surda depois de “colocar os dedos em suas orelhas e (pelo que me lembro) bater nelas de leve... a mulher se foi toda alegre”. Apresentado a uma criada da irmã de Boyle, que sofria de “ataques fatigantes e violentos de dor de cabeça”, Greatrakes bateu “no meio da cabeça dela sem tirar a sua touca” e a mulher foi embora curada, “deixando o sr. G. livre para retomar seu discurso, o que ele fez sem a menor preocupação, como se nada o tivesse interrompido”.⁷ Depois de observar inúmeros casos como esses e de sujeitá-los ao seu questionário, Boyle retratou-se publicamente de suas denúncias anteriores sobre as habilidades aparentemente extraordinárias de Greatrakes. E se tornou um dos seus apoiadores mais fervorosos, assinando sete atestados declarando como testemunha ocular a espantosa eficácia das curas de Greatrakes, que incluíam a cura de pacientes cegos, surdos e paralíticos.

A controvérsia Boyle-Greatrakes ocupou as manchetes de jornais da época, foi amplamente divulgada e discutida, e o nome de Boyle fortemente exposto nesse furor. Mas quando eu pesquisei os trabalhos científicos modernos acerca de sir Robert Boyle, encontrei o mais profundo silêncio. Alguns poucos mencionavam o livro de Stubbe e o

protesto de Boyle por ter seu nome ligado ao livro. Mas nenhum falava das subsequentes investigações que Boyle fez acerca de Greatrakes. Nem dos seus atestados, nem de sua mudança de opinião sobre as habilidades de Greatrakes depois de observá-lo trabalhando. Eu telefonei para um amigo acadêmico, especialista em história da química. Ele não sabia nada sobre isso, mas prontamente acrescentou que lidava pouco com o período de Boyle, uma vez que ele não pertencia aos primórdios do modernismo. Como meu amigo expressou, um episódio tão “evidentemente arcano” estava completamente fora dos seus objetivos.

Evidentemente arcano? Talvez. Eu imaginei alunos do curso médio ouvindo sobre esse outro lado de Boyle, talvez até tendo uma instigante aula sobre a importância de se sujeitar o ceticismo a uma revisão feita de mente aberta e da dedicação de um grande cientista à observação sistemática diante de fatos que ele não julgava possíveis. Mas, em vez disso, o episódio foi enterrado como uma peça arcaica.

Ao longo dos dois séculos seguintes, houve muitas investigações mais cuidadosamente documentadas acerca de fenômenos aparentemente anômalos, conduzidas por membros proeminentes da comunidade científica. Assim como a investigação que sir Robert Boyle fez sobre Greatrakes, elas eram muitas vezes extensas e amplamente publicadas, mas, também como no caso da investigação de sir Boyle, foram negligenciadas como notas históricas de rodapé.

Por volta do século XIX, isso começou a mudar. Cientistas de toda a Europa e dos Estados Unidos começaram a se reunir para debater cientificamente fenômenos mentais anômalos. Eles uniram forças em experimentos e coletaram grandes volumes de relatos de casos. Entre os investigadores encontravam-se personalidades notáveis como os físicos parisienses Marie e Pierre Curie (vencedores de três Prêmios Nobel por seu trabalho com radioatividade), o físico britânico sir Oliver Lodge (cujo trabalho sobre oscilações das ondas elétricas levaram ao desenvolvimento do rádio) e o físico-químico sir William Crookes (que desenvolveu o tubo de raios catódicos, o radiômetro e o espintariscópio para observação das partículas de alta energia emitidas a partir de substâncias radioativas).

Em 1882, o interesse científico coletivo finalmente se consolidou no estabelecimento da primeira organização científica formal dedicada ao estudo de capacidades mentais anômalas. Inúmeros cientistas e filósofos eminentes se reuniram em Londres “para investigar esse amplo conjunto

de fenômenos controvertidos... sem preconceito ou predisposição de qualquer espécie, com o mesmo espírito de investigação precisa e objetiva que levou a ciência a resolver tantos problemas”.⁸ Essas reuniões resultaram na fundação da British Society for Psychological Research. Em 1885, foi criada uma organização congênere nos Estados Unidos, a American Society for Psychological Research.

O peso crescente da curiosidade científica foi significativamente responsável pela fundação de ambas as sociedades. Mas a mera curiosidade até então não fora suficiente para romper tabus do reconhecimento científico público das capacidades mentais anômalas. O fato era que, no final do século XIX, houve também uma convergência de inúmeras outras forças.

Uma delas era a frenologia, importada de Viena pela Inglaterra no começo dos anos 1800. A frenologia postulava a relação entre o formato da face e do crânio e a capacidade mental; defensores posteriores dessa ideia ensinaram a públicos mais ávidos que podiam aperfeiçoar suas habilidades mentais por meio de exercícios específicos. Os anos 1830 na Inglaterra vitoriana viram a ascensão do mesmerismo, criado por um médico vienense chamado Franz Mesmer, que defendeu a tese de que uma pessoa dotada de poderes de cura poderia curar outra fitando-a nos olhos. Mais tarde ele aperfeiçoou a teoria, propondo que tal pessoa poderia afetar a força magnética (que depois ele chamou de “magnetismo animal”) — a influência dos planetas nos corpos terrestres — manipulando o fluido nos pacientes, colocando-os num transe hipnótico terapêutico. A crença de que a mente pode ser manipulada e aperfeiçoada teve seu apogeu no crescimento do espiritualismo, movimento que declarava que o espírito humano sobrevive à morte física. Por volta dos anos 1850, o espiritualismo proclamava contar com mais de dois milhões de adeptos na América do Norte.⁹

O crescimento desses três movimentos, dentre outros, promoveu o surgimento de um grande número de pessoas que se diziam dotadas de poderes mentais anômalos e um público fascinado e ávido por acreditar nelas. No final dos anos 1800, os Estados Unidos eram o lar de 30 mil autoproclamados médiuns (pessoas que afirmavam comunicar-se com os mortos) e só na Filadélfia havia mais de 300 “círculos magnéticos” (sessões com um médium) realizados regularmente.¹⁰ Os poderes mentais anômalos estavam totalmente na moda e as sessões — em que os médiuns

afirmavam facilitar a aparição de mortos para comungarem com os vivos — constituíam um acontecimento social bastante popular. Embora surgissem relatórios de cientistas confiáveis testemunhando a capacidade de alguns indivíduos, era talvez inevitável que o campo ficasse infestado de charlatães ávidos por lucrar com pessoas crédulas e enlutadas que ansiavam por estabelecer contato com seus entes queridos falecidos.

Um gigante da psicologia do final do século XIX, William James, aventurou-se ousadamente pela arena pública para ajudar a separar os campos legítimos de pesquisa e o charlatanismo. James, que dedicara toda a sua vida profissional ao ensino de psicologia em Harvard — iniciou a carreira em 1876 —, primeiro estudou anatomia e fisiologia na Harvard Medical School. Ele estava firmemente comprometido com o estudo científico dos seres humanos em sua completude — corpo, mente e alma — e via a investigação sistemática dos poderes mentais anômalos como uma parte crítica desse estudo. James conseguiu a rara proeza de preservar o respeito de seus colegas de Harvard enquanto difundia a sua opinião de que os poderes mentais anômalos eram importantes.

Em 1890, seu livro *Principles of Psychology* “irrompeu pelo mundo como uma erupção vulcânica”,¹¹ recebendo prontamente aclamação internacional. Ele estava prestes a se tornar o homem que ainda hoje é visto por muitos como o mais importante psicólogo da América do Norte. Cinco anos antes, contudo, foi uma máquina motriz na fundação da Sociedade Americana para Pesquisa Psíquica.

James estava determinado a fazer com que a entidade americana, assim como sua congênere britânica, fosse impecável na adoção de padrões científicos rigorosos. E também seria deliberadamente elitista na formação do seu quadro de associados. James estava inteiramente consciente de que o ceticismo científico dirigido à Society for Psychical Research (SPR) seria de algum modo mitigado pelo rol de cientistas e pensadores proeminentes da época em seus quadros. Com intenção jocosa mas séria, James escreveu: “Nós estamos fundando aqui uma ‘Sociedade para a Pesquisa Psíquica’, na qual denominações aparentemente inocentes como fantasmas, segunda visão, espiritualismo e toda a sorte de duendes serão ‘investigados’ por membros da mais alta classe e mais cultos da comunidade.”¹² James também estava bastante consciente de que as esperanças de aceitação por parte da sociedade estavam inextricavelmente ligadas à credibilidade daqueles participantes.

A sociedade original era composta de 250 membros — a nata da vida intelectual norte-americana da época. Os cinco vice-presidentes eram Granville Stanley Hall (psicólogo da Johns Hopkins University que fundou o *American Journal of Psychology* e foi o primeiro presidente da American Psychological Society); Henry Pickering Bowditch e Charles Sedgwick Minot, ambos da Harvard Medical School; George Stuart Fullerton, filósofo da Universidade da Pensilvânia, e Edward Charles Pickering, astrônomo do Harvard College Observatory. Por volta dos anos 1890, a sociedade americana estava bem estabelecida e os dois grupos, americano e britânico, decidiram fundir-se. A sociedade americana se tornou sucursal da britânica e uma única sociedade, conhecida como SPR, nasceu.

A SPR realizou inúmeras investigações sobre fenômenos supostamente psíquicos, usando os padrões mais rigorosos.¹³ O poeta William Butler Yeats, assim que ingressou na sociedade, reclamou: “Acredito que, se vocês, pesquisadores de fenômenos psíquicos, estivessem lá quando Deus todo-poderoso criou o mundo, Ele não teria conseguido concluir Seu trabalho.”¹⁴

Dentre as primeiras tarefas que a SPR desempenhou estava a investigação sobre inúmeras pessoas que se autopromoviam como médiuns. Talvez a mais famosa fosse madame Blavatsky, fundadora da imensamente popular Sociedade Teosófica, que chegou a congregar quase 100.000 membros ativos no final dos anos 1880. A SPR examinou cuidadosamente as supostas realizações psíquicas de Blavatsky e finalmente declarou-as fraudulentas, chamando-a de “uma das mais exímias, engenhosas e interessantes impostoras da história”.¹⁵

Mas a SPR fez mais do que desacreditar charlatões e fraudadores. Ela também patrocinou um enorme volume de pesquisa sobre transmissão de pensamento, escrita automática, comunicação com os mortos — toda a gama de fenômenos supostamente paranormais.

Dentre as realizações mais impressionantes da SPR destacava-se o minucioso censo de 25.000 pessoas quanto à sua experiência com acontecimentos anômalos. O censo selecionou pessoas aleatoriamente num certo número de países e a todas perguntou “se, quando desperto e gozando de perfeita saúde, (ela) ouviu vozes, viu um vulto ou sentiu um toque sem a presença de ninguém a que se pudesse atribuí-lo”.¹⁶ Das 25.000 pessoas questionadas, cerca de 1 em 10 relatou ter vivido uma

experiência desse tipo no mínimo uma vez. Dentre essas experiências, 14% correspondiam a algum acontecimento real distante e identificável. Em outras palavras, uma pessoa em cada 140 parecia ter experienciado o que a SPR chamou de “alucinação verídica”, uma alucinação que era “verdadeira” no sentido de que refletia um conhecimento acurado de um acontecimento verificável.

Outro trabalho extremamente prodigioso da SPR foi um volume de 1.300 páginas, *Phantasms of the Living*, publicado em 1886. *Phantasms* continha centenas de relatos comprovados envolvendo experiências supostamente psíquicas. Para essa publicação, a SPR envidou esforços monumentais na verificação de cada caso. Entrevistou testemunhas, obteve registros oficiais e solicitou cartas de comprovação. Examinou milhares de casos e expediu mais de 10 mil cartas num único ano. *Phantasms* estabeleceu uma metodologia de avaliação de testemunho relativo a experiências psíquicas que não foi substituída até hoje.

Phantasms foi desenvolvido depois de os membros da SPR terem coletado inúmeros relatos sobre experiências aparentemente psíquicas. Eles descobriram que um número significativo envolvia o que a SPR chamou de “aparições de crise verídicas”. Eram relatos de experiências em que se via (ou ouvia) a aparição de uma pessoa distante que se encontrava em algum tipo de crise, sofrendo lesões, traumas ou mesmo morrendo.

Phantasms propunha uma fascinante interpretação desses relatos (ainda empilhados em 42 caixas grandes e disponíveis para inspeção nos arquivos da SPR). As aparições de crise verídicas não eram, *Phantasms* argumentava, produto da visitação de espíritos, como clamavam os espíritas. Em vez disso, eram alucinações autênticas. Mas não alucinações no sentido comum. Eram alucinações “geradas por algum tipo de mensagem telepática enviada pela pessoa em crise”.¹⁷

A pesquisa contemporânea que examina a maneira como as habilidades não anômalas se desenvolvem sugere que a SPR pode mesmo ter esbarrado em alguma coisa. Descobriu-se que não é incomum que as crises provoquem a manifestação de capacidades humanas normalmente indisponíveis ou até impossíveis. Embora eu não tenha chegado a encontrar o exemplo mais antigo, todos nós já lemos acerca de mães que conseguiram erguer carros com uma só mão para resgatar filhos que acidentalmente ficaram embaixo deles. Uma pesquisa rápida na Internet revelará dezenas de relatos contemporâneos. Essas necessidades urgentes

— *crises* — parecem possibilitar às pessoas o acesso a habilidades fora do alcance em condições normais.

A SPR sugeriu que o acesso a poderes mentais anômalos pode ser estimulado por necessidades urgentes ou crises do mesmo tipo, mas em pessoas distantes no espaço ou no tempo daquela que então manifesta o poder. A crise de uma pessoa de algum modo se traduz em conhecimento extraordinário de outra. Daí, afirmou a SPR, a ocorrência de “aparições de crise verídicas”. Daí também a emergência de um grande desafio para o nosso conhecimento comum de que espaço e tempo impõem limites intransponíveis para os indivíduos.

Mesmo depois de a sociedade americana se unir à sua congênera britânica, William James continuou como um poderoso porta-voz da SPR conjunta. Em 1892, pediram-lhe para resumir sua visão do propósito e das conquistas da sociedade.

(Se me) tivessem pedido para apontar uma publicação científica em que uma obstinada e incansável desconfiança em relação a possíveis fontes de erro pode ser vista em sua inteireza, acredito que eu indicaria os *Proceedings* da “Society for Psychical Research”... Qualidade — e não mera quantidade — é o que se tem principalmente em mente. Fez-se o máximo que podia ser feito em cada caso relatado. As testemunhas, sempre que possível, foram interrogadas pessoalmente, os fatos colaterais foram examinados e a narrativa tem estampado o coeficiente preciso de trabalho comprobatório, de modo que todos podem saber exatamente qual o seu peso como prova. Afora esses *Proceedings*, não conheço nenhuma tentativa sistemática de avaliar as evidências do sobrenatural. Isso torna ímpar o valor dos sete volumes já publicados...

Agora, é certo que, se o vento sempre sopra (na direção da clarividência, da transmissão do pensamento e dos fantasmas), os métodos cautelosos da “S.P.R.” lhe dão uma posição de extraordinária influência... (Seus) esforços em favor da exatidão quanto às evidências e sua relutância em especular parecem supremamente virtuosos. Cientistas ponderados cuidam para que a Sociedade tenha a firmeza de um baluarte... Em síntese, a “S.P.R.” é um mediador surpreendentemente útil entre a antiga ordem e a nova...

Agora, este escritor (não totalmente insensível aos riscos de se

colocar na posição de falso profeta) tem de candidamente expressar suas próprias suspeitas de que mais cedo ou mais tarde o vento *deverá* soprar naquela direção. O significado especial de sua conversa tem sido os transees... nos *Proceedings*... Conhecendo esses transees em primeira mão, ele não tem como fugir da conclusão de que neles o conhecimento dos fatos por parte do médium aumenta substancialmente e de uma maneira impossível de se explicar por meio de qualquer princípio que a ciência existente leve em consideração. Fatos são fatos... (Os) transees a que me refiro demoliram na minha própria mente os limites da ordem admitida da natureza. A ciência, na medida em que nega tais fatos excepcionais, para mim jaz reduzida a pó; e a necessidade intelectual mais urgente que sinto no momento é a de que a ciência seja construída novamente de uma maneira que tais fatos tenham um lugar positivo. A ciência, assim como a vida, se alimenta da própria decadência. Novos fatos rompem velhas regras; então conceitos novamente divinizados unem o velho e o novo numa lei reconciliadora.¹⁸

Um aspecto final da pesquisa conduzida sob os auspícios da SPR consistia em revelar-se fundamental para a futura investigação de poderes mentais anômalos. Ela preparou o terreno para o maior desenvolvimento seguinte nesse campo de pesquisa: controlou rigidamente experimentos objetivos com resultados simples e mensuráveis, que foram submetidos a uma análise estatística meticulosa.

Charles Richet, professor de fisiologia da Escola de Medicina da Universidade de Paris e futuro vencedor do Prêmio Nobel, lançou a base para a fase seguinte das pesquisas. Durante os anos 1880, ele deu início a uma série de experimentos sobre clarividência, testando se os sujeitos eram capazes de identificar cartas comuns de baralho que haviam sido seladas em envelopes opacos. Ele também publicou um trabalho sobre a aplicação de análise estatística a fenômenos aparentemente anômalos. De modo mais intrigante, ele ofereceu uma observação extremamente significativa, que teria implicações decisivas para um subsequente projeto experimental que visava à avaliação de capacidades anômalas. Uma característica notável dessas capacidades, Richet observou, era “a natureza curiosamente instável da capacidade de clarividência do sujeito”.¹⁹ Esse foi o primeiro reconhecimento formal de que, quando se aplicava o

método experimental convencional, as capacidades mentais anômalas simplesmente não se comportavam segundo as regras comuns — regras de reprodutibilidade, previsibilidade e estabilidade.

William James então estabeleceu uma agenda científica revolucionária e abrangente para uma investigação de capacidades mentais anômalas que levava em consideração de que modo tais capacidades podiam, nos termos de Richet, revelar-se instáveis. Juntamente com outros fundadores da SPR, ele prescreveu um programa científico claro e explícito: “primeiro, investigar o fenômeno psíquico de acordo com os métodos e critérios da ciência; e segundo, ampliar o escopo da ciência de modo a incluir o estudo de fenômenos aleatórios, não passíveis de reprodução e dependentes de capacidades e disposições pessoais universais.”²⁰ Era um desafio e tanto para a ciência da época de James, desafio que permanece imenso no nosso tempo. Ao longo do século seguinte, a segunda metade do programa de James se revelaria espantosamente visionária, situada precisamente no limite extremo em que se esperaria que qualquer ciência voltada para as capacidades mentais anômalas atuasse.

William James faleceu em 1910. Depois de sua morte, o interesse acadêmico pelas capacidades mentais anômalas continuou por algum tempo a irromper, principalmente nas Universidades de Harvard, Stanford e Clark. Mas, sem James no leme, a crescente oposição dentro dessas instituições não tardou a levar a melhor e a pesquisa sobre fenômenos psíquicos tornou a cair no silêncio científico.

Exatamente quando o interesse pelo espiritualismo e outros fenômenos psíquicos chegava ao auge, no final do século XIX, Sigmund Freud surgia como pioneiro no campo da psicanálise. Freud, neurologista de formação, havia se libertado do seu *background* científico convencional e começara a publicar sua teoria radical de que uma vasta porção da mente humana funcionava inconscientemente. Ele argumentava que todos os tipos de sintomas físicos e comportamentos observáveis eram produzidos pela nossa atividade mental fora da percepção consciente ou controle consciente. A psicanálise se baseava na investigação sistemática desses processos inconscientes, com o analista ajudando o paciente a estabelecer conexões entre pensamentos inconscientes e pensamentos e ações

conscientes. A obra-prima de Freud, *The Interpretation of Dreams*, publicada em 1899, afirmava que o estudo dos sonhos era um caminho para a elucidação desses processos.

A ideia de que somos motivados em grande medida por pensamentos inconscientes constituiu um ataque poderoso e sem precedentes à ciência do final do século XIX, com sua rejeição mecanicista de tudo o que seja interior, subjetivo ou mental como objeto adequado de estudo científico. Além disso, Freud declarou que aspectos inconscientes da mente exerciam efeitos sobre a realidade material, a começar pelo corpo, que excediam em muito quaisquer efeitos mentais que a ciência já havia reconhecido. Isso abriu as portas para se imaginar uma miríade de novas maneiras pelas quais se podia conceber que a mente exercesse influência sobre a matéria, incluindo modos potencialmente anômalos.

Contudo, quando se tratava de admitir francamente os anômalos, Freud entrava em profundo conflito. Ele pessoalmente estava convencido de que as capacidades mentais anômalas eram reais e imensamente significativas. Era particularmente fascinado pela telepatia, que ele batizara de transmissão do pensamento. Conduzia entusiasmadamente sua investigação a respeito dela juntamente com alguns associados mais íntimos, especialmente um psicanalista húngaro chamado Sándor Ferenczi, com quem iniciara uma amistosa correspondência em 1908. Em 20 de agosto de 1910, escreveu triunfantemente a Ferenczi:

As suas — cuidadosamente preservadas — observações... parecem-me finalmente eliminar as dúvidas sobre a existência de transmissão do pensamento. Agora é uma questão de se habituar a isso nos seus pensamentos e perder a estranheza por seu caráter de novidade, bem como preservar o segredo no útero materno pelo tempo necessário, mas é aí que as dúvidas se acabam.²¹

“Preservar o segredo no útero materno” revelou-se nada fácil para Freud. Por um lado, ele acreditava que as observações que fizera juntamente com Ferenczi conduziam a uma verdade de extraordinária importância — as capacidades mentais anômalas realmente existiam. Mas entendê-las exigiria tempo, uma lenta gestação no útero da reflexão científica ponderada. Esse era pensamento de Freud enquanto prudente cientista.

Freud, porém, também era um realista político. Estava bastante consciente de que sua nova ciência da psicanálise já estava patinando num gelo excessivamente fino. Arriscara-se a afirmar que as crianças — todas as crianças, mesmo as mais jovens e aparentemente inocentes — abrigavam instintos sexuais poderosos. Isso fora suficiente para provocar a indignação moral de cada cientista respeitável do final do século XIX. Freud enfrentou com dignidade a conseqüente difamação de que foi vítima. Mas quando se tratava de censurar o que podia pôr em risco o futuro da própria psicanálise, essa era uma outra questão.

Freud tomou uma decisão, uma das mais importantes em sua carreira. A despeito de sua grande coragem de confrontar os sistemas científico e médico em outras áreas, ele traçou seu limite nas capacidades mentais anômalas. Admitir oficialmente tais capacidades poderia ligar permanentemente a psicanálise ao oculto e romper seus já tênues laços com a ciência. Sua mensagem aos colegas era clara: deixem de lado a transmissão do pensamento (pouco importava que ele mesmo acabasse por publicar seis trabalhos reconhecendo sua realidade, incapaz de resistir à sua fascinação).²²

O verdadeiro poder da transmissão do pensamento, Freud decidiu, deveria ser mantido como um segredo psicanalítico, encerrado na mente de vários seletos colegas em quem podia confiar para explorá-la com a máxima discrição. Freud escreveu inúmeras cartas ao menos cauteloso Ferenczi, insistindo para que ele contivesse seu entusiasmo pela revelação pública acerca da transmissão do pensamento.

Em 6 de outubro de 1909, ele escreveu: “... Mantenha silêncio a respeito disso daqui por diante, nós teremos de empreender experimentos futuros....”²³ Poucos dias depois, receando não ter sido enfático o bastante, acrescentou: “(Vamos) manter absoluto silêncio sobre esse assunto. O único a quem revelei esse segredo é Heller, que também já teve experiências com isso. Queremos iniciar Jung mais tarde... Faça alguns bons planos detalhados e peça a seu irmão que realize experimentos... eu quase temo que você tenha começado a descobrir coisas importantes aqui, pois teremos a maior dificuldade em explorá-las.”²⁴

Por volta de 1910, Freud havia relutantemente percebido que não conseguiria impor silêncio por muito mais tempo ao grupo acerca da transmissão do pensamento. “Eu vejo o destino se aproximando inexoravelmente e percebo que este o encarregou de trazer à luz o

misticismo e coisas que tais e seria tão inútil quanto penoso tentar afastá-lo disso. Ainda assim, creio que deveríamos ir mais devagar. Eu gostaria de lhe pedir que continuasse pesquisando em segredo por mais dois anos e não revele nada antes de 1913..”²⁵

Em 11 de maio de 1911, Freud se deu por derrotado e escreveu a Ferenczi: “Jung é de opinião que devemos investigar também o ocultismo e pede permissão para iniciar um movimento nesse sentido... Vejo que é impossível conter qualquer um dos dois. Vocês devem ao menos agir em harmonia; essas são expedições perigosas e eu não posso seguir nessa direção.”²⁶

A despeito do tom de advertência dessa carta, Freud assinou-a de modo afetuosamente provocativo, numa concessão que garantia certa aceitação, se não suas bênçãos, à pesquisa de Ferenczi no campo místico.²⁷

*Meus cumprimentos a você, seu esquisito.
Cordialmente,
Freud.*

No final de sua longa e extraordinária carreira, Freud fez uma extraordinária declaração. Se, ele disse, pudesse recomeçar tudo, devotaria sua vida ao estudo da transmissão do pensamento. Numa carta não publicada a Hereward Carrington, um importante investigador da Society for Psychical Research, Freud escreveu: “Eu não sou desses que desde o início desaprovam o estudo do assim chamado fenômeno psicológico oculto por considerá-lo não científico, sem valor ou mesmo perigoso. Se estivesse no começo de uma carreira científica — e não no fim, como estou agora —, eu talvez não escolhesse outro campo de trabalho, apesar de suas dificuldades.”²⁸

Nos anos 1920, a maré científica começou a subir novamente. Dessa vez graças, em grande parte, a William McDougall, médico e psicólogo inglês, ávido por reacender a chama que bruxuleava desde a morte de William James em 1910.²⁹

McDougall, um dos fundadores da British Psychological Society e do *British Journal of Psychology*, lecionava psicologia em Oxford. Ele também tinha um profundo interesse por telepatia e em 1920 foi nomeado presidente da British Society for Psychical Research. Nesse mesmo ano,

ofereceram-lhe a respeitável cadeira de psicologia em Harvard que ficara vaga com a morte de James. Ele tomou posse com uma determinação que se coadunava inteiramente com o espírito de James, seu eminente antecessor. McDougall tinha a intenção de lançar seus mais brilhantes alunos em carreiras que incluíam uma investigação científica séria das capacidades mentais anômalas.

Como acadêmico, McDougall era um fascinante paradoxo. Por um lado, era um empirista convicto — o que o deixava inteiramente à vontade com a crescente mudança da psicologia acadêmica no sentido de enfatizar a comprovação experimental objetiva. Por outro lado, incomodava-o outra tendência emergente, que se espalhava pelas universidades norte-americanas e que era considerada o futuro da psicologia: o behaviorismo. Os behavioristas concentravam o foco no estudo dos seres humanos no puro comportamento, que era observável e, portanto, real. Processos do pensamento, estados da consciência, sentimentos, atitudes, valores e significados pessoais eram considerados meros artefatos, destituídos de valor como informações.

McDougall acreditava que os seres humanos eram mais do que a soma de seus comportamentos. Mas essa era uma convicção que o colocava numa minoria cada vez mais reduzida em Harvard, onde a influência do seu colega professor B. E. Skinner, um dos principais proponentes do behaviorismo, era enorme e continuava crescendo. Assim, quando recebeu o que ele chamou de “oferta de ouro” para deixar Harvard e criar um Departamento de Psicologia na Duke University, na Carolina do Norte, McDougall ficou encantado. O convite lhe dava carta branca para montar sua própria grade curricular, selecionar o corpo docente que lhe agradasse, determinar suas prioridades de pesquisa e estabelecer uma sede para a sua visão da psicologia. A resposta era óbvia. Em 1927, McDougall saiu da Nova Inglaterra rumo ao sul, onde acompanharia o projeto e implementação da pesquisa sobre capacidades mentais anômalas, que ele batizou de parapsicologia.

Na época em que partiu para Duke, McDougall já havia escolhido inúmeros jovens acadêmicos para colaborar em sua área de interesse. Vários faziam suas próprias contribuições para o trabalho dele em Duke. Dois vi-riam a se tornar figuras proeminentes da geração seguinte na compreensão de tais capacidades: Gardner Murphy e Joseph B. Rhine.

Nascido em 1895, Murphy estudou em Yale, Harvard e Columbia.

Muito estimado por ser um homem sagaz, charmoso, digno e culto, era um genuíno cavalheiro às antigas. Por gerações de psicólogos, Murphy era o segundo, atrás apenas de McDougall, em importância como visionário da psicologia norte-americana. Na verdade, uma pesquisa feita em 1940 pela American Psychological Association acerca dos seus membros chegou a colocar Murphy na frente de James, logo depois de Sigmund Freud, como o indivíduo que mais influenciou a história da psicologia ocidental. A abrangência do trabalho de Murphy era espantosa, indo desde estudos sobre percepção e motivação a ensaios sobre evolução, filosofia e comportamento social. E, além de tudo isso, ele conduziu uma série de investigações pioneiras sobre capacidades mentais anômalas. (O que, de acordo com alguns estudiosos do seu trabalho, pode ajudar a explicar por que seu nome caiu em relativo esquecimento depois de alcançar tão extraordinário reconhecimento.) Eleito para a diretoria da American Society for Psychical Research, mais tarde se tornou presidente.

Murphy era um ardoroso defensor de Joseph B. Rhine, seu colega da Duke, que não poderia ser mais diferente dos intelectuais da costa leste. J. B. Rhine foi criado nas colinas da Pensilvânia, filho de um lavrador itinerante que era às vezes professor. Rhine era teimoso e irascível, meticuloso com os detalhes e se impacientava facilmente com aqueles que não o eram. Mas sua impaciência atingia o paroxismo diante de fundamentalismos de qualquer tipo, fossem religiosos ou científicos. Como estudante de botânica da Universidade de Chicago durante os anos 1920, deparou muitas vezes com ambos. Batalhas raivosas entre evolucionismo e criacionismo época- vam. Para sua consternação, Rhine descobriu que alguns dos seus colegas darwinistas não eram menos dogmáticos do que seus oponentes seguidores da Bíblia. Isso, a seu ver, traía tudo o que era essencial ao espírito da ciência.

Em 1922, Rhine e sua esposa, Louisa, compareceram a uma palestra em Chicago proferida por sir Arthur Conan Doyle, que, além da autoria das histórias de Sherlock Holmes, era membro da Society for Psychical Research e nutria grande interesse pelo espiritualismo. Sir Arthur percebeu que muitos dos eminentes cientistas tinham profundo interesse pelos fenômenos psíquicos, incluindo o físico britânico sir Oliver Lodge. O cético Rhine mais tarde encontrou o livro de Lodge sobre a possibilidade de comunicação com os mortos. Então leu *Body and Mind*, de William McDougall, em que o autor sugeria que as capacidades

psíquicas eram reais, importantes e merecedoras de um estudo científico sério. Rhine ficou abalado com os dois livros. No mínimo, aqueles homens estavam apresentando evidências que ele julgava dignas de uma ponderada consideração científica. E declarou ser “imperdoável para o mundo científico atual negligenciar evidências do supranatural no mundo — se essas existirem”.³⁰

Em 1926, Rhine e a esposa decidiram ir a Boston, na esperança de ali encontrar McDougall e fazer pesquisas sobre as capacidades mentais anômalas sob seus patrocínios. Nenhuma das esperanças se concretizou. No dia em que chegaram àquela cidade, McDougall estava partindo para uma temporada de um ano na Europa e o fundo que o casal esperava obter para a pesquisa não estava disponível. McDougall deu aos Rhines o nome de alguns membros da SPR em Boston. Como resultado, eles logo foram convidados para uma sessão espírita com a famosa médium bostoniana Margery. A sessão foi realizada na penumbra e Rhine por acaso sentou-se ao lado de Margery. Ele ficou cada vez mais desconfiado de que os sinais físicos propositadamente produzidos pelo espírito do irmão falecido de Margery eram na realidade produto de mecanismos ocultos que ela habilmente manejava. Por fim ele a viu chutar um megafone escondido e a expôs publicamente numa carta indignada endereçada à SPR.

Diferente de James e Murphy, que conseguiam questionar aparentes fraudes de modo a conquistar aliados e aumentar sua credibilidade, Rhine carecia do dom da diplomacia. Sua atitude de expor a médium mostrou-se desastrosa para sua permanência na comunidade SPR. O próprio sir Arthur Conan Doyle reagiu pagando para publicar um anúncio com destaque no jornal de Boston — que dizia simplesmente: “J. B. Rhine is a Monumental Ass [J. B. Rhine é um monumental asno].”³¹

Era um mau começo em termos de relações públicas. Mas não podia ser melhor como modo de atrair a atenção de William McDougall para a capacidade de observação e consciência científica do jovem. Quando começou a selecionar pessoal para a sua equipe em Duke, McDougall inicialmente ofereceu aos Rhines fundos para um semestre de pesquisa. Um ano depois, indicou-os para membros do corpo docente do seu novo departamento de psicologia.

Os Rhines sugeriram que poderiam montar um laboratório de parapsicologia em Duke dedicado à investigação científica das capacidades mentais anômalas. McDougall avidamente ofereceu seu

apoio. O laboratório, eles decidiram de comum acordo, se basearia em três princípios essenciais:

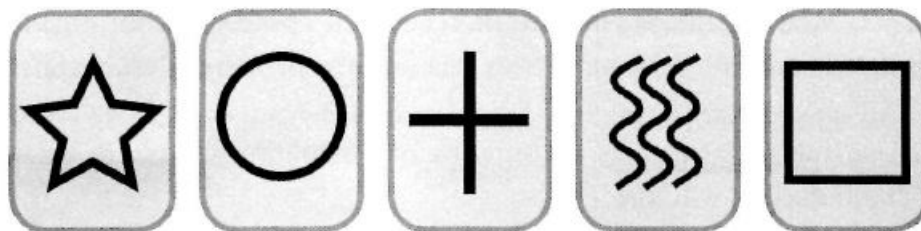
1. Uso nas experiências de sujeitos que não proclamassem qualquer habilidade inusitada.
2. Procedimentos de escolha restrita simples e de fácil controle.
3. Rígida avaliação estatística dos resultados.³²

O foco dos Rhines nesses três princípios tinha crucial importância em razão da natureza de sua pesquisa, bem como para garantir um longo futuro para o laboratório. (Oitenta anos depois, o laboratório ainda é o principal centro de pesquisa experimental das capacidades mentais anômalas, hoje independente da Duke e conhecido como Rhine Research Center.) Eles estavam determinados a estudar as pessoas comuns usando métodos e procedimentos comuns e totalmente convencionais. “Procedimentos de escolha restrita simples e de fácil controle” e “rígida avaliação estatística dos resultados” significava produzir dados prontamente quantificáveis e facilmente submetidos a uma mensuração objetiva e à análise estatística formal. A meta principal dos Rhines era verificar se, por experimentos que se coadunassem com qualquer padrão do método científico aceito, seria possível provar a existência das capacidades mentais anômalas.

Os primeiros anos do seu trabalho experimental na Duke foram devotados a desenvolver procedimentos que não só estivessem em conformidade com aqueles critérios, mas também lhes permitissem repetir o experimento em Duke ou em qualquer outro lugar. Todos os seus primeiros experimentos faziam uma única e simples pergunta: o sujeito seria capaz de identificar uma carta específica de uma série — selecionada previamente por quem estivesse conduzindo a experiência ou por qualquer outra pessoa que não tivesse nenhum contato sensorial com o sujeito — com uma precisão que ultrapassasse significativamente o que a simples probabilidade prediria?

No início, os Rhines testaram sujeitos usando um baralho comum. À medida que aperfeiçoavam seus projetos experimentais, pediram a um colega — Karl Zener, especialista em psicologia da percepção — para criar um baralho mais eficiente para as tarefas de adivinhação simples que a experiência requeria. Zener criou um baralho com 25 cartas, cada uma

delas exibindo uma das cinco figuras geométricas simples: estrela, quadrado, ondas, círculo e um sinal de adição. Essas cartas ganharam o nome de baralho Zener.



Baralho Zener usado nos Testes de PES no Laboratório Rhine

Os Rhines realizavam dois tipos de testes com o baralho Zener: testes de clarividência (pediam aos sujeitos que dissessem o nome da carta quando nenhuma outra pessoa sabia qual fora virada) e telepatia (pediam aos sujeitos que dissessem o nome da carta em que outra pessoa estava pensando).

Um palpite correto era chamado de um acerto. Dada uma série de 25 cartas, esperava-se que a pessoa, com base apenas na probabilidade, tivesse uma média de cinco palpites corretos. Os Rhines queriam ver se era possível fazer melhor do que isso — e melhor com coerência bastante para sugerir que poderia haver algo além da probabilidade em curso, algo potencialmente anômalo.

Depois de três anos de experimentos e 100.000 testes individuais com pessoas comuns — de estudantes da universidade a voluntários recrutados fora dela — os Rhines publicaram suas descobertas. Eles relataram resultados que eram positiva e estatisticamente significativos, muito além da expectativa da probabilidade.

Esses resultados gerais eram bastante interessantes. Sugeriam que algum tipo de capacidade mental anômala podia realmente existir na população em geral. Mais interessante ainda, porém, foram as descobertas feitas com um pequeno subgrupo de sujeitos cujos palpites revelaram-se extraordinariamente precisos — muito além do que qualquer probabilidade permitiria prever. Os palpites de um homem se destacaram em especial: os de um jovem estudante de teologia chamado Hubert E. Pearce Jr. Era uma série de experimentos conduzidos pelo assistente de J. B. Rhine, Joseph Pratt, que granjeou notoriedade ao laboratório, bem como

a Pearce.³³

Pearce e Pratt começaram sincronizando seus relógios. Em seguida dirigiram-se a prédios diferentes — Pearce para a biblioteca da Duke e Pratt para o prédio de Física, a cerca de 100 metros de distância. No horário previamente combinado, começaram a trabalhar. Pratt embaralhou um conjunto de cartas Zener. Depois apanhou a carta de cima e, sem olhar para ela, pousou-a virada para baixo sobre a mesa à sua frente. Durante o minuto seguinte, Pearce escreveu qual carta ele achava que Pratt havia tirado. Encerrado o prazo de um minuto, Pratt apanhou outra carta e Pearce, em sua cadeira na biblioteca, tornou a adivinhar. Procederam desse modo com as 25 cartas do baralho. Quando terminaram, Pratt virou o monte para cima, olhou-as pela primeira vez e escreveu a ordem em que ele realmente as tirou. Nesse ponto ele tornou a embaralhar as cartas e retomaram o procedimento a partir do início.

Depois de cada virada do baralho inteiro, tanto Pearce quanto Pratt haviam registrado toda a sequência. Pratt anotava a ordem exata em que ele de fato virara as cartas e Pearce, a ordem em que dera seu palpite. Assim que se completava uma sessão, os dois selavam suas respectivas anotações e as enviavam para Rhine, que então as comparava.

Pearce produziu resultados assombrosos. Em seu primeiro experimento com Pratt, ele passou por 300 tentativas com o baralho Zener e atingiu a média de acertos de 9,9 em cada tirada das cartas, em vez da esperada média 5. Ele conquistou resultados igualmente impressionantes quando se mudou da biblioteca para o prédio de medicina, a 230 metros de distância de Pratt e não mais apenas 100 metros. Aparentemente a distância não afetava a capacidade de Pearce — que continuou extraordinariamente bem-sucedido em seus palpites, mas agora apresentados *antes* de Pratt embaralhar as cartas e deitá-las uma a uma viradas para baixo sobre a mesa. A capacidade de Pearce parecia não ser mais abalada pelo tempo do que pela distância.

Na época em que os experimentos Pearce-Pratt foram concluídos, os dois haviam conduzido 1.850 tentativas, das quais Pearce atingiu 558 acertos. A mera probabilidade previa 370 acertos. As probabilidades de Pearce dar 558 palpites corretos em 1.850 eram incrivelmente de 1 em 22 bilhões.

Rhine ponderou como rotular a capacidade aparentemente anômala que ele acreditava que Pearce estava demonstrando. Ele precisava de um

nome que padronizasse suas descobertas, distanciando-as do espiritualismo ou do ocultismo. Por fim cunhou o termo *percepção extrassensorial*, que colocava suas pesquisas indubitavelmente dentro do campo de estudo da percepção, um ramo respeitado da psicologia. Na visão de Rhine, a percepção extrassensorial — PES, como logo ficou conhecida — diferia da percepção comum apenas pelo fato de ser gerada por outra modalidade sensorial que não um dos cinco conhecidos sentidos da visão, olfato, audição, paladar e tato.

Em 1934, Rhine publicou uma monografia descrevendo as descobertas do laboratório. Ele optou por um título simples: *Extra-sensory Perception (Percepção Extrassensorial)*. É difícil hoje em dia imaginar o quanto esse título foi provocativo. A despeito do fato de se tratar de um estudo acadêmico, o livro de Rhine rapidamente se tornou um sucesso junto ao público leigo. O *New York Times*, o *Herald Tribune* de Nova York, o *Scientific American* e praticamente todos os principais órgãos da imprensa norte-americana lhe dispensaram enorme atenção. Por fim o livro chegou às mãos de milhões de leitores.

A monografia de Rhine também conseguiu fazer sucesso no mundo da ciência acadêmica, onde provocou não menores controvérsias. Como primeira publicação sobriamente científica de dados obtidos em experimentos conduzidos sistematicamente sobre as capacidades mentais anômalas, foi saudada, por um lado, como “um marco”.³⁴ Ao mesmo tempo, deu origem a uma série de ataques a Rhine e suas pesquisas que o incomodariam até o fim de sua vida profissional. Esses ataques variavam desde críticas metodológicas respeitadas a ofensas cruelmente injuriosas ao seu caráter. Rhine se manteve firme diante de tudo isso, calmamente aferrado ao ideal que havia informado seu trabalho desde o início. E comentou: “Na história de mais de um ramo de pesquisa, a pedra que uma ciência se apressa a rejeitar às vezes se torna a pedra fundamental de sua posterior estrutura.”³⁵

Desde os primeiros experimentos no laboratório Rhine, experimentos mais profundos proliferaram, em Duke e em toda parte. Foram criados outros laboratórios em outras universidades. Associações profissionais, publicações avalizadas por especialistas, conferências anuais e uma literatura que cresceu rapidamente vieram na sequência. De quando em quando uma pesquisa conseguia romper o silêncio geral da ciência em torno das capacidades mentais anômalas, embora raramente com a

comoção provocada pela publicação de *Extra-Sensory Perception*. Mas esses surtos de atenção do público e da comunidade científica, mesmo os mais intensos, raramente duravam muito. Na maioria das vezes, a pesquisa sobre capacidades mentais anômalas continuou sendo conduzida longe dos olhos do público, fora do alcance da vida diária acadêmica e científica. E se desenvolveu como um vasto mundo paralelo.³⁶

E foi assim que, na época em que comecei a explorar o trabalho de Rhine, eu estava apenas vagamente consciente de que alguém chamado Rhine certa vez fizera pesquisas sobre fenômenos aparentemente psíquicos na Duke University. De uma coisa, porém, eu tinha certeza: quaisquer que tivessem sido, os experimentos foram desacreditados como mal controlados, desacreditando igualmente seus resultados. Eu, como muitas outras pessoas, sabia o bastante para associar o nome de Rhine à pseudociência — ou, para usar um eufemismo mais generoso, talvez a uma ciência não muito boa.

Mas então me dei ao trabalho de investigar a história real. Comecei com o passado científico de Rhine e o início do seu laboratório. Prossegui examinando os primeiros experimentos. Descobri o rigor do seu trabalho, ao contrário de tudo o que eu tinha ouvido. Então comecei a examinar a história das críticas acerca do trabalho de Rhine. Analisei o que eram essas críticas, vi que as melhores delas foram levadas em consideração pelos Rhines e que outros ataques foram questionados, desacreditados e mesmo formalmente retratados. Tudo isso formava uma história e tanto.

Logo depois que *Extra-Sensory Perception* foi publicado, diversos pesquisadores de fora descobriram maneiras de controlar melhor os experimentos de Rhine, a fim de excluir explicações não anômalas para seus resultados positivos de PES. Os críticos também faziam objeções ao modo como o laboratório empregava suas estatísticas. Todas essas críticas foram amplamente divulgadas.

Os Rhines enfrentaram todas as críticas. Eles acharam válidos e úteis alguns questionamentos sobre o projeto experimental. Levando-os em conta, no final dos anos 1930 eles haviam modificado aspectos relevantes dos seus experimentos. A maioria das críticas apontava possível vazamento sensorial, maneiras pelas quais “dicas” sensoriais comuns poderiam ter “vazado” para os sujeitos. Por exemplo, um examinador poderia ter inadvertidamente sinalizado a identidade de uma carta por meio de um movimento do corpo, um olhar de relance, um pigarro ou

qualquer outra indicação sensorial que o sujeito pudesse ter captado. Em resposta, os Rhines arranjaram uma máquina, em vez de uma pessoa, para embaralhar as cartas Zener. Eles isolaram o sujeito completamente, cortando todo o contato com os examinadores. Acrescentaram etapas de verificação e validação dos resultados dos experimentos. Em 1937, o American Institute of Mathematics declarou inteiramente válidos os procedimentos estatísticos do laboratório. Com isso, acalmou-se o furor em relação ao uso de estatística por parte dos Rhines.

Em 1938, a American Psychological Association (APA) dedicou uma sessão em sua convenção anual a um debate sobre métodos experimentais de pesquisa sobre percepção extrassensorial. Foram designados três críticos famosos para desafiar três pesquisadores de PES: Rhine, um estatístico do laboratório de Rhine e Gardner Murphy. Rhine não ficou nada entusiasmado com a perspectiva, referindo-se em particular ao debate como um “julgamento por heresia”. Ainda assim, concordou em participar, com a tênue esperança de que pudesse haver um diálogo produtivo.

Chegou o dia do debate. Para surpresa de Rhine, a discussão se revelou dinâmica e respeitosa. Para culminar, eles e seus colegas rebateram os críticos com argumentos que a audiência considerou convincentes. Na conclusão do debate, os três pesquisadores de PES receberam sonoros aplausos de todos os membros da APA ali presentes.

A primeira década de trabalho do laboratório estava quase no fim. Rhine decidiu que já era hora de lançar outro livro, um que oferecesse um relato definitivo e minucioso de todos os experimentos realizados no laboratório desde a sua criação. O trabalho enumeraria todas as principais críticas — 32, pelas suas contas — e as rebateria com argumentos sólidos. Por fim, a obra demonstraria que os resultados positivos conquistados em seis dos experimentos mais importantes se mantiveram válidos diante de cada crítica feita.

Antes de enviar o livro para a gráfica, mostraram o texto completo para cada um dos críticos citados. Todos foram convidados a replicar e instados a publicar suas respostas no próprio livro. Em 1940, surgiu *Extra-Sensory Perception After Sixty Years* — uma referência aos 60 anos que se passaram desde as descobertas da Society for Psychical Research. *ESP-60*, como se tornou conhecido, logo seguiu a trajetória imensamente bem-sucedida do seu predecessor, *Extra-Sensory Perception*. Para o espanto de

Rhine, o livro prontamente juntou-se aos textos clássicos de leitura obrigatória para o curso de introdução à psicologia de Harvard. Por um breve momento, parecia que as capacidades mentais anômalas iriam finalmente entrar para o rol de objetos legítimos de estudo científicos.

Mas o cenário retornou ao seu estado habitual. Outras forças denunciando o *ESP-60* como pseudociência logo entraram em ação e não houve mais legitimação duradoura além do endosso de sir Robert Boyle e Valentine Greatrakes. O *ESP-60* desapareceu da bibliografia obrigatória de Harvard e o silêncio acerca das capacidades mentais anômalas voltou a reinar nas conferências anuais da APA. O laboratório caiu na obscuridade científica, publicando regularmente os resultados de seus experimentos no *Journal of Parapsychology*, que era lido apenas por um pequeno grupo de assinantes fiéis.

Passaram-se outros 60 anos até eu começar a perguntar aos colegas o que sabiam sobre as pesquisas de Rhine. Descobri que a maioria era como eu: ouvira falar a respeito, mas não dera maior atenção. Também como eu, eles pensavam conhecer aquilo a que não estavam dando atenção. O fato era que nós estávamos todos mal-informados. Já bastava de nos orgulharmos de julgar pelas evidências.

Uma vez que confrontei meu próprio preconceito, comecei a assinar publicações das quais jamais ouvira falar, todas ligadas à compreensão de aspectos de fenômenos anômalos. Havia um bocado dessas publicações, apresentando um amplo espectro de tópicos e pontos de vista. Comecei com as mais voltadas para a medicina. Embora a medicina que cuidava da mente-corpo fizesse incursões ocasionais pelos fenômenos aparentemente anômalos, ela tendia a manter-se reconfortantemente aferrada à ciência convencional.

Mas essas publicações não tardaram a me levar a outras. De publicações como *Alternative Therapies in Health and Medicine* e *Advances in Mind-Body Medicine*, passei para *Frontier Perspectives*, *The International Journal of Para-psychology*, *IONS Noetic Sciences Review*, *o Journal of the American Society for Psychical Research*, *o Journal of Parapsychology*, *o Journal of Scientific Exploration*, *NetWork: The Scientific and Medical NetWork Review* e *Science and Spirit*, para

mencionar só algumas.

Também passei a assinar a *Skeptical Inquirer: The Magazine for Science and Reason*, publicação do CSICOP, Committee for the Scientific Investigations of Claims of the Paranormal and Other Phenomena. O CSICOP foi criado em 1976 por Paul Kurtz, professor de filosofia da State University de Nova York em Buffalo, em colaboração com Carl Sagan, Isaac Asimov, Martin Gardner e outros respeitados escritores no campo científico. Um dos seus fundadores, o ex-mágico de palco James Randi, adquiriu fama internacional como desmistificador de alegações de paranormalidade, tendo até recebido o prêmio “genius” concedido pela Fundação MacArthur por seu trabalho na educação do público acerca da necessidade de rigor científico e de um saudável ceticismo. O CSICOP ostentava um quadro pequeno mas prestigioso de membros, apresentando uma lista de editores de universidade e de organizações científicas em todo o mundo. O propósito original da entidade era louvável, descrito por Kurtz como “a investigação crítica das alegações de paranormalidade e de ciência alternativa sob um responsável ponto de vista científico (disponibilizando) informações factuais sobre os resultados de tais investigações para a comunidade científica e o público em geral”.³⁷

Eu tinha grandes expectativas quanto ao que a publicação do CSICOP poderia oferecer. No mínimo, pensei, oferecerá um contraponto útil em relação às publicações com uma clara tendência a acreditar em fenômenos paranormais. Eu estava particularmente entusiasmada com a política da *Skeptical Inquire* de analisar criticamente as pesquisas sobre capacidades mentais anômalas publicadas em outros veículos. Eu imaginei que o CSICOP me ajudaria trazendo desafios úteis aos artigos escritos pelos que eram mais crédulos.

Mas não foi isso o que aconteceu. Ler a *Skeptical Inquire* foi como ler um tratado religioso fundamentalista. Descobri que a revista era consternadamente depreciativa, pontilhada de sarcasmo, autoelogio e maldade, tudo apresentado como reverência pela verdadeira ciência.

Depois de muitos meses disso, mencionei minha reação a um colega cético que jamais lera *Skeptical Inquirer*. Ele se mostrou... bem, cético. Talvez o problema fosse meu, não da revista. Eu o desafiei a julgar por si mesmo: “Leia um exemplar, qualquer um. Abra numa página qualquer e leia. Depois me diga se pode ser considerada como um ponderado ceticismo científico de acordo com os seus padrões.”

Ele apanhou um exemplar de janeiro/fevereiro de 2002 e abriu-o na primeira página, em que o editorial comentava o pavor por antraz que se seguiu aos ataques terroristas de 11 de setembro ao World Trade Center, em Nova York. O editorial concluía assim:

As tolices pseudomédicas não vão continuar tirando partido da situação por muito mais tempo. Quando surgiram os ataques com antraz pelo correio, as pessoas se voltaram para a verdadeira medicina e não para soluções sem fundamento. Como Bob Park, da American Physical Society, disse em seu boletim eletrônico *What's New*: “Felizmente, aqueles que foram expostos ao antraz estão sendo diagnosticados e tratados com o que há de mais moderno em medicina científica. Não estão sendo tratados com homeopatia, acupuntura, terapia do toque, ímãs, reflexologia, cristais, quelação, terapia craniossacral, equinácia, aromaterapia ou casca de *yohimbe*. E ninguém está reclamando.”

Os ataques de 11 de setembro podem ter começado a conduzir a uma nova era de sensatez. As pessoas sabem que não têm alternativas a não ser enfrentar o mundo real diretamente, em seus próprios termos. Não existe escape para um mundo trivial e falso de um imaginário abracadabra.

Meu colega concordou que esse dificilmente podia ser considerado um exemplo de ceticismo científico. Ele também concordou que não é como um “abracadabra inexistente” que a acupuntura é vista pelos National Institutes of Health nem por milhares de doutores em medicina formados no Ocidente e tampouco por milhões de pacientes em todo o mundo, para quem as provas dos seus benefícios parece inequívoca.

Mas tudo bem, eu disse a ele, era um editorial. Os editoriais apresentam opiniões pessoais. Ele virou a página. Em seguida vinha um artigo com o cabeçalho “Astrology Teachings May Enter Universities in Índia”. Era um relato aparentemente objetivo sobre as atuais mudanças nas políticas educacionais indianas. O autor começou elogiando as meritórias conquistas intelectuais dos cidadãos indianos em campos como o da ciência da computação, tecnologia espacial, engenharia genética, biologia marinha e microbiologia. Com algum horror, ele prosseguiu relatando que a University Grants Commission da Índia recentemente recomendara a inclusão de “antigas ciências védicas” na grade curricular da universidade,

decisão que o autor denunciava como “desafiadora da lógica”.

Veda vem da palavra sânscrita que significava “conhecimento”. A tradição védica está tão incrustada na cultura indiana quanto o poder cerebral intelectual que esse autor se apressava a admirar. Ambos são altamente valorizados pelos indianos e a tradição védica tem exercido grande influência sobre cada tipo de conhecimento na Índia, inclusive sobre as ciências. Muitos médicos indianos, por exemplo, incorporam a medicina védica em sua prática como médicos com formação ocidental. Colocar na manchete o ensino de tradição védica como ensino de astrologia não é apenas grosseiramente incorreto, mas também culturalmente pejorativo.

Meu colega continuou a folhear a *Skeptical Inquire*. Sorriu ligeiramente diante de manchetes cáusticas. Mas a intenção de depreciar era tão evidente que eu considerava as zombarias mais ofensivas do que engraçadas. Meu amigo finalmente jogou a revista sobre a minha escrivaninha e declarou que já lera o bastante. Estava pronto para concordar comigo. Era difícil para nós dois imaginar que alguma ciência genuína pudesse radicar num diálogo com o *Skeptical Inquire*.

Assim que descobri uma profusão de publicações das quais nem eu nem meus colegas jamais havíamos ouvido falar, encontrei também inúmeros centros de pesquisa igualmente desconhecidos para nós, lugares onde projetos que investigavam as capacidades mentais anômalas pareciam florescer. Esses centros estavam abrigados em centenas de universidades em todo o mundo, desde a Universidade de Freiburg, na Alemanha, a Princeton, em Newjersey; da Universidade Shanghaijiao Tong, em Xangai, China, à Universidade de Edimburgo, na Escócia.³⁸ Algumas universidades até mantinham professores inteiramente devotados ao estudo das capacidades mentais anômalas.

Eu tinha colegas e amigos que lecionavam em vários dos lugares que descobri nas minhas leituras. Entrei em contato com alguns, presumindo que eles pudessem ter formado opinião acerca da natureza e do calibre do trabalho que estava sendo desenvolvido, muitas vezes no final do corredor ou no prédio em frente de onde eles trabalhavam. Com raras exceções, meus associados se mostravam espantados ao ouvir que a pesquisa sobre capacidades mentais anômalas estava sendo feita bem debaixo do seu nariz.

O fato de o silêncio reinar absoluto sobre esse tema era simplesmente

impressionante. Eu fiquei inteiramente consciente dele no nosso grupo de discussão na APA, depois nas cartas e mensagens eletrônicas que eu recebia e essa era uma corrente de pensamento subjacente crônica na história da pesquisa sobre capacidades mentais anômalas. Ali estava ele presente novamente, tão intrigante quanto a pesquisa que por trás dele se ocultava.

A ciência tem suas raízes no diálogo. E esse, continuei a perceber, era o ponto. A ciência não tem raízes em decidida falta de diálogo, em obstinado pacto de silêncio. O que aconteceu com esse diálogo depois da publicação do *ESP-60* em 1940? Que outra boa ciência estava sendo descartada ou silenciada? E por quê? Decidi examinar mais de perto as pesquisas mais recentes e a cultura do silêncio que a envolve, bem como os pesquisadores que trabalham no limite.

7. Meteoritos na Lixeira: Ciência, Medo e Ansiedade

Uma paciente em perspectiva me telefonou para marcar uma consulta. Ela era estatística e estava considerando a possibilidade de se mudar para a área da baía de San Francisco para aceitar uma oferta de emprego. Planejava aceitar a oferta, mas queria discutir o assunto antes de tomar a decisão final. Quando chegou ao meu consultório — uma mulher alta e elegante, de cinquenta e poucos anos —, cumprimentou-me cordialmente, mas foi direto ao ponto: encontrava-se num dilema que lhe era bastante familiar. No passado, fugira todas as vezes em que se vira numa situação como aquela. Se optasse por se mudar, isso poderia significar que estava fugindo de novo.

No papel, sua carreira dava a impressão de extremamente bem-sucedida. Ela trabalhara no mundo inteiro em renomadas universidades e laboratórios de primeira linha. Seu currículo parecia um catálogo de lugares fabulosos e projetos fascinantes. Teria sido fácil explicar toda essa perambulação como um tributo à sua competência, mas a história não era bem assim e ela estava chegando a uma idade em que já não podia fazer de conta que sim. O fato era que se mudara para impedir que as pessoas a conhecessem mais profundamente. Em consequência, estava sozinha — não só em termos profissionais, mas também pessoais.

Ela me procurara porque um colega havia mencionado que eu me interessava por maneiras estranhas de as pessoas saberem as coisas. Durante anos evitara buscar ajuda psicológica por medo de ser diagnosticada como louca. “Começou com algo que aconteceu durante a minha pós-graduação. Fiquei traumatizada e mesmo hoje me apavoro só de pensar nisso. Versões da mesma coisa vêm acontecendo comigo desde então. Eu sempre fujo, mas isso não resolve nada. Quero ajuda. Preciso encontrar uma maneira diferente de conviver com quem eu sou.”

Ela explicou que sabia coisas de um modo muito real — mostrou-se defensiva quando disse “real” — mas os colegas consideravam esse modo impossível. Eles teriam razão? Eu estaria aberta para a ideia de que as pessoas podem saber as coisas de uma maneira aparentemente impossível e maluca?

Eu adotei uma atitude cautelosa, mas procurei tranquilizá-la.

Respondi- lhe que, de fato, estava interessada nos modos aparentemente peculiares de se saberem as coisas, mesmo aquelas cujo conhecimento parece impossível. Admiti que era comum as pessoas que afirmavam ter esse tipo de acesso ao conhecimento serem tratadas com estranheza. Concordei que isso podia ser bastante perturbador. Ela assentiu e me contou sua história.

Eu sei coisas e me espanto com a maneira como sei. Às vezes isso me amedronta. Começo obtendo uma boa leitura da situação. Sou intuitiva, mas muita gente também é. Não era assustador até eu iniciar a pós-graduação. Estava no meu terceiro ano de doutorado, tinha bons colegas e meus professores nutriam um alto conceito a meu respeito. Escolhi um tema para a minha tese que aprofundava o trabalho de um professor de quem eu gostava muito — um homem extremamente inteligente mas bastante rude...

Certo dia, durante uma aula, ele nos apresentou um problema bem complexo para resolver. Como todo o mundo, eu escrevi os dados no caderno. E forneci a resposta em voz alta — simplesmente a resposta certa, chegando até a quarta casa decimal. O resultado simplesmente me veio à cabeça e me pareceu natural dizê-lo. Foi um desastre. O professor estava convencido de que a única explicação para o fato era eu ter colado de suas anotações. O que era uma loucura — não havia como eu ter lido as anotações dele. Mas também era uma loucura eu ter encontrado a resposta daquela maneira.

Depois disso ele não quis mais trabalhar comigo. Os outros alunos perderam a confiança em mim. Minha situação ficou tão ruim que precisei procurar outra universidade para concluir as pesquisas para a minha tese. Desde então não parei de me mudar. Temia que as pessoas começassem a me acusar por saber coisas que elas achavam impossível eu saber. Agora eu me mudo antes que os problemas ocorram.

O que acontece é que de repente me vem o conhecimento de alguma coisa. Como, por exemplo, que um determinado experimento dará errado. Ou que certa análise de dados se revelará equivocada. Quanto mais digo o que sei, mais fica óbvio que não disponho de qualquer base para saber. É simplesmente uma ideia que me vem à cabeça. Mas eu *sei*— não tenho como expressar o quanto essa sensação é poderosa. Talvez você imagine como é isso. Parece sobrenatural — e

me amedronta. Quero ser normal.

A minha paciente — vou chamá-la de Grace — de fato se mudou para San Francisco e começou a frequentar sessões comigo regularmente. Logo concordamos que tínhamos duas tarefas pela frente. A primeira tratava da questão das provas, de estabelecer a realidade do conhecimento que ela de fato acessava e daquele que não acessava. Como Grace expressou: “Se estou me iludindo, quero saber. Se não estiver, tenho de aprender um jeito mais eficaz de conviver com esse modo assustador de adquirir conhecimento.” Assim, começamos a reconstruir tudo o que era possível acerca de suas experiências anômalas anteriores. No curso de pós-graduação, teria ela de fato captado a solução no ar — sem quaisquer pistas ou cola e com uma precisão de quatro casas decimais? Teriam os outros incidentes sido igualmente insólitos e inexplicáveis como ela julgava?

Essa reavaliação se revelou a parte mais fácil do trabalho. Muito mais difícil foi o embate com o terror de Grace. Sempre que recordava algum conhecimento inexplicável, ela revivia todas as circunstâncias de modo intenso, real. Então, abrupta e inesperadamente, entrava em pânico. Ficava paralisada, como um gato na frente dos faróis de um carro. Trazê-la de volta do pânico se tornou a nossa segunda tarefa. Precisávamos garantir-lhe segurança para examinar o tipo de conhecimento que queria entender.

Pouco a pouco me convenci de que Grace era mesmo dotada de uma inusitada e notável capacidade intuitiva. Mas a profundidade e a extensão do seu medo contagiante me impressionavam com a mesma intensidade. Como psicanalista, estou habituada a testemunhar o medo dos pacientes. Mas o de Grace não era comum. Ela não temia apenas pela própria estabilidade mental, mas pela estabilidade do mundo ao seu redor — a existência de um mundo com que pudesse contar, confiavelmente restringido pelos limites de espaço, tempo e identidade individual.

Debaixo desses terrores jaziam os medos mais convencionais de uma criança que fora criada por um pai alcoólico que a maltratava e por uma mãe que não a protegia. Seu lar era feio, instável e amedrontador. Durante as crises de embriaguez, o pai de Grace era incontrolavelmente violento — batia nela, na mãe e em sua irmã mais nova. Grace aprendeu a buscar segurança num armário fechado, no qual ela e a irmã se abrigavam. Mas o que mais a aterrorizava era o fato de saber em que momento devia

esconder- se com a irmã:

Nos finais de tarde, eu começava a ouvi-lo... sem a ajuda dos ouvidos. Era uma maneira engraçada de ouvir, como se eu ouvisse com o corpo todo, não com os ouvidos. Não sei como descrever a sensação, a não ser dizendo que eu entrava em sintonia e meu corpo inteiro ficava vigilante. De repente eu *sabia* — sabia que ele estava a quinze minutos de distância e dirigindo bêbedo de volta para casa. Aí eu apanhava minha irmã e corria com ela para o armário. Não suportava a ideia de esperar e escutá-lo escancarar a porta, agarrar quem estivesse à vista e espancar. Quase sempre era a minha mãe — simplesmente porque ela estava ali. Então, sobrava para mim a tarefa de proteger minha irmã — por isso, tive de aprender a fazê-lo. De algum modo comecei a simplesmente saber quando ele estava a caminho de casa e quando seria perigoso. Eu *sabia*. Como no episódio com o meu professor, mas diferente porque eu *tinha de saber*, não havia alternativa.

Meu pai não bebia o tempo todo, então não dava para prever. Todos os dias eu precisava ficar sintonizada e pronta para correr, sem jamais confiar em padrão algum. Passávamos semanas seguras, mas eu não podia baixar a guarda, achando que tudo continuaria tranquilo porque a qualquer momento, sem nenhum aviso, ele poderia beber e nesse caso nós precisaríamos correr para o armário. Eu tinha de saber com antecedência, para começar a me preparar — apagar as luzes do quarto, apanhar água para a minha irmã, buscar seu cobertorzinho e arrumar almofadas para tornar o armário confortável... Como eu descobria que ele estava embriagado e a caminho de casa? Como criança, eu aceitava esse conhecimento porque era vital. Mas agora que já não preciso dele... eu me pergunto — será que sou louca? Se for, como é que esse conhecimento sempre se revela exato? Isso me apavora...

“Eu sabia porque tinha de saber.” Essa observação de Grace me fez lembrar os estudos realizados nos anos 1880 pela Society for Psychical Research sobre pessoas que alegavam ter experimentado “aparições de crise verídicas”. Os sujeitos dessas pesquisas relataram que, “pelo uso de nenhum meio sensorial conhecido”, um ente querido que se encontrava do outro lado do mundo aparentemente entrou em contato com eles por meio de visão, som ou toque, durante um momento de crise. Como Grace, eles

sabiam porque tinham de saber.

O comentário de Grace me fez lembrar também do que os clínicos haviam contado nas discussões que Carol Gilligan e eu conduzimos em 1997, na American Psychoanalytic Association, com um grupo dedicado à reflexão sobre o tema “Intuição, Comunicação Inconsciente e ‘Transmissão do Pensamento’”. Um após o outro, os participantes descreveram pacientes com dons tão extremamente intuitivos que eram registrados como anômalos. Aqueles pacientes acreditavam ter desenvolvido esses dons em reação a um trauma, para sobreviverem a circunstâncias que requeriam um conhecimento que excedia o que a média das pessoas é capaz de deter. Também eles afirmaram que souberam porque *tinham* de saber. Não podiam dar-se ao luxo de não saber.

Muitos desses pacientes também relataram que sua capacidade supostamente anômala os aterrorizava. Lembro-me de perguntar aos meus “intuitivos profissionais” — Helen, Deb, John, Ellen e Harold — se seus inusitados poderes alguma vez os assustaram. Helen e Deb me confiaram que precisaram esforçar-se para superar momentos de um medo terrível. E acrescentaram que, na verdade, não poderiam ter desenvolvido sua extraordinária capacidade intuitiva sem confrontar esse medo.

Embora haja uma infinidade de tipos de capacidade cognitiva supostamente anômalos que desconhecemos, uma coisa parece clara: se de fato existem, estão fora do controle consciente. Para as pessoas habituadas à mediação racional da experiência, isso pode ser bastante assustador. Significa viver fora das leis em que nos apoiamos para tornar mais segura boa parte da nossa vida. Significa viver num mundo não limitado pelas fronteiras comuns de espaço, tempo e identidade pessoal. O medo paralisa as pessoas, distorce seu modo de sentir, pensar e amar. Paralisa-as e as impede de se permitirem saber o que sabem. Muito tempo atrás, reconhecer esse fato me levou a ser psicanalista.

A maior parte da teoria psicanalítica atual está obsoleta, culturalmente limitada, irrelevante ou pura e simplesmente errada. Mas o brilhantismo essencial da teoria clínica de Freud sobrevive e ainda se baseia no modo como ele entendia o medo. Segundo Freud, a psique humana é organizada

para fugir da experiência do medo. Essas defesas funcionam melhor quando operam inconscientemente. Nós sequer sabemos que estamos nos defendendo e muito menos do que nos defendemos. A mente consciente é, desse modo, liberada para se dedicar a outras coisas — desde a resolução de problemas à obtenção do prazer.

Trata-se de uma organização mental altamente eficaz, que a neurociência atual está agora elaborando de um modo notavelmente coincidente com as primeiras ideias de Freud. Mas o que me chamou a atenção quando comecei a deparar essas ideias foi sua importância clínica. Elas funcionavam.

A face que apresentamos ao mundo, afirmou Freud, é fundamentalmente delineada pelas estratégias defensivas inconscientes que construímos para nós mesmos. Essas estratégias se traem bem na superfície de quem somos. Dessa maneira, algumas pessoas se definem pela negação: “Eu nunca disse isso.” Outras projetam: “Eu nunca disse isso, foi você quem disse.” Outras intelectualizam: “Mesmo que eu tivesse dito isso, seria só uma ideia, então não ponha palavras na minha boca.”

Essas são as versões simples. Depois vêm as atitudes mais sofisticadas, as ideias mais solidamente racionalizadas e os valores cuidadosamente escolhidos. Esses são todos determinados de maneira irrevogável pelas maneiras idiossincráticas com que erigimos as nossas defesas, tanto as conscientes quanto as inconscientes. E essas defesas, por sua vez, são ditadas pelo objeto do nosso medo — aquilo contra o que nos defendemos. Portanto, aconselhou Freud, preste muita atenção ao modo como as pessoas se expressam para descobrir como elas se defendem. Ajude-as a prestar a mesma atenção a si mesmas e juntos vocês começarão a observar o que jaz sob a superfície, o que motiva a necessidade de se defender. Quando começam a enxergar isso, elas adquirem a capacidade de escolher — e então podem decidir conscientemente se precisam sentir medo. Também é possível que escolham modificar as defesas, tornando-as mais adaptadas e mais consonantes com uma vida feliz, e ser quem desejam ser.

Eu resolvi escutar mais atentamente os comentários dos cientistas modernos acerca das pesquisas sobre capacidade mental anômala. Queria observar o que jazia sob aquelas avaliações, verificar se estavam construindo defesas contra as descobertas e, se esse fosse o caso, contra o que estariam se defendendo. Resolvi aprofundar-me nos últimos 50 anos

de pesquisas sobre conhecimento extraordinário.

A ciência se baseia em evidências, “aquilo que se faz visível” (do latim *evidens*, que significa “aquilo que é claro ou visível a olho nu”). A questão é o que nos permitimos ver. De acordo com o filósofo da ciência Michael Polanyi:

É uma prática corriqueira dos cientistas, ignorar evidências que pareçam incompatíveis ou irrelevantes... Mas, infelizmente, não há regras pelas quais se possa evitar o risco de ocasionalmente ignorarem-se evidências reais que conflitem (ou pareçam conflitar) com os ensinamentos em vigor da ciência. No século XVIII, a Academia Francesa de Ciências obstinadamente negou as evidências de uma queda de meteoritos que parecia absolutamente óbvia para todo o mundo.

Os cientistas parisienses mantinham seus associados estrangeiros em tal temor que os curadores dos museus públicos da Alemanha, da Suíça, da Itália e da Áustria, “na ânsia de não serem considerados retrógrados pelos seus colegas famosos de Paris... jogaram fora todo e qualquer fragmento que possuíssem daqueles preciosos meteoritos”.² Os curadores dos museus se apressaram a defender esse procedimento: qualquer noção, mesmo que remota, de que aqueles meteoritos pudessem ter caído do céu esbarrava perigosamente na credence popular sobre intervenção divina. Esse era precisamente o tipo de credence que a progressista ciência se esforçava para desafiar. Os cientistas e os curadores afirmaram que, ao jogarem os meteoritos fora, prestaram um grande serviço à ciência.

Os cientistas daquela época não eram mais favoráveis à destruição de evidências do que somos hoje. Mas, para eles, as pedras que caíram do céu representavam uma categoria de acontecimentos tão intimamente associada a atos divinos que foram de pronto consideradas não evidências — em vez disso, foram julgadas perigosas para a ciência. A questão não é se esse argumento tem méritos. A sinceridade do julgamento deles pode ser totalmente irrelevante. Drew Westen, professor de psicologia da Emory University que realizou uma extensa pesquisa sobre os processos inconscientes implícitos, afirmou que as pessoas geralmente não conseguem relatar por que apresentam comportamentos ditados pela mente inconsciente, mesmo que esse comportamento pareça fruto da

consciência — e fazem algo ainda mais insidioso: “Quando tentam explicar, elas frequentemente elaboram justificativas plausíveis mas incorretas.”³

Sob um escudo de medo, a ciência fica paralisada como um coelho surpreendido pelos faróis de um carro, exatamente como Grace. Diante do medo, duas versões de má ciência proliferam, ambas repletas de “explicações plausíveis mas incorretas”. Uma é a ciência crédula: “Tenho de provar isso para provar que não estou louco.” Mas igualmente ruim é a ciência dogmática: “Isso não se encaixa no que já conheço, portanto não pode ser verdadeiro.” Ambas estão presentes nos volumes de má ciência associada aos estudos de cognição anômala. Encontrar os elementos da boa ciência dentro desses volumes significa fazer exatamente o que Grace fez: desconstruir cada relato aparentemente fantasmagórico, identificando os estudos que não se detêm diante do medo, não precisando provar nem a existência nem a inexistência da cognição anômala.

Eu cumpri a minha parte, lendo um estudo atrás do outro. Eram raros os que conseguiam escapar das armadilhas da má ciência. Alguns deles desafiaram meus próprios medos; o que aconteceria com o meu mundo se eu descobrisse que esse tipo de conhecimento anômalo de fato existe? Meu ceticismo me levou a rejeitar muitos dos estudos que li, alimento fácil para a voz em mim que os repelia. *Não posso chegar até aí*, disse a mim mesma. *Esse negócio não é possível e não vou levar em consideração*. Certos temas me eriçavam os cabelos, em particular a questão da “vida após a morte”, que destruiu muitos falsos médiuns. Tive tantos problemas com tudo isso que, não desejosa de envolver-me com o assunto, deixei-o de lado.

E então me deparei com um trabalho que me forçou a retomá-lo, fazendo-me superar a incredulidade e admitir que algo inconcebível poderia simplesmente entrar no que chamamos de plano do possível. Tratava-se de registros que não dava para ignorar, embora eu viesse a descobrir que foi exatamente isso que muitos outros fizeram.

De 1963 a 1972, o dr. Harold Puthoff, físico teórico e experimental, realizou uma pesquisa sobre *laser* na Stanford University — na época, no Stanford Research Institute (SRI), em Menlo Park, Califórnia, com um

grupo de pesquisa ligado à universidade. O trabalho era fascinante mas convencional. Nas horas vagas, Puthoff tinha interesse em investigar a viabilidade do uso da teoria física como a conhecemos para descrever processos vitais. Na busca de uma resposta, distribuiu solicitações de pequenas subvenções para um projeto de pequeno porte de pesquisa de algumas implicações da teoria quântica na biologia. Uma das solicitações foi parar na escrivania de Cleve Backster, famoso especialista em polígrafos que se dedicava a medir a atividade elétrica das plantas. Aí atraiu a atenção de Ingo Swann, artista de Nova York que por acaso estava visitando o laboratório de Backster. O interesse de Swann desencadeou uma série de acontecimentos que nos 15 anos seguintes levariam Puthoff a tomar rumos profissionais inteiramente inesperados. Tudo começou com uma carta que ele recebeu de Swann.

Swann... me escreveu sugerindo que, se estivesse interessado em investigar os limites entre a física dos seres animados e a dos inanimados, eu deveria examinar experimentos do tipo parapsicológico. E então começou a descrever alguns experimentos aparentemente bem-sucedidos, realizados no laboratório da professora. Gertrude Schmeidler, no City College de Nova York, dos quais ele participou. Como resultado dessa correspondência, eu o convidei para uma visita de uma semana ao SRI em junho de 1972 para fazer uma demonstração dos seus talentos — falando francamente, em grande parte por curiosidade científica minha.

Antes da chegada de Swann eu havia conseguido acesso a um magnetômetro dotado de boa blindagem, que fora usado num experimento de detecção de *quark* efetuado no Departamento de Física da Universidade de Stanford. Quando fomos a esse laboratório, para surpresa de Swann, (nós lhe pedimos) para interferir na operação do magnetômetro, que fora instalado num cofre-forte sob o piso do prédio e protegido por uma blindagem de mu-metal (uma liga de 75% de níquel, 15% de ferro, mais cobre e molibdênio), um contêiner de alumínio, um escudo de cobre e um outro, supercondutor. Para espanto do professor de Física da Stanford, dr. Arthur Hebard, cujos experimentos dependiam muito da decantada imperturbabilidade do magnetômetro diante das influências externas, Swann duplicou o índice em que o campo magnético do aparelho caía. Então, em resposta

ao incrédulo pedido subsequente de Hebard, Swann paralisou por completo a mudança do campo por um período de mais ou menos 45 segundos. Como para piorar ainda mais a situação, ele prosseguiu com uma “visão remota” do interior do aparelho... desenhando um fac-símile bastante razoável de sua bastante complexa (e por isso não publicada) construção.⁴ Foi esse último feito que impressionou a mim talvez mais do que o anterior, bem como por fim aos representantes da inteligência. Eu anotei essas observações e as distribuí para os meus colegas cientistas sob a forma de rascunho do que viria a ser publicado como parte do *proceedings* de uma conferência.

Poucas semanas depois, alguns visitantes apareceram no SRI com esse texto nas mãos. Suas credenciais os apresentavam como membros da CIA. Eles conheciam o meu currículo como oficial da inteligência naval e depois como civil a serviço da National Security Agency — NSA (Agência de Segurança Nacional) muitos anos antes e achavam que podiam discutir abertamente suas preocupações comigo. Pelo que me disseram, havia na comunidade da inteligência uma crescente preocupação com o empenho dos serviços de segurança soviéticos em patrocinar projetos parapsicológicos; pelos padrões científicos ocidentais, o campo era considerado absurdo pela maioria dos cientistas em atividade. Desse modo, eles nutriam a esperança de que um laboratório de pesquisa de fora da academia pudesse realizar uma discreta e sigilosa investigação — e o SRI parecia ter esse perfil. Perguntaram-me se eu poderia fazer os arranjos necessários para que eles efetuassem alguns experimentos com Swann e, se os testes fossem satisfatórios, se eu concordaria em conceber um programa piloto nessa linha. E também se eu concordaria em pensar no assunto e providenciar os testes requeridos.⁵

Essa visita de Swann deu início a um projeto de pesquisa — que duraria 24 anos e custaria 20 milhões de dólares — patrocinado primeiro pela CIA, depois pela Defense Intelligence Agency (Agência de Inteligência e Defesa) e por fim, em 1991, transferido do SRI para a Science Applications International Corporation — SAIC (Corporação Internacional de Aplicações da Ciência). O projeto, que tinha por objetivo investigar o fenômeno que a ciência decidiu chamar de visão remota, procurava determinar se os sujeitos eram capazes de identificar e

descrever um “alvo” distante, escondido dos seus olhos. Puthoff foi fundador e o primeiro diretor do projeto, cargo que manteve até 1985, quando passou a diretor do Institute for Advanced Studies em Austin, Texas. Na época, transferiu o cargo para um colega físico, dr. Edwin May, agora diretor dos Laboratories for Fundamental Research em Paio Alto, Califórnia.

Pelo que eu soube, esse projeto patrocinado pelo governo se tornou objeto de controvérsias e foram abundantes os relatórios contraditórios sobre seu sucesso desde que a pesquisa deixou de ser secreta, em 1995. Resolvi, então, buscar no próprio Harold Puthoff uma perspectiva mais ampla de todo o esforço. Ele era singularmente adequado para descrever e avaliar fases dos experimentos, procedimentos, métodos e políticas. Estivera profundamente envolvido no projeto durante a maior parte da sua existência. Igualmente relevante era o fato de que eu confiava nele como um excelente cientista. Físico teórico e experimental, formara-se pela Stanford University, onde mais tarde lecionou, no departamento de engenharia elétrica. Mais tarde se tornou diretor do Cognitive Sciences Program do SRI International, o instituto de pesquisa. Fomos ambos pesquisadores seniores do International Consciousness Research Laboratory (ICRL), em Princeton. Impressionaram-me sempre sua cautela científica, sua atenção às evidências, seu brilhantismo e a clareza de seu raciocínio. Ele era totalmente imparcial.

Eu disse a Hal que desejava ver uma avaliação realmente completa de todos os experimentos com visão remota patrocinados pelo governo, agora com uma distância de 30 anos. Como sempre, ele se mostrou muito amável. Nós marcamos uma série de conversas a respeito. Hal foi incrivelmente afável:

Primeiro, você deve saber que muitos documentos fundamentais ainda são sigilosos — 17.700 páginas foram rejeitadas por completo e 20.800 continuam em análise. É inevitável haver pessoas que tendam a fazer avaliações prematuras ou totalmente incorretas. Como se não bastasse, a avaliação dessa pesquisa tem sido alvo de todas as controvérsias possíveis. Assim, existem por aí inúmeras avaliações que não são nada objetivas, algumas chegando a conclusões absolutamente exageradas sobre a precisão da visão remota e outras fazendo exatamente o oposto, negando sem o menor pudor a presença de provas concretas.

Tendo isso como pano de fundo, voltemos para o princípio. Você sabe sobre o meu primeiro contato com Ingo Swann. O passo seguinte envolveu o desenvolvimento mensal de protocolos duplos-cegos e o aperfeiçoamento dos nossos métodos experimentais. Estávamos tentando estudar fenômenos sobre os quais não sabíamos nada e que constituíam desafios extraordinários para os nossos experimentos. Nesse sentido, tratava-se em grande parte de um laborioso e corriqueiro trabalho de empregar a boa ciência com fenômenos questionáveis e mal definidos.

Mas ocasionalmente nós obtínhamos dados que eram tudo menos corriqueiros — e que provocavam um turbilhão na nossa cabeça. E isso reavivava o nosso entusiasmo. Aqueles momentos eram cruciais porque, como você pode imaginar, meu ceticismo era grande. E o tempo todo eu duvidava do que estávamos vendo. No último dia do programa, lembro-me como se fosse hoje, eu cheguei para fazer um experimento pensando comigo mesmo: “Não é possível que eu esteja fazendo isso! Aqueles dados não podem ser reais, simplesmente não podem!”

A despeito da intensidade das minhas dúvidas, outra parte da minha mente era forçada a levar os experimentos em consideração. Eu não tinha escolha. Era obrigado a refletir seriamente a respeito delas, porque as evidências eram demasiado fortes. Como exemplo, trouxe aqui uma bibliografia de 17 páginas que apresenta 266 estudos e relatórios técnicos absolutamente detalhados em que trabalhei, alguns dos quais permanecem sigilosos, mas todos esses artigos sobre a pesquisa eram realmente relevantes. Hoje olho para essa lista e me espanto por ter escrito tudo isso. O fato era que eu mal podia parar de refletir a respeito. Havia muitos dados bons e convincentes.

Agora, olhando para trás, acho justo dizer que ao longo dos anos as evidências se confirmaram. Eram sólidas. As críticas nas duas direções acerca dos protocolos, o aperfeiçoamento dos métodos e a reprodução bem-sucedida da visão remota em laboratórios independentes, tudo isso constituiu um acréscimo, no final, às consideráveis comprovações científicas da visão remota como uma capacidade humana genuína. Nós ainda não começamos a entender *de que modo* a consciência interage com o mundo físico de maneira a possibilitar a visão remota. Estamos engatinhando nessa área. Mas existem dados suficientes que

permanecem substanciais e convincentes, exigindo séria consideração científica.

Hal me recomendou alguns dos melhores e mais cuidadosamente documentados relatórios, artigos e livros que descreviam a pesquisa sobre visão remota. Todos muito bons. Entretanto, eu tinha perguntas que esses trabalhos não respondiam. Hal mencionara ter encontrado evidências que realmente reviraram sua cabeça. Eu queria que ele me contasse mais sobre isso. Também queria saber como ele aceitara ter a cabeça revirada, tanto em termos subjetivos quanto científicos. Como ele lidou com as dúvidas crônicas? Eu tinha esperança de que sua experiência me ajudaria, já que eu oscilava entre aceitar as evidências de visão remota e me recusar a acreditar nela. Nós continuamos com as nossas conversas.

Em 1995, depois da primeira rodada de desclassificação de documentos sigilosos, eu publiquei o relato de um episódio ocorrido em julho de 1974, inteiramente baseado no relatório final dos registros da CIA, tendo por fundamento transcrições literais do acontecimento inteiro. Vou resumir a coisa toda para você.

O nosso procedimento geral nos primeiros experimentos era direto. Nós enviávamos alguém que chamávamos de guia a uma série de lugares, aleatoriamente escolhidos dentre uma extensa lista, a alguma distância do SRI. O guia passava trinta minutos em cada lugar. Enquanto isso, o vidente remoto permanecia sentado numa sala trancada no SRI, desenhando o lugar e oferecendo impressões orais de onde ele imaginava que o guia estivesse. O procedimento todo era duplo-cego — nem os experimentadores nem os videntes recebiam qualquer informação acerca de qualquer dos lugares onde o guia estaria — em geral uma série de seis a dez lugares em cada teste. Depois nós entregávamos a lista com os lugares do teste para juízes de fora que nada tinham a ver com o experimento e lhes pedíamos para ir a cada lugar da série, onde comparavam o local com o desenho e as descrições feitas pelos videntes, tendo por critério apenas o quanto se pareciam. Nesse ponto, nós analisávamos se os resultados coincidentes eram mais acurados do que as estatísticas preveriam.

Depois de alguns meses, nós tínhamos dados suficientes para sugerir que era altamente improvável que os resultados coincidentes

fossem fruto do acaso. Houve certa agitação da cobertura da mídia a essa altura, sem mencionar a CIA, mas simplesmente comentando o fato de que o SRI estava patrocinando o trabalho experimental sobre visão remota. Pat Price, um policial aposentado de Burbank, Califórnia, leu a respeito e nos telefonou. Ele nos contou que a vida inteira vinha usando o que ele chamou de PSE e que confiara nele para produzir alguns dos seus sucessos mais espetaculares como comissário de polícia.

Mais tarde nós descobrimos quão espetaculares foram alguns desses sucessos. Mas na primeira vez em que Price ligou, calhou de eu estar pensando em outra coisa. Nós enviávamos os nossos dados regularmente para a CIA e o interesse da agência havia realmente se intensificado. Ela acabara de nos notificar que queria alguns experimentos novos, testes em que ela mesma escolheria os lugares e ninguém da ala científica teria nenhum conhecimento sobre os locais selecionados. A agência queria eliminar qualquer tipo de fraude ou vazamento (sensorial), intencional ou não. Nós ficamos extremamente contentes por algumas razões. A primeira era que nós rotineiramente nos preocupávamos se por acaso teríamos deixado passar alguma coisa nos nossos procedimentos duplo-cegos. Os resultados eram simplesmente incríveis demais. Mas, mais do que isso, a disposição da CIA em gerenciar a escolha de lugares nos isentava da obrigação de demonstrar que estávamos de fato fazendo exatamente o que os protocolos diziam que estávamos fazendo. Ótimo, pensamos, vamos deixá-los sentir na pele como são as coisas.

Então a CIA nos informou que nos daria as coordenadas geográficas — latitude e longitude — de um lugar que queriam que os nossos sujeitos vissem remotamente. Nada mais. A ideia era que esse seria um rigoroso teste a longa distância sob controle externo.

E aconteceu de Pat Price telefonar logo depois de recebermos as primeiras coordenadas do nosso contato na CIA. Lá estavam elas, na minha escrivaninha, no momento em que atendi o telefone. Por que não, pensei, por que não testar esse cara com aquelas coordenadas? Então eu disse: “Bem, por acaso estamos fazendo um experimento neste momento, por que não participa dele? Eu lhe darei algumas coordenadas geográficas e você nos contará o que vir remotamente.”

Pat concordou e imediatamente nos enviou um relatório de cinco

páginas. A princípio ele descreveu alguns chalés de madeira e algumas estradas e mais nada. Mas então acrescentou: “Oh, no alto de uma colina há um lugar realmente interessante. Deve ser esse o lugar que lhe interessa.” E continuou descrevendo em grandes detalhes um sítio que, segundo ele, era altamente sensível do ponto de vista militar e guardado por segurança reforçada. Em seguida apresentou codinomes todos baseados em nomenclatura de sinuca, junto com outras informações sobre o que estava acontecendo lá e o pessoal envolvido. Nós enviamos as transcrições literais para a CIA para confirmação. Nós pedimos a Ingo Swann que se concentrasse nas mesmas coordenadas e encaminhamos suas observações junto com as de Pat.

A primeira reação da CIA foi de que as visões eram imprecisas. As coordenadas tinham sido fornecidas por um funcionário do Office of Scientific Intelligence — OSI (Departamento de Inteligência Científica) e apontavam para a localização de uma cabana de férias da equipe em West Virginia. Dessa maneira, reportar um sítio militar de alta segurança revelava-se inteiramente impreciso. Mas os funcionários da CIA notaram uma estreita correlação entre as duas descrições independentes recebidas de Pat e de Ingo. Isso parecia improvável o suficiente para justificar o envio do agente da OSI para o local. O que ele descobriu foi que, sem o conhecimento do membro da equipe que usava a cabana, logo depois da colina *havia* uma instalação governamental subterrânea altamente sensível. A cabana de férias do sujeito estava realmente lá. Mas também estavam lá os outros elementos da visão, e eles eram altamente secretos, uma total surpresa para os funcionários que examinaram os dados. Alguns dos detalhes estavam errados, mas muitos estavam certos e eram impressionantemente precisos, como o fato de que as etiquetas de cada pasta arquivada numa gaveta de arquivo trancada naquela instalação subterrânea estavam designadas por termos relativos ao bilhar: bola de bilhar, taco de bilhar e assim por diante. Pat havia até indicado o verdadeiro codinome do lugar: Haystack. A partir daí, a coisa ficou realmente séria. Não havia dúvida sobre o interesse do governo pelo que estavam fazendo no SRI.

Isso não foi o final desse episódio em particular. O experimento deixara Pat intrigado, então, como um desafio pessoal a si mesmo, ele decidiu tentar esquadrinhar o outro lado do globo em busca de um

equivalente, do bloco soviético, do sítio que ele acabara de descobrir nos EUA. Descobriu um lugar nos Urais. Nós enviamos essa informação para a CIA. Aquela visão também se revelou substancialmente correta, verificada por várias fontes sigilosas dentro da agência.

O que tornou o material sobre West Virginia e sobre os Urais tão estarrecedor foi que não se tratava das melhores visões escolhidas dentre uma lista muito maior. Essas eram literalmente as duas primeiras visões já obtidas num simulacro de cenário operacional. Isso é o que eu chamo de coisa que mexe com a cabeça da gente.

Hal me disse que as informações mais precisas naquelas primeiras visões remotas vieram de videntes a quem se pediu para desenhar suas impressões, as quais eram coerentemente mais acuradas do que as descrições verbais. Ele sugeriu que examinássemos a primeira visão remota de um sítio soviético, resultado de uma requisição que a CIA fez ao SRI logo depois da bem-sucedida visão de Pat sobre o sítio nos Urais.

Pat Price era o vidente. Ele recebeu uma série de coordenadas geográficas oriundas do contrato de monitoramento da CIA e foi trancado numa saleta eletricamente blindada junto com um examinador que desconhecia todos os aspectos do experimento. O experimentador ligou um gravador e a sessão começou. Depois de um momento de silêncio, Price relatou:

Estou deitado de costas no telhado de um prédio de dois ou três andares. O dia está ensolarado. O sol está agradável. Tem uma coisa incrível aqui. Tem um gigantesco guindaste de ponte se movendo para a frente e para trás por sobre a minha cabeça.... Quando subi e olhei para baixo, ele me pareceu estar deslizando sobre trilhos montados em cada lado do prédio. Nunca tinha visto nada assim na minha vida.⁷

Depois que a visão ficou completa, a CIA revelou que o sítio eram as supersecretas instalações soviéticas de testes em Semipalatinsk. A CIA tinha fotografias tiradas por satélite daquele lugar que havia muito era considerado como de grande importância estratégica. Os artistas da CIA

havam previamente fornecido suas versões das fotos de satélite, incluindo o retrato de um guindaste grande, figura central das fotografias.

Enquanto eu comparava os desenhos, que eram espantosamente semelhantes, Hal comentou:

Era com esse tipo de dado que nós tínhamos de trabalhar. As correspondências eram absolutamente extraordinárias. Observe, por exemplo, que os dois guindastes têm oito rodas. Depois veja o tamanho da coisa. Na versão da CIA há um homem que tem a metade da altura da roda traseira. Por ora, isso era o que Pat tinha a dizer para descrever o tamanho do guindaste. Existem outros desenhos que são igualmente impressionantes. Nós conduzimos diversas fases da pesquisa sobre o sítio em Semipalatinsk. Elas estão todas disponíveis no relatório técnico do oficial responsável pelo contrato de monitoramento da CIA, que deixou de ser sigiloso... Nós não começamos a explorar esses dados apesar de tudo o que ele pode nos ensinar...

Assim, as informações eram realmente impressionantes e de fato estavam lá. Como eu disse, mexendo com a cabeça da gente. Você agora me perguntaria como foi que tudo isso se tornou tão pessoal para mim. Você sabe, isso me obrigou a olhar para dentro de mim de um modo tão profundo e honesto que constituía um verdadeiro desafio para mim. E me fez olhar para pessoas como o físico David Bohm com um novo e apaixonado interesse. Ele me ajudou porque virou a questão essencial de cabeça para baixo. Eu vinha perguntando, já que tudo no mundo parecia tão separado, como seriam possíveis as conexões que pareciam ser exigidas por essas evidências? Já Bohm vinha perguntando: já que tudo no mundo está interligado, como as coisas podiam parecer tão separadas? Eu me deixei impregnar pelo trabalho dele.⁸ Como a minha mente racional estava se rebelando, eu precisava de dados dos pensadores racionais que eu respeitava. Ele era um deles. Havia outros — certamente inúmeros físicos, mas havia também pessoas fazendo pesquisas sobre percepção subliminar. Seu trabalho exercia um impacto maior sobre mim. Vi depois que os sujeitos de seus experimentos estavam repetindo exatamente o mesmo padrão de erros que os nossos. Se você pensar nisso, verá que é importante. Sugere que os erros não eram fruto do acaso. Por exemplo, a forma de um objeto podia ser discernida numa apresentação-relâmpago, mas sem que se

reconhecesse do que se tratava; a presença de um sinal podia ser detectada, sem que se interpretasse o sinal. Parecia haver uma curva harmônica entre as percepções aparentemente anômalas que estávamos obtendo e outra percepção não consciente e não anômala. Isso nos incentivou a pensar que podíamos estar observando algo num continuum com fenômenos perceptivos previamente estabelecidos.

Então, tudo isso me ajudou a me tornar receptiva a alguns caminhos concebivelmente racionais para reflexões sobre as nossas descobertas. Mas, quando terminávamos de examinar os dados de Semipalatinsk, atingi o que hoje chamo de um verdadeiro ponto de inflexão. As provas que tínhamos eram muito fortes. Eu via isso. Mas também via que isso não erradicava as minhas dúvidas. E vi que as minhas dúvidas não eram o problema. Ao contrário, o problema estava nas minhas crenças. Estava muito difícil abrir mão das minhas crenças sobre o funcionamento do mundo, mesmo diante de provas que diziam que elas estavam erradas. Isso realmente trouxe à tona o que qualquer bom cientista sabe: as dúvidas não interferem na boa ciência. O segredo é continuar considerando as evidências a despeito da dúvida, sem deixar que essa o detenha. É um truísmo científico, mas uma coisa é saber disso e outra é continuar colocando isso em prática quando na sua visão de mundo habitual as evidências simplesmente não cabem. É mais fácil pensar que deve haver algo errado nos seus experimentos. E é irônico porque parece humildade, mas não é. É privilegiar as suas crenças pessoais em detrimento das provas. Isso não é ciência, é arrogância.

Pat Price morreu de ataque cardíaco em 1975, aos 57 anos. Hal, seu colega e físico Russell Targ e outros envolvidos nos primeiros experimentos do SRI acreditavam que Price havia oferecido importantes e irrecusáveis provas de que a cognição anômala era possível.⁹ Aqueles primeiros experimentos levaram à publicação de diversos trabalhos nos jornais científicos tradicionais como, por exemplo, *Nature* e *Proceedings of the Institute of Electrical and Electronic Engineers (IEEE)*.¹⁰ Cada artigo resumia os experimentos até então realizados e levantava questões cautelosas mas de longo alcance acerca de suas implicações. Nesse meio-tempo, a morte de Price realçou um dos muitos temas que passavam por investigação mais profunda sobre visão remota. Como eles iriam encontrar

outros sujeitos para os experimentos capazes de fazer o que Price e Ingo Swann pareciam capazes de fazer? Então surgiu Joe McMoneagle.

Em 1978, os experimentos sobre visão remota do SRI haviam atraído a atenção de fontes da inteligência militar fora da CIA. Frederick Atwater, primeiro-tenente e oficial da contrainteligência a serviço do 902º Grupo de Inteligência Militar), em Fort Meade, Maryland, estava particularmente interessado. Ele via um enorme potencial nesses experimentos para a contrainteligência. Também reconhecia a importância de se identificarem traços que pudessem distinguir as pessoas que provavelmente atingiriam a excelência em visão remota, se essa existisse. Atwater elaborou uma lista desses traços, com base nas características publicadas num artigo sobre “estados psi-condutores” que apareceu no *Journal of Communications*¹¹ de 1975. O autor do artigo, William Braud, era na época professor adjunto de psicologia da Universidade de Houston, Texas. (A partir dessa época, “psi” se tornara uma referência abreviada de tudo o que se relacionasse à parapsicologia.)

Atwater, acompanhado por um colega absolutamente cético, major Scotty Watt, examinou meticulosamente inúmeros volumes de registros do exército para isolar alguns candidatos que tivessem o perfil sugerido por Brand, acrescentando uma lista ampliada de características para propósitos militares. Joe McMoneagle tinha esse perfil. Ele era na época um oficial de projetos sênior do U.S. Army Intelligence and Security Command — INS- COM (Comando de Segurança e Inteligência do Exército dos EUA) e estava subindo rapidamente na hierarquia militar. Realizaram uma série de entrevistas, primeiro com Atwater e Watt e por fim com Hal e Russell Targ. Como McMoneagle comentaria mais tarde, a maior parte das perguntas girou em torno de sua atitude em relação a tipos possivelmente “paranormais” de conhecimento e suas implicações para a segurança nacional. Repetidas vezes ele respondeu com meticulosa mas cautelosa honestidade que se ficasse comprovado que qualquer desses tipos de conhecimento existisse, isso poderia representar uma séria ameaça para a segurança do país. Ele não acreditava, mas tampouco desdenhava da possibilidade de existir esse tipo de conhecimento. Essa era exatamente a postura que a inteligência estava procurando.

Semanas mais tarde, o major Watt telefonou para McMoneagle com uma breve mensagem: ele dera todas as respostas certas. Quando se apresentou ao trabalho na segunda-feira seguinte, McMoneagle foi informado de que estava de partida para a Califórnia, onde permaneceria por duas semanas numa visita altamente confidencial. Seu chefe, disseram-lhe, providenciaria uma história apropriada para justificar sua ausência.

Assim começou a carreira de McMoneagle como vidente remoto.¹²

McMoneagle foi aprovado nos primeiros testes com louvor. Nessa altura, pediram-lhe que fosse voluntário como vidente remoto #001 para o projeto secreto do exército Grill Flarne, que acabou sendo renomeado como Star Gate. Ele permaneceu associado ao projeto durante todos os 18 anos do seu engajamento no exército, o único vidente remoto a ficar tanto tempo. Além de trabalhar pessoalmente como vidente, McMoneagle também contribuiu para a concepção do protocolo, para a avaliação de dados e das aplicações e para o desenvolvimento de hipóteses conceituais que pudessem ajudar a explicar a visão remota. Em 1984, foi agraciado com a medalha Legião do Mérito pelo governo norte-americano, por “distinguir-se com conduta excepcionalmente meritória no desempenho de excelentes serviços durante sua carreira no exército, culminando com sua missão como Oficial de um Projeto Especial da Inteligência com o 902º Grupo da Inteligência Militar. Ele foi fundamental no desenvolvimento de um novo e revolucionário projeto da inteligência”. No certificado que acompanhava a medalha, McMoneagle recebia o crédito pela “execução de missões para os mais altos escalões militares e governamentais, incluindo agências de nível nacional como Joint Chiefs of Staff (Chefes Adjuntos do Estado-Maior), DIA — Defense Intelligence Agency (Agência de Inteligência e Defesa), NSA — National Security Agency (Agência de Segurança Nacional), CIA e Serviço Secreto, tornando disponíveis informações vitais não acessíveis por meio de outras fontes”.¹³

Hal ficou profundamente impressionado com a capacidade de Joe McMoneagle:

Ele conseguiu um imenso volume de dados que eram realmente importantes e totalmente inexplicáveis pelos meios comuns. Um exemplo que exerceu um impacto especial em mim foi quando Joe

descobriu que os russos estavam construindo um novo tipo de submarino. O tamanho e o projeto foram julgados pelas nossas forças armadas como totalmente impossíveis. Pior era o fato de que Joe disse que os russos estavam construindo esse submarino imenso nos confins de um deserto russo gelado sem qualquer acesso direto à água, de modo que não haveria como lançá-lo. A história toda parecia não só improvável como absolutamente maluca.

Isso aconteceu no outono de 1979 e foi um dos primeiros alvos operacionais que recebemos depois que Joe entrou para a equipe. Um oficial de alta patente da marinha integrante do National Security Council — NSC nos trouxe uma foto de algo enorme, maciço, parecendo um prédio industrial, a alguma distância de uma grande concentração de água, em algum lugar da Rússia. O governo norte-americano não sabia que prédio era aquele, para o que era usado ou qual a sua importância estratégica. Era um prédio de tamanho inusitado e parecia abrigar uma grande atividade, então eles quiseram saber mais a respeito.

Nós demos a Joe as coordenadas geográficas e nada mais. Sua resposta imediata foi que eles haviam descoberto uma terra muito fria com uma construção extremamente grande, parecendo uma fábrica, com chaminés enormes, não distante do mar, coberta de uma grossa camada de gelo. Mais tarde descobrimos que o lugar era Severodvinsk, no Mar Branco.

Como a primeira e rápida impressão correspondia bastante à fotografia, nós mostramos a foto a Joe e lhe perguntamos o que poderia estar acontecendo ali. Eis o relato dele sobre a visão:

Passei algum tempo relaxando e esvaziando a mente. Então, com os olhos fechados, eu me imaginei descendo até o prédio e atravessando o teto. O que vi foi espantoso. O prédio tinha o tamanho de dois ou três shopping centers enormes, tudo sob um único teto...

Em gigantescos vãos entre as paredes havia o que parecia charutos de diferentes tamanhos, em prateleiras também gigantescas. Por toda a parte havia extensos labirintos de andaimos e tubos interconectados. Dentro deles havia o que parecia ser dois imensos cilindros soldados de lado a lado e tive a

avassaladora impressão de que isso era o submarino, um submarino muito grande mesmo, com cascos gêmeos....

O que eu não sabia era que aquela minha sessão seria relatada ao NSC e criaria alguma dissensão. A crença quase unânime na época, dentre todas as agências coletoras de informações que estavam investigando o prédio, era que os soviéticos estavam construindo um novo tipo de navio de assalto — um navio para transporte de tropas e possivelmente com capacidade de helicóptero. Submarino estava fora de cogitação.

Na minha segunda visita, eu me aproximei bastante... flutuando no ar ao lado dele, calculei que teria a extensão de um campo de futebol americano e uns 21 metros de largura e no mínimo seis ou sete andares de altura (tomando por base um prédio de apartamentos padrão). Era claramente construído com dois enormes tubos que se estendiam de um lado a outro ao longo do comprimento praticamente todo. (Eu não achava que isso fosse possível com submarinos.)... Eu me movi pelo deque e fiquei surpreso em ver que havia mísseis inclinados que se estendiam de um lado a outro. Isso era de vital importância porque indicava a capacidade de abrir fogo em movimento na água, sem ter de parar na água, o que o tornava um tipo muito perigoso de submarino...

Depois dessa sessão, desenhei um esboço bastante detalhado do submarino, informando suas dimensões, bem como observando os tubos inclinados, indicando de 18 a 20 no total. Esse material, junto com a transcrição datilografada da minha sessão..., foi encaminhado para... o NSC...

Em consequência, nós logo recebemos um pedido... para voltarmos ao alvo e tentarmos fornecer uma estimativa do prazo para conclusão...

Tornei a visitar o lugar e, com base na velocidade da construção e nas diferenças nas condições do submarino de uma sessão para outra, calculei que ele ficaria pronto para lançamento dentro de uns quatro meses — o que significava uma data qualquer no mês de janeiro —, uma época do ano singularmente maluca para se lançar um submarino a partir de um prédio sem ligação direta com a água, perto de um mar congelado sob uma grossa camada de gelo. (Eu relatei que em breve uma equipe de

escavadoras e outros tipos de equipamento pesado chegaria para abrir um canal para o mar.)”

Em meados de janeiro de 1980, fotografias tiradas por satélite mostraram um novo canal que ligava o estaleiro ao mar. Havia um submarino de casco duplo com 20 mísseis inclinados nitidamente visíveis nas fotos. Descobriu-se logo em seguida que aquele era o primeiro de uma classe inteiramente nova de submarinos, o maior jamais construído, que recebeu o nome de Typhoon Class (Classe Tufão) em razão da quantidade de água que cada submarino deslocava. O primeiro Typhoon foi de fato construído no estaleiro Severodvinsk, junto ao Mar Branco, e levado para a água para testes no mar em janeiro de 1980.

A visão que Joe teve do Typhoon exerceu um grande impacto sobre Hal:

No fundo da minha mente estavam aquelas espantosas experiências que eu não tinha como negar, mesmo que em certos dias eu duvidasse que a visão remota pudesse ser real. Relembra-las me deu confiança para continuar em frente quando as experiências atuais não estavam indo bem ou a coisa toda simplesmente parecia impossível demais para ser verdade.

Além disso, sempre tive uma grande fé que a ciência se corrige automaticamente. Podemos contar com a boa ciência para distinguir o sinal do ruído — isto é, se houver algum sinal. É por isso que as dúvidas não representam um problema. A visão remota parece operar num canal cheio de ruídos. Quando a relação sinal/ruído é realmente alta, você perde um bocadinho de tempo se perguntando se haverá mesmo algum sinal. Mas então surge de repente um sinal e você consegue visões como a do Typhoon. Acima de tudo, você tenta imaginar como estudá-lo. Você o registra. Ao mesmo tempo você registra as dúvidas. Você não pode permitir que os momentos de dúvida anulem os de convicção — nem vice-versa. Quando você está vivendo um desses dois momentos, o outro parece totalmente fora de alcance, parece loucura. Mas ambos são vitais para não sairmos do trilho quando estudamos esse tipo de coisa.

Os estudos de visão remota prosseguiram sob vários nomes e

auspícios, com figuras-chave se aposentando, mudando para novos cargos ou sendo transferidos. O programa, que se manteve de 1972 a 1995, foi encerrado na verdade quando se encerrou a guerra fria.

Inevitavelmente, fiquei com uma grande dúvida depois de ouvir o relato de Hal. No final das contas, o que resultou de tudo aquilo? Que frutos 24 anos e 20 milhões de dólares investidos em experimentos patrocinados pelo governo renderam em termos de provas a favor ou contra a visão remota?

A resposta de Hal me fez afundar nas águas turvas de uma das mais longas controvérsias sobre pesquisa acerca da cognição anômala. Suas raízes eram um relatório que não fazia uma referência sequer ao Star Gate.¹⁵

Em 1984, como parte da sua missão de treinar e manter uma força bélica altamente capacitada, o exército assumiu a tarefa de avaliar um amplo espectro de técnicas em vigor e alegações de aperfeiçoamento de desempenho. E encomendou um relatório ao National Research Council (NRC) da National Academy of Sciences, que foi publicado em 1988 sob o título *Enhancing Human Performance*.¹⁶

O estudo do exército começou a avaliar a eficácia de uma série de abordagens “controversas”, incluindo *biofeedback*, programação neurolinguística, aprendizado acelerado, prática mental e — parapsicologia.

De imediato fiquei intrigada — *parapsicologia*? O rótulo acionou um sinal de alerta em mim. Mesmo sendo mínimo, meu contato com a literatura acerca da capacidade mental anômala revelou que “parapsicologia” era uma palavra questionável na mente de muitos investigadores sérios. Por definição, ela sugere que tudo o que ela abranger decairá para “para”, ou fora, do que é real. (Como o biólogo Rupert Sheldrake certa vez observou: “Sendo biólogo, eu não teria muito uso para um campo chamado de parabiologia.”) Também me pareceu digno de nota o fato de o exército dos Estados Unidos considerar a parapsicologia algo que possa “aperfeiçoar o desempenho humano”. Além disso, consideraram a parapsicologia como “controversa” ao lado de outras técnicas que, embora não imunes a todos os questionamentos, eram

amplamente aceitas nos círculos predominantes como eficazes técnicas padrão para o aprendizado. Mas o mais estarrecedor de tudo era o julgamento radical feito na entrevista coletiva à imprensa em que se anunciou a publicação do relatório: “O comitê não encontra justificativa científica na pesquisa conduzida ao longo de um período de 130 anos para a existência de fenômenos parapsicológicos.”¹⁷

A base presumida para essa conclusão não foi o material do projeto Star Gate, que ainda era sigiloso na época, mas sim a análise seletiva feita pelo NRC sobre uma categoria de experimentos com visão remota conhecida como experimentos ganzfeld. Os experimentos ganzfeld — termo alemão que significa “campo total” — são experimentos de percepção remota conduzidas num ambiente que minimiza a estimulação do campo perceptivo total do indivíduo, numa tentativa de silenciar os “sinais ruidosos” que podem atrapalhar a capacidade de “receber” sinais aparentemente anômalos. (Eu discutirei esses experimentos mais detidamente no Capítulo 10.) Do modo como se sucederam, os experimentos ganzfeld haviam fornecido algumas das evidências positivas mais fortes da capacidade mental anômala, mas a análise do NRC deu um jeito de omitir todas as replicações mais recentes e mais bem-controladas. Além disso, os avaliadores não forneceram provas de que haviam examinado qualquer coisa que lembrasse 130 anos de outras pesquisas, as quais, descobri, estavam disponíveis em inúmeros volumes.

De modo não surpreendente, vários dos mais respeitados pesquisadores nesse campo lançaram uma resposta formal e cuidadosamente fundamentada protestando contra essa avaliação categoricamente negativa.¹⁸ Mas só muitos anos mais tarde se tornou claro o quanto o comitê manipulara as coisas, baseando-se em estudos negativos sobre a parapsicologia e descartando um estudo conduzido por uma grande autoridade que havia chegado a uma conclusão favorável.

O NRC havia procurado o psicólogo de Harvard Robert Rosenthal e lhe pedido para rever os registros experimentais de inúmeras técnicas de aperfeiçoamento do desempenho. Rosenthal era renomado como excelente psicólogo experimental, brilhante na avaliação de estratégias de pesquisa bem como na detecção de falhas metodológicas ou falta de rigor no raciocínio. Ele também era altamente especializado na avaliação de pesquisas sobre aperfeiçoamento do desempenho — precisamente o que o exército queria estudar. Ele aceitou o encargo e trouxe junto sua sócia

Monica Harris.

Rosenthal não tinha a mais remota identificação com o peculiar mundo dos médiuns, adivinhos e todos os outros elementos do tipo personagem de histórias em quadrinhos que às vezes são incluídos na parapsicologia. Ele era um eminente acadêmico, habituado a ser levado a sério. Rosenthal e Harris deram uma atenção extremamente cuidadosa à pesquisa que o NRC os encarregara de avaliar. Eles adequadamente submeteram seu relatório, que concluía que, de toda a pesquisa nas cinco áreas examinadas, “apenas os experimentos ganzfeld sobre PES preenchiam os requisitos de um projeto experimental sólido”.¹⁹ Prosseguiram declarando que seria “implausível” sugerir que as possíveis descobertas obtidas nesses experimentos que eles avaliaram resultassem do puro acaso. Em outras palavras, as comprovações da “parapsicologia” eram boas e mereciam mais investigação.

A história completa do que aconteceu em seguida apareceu em 1994, no *Psychological Bulletin*, uma publicação da American Psychological Association que aplica padrões rigorosos em tudo o que publicava em suas páginas. O artigo tinha como coautores Daryl Bem, psicólogo social de Cornell, e Charles Honorton, o homem que originalmente desenvolveu os experimentos ganzfeld que Harris e Rosenthal haviam louvado.

Num acontecimento inquietante, a presidência do comitê do NRC telefonou para Rosenthal e lhe pediu para eliminar a seção de parapsicologia do artigo (R. Rosenthal, comunicação pessoal, 15 de setembro de 1992). Embora Rosenthal se recusasse a fazer isso, essa seção do estudo de Harris-Rosenthal não é citada em nenhum lugar do relatório do NRC.²⁰

“Citada em nenhum lugar do relatório do NRC?” Essa é uma omissão fora do comum e preocupante. Quando esse tipo de omissão caracteriza o modo como a National Academy of Sciences trata um relatório sério de um pesquisador sério, há algo seriamente errado com a maneira como a ciência aborda as capacidades mentais anômalas.²¹ A ciência deixou de agir como ciência. Em vez disso, passou a agir mais como religião — ou política.

Na verdade, ao mesmo tempo que o NRC declarava publicamente “a inexistência de uma justificativa científica” para os “fenômenos

paranormais”, o governo continuava a financiar projetos secretos de pesquisa sobre a visão remota.

Em 1985, o físico Edwin May havia assumido o projeto Star Gate, depois que Hal Puthoff saiu para se tornar diretor do Institute for Advanced Studies, em Austin. May subsequentemente iniciou uma revisão de todas as pesquisas realizadas entre 1973 e 1988: 154 experimentos compreendendo mais de 26.000 testes separados. O relatório final concluiu que as probabilidades de que dados positivos resultassem do acaso eram menos que uma em um bilhão. Considerando essas probabilidades, a visão remota parecia mesmo existir. Embora os primeiros experimentos sofressem as inevitáveis dores do crescimento de novos protocolos experimentais envolvendo variáveis desconcertantes, não familiares, os procedimentos investigativos se tornaram cada vez mais claros ao longo do tempo. E o impressionante era que os níveis de desempenho em visão remota permaneceram constantes ao longo da história dos 154 experimentos. Isso sugeria que os experimentos estavam acessando os mesmos fenômenos repetidas vezes, mesmo no princípio. Por isso o relatório concluiu que os problemas dos primeiros projetos não podiam ser invocados para explicar os primeiros sucessos espantosos.²² Mas esse relatório interno jamais veio a público.

Por fim, graças ao decreto do presidente Clinton, de 1995, que determinava maior abertura por parte do governo, a CIA retirou a classificação de sigiloso de um número imenso de documentos, embora não de todos, que descreviam a pesquisa sobre visão remota. Com o projeto Star Gate oficialmente encerrado, pela primeira vez Puthoff e May puderam publicamente ligar seu trabalho à CIA, à DIA e ao Departamento de Defesa.

A essa altura, teve início um verdadeiro rebuliço de relatos descrevendo a história do projeto. Alguns poucos consistiam em apreciações ponderadas feitas por pessoas que haviam estado diretamente envolvidas no projeto, tanto cientistas quanto videntes remotos. Havia também relatos detalhados feitos por administradores do projeto pelo lado do governo.²³ Mas havia inúmeros outros relatos que eram altamente sensacionalistas e tinham pouca relação com os acontecimentos que haviam na verdade transpirado. Por todo o país, as pessoas começaram a proclamar ligação com a pesquisa, frequentemente sugerindo que haviam

desempenhado um papel vital.

Em meio a tudo isso veio a avaliação oficial da CIA sobre o projeto de 24 anos. Dizer que ela produziu fogos de artifício seria eufemismo. A história foi o *ESP-60* de J. B. Rhine de novo. Uma investigação ostensivamente objetiva feita pelo American Institutes for Research — AIR — convincentemente desacreditou a pesquisa sobre visão remota patrocinada pelo governo e conduzida pela SRI International e pela Science Applications International Corporation — SAIC. O ponto culminante foi a declaração para a imprensa de que “não houve caso em que a PES (visão remota) tivesse sido utilizada para guiar operações da inteligência”.²⁴ Não constitui um contraste pequeno com o texto efusivo do prêmio da Legião do Mérito conferido a Joe McMoneagle, em que lhe davam o crédito de tornar disponíveis “informações vitais não acessíveis por meio de outras fontes” não apenas à CIA, mas aos Chefes Adjuntos do Estado-Maior, a Defense Intelligence Agency (Agência de Inteligência e Defesa), a National Security Agency (Agência de Segurança Nacional) e ao Serviço Secreto.

Rhine estava em seu leito de morte quando soube da tentativa de desacreditar sua pesquisa e o *ESP-60*; ele morreu sem poder defender o trabalho de uma vida inteira. Contudo, os principais participantes do Projeto Star Gate estavam bem vivos quando o relatório da CIA/AIR veio a público. Eles atacaram sistematicamente o relatório e os próprios pontos abordados. Ponto por ponto eles mostraram que o relatório continha defeitos metodológicos, era altamente tendencioso e tinha por fundamento numerosas afirmações que tinham pouca ou nenhuma base.

Na primavera de 1996, o *Journal of Scientific Exploration* publicou uma série de artigos acerca dessa controvérsia. O número do *JSE* incluía dois relatórios de fundo submetidos à CIA por membros do painel da AIR — professores Ray Hyman e Jessica Utts. O quadro geral que emerge não é agradável. Ele foi resumido com bom-senso pelo diretor do Star Gate, Ed May, num artigo em que ele contribuiu.

Além de questionar a validade das conclusões da CIA/AIR, encontro problemas tão sérios com o método de avaliação delas que relutantemente me convenci de que essas conclusões foram tiradas antes do início da investigação e que as escolhas administrativa e metodológica foram feitas para garantir que os resultados da

investigação fundamentassem a perspectiva predeterminada da CIA... Eu vou registrar que, como resultado do seu esforço mínimo, eles chegaram a uma conclusão equivocada no que diz respeito ao uso da cognição anômala em operações da inteligência e subestimaram enormemente a robustez do fenômeno.²⁵

May ofereceu um relato minucioso do fracasso científico da avaliação da CIA/AIR. Ele afirmou a existência de: instruções para os avaliadores examinarem conjuntos de dados radicalmente incompletos; diretrizes para excluir um amplo espectro de experimentos e relatórios de acompanhamento técnico que poderiam ter desafiado eventuais resultados negativos; um conhecido viés antiPES num significativo percentual de avaliadores; decisões deliberadas de não entrevistar um número de participantes de crucial importância e ignorar extensos programas prévios de revisão, incluindo alguns conduzidos internamente pelo Departamento de Defesa; recusa deliberada a controlar as variáveis padrão amplamente conhecidas por prejudicar o desempenho cognitivo em ambientes experimentais; e, por fim, a decisão de usar a revisão negativa da parapsicologia feita pelo National Research Council como base e ponto de partida para a revisão.

A fundamentação no relatório do NRC era especialmente estarrecedor a. Jessica Utts, estatística da Universidade da Califórnia, foi uma das pesquisadoras que haviam publicado a contestação de 1989 ao artigo do *Journal of American Society for Psychical Research*. Em consequência, May se espantou por Utts não ter incluído qualquer crítica ao relatório do NRC em sua contribuição para a avaliação da AIR. A resposta dela a esse questionamento o chocou.

A resposta é que a direção da AIR me solicitou explicitamente para NÃO mencionar o relatório do NRC na minha revisão! Isso me incomodou muito por inúmeras razões...

Quando a AIR me pediu explicitamente para NÃO mencionar o relatório do NRC na minha revisão, presumi que eles haviam detectado falhas nesse trabalho e, principalmente em razão do envolvimento do presidente da AIR com o comitê do NRC, preferiam deixá-lo cair no esquecimento.

Diante desse quadro, fiquei bastante desapontada ao ver que a AIR

empregou profusamente o relatório do NRC em suas conclusões. Se soubesse que fariam isso, eu certamente teria discutido os múltiplos problemas desse trabalho no meu relatório. Como eu não o mencionei, qualquer leitor não informado pode supor que eu concordo com o relatório, quando eu sem dúvida não concordo.

Também gostaria de explicar outra omissão no meu relatório que ocorreu pela mesma razão... Num memorando datado de 1² de agosto de 1995, você me deu os números de telefone de (um ex-funcionário responsável pelo projeto da DIA, ex-oficial sênior da agência, um oficial de alta patente que tinha a responsabilidade de planejamento) e de Joseph McMoneagle. Você enviou uma cópia do memorando para a direção da AIR.

Pouco depois de você me mandar esse memorando, fui contatada pela direção da AIR, que me advertiu para NÃO entrar em contato com nenhuma daquelas pessoas. Assim, não pude obter qualquer detalhe sobre o trabalho com visão remota operacional. Pensei que você deveria tomar conhecimento disso, caso esteja imaginando por que lhe pedi essa informação e não a usei.²⁶

O relatório da CIA/AIR professava ter avaliado inteiramente a fase operacional da visão remota (ou seja, não realizada em laboratório) da pesquisa do Star Gate e afirmava não haver provas do seu sucesso. Mas Utts é mais do que clara quanto a esse ponto: foi-lhe negado acesso aos dados relativos à visão remota operacional e causaram-lhe espanto as afirmações da CIA/AIR de que aqueles dados haviam sido examinados ou avaliados.

Além disso, o próprio relatório de fundo de Utt havia chegado a uma conclusão inequívoca:

Está claro para esta autora que a cognição anômala é possível e foi demonstrada. Essa conclusão não se baseia em crença, mas sim em critérios científicos comumente aceitos. O fenômeno foi reproduzido sob inúmeras formas em laboratórios e culturas.

Acredito que continuar buscando provas constituiria um desperdício de recursos valiosos. Ninguém que tenha examinado todos esses dados nos laboratórios, considerados em sua totalidade, pode sugerir problemas estatísticos ou metodológicos para explicar seus

sempre crescentes e uniformes resultados.²⁷

O relatório de fundo de Ray era, no mínimo, ainda mais impressionante porque Hyman, professor de psicologia da Universidade do Oregon, era famoso por sua recusa obstinada em olhar a cognição anômala como um fenômeno genuíno ou adequadamente demonstrado. Mesmo assim, ele ofereceu o seguinte resumo:

Concordo com Jessica Utts que a proporção dos efeitos relatados nos experimentos da SAIC e nos recentes experimentos ganzfeld provavelmente não pode ser descartada como fruto do acaso. Tampouco parece ser explicada por testes múltiplos, efeito gaveta, testes estatisticamente inadequados ou outros maus usos da inferência estatística...

Os experimentos da SAIC foram bem projetados e os investigadores não pouparam esforços para eliminar os conhecidos pontos fracos da pesquisa parapsicológica anterior. Além disso, não posso indicar candidatos adequados para que falhas, se houver alguma, possam ser apontadas. De qualquer maneira, em princípio é impossível dizer que qualquer experimento em particular ou série experimental está isento de eventuais falhas.²⁸

Desde o fim do sigilo decretado em 1995, a visão remota patrocinada pelo governo se tornou manchete nos jornais do mundo todo. A CIA viu-se obrigada a apoiar a conclusão do relatório da AIR: depois dos milhões de dólares gastos, a CIA declarou oficialmente que não havia qualquer valor na visão remota. O programa *Nightline*, da rede americana ABC, e outras das principais mídias se apressaram a explorar a controvérsia. Joe McMoneagle, que recontou suas experiências em *The Star Gate Chronicles: Memoirs of a Psychic Spy*, estava zangado e desabafou:

Não havia a menor dúvida de que eles assumiam uma postura agressiva quando se tratava de avaliar com a mente aberta a visão remota — pois isso simplesmente jamais aconteceu. A afirmação (do relatório da CIA/AIR) de que não havia absolutamente nenhuma prova de que a visão remota fornecesse material de valor contradiz os comitês do Congresso para pesquisa que tinham uma postura mais digna de

credibilidade, bem como os entusiasmados usuários finais da metodologia, que ano após ano ingressavam em reuniões secretas da Câmara e do Senado, apresentando resultados lacrados e altamente confidenciais da eficácia da visão remota, demonstrando sua existência, seu uso e financiamento...

Eu vou romper o repugnante silêncio com a pergunta não verbalizada que ninguém quer formular. *Existe uma defesa (necessidade psicológica de se defender) contra a visão remota? É esse o problema aqui?*²³

Como explicar essas avaliações oficiais do governo, que pareciam contradizer tantas provas sólidas? Como McMoneagle, eu me perguntei se o medo tinha algo a ver com isso — medo de a visão de mundo de alguém ser abalada, ou de ser lançado num plano científico em que as antigas regras de súbito não se aplicassem mais. Eu contei a Hal sobre a minha paciente, Grace, e a extrema ansiedade que observei nela quando descreveu suas experiências com cognição aparentemente anômala. Teria ele alguma vez observado alguma coisa assim em seu trabalho no Projeto Star Gate? Hal ouviu atentamente, então começou a falar mais sobre Joe McMoneagle:

Ele foi um dentre os nossos poucos sujeitos cuja capacidade de perceber lugares a uma distância de milhares de quilômetros era tão confiável que nós podíamos documentá-la de modo uniforme e inequívoco. Pouco depois de começarmos a conduzir experimentos com ele, McMoneagle começou a perceber o que estava fazendo. Certo dia ele olhou para mim e disse que tinha algo a me dizer. Ele servira no Vietnã e, quando estava lá, testemunhara o pior que os seres humanos são capazes de fazer uns com os outros. McMoneagle sempre pensara que isso lhe infundira um medo profundo. Mas o que ele queria contar-me era que isso não era nada comparado com o medo que sentiu quando percebeu a extensão da sua capacidade de visão remota. Isso o atingiu — o que ele estava vendo não se parecia com assistir a algum tipo de filme. Em vez disso, ele se transportava para *lá*, para *dentro* da visão, imerso numa realidade inteiramente desvinculada da sua vida comum. Ele ficou apavorado.

Essa capacidade abala os alicerces. O medo que Joe descreveu e o

medo que você está vendo na sua paciente — acho que pode ser tão básico quanto qualquer outro medo.

Hal tinha razão. O nível do medo é elementar. Atinge diretamente as formas mais profundamente íntimas e pessoais por meio das quais aprendemos a confiar no mundo e em nós mesmos dentro dele. Diante de um medo como esse, não é de se admirar que a consideração racional de uma experiência aparentemente anômala seja tão elusiva. Não é de se admirar que a comunidade científica olhe para o outro lado e se afaste o mais rápido que puder.

Pedi a Hal uma conclusão do seu relato.

As provas estão aí — solidamente aí. Mas a nossa capacidade de empregar a visão remota como um instrumento da inteligência não está pronta para ocupar o horário nobre da televisão e isso é um problema bastante real. Nós não sabemos o bastante. Os resultados produzidos pela visão remota têm sido verdadeiramente impressionantes, mas não são uniformes e previsíveis e sabemos muito pouco sobre quem tem essa capacidade e quem não tem. Isso torna muito fácil dar cabo das descobertas. Não duvido que superaremos isso e, quando o fizermos, as inadequações das avaliações como o relatório da CIA/AIR falarão por si mesmas. Nesse meio-tempo, estamos lidando com a mesma coisa que a sua paciente Grace confrontou. É uma coisa apavorante. O medo é pior entre as pessoas de um tipo que chamo de segundo escalão, pessoas que dependem do *status quo* para sua segurança. Esse trabalho acaba com o *status quo*. Embora certamente houvesse mentes agudas na comissão da AIR, as pessoas no comando dos projetos do governo eram, francamente, do segundo escalão. A ironia é que nos escalões superiores, no governo mas também em outras áreas, acredito haver uma sólida aceitação da visão remota e um real entusiasmo em relação a seu potencial. Nós só precisamos continuar trabalhando. Precisamos trabalhar para acalmar o medo das pessoas, mas também para esclarecer o processo e os mecanismos subjacentes — o *modo como*.

A permanente controvérsia acerca da visão remota continua

espantosamente ativa. Existe um número assombroso de livros, páginas na Internet e associações dedicadas ao seu estudo. Mas Hal me lembrou da existência, talvez a coisa mais intrigante para o futuro, de caixas e mais caixas com informações de SRI/SAIC que até hoje mal foram examinadas e que têm muito a nos ensinar. Muitas já se tornaram públicas, outras ainda não. Algumas ainda estão sob revisão para acesso público. A soma total representa uma extraordinária colaboração de 24 anos entre cientistas de primeira classe, as principais agências do governo e algumas pessoas com talentos intuitivos aparentemente notáveis. Eles constituem uma permanente mina de ouro para a exploração científica da cognição possivelmente anômala.

**

Existe uma vasta quantidade de textos escritos acerca do fato de que a ciência é a pedra no sapato de suas próprias ideias mais revolucionárias. Se as ideias revolucionárias permanecem silenciosas, a ciência estabelecida é capaz de perpetuar a ilusão de que suas mais valiosas suposições estão a salvo de questionamento. Banido o silêncio, as ideias revolucionárias não abalam o esquema das coisas. Não ameaçam nossas ideias mais familiares e estimadas.

E poucas ideias são mais estimadas na cultura ocidental do que aquelas que declaram que espaço, tempo e identidade individual impõem limites invioláveis à experiência humana. Lidar com essas ideias é algo muito forte — forte o bastante para me lembrar da noite em que entrei na minha garagem com a harpa no carro. *Muda tudo.*

Helen Palmer concordou com outros intuitivos profissionais quando lhe perguntaram sobre o papel que o medo desempenhou quando ela pela primeira vez admitiu e desenvolveu suas habilidades. Ela também se perguntou se esse tipo de medo e ansiedade, que acredita ser uma experiência universal, afeta particularmente os cientistas:

Quando tomei consciência dessas habilidades, pensei que eu estava enganada, que minhas experiências espirituais profundas eram fantasia, imaginação ou sonhos que procuravam realizar desejos. Por medo eu reprimi meus estados interiores por tempo demais. A experiência universal da ansiedade na infância bloqueia a nossa percepção da

receptividade. É por isso que todo o mundo fica ansioso quando chega perto de admitir a realidade como ela realmente é. O próprio Freud disse a esse propósito que nós preferimos a nossa realidade condicionada neurótica, que nos permite funcionar bem o bastante, a ter de encarar a realidade como ela é. A intuição requer que sejamos receptivos à realidade como ela é, não como gostaríamos que fosse, então por que enveredarmos por esse caminho, quando a ciência cognitiva nos assegura que a realidade é previsível? Desde a infância, desenvolvemos e reforçamos um padrão automático de nos fecharmos a um estado de receptividade para nos protegermos de danos psicológicos. Por que nos tornarmos receptivos se isso só nos causará sofrimento? A receptividade nos abre para o sofrimento. Muito das minhas sessões intuitivas com clientes se concentra em estratégias para aliviar a dor emocional deles.

Eu convivo e trabalho com cientistas o tempo todo e respeito o que eles fazem — afinal de contas, dependo de aspirina e de antibióticos quando adoço —, mas acho que eles podem tornar-se extremamente dependentes da ciência cognitiva. Isso significa que eles perdem um bocado da realidade como ela está atualmente se desdobrando. Por que os cientistas estudariam a intuição se essa não lhes serve? Por que eu faria proselitismo? A realidade prossegue de um modo ou de outro, não importa quem a esteja percebendo. Contanto que ninguém me persiga ativamente pelas minhas percepções, não vejo razão para a ciência se ocupar com o “paranormal”. Mas o verdadeiro problema é a questão de as pessoas terem medo de conhecer o *que é assim* — e polarizar contra o *que é assim* por causa da ansiedade.

John Huddleston também comentou o papel do medo e da ansiedade em seu trabalho:

Também trabalho com uma grande variedade de pessoas. Algumas podem ter medo de serem subjugadas pela intuição porque sua mente lógica já tem tudo arrumadinho. Mas a mente lógica não é a fonte da intuição. Encare da seguinte maneira: cada um de nós tem duas naturezas; há o corpo físico e o espírito ou alma que a infunde. Intuição é a função da parte espiritual da pessoa, não *da* parte física. Agora vamos aprofundar essa diferenciação: não é a mente ocupada,

intelectual, racional que trabalha com a intuição, mas sim uma faculdade mental mais sutil, mais calma, mais profunda e silenciosa. Essa é uma distinção importante porque, quando ouvem “não físico”, as pessoas simplesmente presumem que se trate do intelecto, porque essa é a zona de conforto delas. E, quando entendem que usar a intuição significa parar de analisar, elas podem ficar com medo. Mas a leitura não é análise. Não é intelectualização. Não é *uma* questão de equacionar as coisas. É muito mais simples que isso. É simplesmente abrir-se para o que está ali. Eu ensino desenvolvimento intuitivo há anos e essa é uma das primeiras coisas que ensino. O medo do que está para além dos limites da mente racional é um problema curiosamente ocidental. Quando eu fazia a minha especialização em antropologia na universidade, visitei xamãs tradicionais na floresta amazônica, lamas tibetanos no Himalaia e adivinhos zulus no sul da África. O que rotulamos de intuitivo, essas culturas consideram normal. Quando abordamos a intuição, não estamos aprendendo algo novo, mas redescobrimos algo muito mais antigo do que podemos imaginar. Talvez se puderem reconhecer isso, as pessoas não sentirão medo de serem subjugadas pela experiência espiritual.

Em *The Structure of Scientific Revolutions*, o trabalho clássico sobre a natureza e a cultura da ciência, o autor Thomas Kuhn define a ciência normal como tudo o que ocupa a ciência antes de uma revolução científica, antes do momento em que tudo muda. A ciência normal não dá espaço para observações que não se encaixem em seus pressupostos básicos. A ciência normal consiste em solucionar problemas que surgem no bojo desses pressupostos. São os problemas que se recusam a se encaixar que conduzem à revolução científica. Conduzem ao que Kuhn batizou de mudança de paradigma.

Depois da publicação desse seu livro, a expressão *mudança de paradigma* passou a ser tão usada e mal aplicada que o próprio Kuhn por fim recomendou que a abandonassem. Mas, a essa altura, seu conceito original já cumprira sua função; havia afetado definitivamente a nossa compreensão de como a ciência se desenvolve. A ciência não muda por acomodação. Nem muda por meio de acréscimos graduais de ideias novas. Em vez disso, a ciência muda quando ideias revolucionárias adquirem força suficiente para virar a ciência de cabeça para baixo. Não é um

processo simples nem suave. Um eminente físico, Max Planck, comentou: “A ciência avança de funeral em funeral”, significando que geralmente é necessária uma nova geração de cientistas para se defrontar com uma mudança de paradigma.

Mas muito antes de a ciência normal sofrer uma ruptura, é provável que encontremos, nos limites da ciência normal, um persistente círculo de cientistas que por acaso deparam com alguma observação que não se encaixa e isso os incomoda. Seu trabalho passa a se dedicar cada vez mais à tarefa de entender aquele determinado aspecto. Então desenvolvem projetos experimentais. Criam laboratórios e acumulam pesquisas. Enquanto isso, a ciência normal procede como de hábito, mal percebendo o que está acontecendo fora dos seus limites.

O desafio para os cientistas que trabalham nos limites também cresce. Alguns retribuem sua marginalização, começando a ignorar as convenções da ciência normal assim como essa os ignora. Outros se tornam fanáticos, determinados a fazer a ciência normal lhes dar atenção, geralmente à custa da moderação no diálogo. Outros ainda adotam permanentemente um status de desvinculação, tranquilamente prosseguindo seu trabalho como se a comunidade da ciência normal tivesse deixado de existir. Poucos — muito poucos — conseguem viver criativamente dentro do mundo limitado pela ciência normal enquanto investigam observações que ameaçam miná-la. Eles conseguem suportar tanto a rejeição dos seus pares quanto a experiência diária de confrontar fenômenos que não parecem fazer qualquer sentido científico — sentido da ciência normal, bem entendido.

As ideias de Kuhn são suficientes para explicar o nosso decidido silêncio em relação à pesquisa sobre capacidades mentais anômalas. Mesmo que só uma parte das pesquisas se mostre digna de crédito, precisamos parar de jogar os nossos meteoritos fora e admitir que temos uma crise científica em nossas mãos.

8. Olhos da Noite: Aprenda a Conviver com o Paradoxo

Um colega meu, físico nuclear, enviou-me um artigo extraído dos *Proceedings of Institute of Electrical and Electronics Engineers*, uma das principais publicações na área de engenharia e eletrônica. Por coincidência, o artigo fora escrito por Puthoff e Targ e oferecia uma visão geral das pesquisas passadas e recentes sobre percepção remota. O que realmente me chamou a atenção, porém, foi uma nota introdutória do editor-chefe da publicação explicando por que decidira, a despeito da objeção dos seus conselheiros editoriais, publicar o artigo. Revelou que um conselheiro que avaliara o trabalho considerou-o metodologicamente impecável, não encontrando qualquer base sólida para rejeitá-lo. Ainda assim, não recomendava a sua publicação pelo seguinte motivo: “Esse é o tipo de coisa em que eu não acreditaria mesmo que existisse.”¹

O motivo do editor era mais uma impressionante ilustração de que as supostas anomalias desafiam a nossa cosmovisão científica ocidental. Ali estava um cientista presumivelmente ilustre — conselheiro editorial de um jornal científico importante — admitindo descartar as provas que acabara de avaliar como sólidas e boas.

Como eu estava começando a perceber, a resposta do conselheiro demonstrava uma das maneiras como as pessoas comprometidas com o pensamento racional reagem a anomalias. Mas eu também estava descobrindo outras reações, ainda mais complexas e sutis.

A minha colega Phyllis Cath é uma das psiquiatras mais conceituadas e queridas de San Francisco. Phyllis fez um treinamento médico particularmente intensivo em Boston e, além dos seus dotes clínicos, conta com uma mente vigorosamente racional. Certa noite, eu lhe contei a história de Patrick Casement, que pegou uma carona justamente com a amiga com quem sua avó havia tempo perdera contato. Phyllis fez uma pergunta após a outra sobre as possíveis implicações. Suas reflexões foram tão intrigantes quanto inspiradoras:

Enquanto ouvia, por um lado eu pensava: “Ah, é claro!” Mas, por outro lado, sentia-me completamente estupefata, achando a história inacreditável. Como posso pensar as duas coisas ao mesmo tempo?

Não faz o menor sentido! Qualquer dos dois estados mentais é absolutamente verdadeiro. Não estou habituada a pensar dessa maneira — é quase uma dissociação...

Eis o que é isso. A história entrou na minha mente de dois modos simultâneos — dois modos que não se conciliam. É muito estranho...

Na verdade, conheço bem o que Patrick descreveu — essa sincronia entre as pessoas. Eu vivencio isso o tempo todo com aqueles de quem sou muito próxima ou com meus pacientes, o tipo de sincronia interpessoal que deve tê-lo levado a pedir carona à amiga da avó. Mas a *especificidade* do que lhe aconteceu é absolutamente extraordinária...

O que é notável no caso de Patrick é a maneira como se permitiu passar por cima de sua avaliação racional e da determinação consciente de *não pegar carona*. Ele deve ser um rapaz de mente bastante aberta para reagir desse modo.

Parte do que me intrigou no comentário de Phyllis foi a sua disposição para considerar o que Patrick fez como algo praticamente comum. Suas próprias experiências podiam não ter o que ela chamou de especificidade da experiência de Patrick, mas ela as colocou na mesma categoria. E acrescentou: “a história entrou na minha mente de dois modos simultâneos — dois modos que não se conciliam.” Com essa afirmação, Phyllis mostrou algo crucial sobre a maneira como, se nós permitirmos, acontecimentos supostamente anômalos ingressam e ficam registrados na consciência como previsíveis e inacreditáveis a um só tempo. Ela conseguiu mover-se entre esses dois pontos de vista inconciliáveis sem rejeitar nenhum deles nem forçá-los a “se conciliar”.

Isso foi precisamente o que o conselheiro editorial se recusou a fazer. Ele se negou a abrigar ao mesmo tempo duas ideias aparentemente inconciliáveis. E insistiu em resolver essa inconciliabilidade do modo como seus hábitos de raciocínio ditaram. Dar crédito a bons indícios teria implicado abrir mão de sua certeza acerca de coisas sobre as quais tinha convicção.

Seguindo outro caminho, Phyllis aceitou o paradoxo. Em suas palavras: “Qualquer dos dois estados mentais é absolutamente verdadeiro.” Ela acatou os dados exatamente como se apresentaram. O próprio fato de os dados não serem conciliáveis constituía uma

característica da informação.

Então deparei com uma terceira solução, um meio-termo. Judith Butler, conhecida acadêmica feminista e professora de retórica da Universidade da Califórnia, exemplificou-a durante uma conferência de dia inteiro a que nós duas comparecemos. Judy trabalha com epistemologia, o estudo do conhecimento. Eu lhe contei a história de Harold e a harpa; sua reação foi imediata, com um enfático toque acadêmico: “Você acabou de causar uma crise epistemológica.”

Vindo de Judith Butler, especialista em epistemologia, não era um comentário qualquer. Diferente da do conselheiro editorial, sua reação aos dados paradoxais foi dar nome à crise — reconhecendo-lhe a existência, mas ficando fora dela. Diferente de Phyllis, sua experiência pessoal não a levou a afirmar que as duas formas flagrantemente inconciliáveis de saber eram simultaneamente verdadeiras.

Mas dar nome a uma coisa implica declarar que ela existe. Uma vez que concordamos que uma coisa existe, nós ao menos abrimos a porta para pensar a seu respeito.

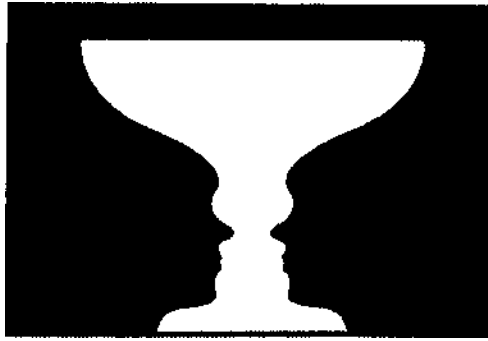
O conselheiro, Phyllis e Judy representam um espectro de reações de pessoas altamente racionais a uma experiência aparentemente anômala. O conselheiro a rejeitou, mais ou menos da maneira como o National Research Council rejeitou os dados estatísticos que fundamentavam a parapsicologia. Phyllis aceitou a contradição, permitindo-se experimentar cada um dos lados, a despeito de serem de naturezas diferentes. Judy identificou uma categoria mental para o paradoxo, uma solução placebo que a convidava a voltar a refletir a respeito.

Não importando onde cada um de nós se encontra nesse espectro — se encaramos o distúrbio causado pelas supostas anomalias como prova de sincronia interpessoal, como crise epistemológica ou como um convite para possibilidades em que não acreditaríamos mesmo que fossem verdadeiras —, temos de reconhecer que o nosso modo habitual de compatibilizar as coisas simplesmente não funciona. Levar esse fato em consideração pode ser o primeiro passo para considerarmos as anomalias de maneira racional. A partir daí, estaremos preparados para começar a procurar uma estrutura conceitual que possa acomodá-las e ajudar-nos a lidar com a suspensão das nossas exigências habituais sobre como as coisas *deveriam* conciliar-se.

Voltando ao final do século XIX e ao começo do século XX, os psicólogos perceptivos começaram a desenvolver um novo campo chamado de psicologia da Gestalt, palavra alemã que significa padrão, forma ou figura. A psicologia da Gestalt afirma que *experiências de todo o tipo ganham significado quando tomadas como um todo indivisível*. O padrão é de o todo ser maior do que a soma de suas partes. Em decorrência, a análise das partes individuais não fornece a inteira compreensão do todo. Os teóricos da Gestalt descreveram uma série de descobertas fundamentais sobre como a mente faz — ou não — as coisas se conciliarem. Quando estudei essas descobertas e sua consequente estrutura conceitual, ocorreu-me que elas podiam oferecer-nos exatamente o que era necessário para apreendermos os paradoxos da experiência anômala.

A maioria dos estudantes de psicologia aprende acerca da teoria da Gestalt estudando desenhos que parecem representar diferentes objetos, dependendo de como se olha para eles. No exemplo a seguir, você pode ver primeiro um cálice branco contra um fundo preto. Ou pode, em vez disso, distinguir dois perfis pretos contra um fundo branco. O que você vê depende do seu modo de perceber o primeiro plano em relação ao fundo. Os experimentos da Gestalt nos mostram que estamos sempre dividindo o mundo visual desse modo. O que quer que percebamos como primeiro plano — normalmente chamado de figura — define o quadro que acabamos por visualizar. Assim, no exemplo a seguir, quando a nossa atenção se concentra na área branca como primeiro plano, enxergamos o cálice branco contra o fundo preto. Quando mudamos a perspectiva e divisamos a área preta como primeiro plano, vemos os dois perfis pretos contra um fundo branco. Passamos a vida destacando o primeiro plano contra o fundo para criarmos quadros coerentes do mundo.

O que os psicólogos da Gestalt também têm demonstrado é que, embora possamos habituar-nos a mudar de figura — ora vendo, digamos, os perfis, ora vendo o cálice —, *nunca podemos ver as duas figuras ao mesmo tempo*. O cálice e os perfis não podem ocupar o primeiro plano ao mesmo tempo. Por mais que consideremos útil integrar o que aprendemos vendo de uma maneira ao que aprendemos vendo de outra maneira, simplesmente não podemos organizar o nosso campo perceptivo de modo a ver as duas figuras de maneira simultânea.



A relevância dessa constatação é a seguinte: *as percepções que potencialmente caracterizam a experiência anômala parecem emergir de um estado mental que é, no momento da percepção, radicalmente inconciliável com o estado mental em que as percepções que caracterizam o pensamento racional são possíveis.* O modo de percepção em que Harold afirma ter localizado a harpa depende do acesso a um estado mental em que o pensamento linear comum é momentaneamente impossível e está literalmente suspenso.

Essa é uma noção homicida para a maioria de nós, treinados segundo a tradição científica e intelectual ocidental. É uma premissa homicida para a investigação científica de experiências aparentemente anômalas. Não estamos habituados a investigações científicas em que os fenômenos que tentamos estudar são reciprocamente excludentes do estado mental que nos permite estudá-los.

Entretanto, é exatamente aí que os psicólogos da Gestalt podem oferecer-nos uma ajuda crucial. Eles nos mostraram que o caminho para apreendermos que os perfis e o cálice coexistem no mesmo quadro consiste em nos habituarmos a transitar entre uma figura e outra, retendo na memória a lembrança do cálice enquanto vemos o perfil.

Mas isso implica experienciar uma perda. Temos de desistir de uma figura para enxergarmos a outra. Temos de perder o que nos é familiar a fim de vermos o que é novo. Algumas perdas são fáceis de vivenciarmos, como desistir de ver o cálice para ver os perfis. Mas outras não são nada fáceis. Abrir mão do nosso alicerce — o pensamento racional — para apreendermos outra coisa, mesmo que apenas por um momento, é bastante difícil para a maioria de nós.

Conversei com as minhas “intuitivas profissionais”, Deb e Helen, sobre essa perda — que era pré-requisito para o estado mental em que elas

trabalhavam. Esse era um processo familiar para Deb:

Ao longo do tempo, entrando e saindo do estado em que se vê como eu vejo, a gente se aperfeiçoa. Quando eu era criança, isso era absolutamente natural; simplesmente acontecia. Eu não precisava fazer qualquer esforço consciente. Mas quando se começa a invocar essa forma de visão de uma maneira mais disciplinada, é diferente. É preciso começar a identificar o que nos ajuda a chegar lá e nos aprofundar nisso. Mas, enquanto se está trabalhando, não dá para pensar muito a respeito. Pensar atrapalha. É um equilíbrio engraçado. Tenho de parar de pensar enquanto vejo o que vejo. Quero dizer: o pensamento comum.

Depois esqueço tudo o que vi — quero dizer: esqueço na minha vida cotidiana. Na minha vida cotidiana, posso até ser amiga das pessoas para quem realizo sessões. Eu as encontro e não me lembro do que vi sobre elas. É como se as visões viessem de outro lugar. Mas, quando realizamos outra sessão — às vezes 10,15 anos mais tarde —, tudo o que vi me volta à lembrança, bem vivido. Minha mente recua para o passado.

Nas palavras de Helen:

O nível de intuição de que estamos falando é uma variedade de conhecimento bem diferente do conhecimento que chamamos de racional. É um *tipo* diferente. E você não pode, simplesmente não pode acessar os dois tipos de conhecimento ao mesmo tempo. Esse grau de conhecimento intuitivo se baseia em sinais diferentes e mais sutis do que os sinais do conhecimento racional. Aqueles sinais só se tornam perceptíveis com uma mudança de consciência, no nosso pensamento racional. É difícil para as pessoas intelectualmente treinadas. Mas, depois que aprende a operar essa mudança e voltar ao estado habitual, você passa a confiar nela. E a mudança fica mais fácil, mais rápida e automática.

Os comentários de Deb e de Helen me fizeram recordar a minha primeira e acidental lição de percepção da Gestalt, que aconteceu num encontro durante o jogo final do campeonato anual de futebol americano

da faculdade. Estava um dia frio e as pessoas estavam agasalhadas até o queixo com casacos coloridos, cercadas de bandeiras resplandecentes e toda a parafernália festiva de torcedores.

O rapaz com quem eu me relacionava na época se virou para mim e propôs: “Faça esta experiência: olhe para o outro lado do estádio, para todas aquelas pessoas que estão acompanhando o jogo. Procure a cor amarela. Veja só o que for amarelo. Percebe o padrão? Agora mude: procure só o vermelho. De repente é um padrão totalmente diferente, certo? Um outro quadro. É incrível como isso acontece. Incrível, como uma cor se destaca e faz as outras praticamente desaparecerem. Você só tem de mudar a cor enquanto olha.”

Fiquei impressionada. Isso não ajudou muito a melhorar a minha compreensão do futebol, mas ficou em minha mente como uma lição essencial. A lição não era apenas que as nossas imagens do mundo são organizadas pelo que enxergamos como primeiro plano, pela cor que damos às figuras e destacamos do fundo, mas também sobre operar mudanças nas figuras que somos capazes de ver — e sobre a necessidade de abrimos mão de algumas figuras para vermos outras.

Quando lhe descrevi a minha lembrança do jogo de futebol — quando contei que tive de abrir mão de uma cor para ver outra —, Helen logo percebeu do que eu estava falando. Mas a diferença entre a minha experiência e o que ela faz é que a mudança de amarelo para vermelho não implica nenhum custo. É fácil, como mudar de cálice para perfis. Deixar o pensamento racional para trás, ainda que por um momento, não é uma perda muito atraente. Mas, se quisermos acessar o estado em que o conhecimento anômalo pode ser possível, uma atração deliberada pode ser precisamente o que é exigido.

E de súbito isso me esclareceu por que alguém como o conselheiro editorial da publicação teve tanto problema para avaliar um artigo sobre percepção remota. Era a mesma razão por que em geral fracassa o diálogo entre uma pessoa que afirma ter passado por uma experiência anômala e outra que pratica a ciência convencional. Talvez seja a mesma razão por que os cientistas descartam toda a boa ciência de 24 anos de pesquisa sobre visão remota. Existe um problema perceptivo básico no âmago das coisas, que vai além de uma cor se destacando como primeiro plano na plateia de um estádio de futebol. Trata-se, na verdade, da natureza do nosso modo de analisar a realidade, organizando-a em conformidade com

dois conjuntos radicalmente diferentes de configuração de primeiro plano/fundo. Cada visão define fundamentalmente coisas diferentes como primeiro plano. E divisar a figura delineada por um significa a impossibilidade de divisar a outra ao mesmo tempo. Para se ter uma cosmovisão em que a experiência anômala acontece, precisamos abandonar temporariamente a cosmovisão em que o pensamento racional acontece. Pior, precisamos abandonar temporariamente o *estado mental* em que enxergamos o que o pensamento racional nos ajuda a enxergar. E vice-versa. Recusar-se a se submeter a qualquer dessas perdas implica rejeitar a possibilidade de ver o que cada lado vê.

Não é de admirar que a discussão sobre experiências anômalas frequentemente assuma o tom de debate religioso. Se os defensores de cada um dos lados se acomodam em estados mentais nos quais não conseguem ver o que o outro lado insiste que é perfeitamente visível, por que considerariam a verdade do outro como qualquer coisa que não uma questão de fé? Por que cada lado consideraria a verdade do outro como remotamente plausível?

Uma solução por meio do discurso racional continuará improvável enquanto a discussão prosseguir nesse nível. Esse jamais foi o modo de se resolver um debate religioso. Mas os experimentos da Gestalt podem mostrar-nos como mudar os termos da discussão. Se começarmos a reconhecer que, no momento da percepção, as estruturas básicas de primeiro plano e fundo que organizam as premissas essenciais de cada lado impedem total e absolutamente a capacidade de ver o que o outro vê, começaremos a esperar que ambos os campos façam exatamente o que fazem: definam a verdade do outro a partir da sua existência. Então começaremos a perceber que, a menos que assumam o risco de abrir mão do que estão habituados a ver, os dois lados não encontrarão terreno para conversação — sequer se darão conta de que existe algo sobre o que conversar.

O simples reconhecimento desse fato já pode ajudar-nos a avançar para o debate sobre a experiência supostamente anômala e a nos colocar em posição de encontrar um terreno novo e realista comum para uma discussão reciprocamente informativa.

Depois que explorei as minhas ideias da Gestalt com Deb e Helen, resolvi testá-las com Hal Puthoff, ex-diretor do projeto Star Gate de visão remota. A reação de Hal foi imediata:

Trinta e cinco anos de pesquisa sobre anomalias mente-matéria e eu simplesmente nunca cheguei a isso! É brilhante e descreve uma verdade vital. Vou usar essa descoberta — e muito. Ela simplesmente nos permite começar a conversar uns com os outros de outra maneira. Não há dúvida, a incapacidade de ver dos dois jeitos ao mesmo tempo demonstra a condição necessária com a qual temos de trabalhar quando aplicamos o método científico às anomalias mente-matéria. É uma coisa óbvia, mas eu nunca havia enxergado antes.

Várias semanas mais tarde, encontrei Huston Smith, autor de *The World's Religions* e de *Why Religion Matters* (*As Religiões do Mundo* e *Por Que a Religião é Importante*, publicados pela Editora Cultrix, respectivamente em 2001 e 2002) e talvez a maior autoridade acadêmica do mundo em religiões. Em 1996, Bill Moyers devotou ao trabalho dele uma série de cinco programas no canal PBS, com o nome de *The Wisdom of Faith with Huston Smith*. Nessa oportunidade, Huston e eu discutimos os problemas que ele encontrou ao tentar transmitir experiência espiritual ou mística para plateias científicas. Eu lhe falei sobre a minha ideia de aplicar conceitos da Gestalt para mudar o enfoque do debate. Ele entendeu tão imediatamente quanto Puthoff.

Fascinante! Parece absolutamente certo. Faz todo o sentido e explica um bocado de coisas. Admito não só a incompatibilidade em termos de percepção que você está descrevendo, mas também a necessidade de, para vermos dos dois modos, passarmos o foco de um para o outro. Certamente não sou cientista, mas concordo que é aí que o diálogo fracassa. A história científica é estupenda, mas deve ser reconhecida pelo que é: um modo de saber diferente do saber familiar das tradições espirituais e do saber que rotulamos de anômalo. Essa abordagem perceptiva da Gestalt pode ajudar-nos a compreender não só as diferenças, mas o motivo por que as pessoas concentradas na história científica têm tanta dificuldade em ver que existem outras histórias igualmente válidas.

O entusiasmo com que tanto Puthoff quanto Smith abraçaram as ideias da Gestalt é resultado dos seus respectivos anos de frustração na tentativa de fazer as pessoas dialogarem acerca da experiência anômala. As

estratégias habituais para o diálogo produtivo não haviam funcionado e eles de súbito perceberam a razão: estratégias que dependiam da junção de dois modos diferentes de ver as coisas jamais funcionariam quando se tratasse de percepções mutuamente excludentes. Isso simplesmente não é possível.

Embora se restringissem à percepção visual, as descobertas originais da Gestalt começaram a exercer uma notável e uniforme influência sobre os pensadores de diversas esferas, produzindo grande desenvolvimento em campos tão distintos quanto filosofia, neurofisiologia, arte, educação, crítica literária, psicologia social e teorias da criatividade. Então, nos anos 1960, Fritz Perls, um psicanalista renegado, lançou uma abordagem da psicoterapia chamada de terapia da Gestalt, que privilegiava a percepção dos pensamentos e sentimentos do paciente e não a análise ou interpretação do seu conteúdo. Essa abordagem conquistou grande atenção popular e a linguagem da *Gestalt* entrou no jargão comum a ambientes que variavam das clínicas de saúde mental para o florescente circuito dos grupos de encontro e o de saúde holística.

Desde a revolução científica, a cultura ocidental vem travando uma batalha contra o reducionismo analítico e os excessos do pensamento atomista, com sua ênfase na decomposição das coisas com o intuito de entendê-las.

Desde o princípio, as descobertas da Gestalt forneceram respostas para essa insatisfação cultural. No início dos anos 1900, essas descobertas foram particularmente bem recebidas pelos acadêmicos descontentes com a dominação do pensamento estruturalista, behaviorista e mecanicista tanto nas ciências exatas quanto nas ciências humanas. No começo do século XXI, as descobertas da Gestalt exercem uma atração não menos intensa do que há 100 anos.

Atualmente ouvimos os chamados para um novo holismo que revelam uma urgência sem precedentes e vêm de todos os cantos — dos praticantes da ciência dominante, que exploram as esferas teóricas da teoria do caos, da física quântica e da teoria das cordas; daqueles envolvidos em planejamento ambiental, em planejamento biossocial, geopolítico e de saúde no mundo inteiro; e daqueles que promovem uma miríade de exposições sobre a “nova ciência”, com suas múltiplas aplicações em medicina complementar, fontes alternativas de energia, educação, estrutura corporativa e uma infinidade de outras áreas. No âmago desses

apelos contemporâneos ao holismo está o senso de que, a despeito de todos os seus triunfos, a ciência ocidental como a conhecemos deixou de lado uma verdade fundamental que a psicologia da Gestalt utiliza: *as relações entre as coisas formam um padrão e um todo que não podem ser adequadamente definidos como a simples soma de suas partes.*

Desde a era dos pioneiros da Gestalt, entretanto, o universo da neurociência mudou substancialmente. Se as descobertas produzidas pelos primeiros experimentos da Gestalt irão constituir a base da nossa abordagem para compreender a experiência anômala, não precisamos saber apenas se essas descobertas continuam válidas, mas também se a pesquisa atual sobre os fenômenos da Gestalt podem servir de alicerce para um novo conjunto de questões sobre como a mente concilia ou não as percepções.

O Laboratório Palmer, da Universidade da Califórnia, faz pesquisas de vanguarda sobre os fenômenos da Gestalt. Foi criado pelo psicólogo experimental Stephen Palmer, cujos textos sobre a ciência da percepção visual são os principais nesse campo. Resolvi consultá-lo, bem como a um de seus alunos de pós-graduação, Rolf Nelson, agora professor do Wheaton College, em Massachusetts, cuja área especial de estudo é percepção de primeiro plano e fundo. Eu expliquei o meu interesse aos dois, principalmente em relação à ideia de que, quando duas imagens funcionam como primeiro plano e fundo uma para a outra, não podemos vê-las simultaneamente como figuras. Rolf respondeu de imediato.

Você tem razão. Essa descoberta, que continua válida, é fundamental para se entender a organização perceptiva. E não se limita a rostos e cálices. Eis um tipo diferente de exemplo: peça a alguém, mesmo que essa pessoa conheça bem geografia, para identificar uma imagem que tenha o formato do Oceano Atlântico.

Ela não conseguirá identificar. E não identificará porque associou o contorno do Oceano Atlântico aos continentes. Os continentes são vistos como primeiro plano. O oceano é o plano de fundo — são as massas de terra que vemos como figura.

E, sim, também é verdade que você não pode ver os dois ao mesmo tempo. Entretanto, depois que enxerga as duas possibilidades — voltando para o exemplo da figura dos perfis-cálice —, você pode alterná-las. Isso é importante. As pessoas *tendem* a fazer essa alternância depois de divisarem as duas figuras, porque a experiência

passada exerce grande influência. Depois que vimos uma coisa — ou seja, que lhe demos um contorno e permitimos que fosse reconhecível —, nossa tendência é continuar a vê-la, até mesmo a procurá-la.

Há uma fotografia no livro *Vision Science* de Palmer. Quando se olha para ela pela primeira vez, o mais provável é que se veja um padrão de preto e branco aparentemente sem significado. Mas, quando tornamos a observá-la e tentamos divisar um dálmata farejando pela rua, de repente ele surge diante dos nossos olhos. E não paramos mais de ver o dálmata, todas as vezes que olhamos para a foto.

Eu prontamente saí em busca da fotografia e experimentei exatamente o que Rolf havia descrito. A princípio, vi borrões pretos e brancos. Então, guiada pela descrição de Rolf, o dálmata de súbito saltou diante dos meus olhos. A partir daí, sempre que olho para a foto, o dálmata aparece.

O raciocínio de Rolf ampliou a minha concepção do que talvez fosse exigido para a consideração racional de experiências potencialmente anômalas. Eu desenvolvi uma definição prática: nada emerge como primeiro plano até se chegar a uma *figura reconhecível*. Se for verdade que nos debatemos com estados mentais reciprocamente excludentes, é necessário que em *ambos* os estados mentais se chegue a uma figura reconhecível antes que consigamos alterná-los. Temos de ser capazes de evocar uma experiência — ainda que única — de ver (ou saber) no estado mental que não nos é familiar. Depois de evocada a experiência, as percepções possibilitadas pelo estado mental não familiar podem tornar-se reconhecíveis, assim como o dálmata. Sem isso, elas permanecem inexoravelmente escondidas no plano de fundo. Sem isso, no diálogo entre a ciência dominante e aqueles que relatam experiências anômalas, cada lado, mesmo com toda a consciência e boa vontade, provavelmente rejeitará peremptoriamente a validade do que o outro insiste que está lá para se ver.



No início, você provavelmente verá esta imagem como uma disposição aleatória de áreas pretas sobre um fundo branco. Depois que conseguir enxergar essas áreas pretas como um dalmata com a cabeça abaixada, farejando o chão ao longo de uma rua, a imagem se reorganiza surpreendentemente com determinadas áreas se agrupando como partes do cachorro e outras, como partes da rua.²

De súbito me lembrei do momento em que achei o relógio da minha irmã. E percebi que *chegar a uma figura reconhecível num estado mental que normalmente não me é familiar foi a coisa mais importante que conquistei com essa experiência*. A questão não foi a façanha, por mais bizarra e assustadora que fosse. A questão foi o estado mental profunda e radicalmente diferente. Experimentar o estado mental me possibilitou a percepção de algo tão aparentemente anômalo quanto o que pessoas como Deb e Helen relatavam ver sempre. E nem naquele momento nem em nenhum outro desde então eu consegui acessar o estado mental em que localizei o relógio quando tentava pensar a respeito. Eu podia tentar ou lembrar como era o estado mental ou reconstruí-lo, mas não os dois ao mesmo tempo. Eu precisava aprender a alternar.

Depois de conversar com Rolf, falei com o colega dele, Stephen Palmer, que aperfeiçoou a minha definição prática da relação primeiro plano/plano de fundo: “Na verdade, não é preciso que a figura seja reconhecível para que a figura adquira o status de primeiro plano. Você pode desenhar uma figura fechada totalmente aleatória numa folha de papel e essa área fechada será vista como primeiro plano e o resto da folha como plano de fundo. Existem muitos fatores que determinam o que é visto como primeiro plano e como fundo, só um deles consiste no fato de a

imagem ser ou não reconhecível.” Steve também acrescentou o seguinte acerca do exemplo de Rolf sobre o Oceano Atlântico:

Muito embora saibam como o mundo realmente é, as pessoas tendem a olhar para os oceanos nos mapas como se esses se estendessem literalmente *por trás* dos continentes. Essa é outra maneira de pensar sobre o fato de que os oceanos não têm um formato — um limite ou contorno — que os torne imagens reconhecíveis. As pessoas tendem a perceber apenas um lado do contorno como primeiro plano. O outro lado é relegado ao plano de fundo, ao espaço do qual se vê a figura emergir.

Os comentários de Steve enfatizaram um aspecto em particular da configuração primeiro plano/fundo: o *contorno* onde um delimita o outro. Com isso ele estava afirmando que o modo como determinamos os limites entre as percepções é fundamental para determinarmos o que acabaremos por ver. O que provavelmente será crucial para identificarmos os *contornos que definem quaisquer percepções reciprocamente excludentes que deparamos*. Precisaremos principalmente identificar de que modo os contornos que fazem do pensamento racional uma figura de primeiro plano — para usarmos a expressão de Palmer — podem ser os contornos que, encarados de maneira diferente, conferem visibilidade à experiência anômala. Precisaremos examinar de que modo esses contornos podem constituir limites entre estados mentais capazes de transformar estados que parecem reciprocamente excludentes em primeiro plano e plano de fundo um para o outro. Se pudermos começar a definir como isso acontece, ficaremos um passo mais perto de descobrir como tornar tolerável uma perda que, para a maioria de nós, afigura-se inimaginável e até perigosa. Poderemos sentir-nos mais à vontade com a ideia de deixar de lado, deliberadamente e por algum tempo, o pensamento racional a fim de vermos algo que não veríamos de outra maneira. Mesmo que só consigamos deixar o pensamento racional de lado num nível rudimentar, essa liberação pode fornecer a base conceitual de que necessitamos para reconhecer o estado mental que pessoas como Deb, Helen, Ellen e outras afirmam adotar para o seu conhecimento supostamente anômalo. Isso não nos capacitará a fazer o que elas parecem fazer, mas talvez nos ajude a conceber como o fazem. Talvez nos impeça de insistir que tal estado

mental é tão insano, assustador ou impossível que nem vale a pena imaginá-lo.

Depois que cruzamos esse divisor conceitual, a experiência do estado mental pode acontecer de maneira inesperada, como me aconteceu quando dei por mim indo direto até o armário para encontrar o relógio da minha irmã. Ou o acesso ao estado mental de repente fica claro como o resultado aparentemente natural de anos de aperfeiçoamento de um talento, como ocorre com atletas e artistas.

Como conseguimos passar por esse estado é outra questão, que deve ser examinada posteriormente. Mas nós aumentaremos a probabilidade de ao menos nos tornarmos receptivos para chegarmos a isso se soubermos que é possível alternar esses estados mentais. Precisamos saber que chegar a isso não significa abrir mão definitivamente da nossa base racional.

Na verdade, esse conhecimento pode ser justamente o que dá aos Catfish Hunters do mundo um acesso tão aparentemente livre a seus talentos extraordinários. Eles dão um formato identificável ao estado mental em que esses talentos emergem. E também aprenderam a entrar e sair desse estado. Aprenderam que os contornos que estabelecem um estado mental comum podem ceder espaço aos contornos que delineiam um estado diferente. Dentro desse estado, eles contam, seus talentos extraordinários simplesmente acontecem. Nesse estado, não pensam sobre o que faz esses talentos acontecerem. Na verdade, revelam, nem poderiam pensar. “Se eu tivesse pensado nisso”, comenta Catfish Hunter sobre sua extraordinária façanha como arremessador, “não teria lançado o jogo perfeito — sei que não teria.”

Nesse estado diferente, a maneira comum de pensar que resulta de conciliar as coisas parece ser substituída por uma sensação primordial de unicidade, de ser um com o todo, que não advém de decompor e conciliar as coisas. Talvez possamos entender essa mudança como uma mudança no delineamento de contornos. Conexão — e não separação — se torna o novo continente.

Até essa mudança ocorrer, as pessoas a quem se pediu para considerar a experiência anômala podem ficar numa posição parecida com a das pessoas a quem se pediu para desenhar o contorno do Oceano Atlântico. A qualidade da conexão desafia até as experiências de separação que consideramos as mais básicas, tais como as impostas pelos limites familiares de espaço e tempo

Quando começamos a nos interessar por uma coisa, a toda a hora deparamos com ela. Como simples acaso ou um exemplo de lição da Gestalt, o que nos interessa de repente aparece em momentos ou lugares inesperados.

Em meio à minha pesquisa da Gestalt, fiz uma viagem de costa à costa e no avião me sentei junto de uma garotinha. O pai dela ocupava a poltrona do outro lado. A menina estava lendo um dos meus livros favoritos na infância e nós começamos a comentar a história. Por fim, o pai entrou na conversa. Nós nos apresentamos. Ele era neurobiólogo, especializando-se em percepção visual.

Nosso assunto passou dos livros infantis para o trabalho dele. Num dado momento, eu lhe disse que estava interessada em cognição anômala e queria descobrir se as mudanças perceptivas de primeiro plano podiam ensinar-nos alguma coisa sobre alternância de estados mentais mutuamente excludentes. Ele relatou uma experiência intrigante.

Lembro-me de uma experiência pessoal que causou uma forte impressão em mim.

Eu estava num retiro de cinco dias para meditação, fazendo um exercício em que as pessoas, divididas em pares, deviam olhar firme nos olhos umas das outras. No princípio, minha parceira e eu rimos histericamente. Depois sorrimos. Depois as coisas começaram a se acalmar, à medida que realmente nos concentrávamos no espaço entre nós. Então, enquanto nos fitávamos, nós simplesmente nos conectamos. Eu senti o mundo se desvanecer completamente, como se ficasse cinzento — não havia contrastes no meu campo visual. Não havia preto, nem branco. Então o mundo reapareceu. Isso durou uns quatro segundos e tornou a acontecer, depois passou — e se repetiu três ou quatro vezes. Então uma tonalidade azul apagou todo o resto. E passou a ser tudo. Só o azul.

Mais tarde, comecei a contar para a minha parceira a coisa esquisita que havia acontecido no meu campo visual durante o exercício. Ela me interrompeu para revelar que passara exatamente pela mesma experiência. E eu perguntei: “Você também? *Você* também? O mundo visual desapareceu e tudo ficou cinzento...” E ela respondeu: “É, e isso ia e voltava.” Eu repliquei: “É, e aí tudo

aconteceu de novo” e ela complementou: “É, e o azul apagou tudo o mais” e eu exclamei: “É, foi isso mesmo. Você viu isso também?”

Eu sou um neurocientista visual com doutorado e anos de rigoroso treinamento científico e esse fenômeno certamente foge à minha capacidade de explicar.

Desde então passei por outras experiências em que o meu senso do “eu” desaparecia e que “eu” e “o outro” deixavam de constituir distinções significativas. Embora não fossem visuais por natureza, percebo que essas experiências se relacionam com a mudança de primeiro plano/fundo sobre a qual estamos conversando.

O estado mental que vivenciei é algo que só posso descrever como *não atingível quando se pensa*. Foi uma libertação incrivelmente decisiva da necessidade de racionalizar tudo. Não se tratava de *nunca* pensar — de modo algum. Isso é importante. Por exemplo, o estado em que entrei pode ser estudado. Pode ser muito interessante estudá-lo. Talvez com estimulação magnética transcraniana? Tenho uma porção de ideias...

A libertação em relação ao que o neurobiólogo chamou de “atingível quando se pensa” permitiu-lhe ver o mundo com uma nova conexão, não decomposto em componentes. A conexão emergiu de súbito como primeiro plano.

Podemos entender o que esse neurobiólogo descreveu como uma redefinição dos contornos da experiência subjetiva. Ele transformou a conexão em continente, deixando a separação como oceano. O que ele chamou de “atingível quando se pensa” perdeu o status de primeiro plano, adquirindo o contorno da separação. O estado não habitual que ele alcançou com a parceira conferiu status de primeiro plano e o contorno da conexão.

Havia uma espantosa similaridade entre o modo como o cientista descreveu sua experiência e o modo como Deb, Helen e Ellen descreveram o estado em que ganhavam acesso ao conhecimento aparentemente anômalo. Nas palavras de Deb: “Eu sei o que sei sobre a pessoa porque vou até onde ela está. Eu me inspiro no fato de estarmos todos conectados, de modo que eu realmente *vejo com os olhos dela* quando faço a leitura.” Nas palavras de Helen: “Você faz uma leitura precisa da pessoa porque *você é* ela; você a conhece por dentro porque parou de ser separado.” Nas

palavras de Ellen: “É um estado de união, realmente. Dessa união, você extrai um profundo conhecimento.”

Uma amiga minha certa vez contou para a filha de 4 anos uma história que ela ouviu da tradição folclórica sufi:

Era uma vez um reino em cuja corte havia uma porção de sábios. Esses sábios haviam passado longas horas refletindo para descobrir se as estrelas existiam mesmo. Finalmente anunciaram que haviam chegado a um consenso. A resposta era não. Se, argumentaram esses sábios, não podiam ser vistas à luz do dia, as estrelas simplesmente não deviam estar ali. A corte inteira se entristeceu porque todos deixaram de acreditar nas estrelas e sentiam saudade do tempo em que elas eram verdadeiras.

Inevitavelmente, o bobo da corte deu tratos à bola e comentou: “Quando o sol está brilhando, não podemos ver as estrelas”. O rei não entendeu direito, mas sentiu que o comentário trazia alguma esperança. Então, ofereceu metade do seu reino àquele que conseguisse decifrar o significado do comentário do bobo da corte e ajudasse a trazer as estrelas de volta.

Na manhã seguinte, a filha da minha amiga repetiu fielmente aquele trecho do conto para o irmão. Mas não era de fato uma história sobre as estrelas, ela o advertiu. Era sobre os olhos das pessoas — sobre quantos olhos as pessoas têm. Elas têm olhos da noite que veem estrelas e olhos do dia que veem o sol. E, a menina prosseguiu, “assim como não pode ser dia quando é noite, os olhos do dia não podem ver as estrelas e os olhos da noite não podem ver o sol”.

A filha da minha amiga um dia descobrirá os telescópios e outros instrumentos que complicarão seu conceito de olhos da noite e olhos do dia. Mas, por ora, ela pode ter apreendido com precisão a sabedoria por trás do comentário do bobo da corte. Talvez seja a mesma sabedoria atingida pelos monges em meditação e as freiras em prece que Newberg e D’Aquili estudaram. Quando o sol está brilhando, você não consegue ver as estrelas — e os olhos que nos ajudam a ver a luz do sol não são os olhos que nos ajudam a ver as estrelas. No instante em que adotamos os olhos que veem a experiência anômala, os olhos do pensamento racional são postos de lado. E o inverso também é verdade. Não podemos ver as duas

coisas ao mesmo tempo.

Talvez os experimentos da Gestalt possam ajudar-nos a ser mais precisos sobre o que crianças de 4 anos, intuitivos profissionais, freiras e monges que meditam parecem ter aprendido. Os olhos que conferem status de primeiro plano e contorno identificável a um senso subjetivo de separação não são os olhos que dão status de primeiro plano e contorno identificável a uma experiência radical, distintiva, de conexidade. Essa conexidade radical pode constituir a característica distintiva de um estado em que as anomalias mente-matéria se tornam experiências comuns, cotidianas.

Os experimentos da Gestalt nos fornecem uma estrutura dentro da qual podemos refletir sobre a intensidade com que a nossa mente luta contra a noção de que, quando se trata de determinadas variedades de percepção, *não podemos ver dos dois modos ao mesmo tempo*. Eles ajudam a explicar a experiência do paradoxo. É em parte por isso que Hal Puthoff e Huston Smith reagiram às descobertas da Gestalt do modo como reagiram: “De repente *entendi!*”

Arthur Koestler, em seu livro *The Art of Creation*, sugere que o regozijo da experiência Eureka — “*Encontrei!*” — irrompe da súbita justaposição de duas coisas normalmente vistas como inconciliáveis. O inesperado da justaposição conduz, segundo ele, a “uma repentina e *bissociativa* surpresa que faz o raciocínio dar um salto mortal”.³ Os experimentos da Gestalt impulsionam esse salto, propiciando-nos uma experiência concreta de ver dos dois modos — dois modos igualmente válidos — que não se conciliam. E nos ajudam a reconhecer que transitar entre duas visões de mundo inconciliáveis pode ser precisamente a abordagem de que necessitamos para examinar a experiência anômala. E, como o salto mortal de Koestler, podem oferecer uma janela para um tipo radicalmente novo de conhecimento.

9. Avaliação do Poder da Prece: Deus Faz Parte da Equação?

Em 2 de outubro de 2001, o *New York Times* exibiu a manchete “A Study Links Prayer and Pregnancy”. A matéria relatava um estudo conduzido sob os auspícios do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia do Columbia University’s College of Physicians and Surgeons na cidade de Nova York. Tinha acabado de ser publicada na edição de setembro do *Journal of Reproductive Medicine* e se intitulava “Does Prayer Influence the Success of *in Vitro* Fertilization-Embryo Transfer? Relato de um estudo mascarado aleatório”.¹

Não é um tema habitual do *Journal of Reproductive Medicine*. O último parágrafo começou com uma frase ainda mais inusitada: “Os nossos dados sugerem um benefício da PI (prece intercessora) para FIV-TE (transferência de embrião — fertilização *in vitro*).”

Para a publicação mais importante sobre medicina reprodutiva ocidental, essa é uma afirmação extraordinária: *a oração faz diferença*. Aparentemente os editores da publicação chegaram à conclusão de que as evidências a favor dessa afirmação eram extraordinárias o bastante para autorizar sua publicação, satisfazendo o critério de Marcello Truzzi de que afirmações extraordinárias devem dispor de evidências extraordinárias. Dois dos autores que submeteram o artigo estavam na época no corpo docente da Universidade de Columbia: o dr. Kwang Cha, do Cha Hospital de Seul, cientista pesquisador associado, e o dr. Rogério Lobo, da cadeira de obstetrícia e ginecologia. Juntou-se a eles o dr. Daniel Wirth que, advogado por profissão, tinha uma longa história de envolvimento em curas alternativa e espiritual. O estudo Cha-Wirth-Lobo envolveu 219 mulheres entre 26 e 46 anos, que receberam tratamento de fertilização *in vitro* ao longo de um período de quatro meses no Cha General Hospital em Seul, Coréia do Sul. As mulheres foram divididas aleatoriamente em dois grupos: o primeiro receberia preces intercessoras (preces com pedido específico ou concentradas no benefício de outrem) e o segundo não receberia preces de intercessores de fora. As pessoas encarregadas das preces estavam nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, espalhadas por meio mundo ao redor das mulheres por quem rezavam.

Nenhuma das mulheres que buscavam tratamento de fertilidade, assim

como ninguém envolvido com seus cuidados, foi informada acerca da realização do estudo, muito menos sobre o fato de que estavam orando por metade delas. Um estatístico coreano independente, desconhecido dos autores, foi incumbido de coletar e transmitir os dados para um segundo estatístico independente nos EUA, que dividiu aleatoriamente os sujeitos do experimento e enviou fotos das mulheres que seriam alvo das orações aos grupos de pessoas que iriam orar, espalhados por diferentes países. Os códigos de randomização não foram disponibilizados para ninguém, nem mesmo os autores, até a conclusão do estudo, quando os pesquisadores avaliaram quem havia e quem não havia engravidado. Foram impostas medidas duplas e triplas de segurança para garantir o anonimato dos dados.

Os resultados do estudo foram espantosos. As mulheres por quem os grupos oraram tiveram quase o dobro do sucesso em engravidar obtido pelas mulheres por quem não se rezou. Os números eram de 50% versus 26%, uma diferença estatística altamente significativa, considerando-se a probabilidade de menos que 0,0013. O número de oócitos (óvulos) recuperados e o índice de fertilização *in-vitro* eram equivalentes nos dois grupos. Mas o grupo para quem se rezou teve o dobro de índice de implantação que o grupo para quem não se rezou. Ou seja, dos múltiplos pré-embriões transferidos para o útero de cada mãe, 16,3% foram implantados nas mulheres para quem se rezou, contra 8% nas mulheres que não receberam orações, uma probabilidade de 0,0005.

Em linguagem não estatística, as chances de o puro acaso ser responsável pela gravidez de 50% das mulheres do grupo que recebeu preces e de apenas 26% das mulheres do grupo que não recebeu preces eram inferiores a 13 em 10 mil. As chances de o puro acaso explicar por que 16,3% dos embriões implantados com sucesso nas mulheres do grupo que recebeu preces contra apenas 8% das mulheres do grupo que não recebeu preces eram inferiores a 5 em 10 mil.

Essas estatísticas são surpreendentes o bastante para exigir uma classificação de impressionantes, talvez capaz até de se qualificarem como extraordinárias. Elas sugerem a possibilidade de que a intenção possa afetar pessoas no outro hemisfério do planeta.

De acordo com o dr. Lobo, os investigadores pensaram muito e por muito tempo para decidir se submeteriam os resultados à publicação e arriscariam sua reputação no mundo acadêmico com resultados que

pareciam desafiar radicalmente o entendimento científico comum sobre como as coisas são. Por fim, concordaram que, em boa consciência científica, não tinham como *não* publicá-los. “Não se tratava de algo de menor relevância”, o dr. Lobo disse ao *New York Times*. “Tratava-se de algo realmente relevante.”²

Depois que o artigo do *JRM* foi publicado, a recepcionista do dr. Lobo se viu às voltas com um fluxo sem precedentes de ligações da imprensa, de fundamentalistas cristãos, de incrédulos colegas médicos e de inúmeras outras pessoas. Para se defender, ela desenvolveu uma resposta paciente e objetiva. “O dr. Lobo considerou o estudo adequado, conduzido do modo adequado e, portanto, digno de ser adequadamente relatado.”³

Tratava-se de fato de um estudo adequado, mas também era notável por diversas outras características. A primeira era que a mensuração dos resultados era brilhante. Lembrei-me das advertências que ouvia aos 16 anos — *you don't get a little pregnant*. Ou você está grávida ou não está. A gravidez é totalmente binária e, portanto, prontamente quantificável, um meio de avaliação do resultado facilmente digitalizável. Isso é ótimo para se fazer pesquisa objetiva e de pronto distinguiu o estudo Cha-Wirth-Lobo do conjunto geral de estudos sobre cura a distância — cura induzida pela intenção de alguém fisicamente distante do doente.

Quase todos esses outros estudos — e existem centenas — examinam efeitos aparentes da oração sobre enfermidades altamente complexas tais como AIDS, doenças cardiovasculares ou câncer.⁴ Muitos forneceram descobertas intrigantes e impressionantemente positivas, mas mesmo os que foram mais bem-projetados e conduzidos se ressentem muito da dificuldade de se avaliar o resultado. De que modo as múltiplas variáveis que constituem uma mudança na condição — necessidade de medicação, dor, capacidade mental ou longevidade — interagem umas com as outras? De que modo se avalia o resultado quando uma variável melhora e outra, piora? Deve-se considerar como resultado positivo uma vida cheia de sintomas? E quanto a sentir-se mais esperançoso ou feliz quando não há melhora física? Não seria de se esperar que todas essas variáveis de resultado interagissem de modo diferente em pacientes diferentes?

Como meio de avaliação do resultado, a gravidez não apresenta todos esses problemas de avaliação. É uma decisão fácil. Ou se está grávida ou não. Outra característica distintiva do projeto Cha-Wirth-Lobo era que nem as mulheres estudadas nem qualquer membro do pessoal médico

foram informados de que havia um estudo em andamento. Tal rompimento com o padrão de procedimentos informados e autorizados foi a chave para um projeto que permitiu um teste válido do efeito em questão — o efeito da intenção de *outrem* sobre o sujeito, em vez do efeito mediado pela percepção do sujeito. Em outras palavras, Cha, Wirth e Lobo quiseram assegurar que não estavam diante de alguma versão do efeito placebo: o efeito da mente da pessoa sobre o próprio corpo.

O efeito placebo é um dos efeitos mais poderosos da medicina. Seu poder cada vez mais é reconhecido. É o que está em ação quando, digamos, um participante de um estudo que testa um novo medicamento para dor de cabeça começa a tomar os comprimidos que lhe são ministrados e relata que sua dor de cabeça melhorou mesmo quando ele está no grupo de controle e só tomou pílulas de açúcar. Sua dor de cabeça melhorou porque ele *acredita* estar ingerindo um remédio novo e eficaz. Esse é o efeito placebo em ação — e é poderoso. O projeto experimental Cha-Wirth-Lobo eliminou a possibilidade do efeito placebo.

Um último aspecto do projeto Cha-Wirth-Lobo levou a uma mudança na metodologia que era desconcertante para os não conhecedores das práticas de cura a distância. Em todas as tradições devotadas a essas práticas, seja hindu, budista, judaica, cristã, xamânica ou qualquer outra, há anti- quíssimas questões sobre que *modo* ou intenção é mais eficaz no processo de cura a distância. É melhor ter a intenção ou orar para atingir um resultado altamente específico? Ou será mais eficaz a intenção geral, não direcionada, para alcançar o bem-estar de alguém? E quanto à intenção mais geral de todas, o simplesmente alinhar-se com o bem maior, o desígnio de Deus, a ordem universal ou qualquer esquema maior das coisas que se coadune com a visão de mundo da pessoa?

Os investigadores do estudo Cha-Wirth-Lobo decidiram não decidir. Adotaram uma abordagem tríplice. O pessoal recrutado para orar vinha de seitas protestantes, estava familiarizado com a prece intercessora e foi dividido em três grupos, cada um incumbido de um tipo diferente de oração. O primeiro grupo foi encarregado de orar de maneira direta, com a intenção específica de elevar o índice de gravidez das mulheres do grupo que recebe- ria preces. Os membros do segundo grupo foram encarregados de orar das duas maneiras, direta e indireta. Eles oraram de maneira direta por todas as pessoas que estavam rezando no primeiro grupo, para aumentar a eficácia das preces delas. E também oraram de maneira

indireta para as mulheres do grupo que receberia orações, para que o desígnio ou vontade de Deus se cumprisse na vida daquelas mulheres. O terceiro grupo rezou apenas de maneira indireta, para que o desígnio ou vontade de Deus se cumprisse na vida de todos os que estavam rezando nos dois primeiros grupos.

O estudo parece ter sido projetado com grande meticulosidade. As pessoas que estavam rezando receberam fotografias das mulheres por quem rezavam — cinco cada uma — sem qualquer informação que pudesse identificar quem eram, de onde eram etc. As fotos foram enviadas para os estatísticos independentes num formato que tinha um sistema de acesso protegido com senha. Essa senha era mudada regularmente.

Eu havia pedido a um endocrinologista pesquisador para debater comigo acerca dos caminhos concebíveis que pudessem explicar os aspectos fisiológicos dos resultados do estudo. Ele conhecia Lobo e o tinha na mais alta conta. Primeiro conversamos sobre a pesquisa em si — projeto, métodos e análise dos dados. Ele não encontrava nenhum defeito em qualquer dos itens. Então lhe perguntei se não achava que não estava levando os resultados tão a sério quanto levaria se o princípio ativo fosse uma droga em vez da prece. Ele respondeu prontamente: “De jeito nenhum!”

Gostei da sinceridade. Eu o contatara porque sabia que ele nutria um grande interesse por medicina corpo-mente e pelo modo como várias técnicas — visualização, imaginação dirigida, meditação ou exercícios de relaxamento — podiam aumentar a aptidão hormonal para a transferência do embrião. Vinte anos atrás, os efeitos das técnicas que ele estava estudando tinham parecido tão inexplicáveis quanto os efeitos da prece. Foi preciso aprender sobre os neuropeptídios e os linfócitos — todas as incrivelmente ricas comunicações bidirecionais que uniam estados mentais às funções do corpo — para que o campo da psiconeuroimunologia se abrisse para nós. Então as pesquisas começaram a eclodir. A vertente principal da medicina reconheceu todos os modos surpreendentes de a mente afetar o corpo. O uso dessas técnicas permanece em seus primórdios, mas seu impacto já está bem estabelecido.

Meu amigo estava pronto para dizer que o modo como a mente afeta o corpo é crucial na mediação de processos hormonais. Por outro lado, recusava-se terminantemente a aceitar os resultados do estudo Cha-Wirth-Lobo porque aí não estávamos falando sobre a mesma mente e o mesmo

corpo, mas dos efeitos da mente de uma pessoa sobre o corpo de *outra* pessoa e a partir de uma grande distância. Esse é um outro caso. Ele observou com palavras convictas:

Está brincando? Você quer que eu pense nessas descobertas e considere o que fazem não só com as minhas pesquisas, mas com todas as pesquisas que embasam a boa medicina? Como eu lhe disse, de jeito nenhum. Ao menos, não sem muito mais provas sólidas. Tenho a mente aberta, mas seria preciso mais do que esse estudo — e não faz diferença o fato de ser bom — para me levar a considerar resultados como esses.

Não há mecanismo! A ciência não pode explicar resultados como esses e os dados não podem ser avaliados no vácuo. Até alguém aparecer com um modo plausível de entender o que esse estudo tenta demonstrar, não há nada que possamos fazer com esses dados... Não temos como refletir a respeito deles...

Por outro lado, irei longe a ponto de admitir que não esquecerei esse estudo e não rirei dele. E, deixe-me dizer-lhe, inúmeros colegas meus estão rindo muito, por mais que respeitem Lobo e o *Journal of Reproductive Medicine*. Não rirei porque já riram muito de mim nos velhos tempos, quando os mecanismos por trás da medicina corpo-mente ainda eram demasiado obscuros. Muitos cientistas de renome pensaram que se tratava de tolice. Simonton e seu trabalho pioneiro sobre os efeitos do mecanismo corpo-mente sobre o câncer? Toda aquela história de visualização de exércitos de células brancas do sangue? Naquela época as ideias dele sobre o modo como as imagens mentais podiam afetar o crescimento de um tumor eram tratadas como piada pela maioria dos meus colegas.

Mas estamos falando de maçãs e laranjas quando se trata do estudo de Cha-Wirth-Lobo. Simplesmente não existe mecanismo corpo-mente capaz de explicar esses resultados.

Eu lhe contei a minha história sobre Harold e a harpa e nós encerramos a nossa conversa de maneira amigável. Mas houve uma advertência. Eu lhe perguntei se ele se incomodaria se eu o citasse. Ele hesitou, depois disse que não se incomodaria, mas que preferia que eu não mencionasse o nome dele. Então olhou para mim e sorriu.

Mas eu gostei da nossa conversa. Além disso, ela deixará a minha esposa e a minha filha *muito* contentes. Elas são do tipo espiritualizado. Minha esposa é parteira e tem histórias do gênero da sua. Algumas são a respeito de preces, histórias fantásticas sobre partos que dão errado e pessoas rezando e então o impossível acontece, tudo dá certo. Mas isso não significa que Deus pertença ao campo da ciência. Você não pode incluir prece na ciência. O artigo do *JRM* tenta fazer isso. Está errado. Trata-se de um erro de categoria.

Erro de categoria é uma maneira acadêmica de dizer que não se podem misturar maçãs com laranjas. Meu amigo endocrinologista estava afirmando que a prece pertence ao campo da religião e não se pode praticar ciência com religião, portanto os efeitos da prece não podem ser alvo de estudos da ciência.

“Erro de categoria”, contudo, era provavelmente o menor dos problemas a assaltar o estudo Cha-Wirth-Lobo. Os críticos afiaram suas facas, colocando o estudo inteiro em questionamento. Seu caso foi resumido por Bruce Flamm, professor clínico de obstetrícia e ginecologia da Universidade da Califórnia, Irvine, na edição de setembro de 2004 da *Skeptical Inquire*⁶ e num artigo subsequente, em março de 2005.⁷ Segundo Flamm, o estudo era “defeituoso e fraudulento”. Relatou que o Departamento de Saúde e Serviço Social havia investigado o estudo em razão da falta de consentimento informado e que a Universidade de Colúmbia posteriormente admitiu o não cumprimento de algumas de suas diretrizes. Flamm afirmou que escrevera a Lobo e a Cha repetidas vezes levantando questões acerca do estudo, sem receber resposta. Também disse que o *JRM* recusara-se a responder a uma série de perguntas. Além disso, ele contou que Rogério Lobo, apresentado como principal autor, na verdade só tomou conhecimento do estudo de seis a doze semanas depois que ele foi concluído, disse que ele participou apenas do trabalho editorial, não do projeto nem da execução, e que pediu para retirarem seu nome do estudo.⁸ Entrementes, o terceiro autor, Daniel Wirth, confessou-se culpado de várias acusações de crimes que envolviam conspiração para cometer fraude a banco e ao serviço postal. Flamm usou isso para desacreditar os resultados da pesquisa, muito embora as acusações não tivessem qualquer relação com o estudo. Muitos críticos fizeram objeções triviais acerca do que consideraram uma metodologia confusa, incluindo a opção por grupos de oração de várias camadas que eu achara tão meticulosa. Como Wirth

recrutou os grupos de oração, algumas pessoas se perguntaram se estes realmente alguma vez existiram. A certa altura, o *JRM* removeu o estudo dos seus arquivos on-line, mas depois o recolocou. Em novembro de 2004, o *JRM* publicou uma carta de “esclarecimento” do dr. Cha, que pedira exoneração do seu cargo em Colúmbia.⁹ Assim como a carta, o estudo está disponível nos arquivos on-line do *JRM*. E, a despeito das insinuações, ninguém jamais refutou seus resultados.

Embora a poeira tenha baixado acerca do estudo Cha-Wirth, o comentário do meu amigo endocrinologista sobre erros de categoria merece um exame mais aprofundado. O que me interessa nessa afirmação é o quão prontamente um contexto religioso para exercer uma intenção mental a distância se confunde com a intenção mental a distância em si. É isso o que nos coloca exatamente no meio de um erro de categoria. Mas só vamos parar ah se identificarmos a intenção mental a distância como propriedade da religião — a propriedade de Deus e do território que a ciência não tem esperança de estudar e muito menos de autenticar. *Se quisermos estudar os efeitos da intenção mental a distância, sob a forma de oração ou outra qualquer, precisaremos separar esses efeitos de qualquer contexto religioso ou especificamente teísta em que a intenção for exercida.*

Isso é crucial. Perguntas sobre o papel de Deus na intenção mental a distância, sobre a existência de Deus, ou sobre qual religião detém a verdade, não são perguntas que a ciência possa ter a esperança de responder. O estudo Cha-Wirth se baseou na ciência e nos métodos da ciência. Não se baseou na religião e nos métodos da religião. *Empregou os métodos da ciência para examinar um aparente efeito que resulta da adoção de métodos da religião.* Examinou uma capacidade que as pessoas que estudaram as tradições religiosas trabalharam para treinar e desenvolver. Ao aprenderem a orar, as pessoas podem aprender a exercitar uma capacidade mental aparentemente anômala que não está incluída na educação geral da nossa cultura acerca da mente. Em consequência, aqueles que estudaram as tradições religiosas podem ser particularmente adeptos de mostrar para nós se a intenção mental a distância é capaz de exercer algum efeito anômalo. Com ou sem Deus, isso faz valer a pena estudar essas pessoas. Mais especificamente, faz valer a pena estudar o que acontece quando elas rezam.

Por acaso as pessoas recrutadas para exercerem intenção no estudo

Cha-Wirth eram cristãs. Para elas, Deus era uma realidade e elas chamavam sua intenção de prece. Mas o efeito real relatado pelo estudo não tem nada que ver com o papel de Deus, ou da oração, ou da prática da intenção mental a distância num modo especificamente cristão. Se começarmos por considerar estudos científicos como o Cha-Wirth como provas das ações de Deus, nós incorreremos de pronto no erro de categoria que preocupava meu amigo endocrinologista.

Diversos estudos recentes sobre os efeitos das orações na medicina têm sido deliberadamente projetados para incorporar formas de intenção mental a distância como as praticadas por pessoas de uma variedade de tradições espirituais, algumas das quais sequer se apegam à sua crença em Deus. Os resultados até aqui não deveriam surpreender os que têm mente ecumênica. A eficácia não parece ter qualquer relação com a maneira como se reza a Deus, quando se reza a um Deus, ou com a maneira como a reza é empregada. Alguns estudos até incluem pessoas que se declararam ateias ou agnósticas, mas cujo modo de orar simplesmente resulta diretamente em intenção compassiva acerca de outras. Essas pessoas parecem obter resultados tão bons nos estudos sobre intenção mental a distância quanto aquelas cuja forma de intenção mental se dirige a uma imagem de Deus.

Nos dias de hoje, é raro o centro médico de universidade que não patrocine algum estudo ligado à prece ou à intenção mental a distância. Essa é uma grande mudança. As pesquisas são feitas dentro do campo dominante da ciência e os estudos, além disso, sugerem que a oração ou intenção mental a distância de uma pessoa pode exercer efeitos positivos documentados sobre as condições físicas de uma outra. Por outro lado, existem imensos problemas metodológicos em muitos dos estudos. Dada a complexidade de se avaliarem somente os resultados, como mencionei acima, esse fato não chega a surpreender. Mas sem dúvida significa que é crucial proceder com a máxima cautela na avaliação dos resultados.

O dr. Larry Dossey tem sido pioneiro no estudo dos efeitos da oração na medicina. Ele praticou medicina interna por 25 anos, durante os quais exerceu o cargo de chefe de equipe no Medical City Dallas Hospital. Seu livro *Healing Words* foi relacionado como *best-seller* pelo *New York Times*

e continua a exercer um grande impacto nos centros médicos e treinamentos médicos no mundo todo. Suas conclusões são inequívocas: a intenção mental a distância pode exercer efeitos substanciais em processos da doença.

Dossey é um homem que tem uma missão. Escreveu dez livros, todos os quais abordando um caso científico para examinar com escrupuloso rigor os estudos médicos acerca da prece. Ele é alto e bem-apegoado, dotado de uma vasta cabeleira branca e de um charme sulista. É cheio de carisma — ele fala e as pessoas lhe dão ouvidos. Eu não fui exceção

Nós dois estávamos proferindo palestras numa conferência em Princeton. Depois eu lhe pedi uma visão geral das pesquisas. Mesmo descartando o estudo Cha-Wirth, ele me disse, o tema exige investigação mais aprofundada. Como ele resumiu: “Lisby, é simples. Se efeitos com metade da força daqueles aparentemente produzidos pela prece fossem produzidos pelas drogas disponíveis no mercado, esses seriam anunciados nas manchetes em letras garrafais e estariam na primeira página de todos os jornais do país. Seriam reconhecidos pelo que de fato são: excelentes notícias.”

Larry me indicou o dr. Mitchell Krucoff, cardiologista intervencionista do Duke University Medical Center. Krucoff é veterano nesse campo, tendo conduzido um estudo piloto bastante respeitado que avaliava o papel da oração e do toque terapêutico. O assim chamado estudo MANTRA — Monitoring and Actualization of Noetic Trainings [Monitoração e Realização dos Treinamentos Noéticos] sugeriu uma associação entre intervenções noéticas — não cirúrgicas — tais como prece e terapia de toque-música- imagens — TMI.¹⁰ O estudo recebeu muita atenção e seus resultados foram positivos o bastante para garantir uma investigação mais profunda. Krucoff comentou que mesmo 10 anos antes, “os NIH — National Institutes of Health não teriam dado atenção a um protocolo com a palavra ‘prece’ no título. Quando começamos, nos anos 1990, receávamos ser expulsos da cidade por praticar uma medicina vodu”.¹¹

Tomando por base os resultados do MANTRA, Krucoff então dirigiu um dos estudos acerca da prece mais amplamente randomizados já realizados nos Estados Unidos. O MANTRA II acompanhou 748 pacientes

portadores de doença coronariana para verificar se intervenções noéticas podiam desempenhar um papel relevante na cura de pacientes submetidos à cirurgia para implante de *stents* ou a cateterismo.

O estudo foi realizado em nove principais instituições médicas acadêmicas. Os pacientes foram divididos aleatoriamente em quatro grupos diferentes: 189 pacientes receberam preces intercessoras (PI) de grupos de oração do mundo inteiro que incluíam participantes cristãos, judeus, budistas e muçulmanos, além de terapia TMI. O segundo grupo, com 182 pacientes, recebeu apenas preces a longa distância. O terceiro grupo, com 185 pacientes, recebeu apenas terapia TMI e o quarto grupo, com 192 pacientes, recebeu o tratamento padrão, sem orações nem terapia TMI. O aspecto prece do estudo foi tratado com a metodologia duplo-cego, o que significa que nem os pacientes nem as equipes de saúde sabiam que pacientes estavam sendo alvo das preces. A porção TMI do estudo não foi tratada com essa metodologia, uma vez que seria impossível dar aos pacientes terapia com música, imagens e toque sem o conhecimento deles. Uma variedade de resultados foi avaliada: se os pacientes morreram, se experimentaram sintomas de ataque cardíaco, se apresentaram índices crescentes de uma certa enzima que indica dano ao coração, se precisavam de mais implantes de *stents* ou colocação de pontes de safena, se desenvolveram insuficiência cardíaca congestiva ou se precisaram voltar para o hospital.

O estudo MANTRA II foi publicado em 16 de julho de 2005, no jornal britânico *The Lancet*, um dos mais distintos jornais de medicina lidos por médicos do mundo.¹² Depois de seis meses, as apurações não mostraram diferença significativa de resultados entre os grupos, o que, à primeira vista, parece provar a inexistência de relação causal entre terapias noéticas e cura. Entretanto, os pacientes que haviam recebido TMI apresentaram um índice de mortalidade menor do que o do grupo de controle, enquanto o mais baixo índice de morte foi apresentado pelo grupo que havia recebido os *dois*, preces e TMI. Houve outra descoberta sugestiva no estudo, que foi realizado entre maio de 1999 e dezembro de 2002. Depois dos traumáticos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o MANTRA II passou por quedas acentuadas no índice de ingresso de novos pacientes nos grupos durante três meses. Os pesquisadores então resolveram acrescentar uma “estratégia de prece dupla” depois que incluíram novos pacientes. Doze grupos adicionais de prece foram direcionados para orar

pelo sucesso dos grupos de oração que participavam do estudo desde o princípio. Presumia-se que isso “simularia uma dose mais alta de preces para os pacientes remanescentes que participavam do estudo”, segundo a agência de notícia do Centro Médico da Duke University. O resultado foi que os pacientes tratados com a prece “dupla”, segundo a Duke, “em seis meses tiveram índices de morte e de nova internação no hospital cerca de 30% mais baixos do que os do grupo de controle, o que estatisticamente caracteriza uma tendência sugestiva”.¹³

O estudo MANTRA II foi elogiado por seu rigor científico e constitui exatamente o tipo de estudo de que precisamos para tentar descobrir o que acontece, se é que alguma coisa acontece, na intenção mental a distância em relação à cura.

Nesse meio-tempo, outros cientistas estavam examinando mais detidamente estudos anteriores acerca da cura, com o propósito de avaliar seu projeto e execução. Nenhum foi mais sistemático nessa avaliação do que o dr. Wayne Jonas. Durante alguns anos ele foi o imensamente influente diretor do Office of Alternative Medicine for the National Institutes of Health, depois ele passou a lecionar na Uniformed Services University of the Health Sciences em Bethesda, Maryland. Jonas, juntamente com Cindy Crawford, dirigiu uma equipe de especialistas numa revisão crítica de mais de 2.200 relatórios publicados sobre intenção mental a distância e cura espiritual. Eles publicaram as conclusões num volume de mais de 400 páginas que categorizava todos os estudos em seis áreas e depois os avaliava conforme critérios de pesquisa rigorosos. As seis áreas de pesquisa eram:

1. Saúde geral em correlação com práticas espirituais e religiosas
2. Prece intercessora ou de cura
3. Abordagens de “energia” de cura
4. *Qigong* terapêutico (energia de cura chinesa)
5. Interação mental direta com sistemas vivos
6. Interação mente-matéria

Cada área era classificada de A a F, de acordo com o “nível de prova”. Alguns estudos nível A foram também selecionados como modelos para futuras pesquisas. A obtenção do A requeria no mínimo três estudos independentes de alta qualidade que satisfizessem uma extensa lista de

critérios para os experimentos com padrão de excelência: grupos comparativos de controle aleatórios, testes duplo-cego dos dados, condições de controle de placebo, avaliação de resultados independentes, poder de análise dos dados e assim por diante. Opinião especializada não fundamentada por uma sólida pesquisa independente recebia um F, mesmo que as opiniões fossem provenientes de clínicos de grande reputação.

Houve grande quantidade de F, pequena quantidade de A e bastante dos níveis intermediários. Jonas e Crawford tiraram essas cautelosas conclusões: “Não há provas que sugiram que mente e matéria interajam de modo a confirmar as suposições de cura a distância... Embora faltem provas conclusivas de que essas interações mentais resultem em cura de doenças específicas, devem-se empreender pesquisas mais aprofundadas a esse respeito.”¹⁴

Outro importante artigo publicado nos *Annals of Internal Medicine* examinava 23 estudos sobre prece intercessora envolvendo 2.774 pacientes. Com uma circunspeção adequada ao público do jornal, os autores concluíram sobriamente: “As limitações metodológicas de diversos estudos tornaram difíceis conclusões definitivas acerca da eficácia da cura a distância. Entretanto, tendo em vista que aproximadamente 57% dos testes mostraram um efeito positivo do tratamento, as provas obtidas até aqui merecem estudo mais aprofundado.”¹⁵

Em outras palavras, existe mais do que boa ciência para apoiar investigações mais aprofundadas. Ainda assim, quanto mais eu lia, mais descobria que muitos desses estudos continuam a ser caracterizados como experimentos que visam provar a existência de Deus. Quanto mais nos debruçamos sobre a questão de o que poderia realmente explicar os efeitos da intenção mental a distância, mais enfaticamente confrontamos a irrevogável distinção entre ciência e religião. Deus supera a questão do mecanismo. Se decidirmos indicar Deus como a variável independente — Deus como causa de quaisquer efeitos observáveis da prece —, nenhuma ciência do mundo irá decifrar o mecanismo. A ciência não pode especificar sistematicamente Deus, muito menos como Deus opera. Se não nos ativermos a essa base, incorreremos no erro apontado pelo meu amigo endocrinologista.

Óbvio? Seria de se pensar que sim. Mas não é tão óbvio em inúmeros dos mais aparentemente atentos e influentes comentários sobre as

pesquisas que examinam os efeitos da prece. E isso levou a algumas críticas inesperadas de alguns setores inesperados.

Em novembro de 2001, um artigo sobre prece intercessora foi publicado no prestigioso *Archives of Internal Medicine*. Seu título era “Experiments on Distant Intercessory Prayer: God, Science and the Lesson of Massah”. Excertos do artigo o anunciavam como uma crítica a estudos médicos acerca da prece. Ótimo, pensei, prevendo uma sólida análise metodológica que apontaria os pontos fracos dos estudos que eu estivera examinando. O subtítulo era um tanto enigmático, mas interessante — eu estava pronta para aprender qualquer que fosse a lição que Massah (nome que associei vagamente a Moisés) tinha a oferecer. Comecei a ler com o marca-texto amarelo na mão. O artigo se iniciava com um resumo enfático.

Concluimos que a pesquisa sobre os efeitos da religião e da espiritualidade sobre a saúde não deve visar confirmar a existência de Deus por meio de métodos científicos... (A) própria ideia de testar cientificamente a prece a distância (é) fundamentalmente falaciosa.¹⁶

Tornei a ler o parágrafo. De acordo com os *Archives of Internal Medicine*, a pesquisa sobre os efeitos da oração na medicina visa *comprovar a existência de Deus?* Continuei a ler.

A epistemologia que governa a prece (e tudo o que se relaciona à fé) é separada daquela que governa a natureza. Por que, então, tentar explicá-la como se fosse um fenômeno natural controlável?... (A) prece que é testada em busca de uma resposta de Deus... não deveria sequer ser considerada prece, porque não requer fé, não dá opções a Deus e arrogantemente julga a sabedoria de Deus.¹⁷

A essa altura eu havia abandonado a minha caneta. O artigo terminou com a aplicabilidade de Massah.

E ele (Moisés) deu ao lugar o nome Massah... porque eles (os israelitas) puseram o Senhor à prova, dizendo: “Está o Senhor entre nós ou não?”... A lição do Massah é que Deus não pode ser coagido pelos nossos projetos de pesquisa, pelas nossas estatísticas e hipóteses

de respostas para a nossa pergunta: “Está o Senhor entre nós ou não?”... Como metáfora para o teste da oração a distância por meio do método científico, Massah nos diz que não só Deus não deve ser testado como, o que é mais importante, Deus não pode ser testado,¹⁸

E ainda fala em erros de categoria! Esse texto, publicado num jornal religioso teísta, tudo bem. Mas numa publicação médica? A afirmação central do autor é que os assuntos de Deus são os assuntos de Deus e como tal deveriam ser tratados. O problema não é se essa é uma afirmação racional. É eminentemente racional. Para os que creem em Deus, essa afirmação está de acordo com a natureza de Deus. Para os que não creem, é igualmente racional, uma tautologia sobre algo que não existe. Mas a questão é que *não* é uma afirmação racional para uma importante publicação científica que divulga textos aceitos pelos padrões científicos. Trata-se de uma afirmação religiosa, não científica.

Num comentário bem fundamentado: “Are Prayer Experiments Legitimate?”,¹⁹ publicado na edição de março de 2005 do *Explore*, Larry Dossey e o dr. David J. Hufford, do Doctors Kienle Center for Humanistic Medicine, da Faculdade de Medicina da Penn State University, apresentam 20 objeções comuns às críticas sobre pesquisa nesse campo. Tomando críticas como “Preces intercessoras têm variáveis demais para serem passíveis de estudo científico”, “A prece não deveria ser estudada por motivos éticos, morais e teológicos”, “Os supostos efeitos a distância da prece intercessora conflitam com a ciência atual e deveriam ser descartados” e “Os experimentos com preces testam Deus e são, portanto, blasfêmias”, Dossey e Hufford oferecem convincentes argumentos científicos fundamentados em evidências para rebater cada objeção. Eles concluem: “Esses desenvolvimentos sugerem que os pesquisadores podem investigar a prece sem sacrificar os princípios da boa ciência e, queremos crer, sem cometer blasfêmias. A prece não é necessariamente desrespeitada ou degradada pelas pesquisas... A prece nos esgotará antes que a esgotemos.”

Defrontamos mais uma questão delicada quando examinamos os estudos sobre a prece. Uma grande questão. Trata-se da fé. Para as pessoas que

rezam, a fé é um aspecto crucial da prece. Como podemos levar em conta a fé ao mesmo tempo que evitamos as questões religiosas sobre quem ou o que exatamente a fé envolve, questões acerca de Deus e de todas as coisas que a ciência não tem como levar em conta?

Ao longo da história da religião, a cura pela fé — cura por meio da prece — ocupa um lugar na vida religiosa. Em meados do século XX, o interesse pela cura pela fé ressurgiu em inúmeras seitas protestantes. Esse interesse evoluiu para um poderoso movimento apoiado por respeitados acadêmicos da teologia. Sua tendência era qualquer coisa menos fundamentalismo “de bater na Bíblia” ou evangelismo de TV. Os líderes eram todos bem-conceituados, metodistas, pilares da igreja luterana e um grupo grande de episcopalianos, conhecidos como os mais polidos dentre eles.²⁰

Tudo começou como uma coalizão de pessoas comuns, inspiradas por inúmeros indivíduos aparentemente talentosos que atribuíam seu poder de cura à prece. Havia dois líderes especialmente influentes da igreja episcopal: Agnes Sanford, autora do clássico *The Healing Light*, e John Gaynor Banks, que, em 1932, fundou a organização hoje conhecida como a Order of Saint Luke, uma ordem profissional e laica dedicada à promoção do papel principal de curar do ministério da Igreja.

Um casal, Ambrose e Olga Worrall, tornou-se popularmente estimado e foi por fim considerado como dois dos melhores curadores pela fé produzidos pelo cristianismo moderno.

Na infância, tanto Olga quanto Ambrose tomaram consciência dos seus talentos inusitados. Eles curavam dores das pessoas por meio do toque. Sabiam coisas sobre as pessoas que não tinham como saber. Mais tarde aprenderam que o nome desse conhecimento é clarividência. Depois que se casaram, a notícia sobre seus dotes se espalhou. Eles começaram a receber pedidos de ajuda do mundo inteiro. Em 1957, abriram a New Life Clinic na Igreja Metodista Monte Washington, em Baltimore, onde atendiam centenas, às vezes milhares, de pessoas por semana. Escreveram um livro, *The Gift of Healing*, que ainda hoje é bastante lido como um relato do poder de cura da prece. Clérigos, enfermeiros e médicos o estudam regularmente.

Os Worralls frequentemente trabalhavam impondo as mãos (pousando-as sobre a cabeça ou parte dolorida do corpo da pessoa por quem rezavam). Quando alguém distante pedia cura, eles simplesmente

visualizavam essa pessoa e rezavam a distância. Nunca, em todos os seus anos de trabalho de cura, eles aceitaram dinheiro pelos seus serviços. Como eles diziam, isso seria “lucrar com a doença ou aflição ou necessidade de outrem”.²¹ Pensei em Harold e na harpa e no fato de ele também sempre recusar dinheiro pelos seus serviços.

Os Worralls também trabalhavam pelo telefone e rezavam por centenas de pessoas que lhes enviavam cartas todas as semanas. Promoviam regularmente reuniões em sua New Life Clinic, aberta a qualquer um que aparecesse. (A clínica ainda é, por acaso, uma instituição fluorescente.) Depois que um artigo sobre seu trabalho foi publicado no *Readers Digest*, mais de 14 mil cartas solicitando ajuda apareceram em sua caixa de correio.²² *The Gift of Healing* também apresenta exemplos de milhares de testemunhos agradecidos de pacientes e dos seus familiares, de médicos e outros agentes de cura.²³

O próprio Ambrose era um cristão devoto, mas, quando lhe perguntavam se a pessoa a ser curada precisava ter fé, ele respondia: “Quando digo às pessoas que a fé é importante, eis o que quero dizer por fé — *falta de resistência ao que você espera que seja possível.*”²⁴ O que é intrigante nessa definição é que ela apresenta a fé como *uma qualidade subjetiva da experiência mental*. Sua resposta fala de seres humanos, não de Deus.

Talvez essa resposta nos dê uma nova e inesperada visão de uma função da fé, uma função que não tem a ver com Deus e com coisas de que a ciência não tem como tratar, mas uma função que tem, em vez disso, a ver com o modo como a fé ajuda as pessoas a entrar num estado mental distinto, um estado que, talvez, facilite os efeitos da intenção mental a distância — os efeitos da prece.

Se isso for verdade, podemos esperar descobrir que um estado similar facilite outras formas de capacidade mental anômala. A ênfase de Worrall em abandonar a resistência ecoa o que os intuitivos profissionais John Huddleston e Helen Palmer me disseram sobre seu conhecimento extraordinário. Como John disse: “Você para de resistir, só isso. Você tira a si mesmo do caminho e tudo surge na sua frente, tudo o que você achava que não tinha como saber.” Disse Helen: “A nossa mente resiste ao conhecimento intuitivo. Depois que aprende a relaxar essa resistência, você pode começar a recuperar a intuição de sua supressão pela mente racional. Quanto mais você trabalha com isso, mais notável o seu

conhecimento se torna. Você libera o estado receptivo encouraçado pelo ego. Você aprende a viver mais perto da receptividade.”

Tenho um velho amigo, Rob, que estudou muito a respeito e é apaixonadamente curioso acerca da possibilidade de a capacidade mental anômala ser real. Ele é totalmente cético mas notavelmente franco sobre o quanto gostaria de não sê-lo.

Morro de vontade de que tudo isso seja verdade! Mas preciso de uma experiência como a da harpa. Uma experiência que sirva como uma ponte e pareça tão real quanto o meu ceticismo. Você teve essa com a harpa. E teve com o episódio do relógio da sua irmã. As pessoas que creem no divino conseguem chegar a acreditar nisso por meio da fé. Eu não creio no divino — portanto não acredito nisso. É um estado mental que tento alcançar. Tenho certeza de que você tem razão a esse respeito. De alguma maneira eu não me permito. Talvez seja porque eu literalmente *sinto* os obstáculos dentro de mim. Eles são palpáveis. Você conseguiu superá-los. Eu, não. Por que não? Por que não consigo? Essas são as perguntas que sempre me faço.

Certa vez perguntei a Harold sobre o trabalho de rãdomancia. Como ele empunhava a varinha? Harold me disse para deixar de lado todas as explicações racionais: “A varinha apenas lhe mostra o que a sua mente subconsciente já sabia”, ele respondeu.

A maioria das pessoas não sabe como fazer o seu subconsciente falar com elas. É só intuição, mais nada... O seu subconsciente sabe que a rãdomancia está em seu corpo tanto quanto em seu cérebro e talvez seja isso o que há de bom nas varinhas. Você segura a varinha e a sente e isso faz você se concentrar de verdade no seu corpo. As varinhas deixam que o seu corpo lhe diga o que o seu subconsciente sabe. Desse modo as varinhas libertam você. Elas servem como meio para impedir que o cérebro impeça o resto de você de saber. Mas os mestres rãdomantes aprendem a acessar esse conhecimento diretamente. Para eles as varinhas não importam mais. Já não precisam delas.

Talvez a fé funcione um pouco como a varinha de rãdomancia. Talvez a fé sirva para *impedirmos que o cérebro impeça o resto de nós de saber*.

Talvez a fé aja como um curto-circuito na nossa resistência, impulsionando-nos para além da couraça do ego de que Helen falou, para além da nossa valorização exagerada do controle consciente racional, para além da luta contra um conhecimento que a nossa razão insiste que não podemos ter. Talvez isso ajude a explicar por que as pessoas afirmam que a fé parece ser capaz de influir nos efeitos que ocorrem durante uma assombrosa conexão com pessoas que estão a milhares de quilômetros de distância.

Os Worralls admitiram que eles mesmos achavam inconcebível a sua capacidade aparentemente extraordinária e se mostravam sempre respeitosos diante das perguntas dos céticos. Eles submetiam o caso à ciência a partir de dois pontos de vista. No primeiro, condenavam prontamente “as fraudes maldosas às vezes cometidas em nome de alguns cultos ou religiões”, bem como “supostos médiuns (que) fraudulentamente exploram a credulidade para extorquir dinheiro daqueles que menos têm”.²⁵ A investigação científica sistemática da alegação de capacidades extraordinárias era, a seu ver, o melhor meio de estabelecer em que medida esses feitos eram genuínos. Mas os Worralls também acreditavam que entender de maneira científica a sua capacidade aparentemente extraordinária podia ter imensa importância para a melhoria da qualidade da vida humana. O próprio Ambrose era engenheiro aeronáutico profissional, trabalhando numa divisão da Martin Marietta ao longo de sua carreira. Ele escreveu:

Acredito que todas as áreas das atividades humanas e espirituais devem submeter-se ao escrutínio mais rigoroso, precisamente como espero que os cálculos de stress da estrutura de uma nova aeronave sejam examinados em conformidade com os parâmetros mais rigorosos. Acredito que deveríamos empregar, nas nossas pesquisas sobre terapia espiritual, os métodos científicos mais modernos e mais aplicáveis para reunir dados que não possam ser obtidos por meio da observação casual.²⁶

Ao longo dos anos, os Worralls se empenharam para aprofundar o entendimento científico do seu trabalho. Estavam disponíveis para estudo quando e onde pudessem. Compareciam a laboratórios em todos os

Estados Unidos, quer fossem administrados por faculdades de medicina, médicos, biólogos, especialistas em polígrafo, horticultores e psicólogos e logo passaram a enviar dados relativos às suas curas para o laboratório Rhine, da Duke University, para estudo. Infelizmente, os primeiros experimentos de que participaram em geral usavam métodos destituídos de sofisticação e procedimentos mal controlados. Mesmo assim, houve algumas descobertas intrigantes que ajudaram a lançar as bases para o trabalho experimental subsequente.

Tanto Ambrose quanto Olga tinham talento para descrever a experiência mental subjetiva que eles acreditavam fazer no âmago da capacidade mental aparentemente anômala. Ambrose escreveu um livreto chamado *Silentium Altum*, referindo-se à qualidade da mente que parecia aberta à capacidade de curar. Ele declarou:

No silêncio profundo é possível acontecer revelações. Estas parecem não ter relação com o tempo tal como o conhecemos. É como se de súbito nos tornássemos conscientes de algo que estivera enterrado no fundo da consciência. Até onde diz respeito à Terra, isso pode estar no futuro, mas no estado de silêncio profundo o tempo não existe.... (P)rocurar o silêncio interior (é) gradualmente mas seguramente... retirar-se do mundo externo da sensação e entrar (no) plano da intuição... (É) uma condição fora da experiência consciente. É necessário... estarmos preparados para experimentar o silêncio que pode ser *sentido*. Se tivermos medo de ficar completamente sozinhos e nos faltar coragem para encarar o desconhecido, não estaremos preparados para buscar o silêncio... No silêncio profundo advém... uma transbordante consciência... de que tudo é um só.... O silêncio é vital para o nosso estudo da cura espiritual. Devemos tentar entender sua realidade e proximidade, pois do silêncio vem o poder que cura....²⁷

Esse *silentium altum* parece familiar. Muitas tradições da fé têm enfatizado a importância — e a dificuldade — de entrar num estado de profundo silêncio interior. Ao longo da história da humanidade, a oração e a meditação têm servido regularmente de veículos para que as pessoas entrem nesse estado, bem como as práticas pelas quais o estado em si é cultivado. Talvez essas práticas sejam uma razão por que a fé, ao longo

dos séculos, se oferece como um caminho constante para a cura e outros tipos de conhecimento extraordinário. Talvez essas práticas constituam um modo de as pessoas estabelecerem um acesso ao que são as capacidades humanas gerais, fundamentais.

Dentro das próprias tradições da fé, a ideia de o conhecimento extraordinário ser um subproduto que se espera das práticas como a oração e a meditação é tudo menos novidade. Na verdade, essas tradições geralmente advertem os estudantes para não se deixarem seduzir, não se deixarem distrair da prática do silêncio profundo pelo entusiasmo acerca de quaisquer capacidades mentais que possam acompanhá-lo.

Pensei naquelas imagens SPECT que Newberg e D'Aquili apresentaram, imagens do cérebro de pessoas que estavam orando ou meditando. Elas, bem como os relatos dos que oraram ou meditaram, tinham a ver com redução de ruído e a qualidade radicalmente alterada da percepção que emerge no silêncio.

Grupos de oração oram para que mulheres do outro lado do mundo consigam engravidar ou para que pacientes se recuperem de doença cardiovascular. Os agentes de cura definem fé como “abandonar a resistência ao que você espera que seja possível” e oferecem seus talentos exclusivamente para ajudar os outros. Intuitivos profissionais “ficam fora do caminho” do próprio cérebro para acessar capacidades aparentemente anômalas. Pessoas experimentam um profundo senso de universalidade quando rezam ou meditam. O que emerge de todos esses caminhos diferentes é o senso de cuidar dos outros e de conexão com eles. É uma experiência perceptiva que contrasta totalmente com o senso de separação com que nós comumente nos definimos no espaço e no tempo. Ao mesmo tempo que os cientistas estão tirando Deus da equação no estudo da intenção mental a distância, a ligação parece constituir uma importante variável a ser incluída.

Alguns dos mais notáveis cientistas que atualmente investigam os efeitos da intenção mental a distância estão observando o que acontece quando pessoas que são mestres em reduzir o ruído concentram sua intenção em células cancerosas do cérebro — não no paciente, mas em placas de Petri.

O dr. Garret Yount é neurobiólogo molecular. Ele ficou fascinado pelo problema dos tumores resistentes à radiação quando fazia um curso de cinco anos de pós-doutorado no Brain Tumor Research Center da Universidade da Califórnia, em San Francisco. Ele queria saber se os caminhos genéticos poderiam ser alterados de modo que os pacientes portadores desses tumores se tornassem mais sensíveis à radiação usada no tratamento. Começou a pesquisar, escolhendo para estudar um dos mais árduos tipos de câncer: glioblastoma multiforme, um tumor cerebral altamente maligno e de crescimento rápido. Os tumores glioblastoma podem dobrar de tamanho a cada dez dias e são notadamente resistentes a qualquer tipo de tratamento. Os pacientes quase sempre morrem cerca de um ano depois de perceberem os primeiros sintomas.

A pesquisa de Garret foi publicada em jornais médicos de prestígio como o *Oncogene* e *Câncer Research*, nos quais ele primeiro divulgou sua descoberta de que a fase do ciclo celular (divisão da célula) em que as células do tumor são irradiadas faz uma grande diferença na resposta de um gene envolvido no crescimento do tumor e na resposta à radiação. Essa mesma descoberta o levou a caracterizar duas linhas clonais de tumor cerebral que teriam notáveis implicações para o desenvolvimento de terapias moleculares para o tratamento do câncer.

Em 1990, o pai de Garret recebeu o diagnóstico de leucemia no último estágio com previsão de sobrevida entre seis meses e dois anos. Ele começou a usar ervas chinesas e a praticar qigong, tipo de meditação que usa movimento, respiração ou pura e simples consciência silenciosa para estimular a atenção do praticante ao fluxo de *qi* (ou *chi*), energia vital que a medicina chinesa acredita energizar o corpo. É a mesma energia vital que se presume seja afetada quando as agulhas da acupuntura são introduzidas nas linhas, ou meridianos, do corpo por onde se diz que o *qi* flui. Integrando essa tradicional medicina chinesa aos tratamentos ocidentais, o pai de Garret “coexistiu pacificamente com seu câncer” durante 13 anos.

Os oncologistas do Centro Médico da Universidade da Califórnia em San Francisco — UCSF ficaram impressionados, assim como Garret. Depois de completar o doutorado, ele entrou para o Complementary Medicine Research Institute do Califórnia Pacific Medical Center, em San Francisco. Do estudo dos efeitos dos radiosensibilizadores ocidentais conhecidos por serem altamente tóxicos, Garret passou a examinar a vasta

história da tradicional medicina chinesa em busca de alternativas.

A paixão de Garret por sua pesquisa é patente, como descobri quando nos encontramos para conversar a respeito de seus projetos atuais. Franzino e elegante, ele tem um sorriso marcante — gentil, fácil, luminoso. Estava entusiasmado ao relatar que os National Institutes of Health estavam endossando seu estudo sobre o modo como certos componentes das ervas da antiga medicina chinesa podiam tornar as células de glioblastoma mais sensíveis à radiação sem os temíveis efeitos colaterais.

O que era igualmente intrigante era que o trabalho de Garret sobre ervas chinesas o levara a estudar os efeitos da intenção mental a distância. A transição era de certo modo inevitável. Como o pai dele descobrira, os remédios herbais são apenas um componente de uma abordagem de cura muito mais ampla da medicina chinesa. A questão fundamental para os praticantes de medicina chinesa é o estado da energia vital do corpo, o seu *qi*. Então, por trás do estudo das ervas está o estudo do *qi*. E estudar o *qi* não significa necessariamente estudar apenas os efeitos do *qi* à medida que operam dentro do corpo de alguém. Esse é o *qigong* interno. Existe também o *qigong* externo, uma prática que faz o *qi* se mover de um modo que parece exercer efeitos sobre o corpo de *outras* pessoas. O *qigong* externo é o que levou Garret a examinar os efeitos da intenção mental a distância. Ele explicou como isso aconteceu.

A terapia do *qigong* externo lembra bastante o que no ocidente chamamos de cura espiritual ou psíquica. A ideia é que existem indivíduos que se tornam adeptos depois de muitos anos praticando o *qigong* interno. Eles se tornam mestres no estado interior desenvolvido em *qigong*, um estado em que existe a capacidade de profunda quietude mental e de atenção altamente concentrada. Esses mestres desenvolvem a capacidade de direcionar e manipular o *qi* não apenas dentro do seu corpo, mas também fora dele. Encontrei tantas provas — episódicas, mas suficientes para nos fazer pensar — que comecei a me perguntar se o *qigong* externo podia realmente funcionar... Parecia-me que, se levávamos as ervas chinesas a sério, devíamos levar igualmente a sério o que quer que os fitoterapeutas costumavam usar junto com as suas ervas...

A nossa ideia para a pesquisa era levar os mestres de *qigong* para o

laboratório e lhes pedir para concentrar sua intenção de cura em células cerebrais humanas isoladas que cresciam em pratos de plástico. Escolhemos culturas de células cerebrais em vez de pessoas por duas razões. Primeiro, queríamos eliminar estímulo psicológico. Mas também queríamos uma maneira de resolver o problema da avaliação de resultados complexos e multifacetados, questão inevitável quando se avalia a cura como ela se manifesta em pessoas enfermas. Conversamos com os agentes de cura a esse respeito e, embora não exista nenhum capítulo em livros de medicina chinesa sobre o tratamento de partes isoladas do corpo, quanto mais de células separadas, os agentes de cura disseram que isso não seria um problema. Disseram que podiam perceber qualidades do *qi* emitido das culturas de células e direcionavam o tratamento em conformidade.

A nossa pergunta mais básica era se o crescimento das células poderia de fato ser influenciado pelo tratamento de *qigong* externo. Decidimos usar uma amostra, uma cultura de células, que havia sido um esteio da pesquisa sobre câncer por mais de 30 anos, usada muitas e muitas vezes para testar a eficácia das quimioterapias e radiação.

Eu estava bastante cético. Mas não podia recuar depois de iniciados os experimentos em Pequim. Então, a primeira coisa que fiz foi entregar ao mestre *qigong* que estávamos testando um prato de plástico com uma cultura de células crescendo.

O que você tem de entender antes de eu prosseguir é exatamente como desenvolvemos culturas de tecido cerebral. Não surpreendentemente, as células humanas não crescem bem diretamente no plástico. Para fazer com que as células cresçam, é preciso cobrir o prato com algum tipo de matriz orgânica. E como a célula prefere ligar-se a outra célula, o melhor revestimento para o plástico é o material de que as células são feitas. Fazemos o que se poderia chamar de “esfregação de células”. Fazemos isso o tempo todo nos laboratórios. Matamos umas 10 mil células de tumor cerebral com uma dose letal de raios X e as esfregamos no prato em que vamos desenvolver as células experimentais que nos interessam. Como o DNA das células tumorais mortas foi apagado pelos raios X, as células que esfregamos no prato começam a se autodestruir. Depois de vários dias, o fundo do prato de plástico fica coberto de carcaças de células tumorais, uma matriz orgânica perfeita para o crescimento das células cerebrais

experimentais sadias. As células do esfregaço de células começam a morrer em razão daquilo que os biólogos chamam de morte celular programada. Se as células com o DNA apagado como aquelas que matamos com o raio X se multiplicassem, poderiam criar todo o tipo de problema. Assim — de modo bastante adaptativo do ponto de vista dos seres humanos —, essas células “tomam a decisão” de se autodestruírem em vez disso. E continuam a morrer mesmo depois que começamos a desenvolver as culturas de células sadias em cima delas.

Nós lidamos com tudo isso tão rotineiramente no laboratório que nem pensei em mencionar o fato para o mestre *qigong* no nosso primeiro experimento. Nós simplesmente lhe entregamos um prato com células crescendo e lhe dissemos: “Há células normais no prato. Por favor, dê-lhes um tratamento de cura. Esperamos vê-las crescerem bem, até mais do que as células de controle, que não receberão tratamento.” Esse era o procedimento. Parece bem direto, não? Esse mestre de *qigong* havia aceitado a tarefa e imaginei que poderíamos deixá-lo levar o tempo de que precisasse para fazer seu trabalho com o prato. Mas, depois de tratar as células, ele saiu da sala de tratamento sacudindo a cabeça. “Aquelas células não são normais”, disse. “São muito anormais, então não tentei fazê-las crescer. Procurei eliminá-las.”

Eu estava bastante cético em relação ao experimento todo e minha primeira reação foi de pura irritação. Tentei ser educado, mas disse ao homem que ele estava totalmente equivocado. Não havia dúvida. Aquelas eram células cerebrais sadias. Ele voltou lá tão confiante quanto eu. E me desafiou: “Não, elas *não* são normais. Eu senti um *qi* anormal.”

Bem, nesse momento percebi tudo. Eu me dei conta de que havia apenas 100 células cerebrais normais e sadias naquele prato, que estavam crescendo sobre 10 mil células tumorais em seu processo de suicídio. Assim, se esse agente de cura podia de fato perceber qualquer coisa sobre a cultura de células como um todo, podemos perfeitamente esperar que ele perceba as células tumorais morrendo e não apenas a percentagem menor de células sadias. Nesse momento eu parei e lhe expliquei a natureza da cultura. Ele balançou a cabeça e comentou que agora tudo fazia sentido.

O episódio me intrigou. Talvez aquele homem realmente fosse

capaz de perceber alguma coisa totalmente desconhecida para mim. Os nossos experimentos se desenrolaram a partir dali.²⁸

Garret também está conduzindo experimentos com agentes de cura do Japão. Eles são mestres na prática *dejorei*, uma forma japonesa de transmissão energética similar ao *qigong*. Em ambos os experimentos, os agentes de cura são enviados para San Francisco e cuidadosamente instruídos sobre o funcionamento do laboratório. Garret descobriu o quanto essa apresentação é crucial no seu primeiro experimento. Ele havia pedido — bastante rotineiramente, ele pensou — aos mestres de *qigong* para fazer uma segunda tentativa depois que cada um completou o primeiro tratamento de cura.

De repente encontramos uma enorme resistência por parte dos agentes de cura. Eles agiam como se nós os tivéssemos terminantemente traído. Então descobrimos o motivo. Eles acharam que nós estávamos pedindo mais testes porque não acreditávamos em nada do que haviam feito na primeira vez. A replicação é um conceito complicado. É totalmente fora da visão de mundo com que esses agentes de cura trabalham. Eles percebem a verdade de um modo bastante diferente. Do seu ponto de vista, eles já haviam mostrado a verdade. Haviam mostrado o que o *qigong* externo é capaz de fazer e não podiam imaginar qualquer razão para precisarmos vê-los fazer isso de novo. Então percebemos que tínhamos de explicar os nossos métodos com bastante cuidado, não apenas a necessidade de repetir os testes, mas também coisas como o fato de os dados permanecerem *cegos*, de termos de esperar a conclusão de todas as fases do experimento para sabermos qualquer coisa sobre o que tínhamos obtido no primeiro teste ou em qualquer outro e assim por diante.

Interessante é que a necessidade desse tipo de explicação é menor com os mestres *jorei*. Seu grande professor e fundador, Mokichi Okada, acreditava que em algum momento deste século a verificação dos efeitos espirituais sobre a matéria seria feita pelo Ocidente a fim de promover uma medicina mais profunda e verdadeira para o mundo inteiro. Desse modo, a organização *jorei* no Japão, o Sekai Kyusei Kyo, foi extremamente útil ao facilitar cada fase da nossa pesquisa, desde as providências da viagem à preparação de agentes de cura para

a nossa abordagem da pesquisa. Possibilitar a validação científica do seu trabalho é, na verdade, parte do legado do ensino de *jorei*.

Garret estava encantado por estar conduzindo seus estudos atuais de novo em seu velho laboratório do CPMC, o mesmo laboratório em que realizara tantas coisas em seu primeiro trabalho. Uma grande vantagem em estar ali era o extremo cuidado com que se podiam controlar muitas variáveis secundárias. Como Garret disse:

Estamos testando algo aparentemente inacreditável, por isso temos de estabelecer nossos padrões de rigor científico acima daqueles a que estamos habituados nas pesquisas mais convencionais. Precisamos controlar cada variável que pudermos imaginar, incluindo aquelas que jamais nos ocorreriam numa pesquisa comum.... Isso é absolutamente necessário para que o trabalho seja considerado sério e sólido. Porque, do ponto de vista científico ocidental normal, nem as hipóteses que estamos testando nem os resultados que obtemos fazem qualquer sentido científico usual. Qualquer prova coletada terá de ser muito, mas muito forte.

Os protocolos que Garret desenvolveu já receberam considerável atenção pela criatividade do seu projeto, bem como por seu escrupuloso rigor. Dentre 2.200 estudos sobre os efeitos da intenção mental revistos criticamente por Jonas e Crawford, 202 examinavam os efeitos do *qigong*. Desses, 130 eram estudos de laboratório e 72, clínicos. De todos eles, Jonas e Crawford destacaram Garret como muito superior ao resto, oferecendo “um modelo claro e sistemático... para outras investigações rigorosas desse tipo”.²⁹

Como exemplo do rigor que imprimiu aos seus experimentos, Garret descreve a parte do seu projeto experimental chamado controles sistematicamente negativos. Esses experimentos de controle envolvem tratamentos falsos ou simulados.

As células no nosso tratamento simulado recebem exatamente o mesmo manuseio físico recebido pelos grupos de tratamento real, exceto pelo fato de ninguém entrar na sala de tratamento durante o período de tratamento. As células simplesmente ficam ali.

Agora, existem duas coisas úteis que os nossos grupos simulados nos dão. Uma é o controle direto pelo fato de que as células que estão sendo tratadas são movidas de um lugar para outro e estão sujeitas a condições outras que não o tratamento em si. O fato é que não sabemos se o manuseio das células pode de algum modo afetar o crescimento delas. Assim, como os grupos simulados experimentam as mesmas condições do grupo de *qigong*, nós temos um controle bastante útil bem aí. Se de fato vemos uma diferença entre os grupos simulado e de *qigong*, temos razão para suspeitar que resulte da única coisa que é feita a um grupo, mas não ao outro: a intervenção *qigong*.

Mas aprendemos mais do que isso com os grupos simulados. Nós comparamos as células dos grupos simulados não apenas com as dos grupos *qigong*, mas *também uns com os outros, grupo simulado com grupo simulado*. Isso pode parecer esquisito a princípio. Por que comparar grupos em que você não espera que nada aconteça?

Não é de surpreender que esse seja justamente o ponto. O que é importante nessa comparação é que ela nos permite precisar exatamente quanta variabilidade existe no nosso sistema experimental. Existe uma variabilidade natural em qualquer sistema. Se vemos mais morte de células nas placas *qigong* do que nas de controle, precisamos ter certeza de que a diferença não pode ser explicada pelo tipo de variabilidade natural.

Então, quando comparamos tratamento simulado com tratamento simulado, procuramos ver se a magnitude da diferença entre esses grupos é significativamente diferente da diferença que encontramos comparando grupos simulados e de *qigong*. Descobrimos que isso nos salvou de interpretar mal alguns resultados estimulantes no nosso primeiro grande estudo de *qigong*.

Os resultados do estudo foram publicados em 2004 numa publicação chamada *BMC Complementaty and Altemative Medicine*.³⁰ Eles indicavam que durante um estudo piloto de oito experimentos, as células que tinham recebido tratamento *qigong* por vinte minutos de uma distância mínima de dez centímetros apresentaram um aumento no crescimento. Tendência semelhante foi observada num estudo formal com 28 desses experimentos; as células tratadas com *qigong* mostraram, em média, mais formação de colônia do que as amostras simuladas. Isso sugere que a intenção de cura a

distância exerce algum efeito sobre as células. Contudo, quando Garret e seus colegas tentaram reproduzir os estudos, não encontraram diferença significativa entre as tratadas com *qigong* e as amostras simuladas. O estudo concluiu:

Observamos um aparente aumento na proliferação de células cultivadas seguindo o tratamento de *qigong* externo feito por praticantes sob condições estritamente controladas, mas não observamos esse efeito num estudo replicado. Esses resultados sugerem a necessidade de investigação mais controlada e completa do *qigong* externo antes de sua validação científica.

Garret não ficou preocupado quando as replicações não confirmaram os resultados iniciais:

Fiquei surpreso por não conseguirmos reproduzir os resultados do primeiro experimento. Estamos tentando estabelecer os modelos certos e, se não funcionarem, temos apenas de fazer ajustes até acertarmos. Os agentes de cura ainda estão tão entusiasmados como quando começaram a trabalhar conosco. Seu entusiasmo não arrefeceu e continuamos obtendo apoio financeiro.

Garret agora está conduzindo esses estudos até o nível seguinte examinando três coisas que nunca antes haviam sido cuidadosamente avaliadas nos estudos sobre cura a distância: funções celulares opostas (crescimento tanto quanto morte), “dosagem” dos efeitos e efeitos a distância. Cada um desses elementos pode ajudar a abordar aspectos da cura a distância que, no momento, permanecem totalmente misteriosos.

Ao testar funções celulares opostas, Garret está levantando a questão de como o *qigong* pode afetar o crescimento versus morte das células. Se o *qigong* externo funcionar como esperado, os tratamentos *qigong* deverão fazer as células normais crescerem e as células tumorais morrerem. Na verdade, precisamente o mesmo tratamento *qigong* deve funcionar para exercer simultaneamente os efeitos diferenciados, fazendo as células saudáveis crescerem e as doentes morrerem. O *qigong* pretende atingir o equilíbrio na natureza como um todo. Esse equilíbrio nos permite esperar que as células cancerosas morram e que as saudáveis cresçam. Então, os

agentes de cura são instruídos a tratar os dois tipos de células, com as seguintes instruções: “Aqui há células cancerosas e células saudáveis. Gostaríamos de ver o que acontece com elas quando vocês lhes aplicam um tratamento de cura. Gostaríamos de ver se as células saudáveis crescem e as cancerosas morrem.”

A medicina ocidental normalmente presume que a dosagem — a quantidade de tratamento administrado — faz diferença nos efeitos de uma determinada terapia. Ao estudar a dosagem, Garret quer descobrir se um aumento na dosagem de *qigong* revelará algum efeito que faltou no estudo anterior.

A terceira variável de Garret são os possíveis efeitos da distância entre o agente de cura e o objeto da cura a distância. Então ele avaliará os efeitos dos tratamentos administrados pelos agentes de cura em três diferentes distâncias das culturas de células: junto das células, postados em outra sala do mesmo prédio e do outro lado da ponte Golden Gate. Alguns dos agentes de cura acreditam que o aumento da distância intensificará o efeito: “Quanto maior a distância, mais forte é o *qi*.”

Nos estudos atuais, todas as culturas de células cerebrais são desenvolvidas numa caixa retangular de plástico medindo aproximadamente 10 por 15 centímetros e contendo seis compartimentos ou recipientes independentes. Dois dos três recipientes contêm células cerebrais tumorais vivas e três contêm células cerebrais normais. A caixa é colocada dentro de uma incubadora que, por sua vez, é colocada sobre um microscópio *time-lapse* (que tira fotos a intervalos regulares). Somente a pessoa envolvida com os experimentos sabe qual contém que tipo de célula.

Cada caixa de células é colocada no microscópio por 24 horas e o crescimento das células durante esse período é registrado, bem como os níveis basais da morte das células. Então tem início o tratamento de cura. Pede-se ao agente de cura que proceda como costuma proceder ao tratar um paciente por meio do *qigong* externo ou *jorei*. As culturas de células permanecem no microscópio por mais 24 horas depois de cada tratamento, de modo que os dados sobre o que acontece com as células podem ser continuamente coletados.

Parte do que impressiona no trabalho de Garret é a sua sensibilidade em lidar com a comunicação intercultural requerida para conduzir experimentos como esse. Ela vai muito além da barreira da linguagem que

no princípio o deixou nervoso em Pequim. Trata-se de uma barreira de visão de mundo. Ele é tão receptivo em sua reação aos agentes de cura quanto espera que estes sejam em relação a ele.

Não posso descrever o quanto tenho aprendido com esse pessoal. Para começar, eles são encantadores — tão estimados, tão generosos, tão cheios de consideração e devoção. É uma boa coisa o fato de todos os dados serem *cegos* porque eu não saberia como olhar nos olhos deles se eu soubesse que os resultados eram desapontadores. Parece meio esquisito dizer isso, mas a qualidade deles como pessoas na verdade nos ensinou um bocado sobre o sistema circunspecto que cuidadosamente estabelecemos no laboratório. Para esses agentes de cura, uma atmosfera amigável — digo mesmo *amorosa* — parece fundamental para um ambiente em que eles possam fazer o que fazem. Não é simplesmente pano de fundo. É intrínseco à coisa em si.

Garret também projetou um estudo para testar o efeito do *qi* em células-tronco cancerosas, as células que na verdade semeiam novos tumores e produzem a recorrência de tumores. O estudo de células cancerosas dos últimos 30 anos tende a considerar todas essas células uniformemente, mas têm surgido indícios de que as células-tronco cancerosas podem comportar-se de uma maneira singular e diferente — uma maneira sensível a tratamentos singulares e diferentes — e uma nova onda de pesquisa do câncer está examinando exclusivamente essas células. Quem sabe Garret não viu a reprodução dos experimentos *qigong* porque o sinal fraco das células-tronco cancerosas estava encoberto pela magnitude das células do glioblastoma? O planejado estudo de Garret sobre essas células está atualmente sob a análise dos National Institutes of Health.

Em 2003, Garret e diversos colaboradores publicaram dois artigos listando extensas diretrizes para a condução de experimentos em laboratório sobre intenção mental a distância.³¹ Os protocolos que eles recomendam são rigorosos. Até o momento, apenas poucos estudos que não o de Garret conseguiram atingi-los. Mas, como ele diz, é um campo novo. Levará tempo para que os investigadores concordem até mesmo sobre a natureza desse campo, para não mencionar a ciência requerida para estudá-lo. Enquanto isso, o trabalho de Garret está estabelecendo um padrão ouro.

Eu tenho um amigo, Michael Salveson, que já leu muito tanto a respeito da literatura religiosa quanto da científica. Eu admiro seu modo de pensar — e ele me ajuda a permanecer imparcial:

Lisby, você pode não querer lidar com a questão sobre Deus ser real ou não — tudo bem, esse não é o trabalho da ciência —, mas e quanto à questão do motivo por que quase todas as pessoas que parecem eficazes na intenção mental a distância declaram acreditar em *alguma coisa*? Chame de Deus, de Fonte, o que for. O que você pensa disso? É por acaso? Significa alguma coisa? Basta criar um estado interior subjetivo? Você pode reduzir os efeitos da crença espiritual ao poder de capacidades mentais empregadas em práticas baseadas na fé? Você pode mesmo deixar as crenças em si fora disso?

O desafio de Michael era difícil. Mas é real. Pensei sobre as pessoas rezando no estudo Cha-Wirth, nos Worralls e nos mestres do *qigong*. E me impressiona o que todas essas crenças têm em comum. Também me impressiona que aquilo que essas crenças têm em comum pode ser justamente a coisa que facilita a intenção mental a distância.

Tradicionalmente, os praticantes de *qigong* externo não acreditam em Deus, ao menos no que a maioria dos ocidentais considera como Deus. Mas acreditam em *qi*, na energia vital que transcende o indivíduo. O *qi* se estende muito além do que os ocidentais veem como inspiração e expiração comuns, necessárias para manter a vida. No contexto do *qi*, as pessoas vivem e respiram como parte de algo maior — um fluxo, uma totalidade, o Tao ou a unicidade de todas as coisas.

Nesse sentido, acreditar em *qi* pode não ser tão diferente da crença no transcendente e onipresente Deus ocidental. Talvez, quando se trata dos efeitos da intenção mental a distância, essa seja a parte crucial. Das pessoas rezando no estudo Cha-Wirth aos Worralls aos mestres do *qigong*, todas essas pessoas declaram acreditar em algo maior, uma crença que os torna participantes ativos de uma realidade que transcende os limites da identidade pessoal. Talvez esse seja o âmago da questão.

Talvez isso explique por que, por meio da crença seja em Deus, no *qi* ou num padrão mais amplo ou algum abrangente propósito na vida, a crença em alguma coisa espiritual aparece tão regularmente associada à

capacidade de exercer efeitos de intenção mental a distância. No contexto dessas crenças, o distante deixa de ser distante. O separado deixa de ser separado, eu e não eu começam a ser percebidos como profunda e inextricavelmente conectados. Talvez isso abra caminho para uma pessoa afetar outra de modos aparentemente impossíveis. Talvez, nas palavras de Ambrose Worrall, isso abra “uma consciência transbordante... de que tudo é um”.

Michael Faraday, talvez o maior médico experimental do século XIX, foi denunciado como charlatão quando declarou que havia descoberto uma nova fonte de energia movendo um magneto num rolo de fio. Quando lhe disseram que os resultados de sua observação sobre a energia eletromagnética não podiam ser verdadeiros, Faraday comentou: “Nada é maravilhoso demais para ser verdade se estiver de acordo com as leis da natureza.”³²

A questão é: *quais* leis da natureza?

10. Ouvir com Atenção: Sintonia com os Sonhos e a Telepatia

Eu ouvi isso de pesquisadores que trabalhavam com equipamento SPECT, de intuitivos profissionais, de agentes de cura pela fé, de adeptos do *qigong* e de videntes a distância da CIA. Fosse o que fosse que eles ou os sujeitos de suas pesquisas estivessem fazendo — se é que estavam de fato fazendo o que afirmavam fazer —, advinha de um estado mental inusitado, que não se podia acessar inundando o cérebro com informações e esforço, mas sim aquietando-o.

Veze sem conta Hal Puthoff enfatizou que a visão remota opera num “canal barulhento”, perceptível como um conjunto de sinais fracos caracterizados por um índice sinal/ruído notavelmente baixo. O excelente sujeito de seus experimentos, Joe McMoneagle, havia dito mais ou menos a mesma coisa. Os intuitivos profissionais Harold, Deb, Helen, John e Ellen tinham todos falado sobre abandonar a resistência, saindo do próprio caminho, para chegar a esse estado mental. A característica distintiva das imagens do cérebro de pessoas que meditavam ou de freiras profundamente concentradas em suas orações, de Newberg e D’Aquili, era o fato de o cérebro dos sujeitos escurecer nas áreas normalmente iluminadas pelo processamento dos estímulos perceptivos da vida diária.

Talvez os dispositivos SPECT tenham ajudado a explicar alguma coisa sobre a ubiquidade com que as pessoas adeptas de aquietar a mente descrevem as capacidades cognitivas anômalas. Talvez as capacidades anômalas sejam um resultado natural de obter acesso à quietude mental — ou *silentium altium* ou silêncio profundo que Ambrose Worrall descreveu como o estado mental que ele buscava para possibilitar a cura anômala.

Tudo isso apontava para um ponto essencial. Criar condições experimentais que efetivamente “reduzissem o ruído” podia ser o passo que nos possibilitaria a investigação sistemática da cognição anômala. Precisamos de procedimentos experimentais que ajudem as pessoas a minimizar sua atenção aos estímulos sensoriais comuns para que possam perceber outros, normalmente sinais perceptivos fracos, capazes de alimentar a cognição anômala.

A filha de 4 anos da minha amiga talvez tenha entendido isso bem. Ao explicar a história que a mãe lhe contara ao colocá-la para dormir sobre o

motivo por que não se podem ver as estrelas quando o sol está brilhando, ela disse: “Na verdade, a história não é sobre o sol e as estrelas. A história é sobre os olhos das pessoas e quantos olhos as pessoas têm. Elas têm olhos da noite que veem estrelas e olhos do dia que veem o sol. Assim como não pode ser dia quando é noite, os olhos do dia não podem ver estrelas e os olhos da noite não podem ver o sol.”

Se os olhos do dia não podem ver estrelas, não nos deveria surpreender que as estrelas não apareçam quando olhamos com esses olhos. A filha da minha amiga havia descoberto a ideia de que um canal cheio de ruídos abafa sinais perceptivos fracos. O sol, ela sugeriu, correspondia a um canal cheio de ruídos. Ver o brilho das estrelas requer um tipo de visão diferente do que usamos quando nossos olhos estão adaptados para o esplendor da luz do sol. Nós precisamos de protocolos experimentais que nos ajudem a encontrar o equivalente dos olhos da noite.

Na era moderna, Sigmund Freud iniciou uma exploração monumental dos olhos da noite que mudaria para sempre o mundo ocidental. Tudo começou com sonhos. Quando sonhamos, ele afirmou, as coisas que vemos têm significado. Para um mundo ensolarado pelos triunfos da ciência médica do século XIX isso soou como heresia, uma regressão da racionalidade para a dominação do oculto e do perigosamente inefável.

Mas Freud permaneceu firme. Nos sonhos, ele proclamou, as pessoas veem de modo diferente. Elas estão um passo distanciados da ação. Nos sonhos, as pessoas se permitem experiências que não se permitiriam em vigília. Você se permite sentir, pensar e ver coisas que evita durante o dia. Você mata sua esposa, seduz a amante do seu melhor amigo, desposa a sua mãe — então acorda e vê que foi apenas um sonho. Você se vira na cama, beija a mesma esposa e agradece aos céus por ter desposado alguém que nem remotamente lembra a sua mãe.

Faz mais de 100 anos que Freud revolucionou o mundo com essas ideias. Seu clássico *A Interpretação dos Sonhos* foi publicado numa tiragem limitada de 600 exemplares. Demorou mais de oito anos para vendê-los. Quando finalmente chegou o momento de lançar a segunda edição, Freud não tinha ilusões sobre a provável recepção. “Meus colegas psiquiatras”, ele comentou, “não parecem ter-se dado ao trabalho de

superar as suspeitas iniciais que minha nova concepção do sonho produziu neles.”¹

O que mais afrontou os colegas de Freud foi sua afirmação de que os olhos noturnos produziam visões de coisas que não nos permitiríamos ver durante o dia. Pior, disse Freud, é que *é por isso* que sonhamos. Nós *precisamos* de uma instância para termos pensamentos que afugentamos durante a vida desperta. Tendo em vista o que as pessoas costumam sonhar, seus colegas ficaram compreensivelmente horrorizados. Freud estava abrindo possibilidades chocantes sobre o que a mente humana contém. Os pensamentos nos sonhos não eram loucos e aleatórios. Eram compostos de todas as coisas que passávamos nossa vida desperta tentando não saber.

Na Europa na época de Freud, como agora, os impulsos sexuais e agressivos estavam entre as coisas que as pessoas estavam mais determinadas a varrer para debaixo do tapete. Mas os pensamentos se mostravam assim mesmo — e o faziam nos sonhos. Os olhos noturnos os resgatavam da supressão. Desfaça a supressão, Freud disse, e os sintomas debilitantes serão curados. Desfaça a supressão e as pessoas ficarão livres para amar e trabalhar, foi o modo apropriado de Freud descrever o objetivo de sua cura pela palavra. A chave era libertar da supressão de modo que o inconsciente pudesse tornar-se consciente. Os sonhos, disse Freud, são a estrada real para o inconsciente. Conheça os seus sonhos e você conhecerá o seu inconsciente.

Um século mais tarde, os pesquisadores estão descobrindo o quanto Freud estava certo. Daniel M. Wegner, professor de psicologia de Harvard e importante autor da maioria dos novos estudos sobre sonhos, descobriu que os pensamentos que suprimimos durante o dia são os que têm maior probabilidade de aparecer nos nossos sonhos. “Qualquer tipo de pensamento sobre alguma coisa aumenta a probabilidade de que esse surja num sonho”, afirma ele. “Mas tentar suprimir alguma coisa aumenta as chances ainda mais, indicando que os significados do nosso sonho envolvem coisas que tentamos varrer para debaixo do tapete.”²

Freud estava disposto a enfrentar o mundo quando se tratava de atribuir significado inconsciente aos sonhos. Mas ele escolhia suas batalhas. Consigo mesmo, acreditava que os sonhos eram o verdadeiro caminho para mais do que impulsos agressivos e sexuais reprimidos. Considerava-os o caminho também para a capacidade telepática —

comunicação entre duas mentes. Ele chegou a declarar que era um “fato incontestável que o sono cria condições favoráveis para a telepatia”.³ Também afirmou que qualquer estudo sobre a mente humana que excluísse a telepatia onírica estaria incompleto. Mas ele estava enfrentando muitos problemas para obter aceitação para sua teoria geral dos sonhos. Aventurar-se pelos aspectos telepáticos dos sonhos o tornaria, ele tinha certeza, socialmente inaceitável.

Mesmo assim, a teoria dos sonhos de Freud abriu intrigantes possibilidades para a exploração da cognição anômala. Poderiam os sonhos abrigar não apenas impulsos agressivos e sexuais reprimidos, mas conteúdo anômalo reprimido também? Poderia a capacidade de cognição anômala ser constantemente mascarada na vida em vigília porque subverte as normas culturais aceitas e a atividade mental consciente do mesmo modo que o sexo e a agressividade? Por fim, será que permitir o acesso da capacidade anômala à consciência se mostraria liberadora para a psique humana da mesma maneira que reconhecer os impulsos sexuais e agressivos proibidos?

Passaram-se 50 anos até outro psicanalista apanhar a tocha. Ao longo desse intervalo, poucos analistas publicaram relatos clínicos de sonhos telepáticos, deles ou (mais comum) de seus pacientes. Mas, em 1961, o dr. Montague Ullman, proeminente analista do Maimonides Medical Center, em Nova York, fez o estudo sobre sonho telepático dar um imenso passo à frente. Ele decidiu dedicar-se ao novo e excitante mundo do laboratório do sono com a ideia de Freud de que o sono produz “condições favoráveis à telepatia”.

Havia chegado a hora. Em 1953, Eugene Aserinsky, um jovem fisiologista que fazia doutorado na Universidade de Chicago, observou que, quando a atividade elétrica do cérebro era continuamente registrada durante o sono, ocorriam certos períodos caracterizados por movimentos rápidos dos olhos. Observou também que, quando despertavam os sujeitos dos experimentos durante esses períodos, em geral eles relatavam os sonhos. Aserinsky estava na época trabalhando com seu mentor e orientador do doutorado, Nathaniel Kleitman, respeitado como autoridade nos assuntos relacionados ao sono. Em setembro de 1953, os dois homens

publicaram um artigo inovador em *Science*. Pela primeira vez eles associaram o sonho com um estado fisiológico chamado de movimento rápido dos olhos — MRO (REM — *Rapid Eye Movement*). A partir daí, as pesquisas sobre sonhos deslancharam. De repente era possível, monitorizando-se os movimentos de sujeitos adormecidos por meio de eletroencefalógrafo (EEG), equipamento padrão usado para monitorizar as ondas cerebrais, determinar exatamente quando eles estavam sonhando. Os pesquisadores agora podiam despertar os sujeitos no meio de um sonho, durante o sono REM, quando em geral eles podiam lembrar-se e narrar o que haviam acabado de sonhar. Isso fez toda a diferença para a pesquisa do sonho, uma vez que, embora praticamente todos sonhem no mínimo quatro vezes por noite, a vasta maioria esquece os sonhos pela manhã. Agora era possível recuperá-los.

Munido com as descobertas sobre o sono REM, Montague Ullman resolveu adaptar um dos primeiros laboratórios do sono de Nova York para investigar a telepatia onírica. Ullman havia começado como médico psicanalista que tinha por base o treinamento freudiano padrão acerca dos sonhos e do inconsciente, bem como as contribuições de pessoas como Karen Horney e Erich Fromm. Tomava igualmente por base a premissa de que normalmente o conteúdo mental inconsciente se torna perceptível nos sonhos porque o sono reduz a atividade da vida em vigília. Ullman considerou a hipótese de que o ruído da vida desperta cotidiana também mascarava sinais potencialmente anômalos que os olhos noturnos e o sonhar podiam tornar visíveis.

Ullman estabeleceu em Maimonides a mais completa e extensa pesquisa sobre sonhos telepáticos já conduzida. Ele começou investigando uma questão simples: poderia alguém funcionando como “emissor” comunicar telepaticamente a um “receptor” adormecido algo capaz de influenciar o conteúdo do sonho desse receptor? Ullman assegurou uma verba para que o psicólogo dr. Stanley Krippner chefiasse o laboratório de sonhos para procurar a resposta para essa pergunta.

As sessões experimentais dos estudos Maimonides começaram à noite. Os sujeitos chegavam pouco antes do início dos seus ciclos normais de sono noturno. Cada um era acomodado numa cama confortável numa sala isolada e conectado a um EEG. (O interessante é que, por mais que o EEG e suas aplicações sejam padrão nos dias de hoje, esse equipamento foi inventado em 1929 por um psiquiatra alemão, Hans Berger, com o

propósito de estudar a relação entre ondas cerebrais e telepatia.)

Uma vez deitado e conectado ao EEG, o sujeito dos estudos Maimonides pegava no sono. Sua atividade cerebral era registrada regularmente. Quando o EEG indicava o fim de um episódio REM, o sujeito era despertado e convidado a descrever o que acabara de sonhar. Seu relato era cuidadosamente transcrito. Enquanto isso, numa outra sala da área do laboratório, alguém atuando como “emissor” era avisado por meio de uma campainha de que o sujeito, ou “receptor”, acabara de entrar em sono REM. Quando a campainha parava de soar, o emissor tentava transmitir mentalmente para o sujeito uma imagem visual selecionada aleatoriamente de um vasto grupo de imagens. Essa imagem era designada de “alvo”. Cada tentativa de transmissão de um emissor para um receptor adormecido representava uma única tentativa experimental.

Três avaliadores independentes, cegos ao estudo (isto é, desconhecedores de quais imagens-alvo correspondiam aos registros feitos dos sonhos da noite daquele experimento), eram então incumbidos de ler cada transcrição literal do sonho e examinar o grupo original de figuras do qual um certo alvo do experimento fora escolhido aleatoriamente. Então eles apanhavam a figura que mais correspondesse à imagem do sonho transcrito para o experimento. Ao longo de seis anos de estudos e 450 experimentos separados, os avaliadores puderam escolher o alvo correto com probabilidades gerais que eram inferiores a 1 em 75 milhões.⁴

Esses resultados causaram uma grande reação no mundo da pesquisa do sono. Inevitavelmente houve muito ceticismo. Os dados desafiavam suposições demais sobre sonhos, para não mencionar os limites aceitos da comunicação humana. A metodologia foi rigorosamente revista em detalhes por Irvin Child, professor de psicologia experimental da Yale University. O dr. Child publicou um relatório na *American Psychologist*, principal publicação da American Psychological Association, declarando que a metodologia era idônea. Na mente de muitos, a pesquisa era simplesmente boa demais para ser ignorada. Ninguém menos que Gardner Murphy, ex-presidente da American Psychological Association, louvou sua importância e ajudou a levantar verbas para pesquisas posteriores. Na introdução do livro de Ullman, escrito em parceria com Stanley Krippner e Alan Vaughan, Murphy afirmou:

Este volume dá um passo gigantesco rumo ao desconhecido... com

uma ampla, clara, específica e altamente desafiadora abordagem da telepatia do sonho... Mais de 100 estudos publicados mostraram os resultados reais de um método experimental estrito, em que sonhos normais e genuínos de seres humanos comuns são estudados com toda a atenção às técnicas rigorosas da eletrofisiologia... Muito... se fez para mostrar que num espaço de alguns anos, com mais de 100 sujeitos, existe uma relação significativa entre o que é “enviado” e o que é “recebido”... É difícil imaginar hoje um estudo mais importante... É provável que a telepatia onírica, que trata dos esforços individuais para estabelecer contato com uma realidade distante e com a natureza social dos poderes inconscientes do homem, esteja entre as centelhas que darão vida à ciência no próximo século.⁵

À medida que os dados de Maimonides se acumulavam, Ullman se convencia cada vez mais que não só a telepatia onírica existia, mas que a ciência e a psicanálise haviam subestimado drasticamente sua utilidade funcional e evolutiva. Ele sugeriu que, quando as pessoas se desligam dos processos mentais associados à vida desperta, uma capacidade vital de transferir informações de uma pessoa para outra ficava livre para se expressar em sonhos. Essa capacidade, ele afirmou, refletia uma coesão social poderosa, indicando como a vida de cada indivíduo se entrelaçava com a de outros da comunidade. As pessoas podiam, portanto, usar essa capacidade para guiar suas ações a fim de promover a sobrevivência da espécie, quer tivessem consciência dos seus sonhos ou não. Entretanto, quanto mais sintonizados estivessem com o conhecimento transmitido em seus sonhos, mais poderiam usá-lo ao tomar decisões conscientemente.

As propostas de Ullman eram radicais, mas ele colocou sua reputação e seu considerável poder de persuasão a serviço delas. Em 1976, pediu exoneração do seu cargo de diretor de psiquiatria do Maimonides Medical Center para dedicar-se em tempo integral ao desenvolvimento de uma metodologia de trabalho em grupo nos experimentos com sonhos que permitisse o controle pelo público em geral. (Na época em que este livro foi escrito Ullman era professor clínico emérito, do departamento de psiquiatria, da Faculdade de Medicina Albert Einstein — Yeshiva University, e autor e coautor de diversos livros sobre sonhos, incluindo um sobre a pesquisa de sonhos.) Ullman prosseguiu até ver suas ideias sobre o trabalho em grupo nos experimentos com sonhos bem recebidas no mundo

todo. A partir de 1974, Ullman passou a ensinar essas técnicas na Suécia. Nesses grupos, fundados em parte pelo governo, as pessoas se encontram para discutir seus sonhos, explorando a proposta de Ullman de que os sonhos têm uma função coletiva da qual as pessoas podem beneficiar-se quando os examinam num ambiente seguro e estimulante.

No final dos anos 1970, a verba para o laboratório de sonho de Maimonides acabou. Mas o trabalho estava registrado como o principal episódio novo no estudo da cognição anômala. E o laboratório de sonhos de Maimonides produziu algo mais — a carreira de um jovem chamado Charles Honorton. Honorton estivera interessado em conhecimento extraordinário desde a adolescência, quando passou a se corresponder com J. B. Rhine e até viajou até o laboratório dele na Duke University para observar o trabalho. No princípio, Ullman o contratou para trabalhar com ele e com seu colaborador Stanley Krippner nos estudos sobre o sonho. Honorton acabou se tornando um dos principais investigadores da cognição anômala, ajudando a catapultar essa pesquisa para o diálogo na corrente dominante da ciência. Por fim ele ganhou o título de diretor da Divisão de Parapsicologia e Psicofísica em Maimonides. Em 1979, fundou os Psychophysical Research Laboratories em Princeton, que permaneceu ativo até 1989 e se especializou em pesquisa de visão remota. Logo depois que o laboratório fechou, perguntei a respeito de Honorton a Susan Fassberg, ex-assistente de pesquisa e participante do estudo em Maimonides.

Você está curiosa sobre Chuck Honorton? Aquele homem era realmente uma coisa — *dedicado*. Nós o chamávamos de “a toupeira”. Ele vivia à noite porque era quando realizávamos todos os experimentos. Às vezes eu me perguntava se ele alguma vez tinha visto a luz do dia. Era fascinado pela ideia de que as pessoas conheciam coisas esquisitas, inexplicáveis que sequer sabiam que conheciam. Ele assumiu a tarefa de trazer à tona o que quer que as pessoas soubessem, para que pudéssemos examinar o que elas de fato sabiam. Não me surpreendeu que ele se tivesse tornado tão importante na pesquisa da telepatia. Ele era esperto e totalmente comprometido.

Trabalhar em Maimonides deu a Honorton mais do que a habilidade de realizar experimentos. Também fertilizou suas raízes investigativas num

solo conceituai invulgar. E o fez pensar num modo de projetar condições experimentais que reduzisse os ruídos cotidianos da vida para que a capacidade mental anômala pudesse se tornar experimentalmente observável. Isso se revelou uma excelente ideia.

Dois investigadores de laboratórios independentes em diferentes partes do mundo tiveram a mesma ideia mais ou menos ao mesmo tempo que Honorton. Um foi William Braud, da Universidade de Houston, que foi o autor do artigo sobre “estados psicodutivos” que primeiro atraiu a atenção do exército para Joe McMoneagle. O outro foi Adrian Parker, doutor em psicologia da Universidade de Edimburgo, onde, para considerável constrangimento desse altamente respeitável estabelecimento, uma cátedra de parapsicologia lhe fora generosamente concedida. Honorton, Braud e Parker especulavam que a cognição anômala podia ser mais bem caracterizada como um conjunto de sinais perceptivos fracos que normalmente não eram notados, uma vez que eram abafados pelos barulhos da vida diária. Com base nisso, cada um argumentou que a chave para estudar esses sinais seria um aparelho que os amplificasse, para que pudessem ser ouvidos por sobre o ruído ambiental contínuo. Depois de combinar as literaturas perceptivas e psicológicas, todos os três se concentraram numa técnica que fora desenvolvida durante os anos 1930. Essa técnica foi chamada *ganzfeld*, que significa “campo total” (em alemão, *ganz* significa “total” *efeld*, campo).

Ganzfeld tinha sido alvo de uma série de críticas no controvertido relatório NRC que discuti no Capítulo 7 e eu me lembrei de que Honorton fora um dos pesquisadores que tinham escrito um artigo em resposta. Resolvi examinar mais detidamente a história da pesquisa *ganzfeld*.

A ideia por trás da técnica *ganzfeld* era privar os sujeitos o máximo possível de estímulos sensoriais externos. Os pesquisadores induziam o estado *ganzfeld* colocando metades de bolas de pingue-pongue translúcidas nos olhos e fones nos ouvidos do sujeito. Uma luz vermelha forte é direcionada para os olhos dele, produzindo um campo visual indiferenciado. Pelos fones de ouvido o sujeito ouvia ruído branco, que criava um campo auditivo indistinto. Normalmente, no início de cada experimento *ganzfeld*, cada sujeito era submetido a uma série de exercícios progressivos de relaxamento, para ajudar a calar as sensações do corpo e a tagarelice mental. O objetivo do estado *ganzfeld* era criar um

campo sensorial imutável. Na ausência de novos estímulos, o sistema nervoso gradualmente passava a responder a percepções fracas, que mal se notavam e que eram normalmente abafadas pelo estímulo constante de ambientes perceptivos em permanente mudança.

Com meses de intervalo uns dos outros, Braud, Honorton e Parker desenvolveram experimentos *ganzfeld* para examinar a telepatia. Assim como nos experimentos do Maimonides, eram necessárias duas mentes para cada experimento: um emissor e um receptor. O receptor era colocado em estado *ganzfeld*, enquanto o emissor era levado para uma sala à prova de som e instruído a passar 30 minutos se concentrando no alvo, uma foto ou sequência de filme que fora escolhida aleatoriamente de um leque de opções. O emissor devia concentrar-se em “enviar” mentalmente o alvo para o receptor. Enquanto isso, o receptor era instruído a passar 30 minutos simplesmente pensando em voz alta, descrevendo quaisquer que fossem as imagens ou pensamentos que lhe viessem à cabeça.

Quando a sessão terminava, o receptor examinava diversas fotos ou videoclipes, dentre os quais se encontrava a imagem-alvo em que o emissor se concentrara. Pedia-se então ao receptor que fizesse uma lista das imagens em ordem decrescente de correspondência com as imagens ou pensamentos que experimentou durante os 30 minutos do período *ganzfeld*. Se ele indicasse no topo da lista o alvo verdadeiro, a sessão era classificada como um “acerto”. Se o alvo verdadeiro aparecesse em qualquer outro ponto da lista, a sessão era considerada como “erro”. Como os conjuntos de avaliação em geral apresentavam quatro alternativas (o alvo e três opções erradas), o índice de acerto por acaso esperado era de um em 4, ou 25%.⁶

As correspondências entre os alvos e as impressões dos receptores eram às vezes absolutamente notáveis. Por exemplo, um possível alvo num dos experimentos de Honorton era o quadro *Cristo Crucificado*, de Salvador Dali. O grupo de alvos alternativos oferecia imagens fortemente contrastantes, incluindo a de uma ponte suspensa em ruína extraída de uma publicação sobre cinema dos anos 1940 e a de cavalos correndo por um campo. Durante uma sessão em que o *Cristo Crucificado* fora aleatoriamente escolhido como alvo verdadeiro, o receptor relatou a seguinte sequência de imagens:

...pensei em guias, como guias espirituais, conduzindo-me e eu entrei

numa espécie de corte com um rei. É como se fosse... como se fosse o paraíso. O rei é alguma coisa como Jesus. Mulher. Agora estou meio que dando cambalhotas pelo paraíso... Meditando... Astecas, o Deus-Sol... Sumo sacerdote... Medo... Túmulos. Mulher. Oração... Funeral... Escuro. Morte... Almas... Dez Mandamentos. Moisés...⁷

Essa descrição era espantosamente semelhante às imagens de Dali.

O protocolo *ganzfeld* apresentava várias grandes vantagens experimentais. Primeiro, os experimentos eram fáceis de preparar. Também eram baratos, principalmente em comparação com os laboratórios do sono. Depois, utilizavam um procedimento investigativo solidamente baseado em estudos sobre percepção da ciência convencional. Por último, eram facilmente replicados, o que não era uma vantagem pequena na árdua tarefa de estudar a cognição anômala.

Mas o que realmente se destacava nos experimentos *ganzfeld* era seu projeto. Eles conseguiram algo sem precedentes na história da pesquisa sobre cognição anômala: produziram um protocolo experimental passo a passo, projetado para dar aos sujeitos o equivalente aos olhos da noite.

Em 1982, dez diferentes experimentadores de laboratórios do mundo inteiro haviam publicado os resultados de 42 experimentos *ganzfeld* sobre telepatia separados. Desses, 28 apresentaram os Índices de sucesso; outros 14 simplesmente descreveram os resultados como positivos ou negativos. Honorton resolveu que era hora de conduzir uma avaliação geral dos resultados. Elaborou um trabalho que se tornou referência — e o apresentou perante a Parapsychological Association —, em que revia cada estudo, concluindo que eles forneciam provas confiáveis de telepatia.⁸ Sua complexa análise dos 28 estudos que relataram índices de sucesso mostrou que 23 tiveram índices de sucesso maiores do que as probabilidades permitiam prever, numa média de 35%. Não é uma margem pequena de sucesso. Nas apostas feitas nos cassinos, levaria alguém a ficar muito rico, muito depressa. Calcula-se que as probabilidades de isso se dever ao acaso sejam de assombrosos 10 bilhões para um.

Mas, além disso, os dados dos experimentos eram em si mesmos ricos e interessantes. Os relatos das imagens feitos pelos sujeitos eram altamente detalhados, vividamente descritos e, como descobri, atrativos para o leitor

— muito mais atrativos do que as infundáveis tabulações produzidas pelos

experimentos de leitura de carta. Também não pude deixar de imaginar que seriam ainda mais atrativos para os sujeitos que os produziram.

Talvez tenha sido por isso que os experimentos *ganzfeld* se mostraram tão bem-sucedidos. Eu me lembrei de uma mulher chamada Eileen Garrett, sumidade em telepatia e em clarividência de Nova York, nos anos 1930. Muitos a consideravam uma das melhores médiuns que o mundo já vira. Em 1934, J. B. Rhine a testara em seus experimentos de leitura de carta. No princípio ela não mostrou qualquer aptidão. Ficou atônita e determinada em descobrir o motivo. Sua conclusão foi simples: ela ficava entediada. Sem um senso subjetivo e vivido de envolvimento pessoal — o que ela expressou como “uma emanção ativa registrando-se entre duas pessoas ou entre um indivíduo e um objeto” —, Eileen Garrett não podia fazer nada que fosse anômalo. Somente quando envolveu seu trabalho com conexão pessoal

— “as chaves emocionais que achei necessárias para destrancar a porta da minha sensibilidade” — ela conseguiu produzir resultados positivos.⁹

Ali estava outra sugestão de que a conexão é importante. Talvez seja simples assim. Junto com a redução do ruído, talvez um significativo senso de conexão com o objeto da cognição seja um fator crucial para tornar perceptíveis os sinais anômalos. Talvez até seja imprescindível para que esses possam emergir.

Quando revi a volumosa literatura *ganzfeld*, um último ingrediente me deixou intrigada. Havia um elenco, um grupo de personagens. Os mesmos nomes apareciam sempre, às vezes como investigadores principais, às vezes como críticos dos experimentos de outros, às vezes rebatendo a primeira rodada de críticas.

E esse, percebi, era o ponto. Essa saraivada de palavras intensa e infundável anunciava algo realmente novo na história da pesquisa sobre cognição anômala. Ela representava mais uma ação bem-sucedida do trabalho *ganzfeld*. Pela primeira vez, os estudos estavam sendo feitos a partir de outros. As pessoas estavam conversando, tanto os proponentes quanto os céticos. Elas estavam levando em conta o que as outras haviam colocado sobre a mesa, muitas vezes pessoas com crenças totalmente opostas. Não era de surpreender que fosse tão interessante. Isso, finalmente, estava começando a se parecer com ciência.

Só que nem todos pensavam assim. Como descobri na minha investigação no National Research Council e nos relatórios do American

Institutes of Research, a crítica dos estudos *ganzfeld* estiveram no centro de um drama que durou 20 anos e que eclodiu nos saguões da academia, nas salas de audiência do Senado, na National Academy of Sciences e em cada página dos debates acadêmicos. Sua intensidade foi exacerbada pela reconhecida excelência dos estudos e a conseqüente força das reações que provocaram, tanto por parte daqueles que consideraram os resultados críveis quanto por parte dos que tinham posição contrária.

A controvérsia começou com relativa tranquilidade, com a resposta do professor Ray Hyman ao trabalho de Honorton de 1982, que resumia todos os estudos *ganzfeld* conduzidos até aquele momento.

Hyman, psicólogo cognitivo da Universidade do Oregon, era cético havia muito tempo quando surgiu o assunto da cognição supostamente anômala. Ele era um dos personagens principais que eu estava começando a reconhecer. Quando a tempestade desabou sobre o relatório acerca de parapsicologia do National Research Council, Hyman ficou bem no meio dela, na qualidade de um dos principais avaliadores da pesquisa psi — ele também já participara do quadro de especialistas para o relatório CIA/AIR.

Hyman não teve papas na língua a respeito do fato de que a cognição anômala era, a seu ver, uma total impossibilidade. Mas ele era tão dedicado à ciência quanto ao ceticismo. Assim, em vez de simplesmente discordar de Honorton, Hyman resolveu analisar independentemente todos os mesmos dados. Ele conversou com Honorton. Os dois chegaram a um consenso — o primeiro de muitos, como se verificaria depois, um consenso tremendamente importante. Eles concordaram que o banco de dados *ganzfeld* era ideal para um processo estatístico chamado meta-análise. Hyman e Honorton pactuaram que cada um conduziria separadamente uma meta-análise de todos os dados *ganzfeld* já publicados e comparariam os resultados.¹⁰

A meta-análise combina dados de estudos diferentes mas metodologicamente similares a fim de obter maior certeza sobre as tendências observadas. Quando as tendências são sutis ou só aparecem marginalmente (isto é, apenas de vez em quando em qualquer indivíduo ou população), qualquer coisa que aumente o grau de certeza faz toda a diferença. A meta-análise ajuda a distinguir o que é aleatório e o que não é. Quando a mesma tendência surge num conjunto mais amplo de ocorrências nos dados, é mais provável que não se trate de um evento

aleatório.

O acordo de Hyman e Honorton de usar a meta-análise foi uma decisão muito importante para mais do que apenas o trabalho *ganzfeld*. A partir dele, a meta-análise seria reconhecida como uma técnica legítima para a pesquisa da cognição anômala.

Em 1986, Honorton e Hyman combinaram suas respectivas meta-análises no *Journal of Parapsychology*, num artigo chamado “A Joint Communiqué: The Psi Ganzfeld Controversy”.¹¹ Apesar das diferenças no modo como cada um abordou os dados e acrescentou estatísticas, ambos apresentaram uma única e compartilhada conclusão: os padrões de correspondência entre as imagens dos receptores e as supostamente enviadas pelos emissores não pareciam aleatórios e não podiam ser explicados como defeitos metodológicos dos estudos. Eles requeriam mais explicações. O que era de se prever, os dois homens discordaram quanto à interpretação — era telepatia ou não? Mas, numa articulação exemplar de colaboração científica, ambos concluíram juntos:

Nós concordamos que existe um efeito geral significativo nessa base de dados que não pode ser racionalmente explicada por relatório seletivo ou análise múltipla. Continuamos diferindo em relação ao grau em que o efeito constitui prova de *psi*, mas concordamos que o veredito final deve aguardar o resultado de experimentos futuros conduzidos por um grupo maior de investigadores e regidos por padrões mais severos.

A partir daí, Honorton e Hyman passaram a dar a contribuição mais poderosa do comunicado conjunto, definindo diretrizes detalhadas para futuros experimentos. Os “padrões mais severos” que mencionaram incluíam precauções rigorosas contra vazamento sensorial e possibilidade de fraude, documentação extensiva de cada escolha na seleção de alvos, equipamentos, sujeitos e procedimentos e, por fim, enumeração antecipada de todos os testes estatísticos escolhidos para avaliar o sucesso.¹²

O comunicado Honorton-Hyman de 1986 permanece como um documento ímpar. Ele definiu uma fórmula extremamente precisa por meio da qual um cético convicto e um crente igualmente convicto puderam concordar que fora realizado um teste legítimo de cognição anômala.

Inúmeros investigadores prontamente produziram novos experimentos aderindo às diretrizes do comunicado. Alguns eram estudos *ganzfeld* — experimentos que satisfaziam aos padrões do comunicado conjunto por terem controles feitos por computador em vez de controles humanos. Os experimentos *autoganzfeld* confirmaram os resultados dos estudos iniciais, menos automatizados, e obtiveram o mesmo índice geral de sucesso em torno de 35%. Honorton estava entre os primeiros a realizá-los e a publicar seus resultados. Hyman imediatamente respondeu com um argumento simples e dramático. Primeiro ele concordou que os novos experimentos produzidos pelo Honorton's Psychophysical Research Laboratory de Princeton havia de fato atingido os “padrões mais severos” do comunicado conjunto. A partir daí, ele concluiu, “os experimentos Honorton produziram resultados intrigantes. Se os laboratórios independentes puderem produzir resultados similares com as mesmas interconexões e com a mesma atenção à metodologia rigorosa, então a parapsicologia pode mesmo ter finalmente capturado sua esquiva presa”.¹³

Partindo do ainda convictamente cético Hyman, essa afirmação não representava uma pequena concessão.

Ao longo dos anos seguintes, mais replicações foram realizadas em diversos laboratórios independentes, com um índice geral de sucesso de 33,2%.¹⁴ Um padrão-ouro para os estudos subsequentes sobre cognição anômala foi aos poucos sendo estabelecido.

À medida que os métodos *ganzfeld* se sofisticaram, os investigadores se tornaram mais ousados. Talvez o mais interessante é que os estudos anteriores haviam intermitentemente sugerido que pessoas dotadas de talentos artísticos podiam ter uma pequena vantagem em cognição aparentemente anômala. Diversos estudos *autoganzfeld* começaram a testar essa hipótese.

Marilyn Schlitz era uma pesquisadora que estudava parapsicologia desde o início dos anos 1980. Como antiga cientista visitante do Psychophysical Research Laboratories de Princeton, pesquisadora associada e diretora de projeto da Mind Science Foundation, Schlitz estava especialmente interessada pela relação entre cognição anômala e criatividade. Era, como ela mesma expressou, uma cientista insignificante

mas pretenciosa pronta para tentar qualquer coisa em nome da ciência. Ela estava intrigada com o trabalho *ganzfeld* de Honorton e resolveu projetar um experimento com alunos da Juilliard School, de Nova York, conservatório de música e artes cênicas de renome internacional. Assim, procurou Honorton para se tornar sua colaboradora.

Os dois se lançaram num experimento conjunto em 1992. Recrutaram 20 alunos da Juilliard para atuar como receptores num projeto *ganzfeld* típico. Um emissor, acomodado numa sala separada, contemplava uma foto ou assistia a um videoclipe e tentava mentalmente incentivar o receptor a descrever as imagens que estava vendo. O receptor descrevia em voz alta quaisquer imagens que lhe viessem à cabeça. Avaliadores independentes interpretavam os resultados. Schlitz e Honorton publicaram seus resultados no *Journal of the American Society for Psychical Research*. No geral, os alunos da Juilliard produziram uma espantosa média de 50% do índice de acerto, o dobro do índice esperado como resultado do acaso e um dos mais altos já relatados num único estudo *ganzfeld*.¹⁵ Ainda mais impressionante, os oito alunos que eram músicos, diferentemente dos outros, que estudavam dança ou teatro, obtiveram um índice de acerto de 75%. Mesmo numa população pequena de oito indivíduos, isso revelava níveis de significância estatística de menos de 0,0042, significando que as probabilidades que tenham sido fruto do acaso eram inferiores a 42 em 10.000.

Foi um estudo pequeno e Honorton e Schlitz foram os primeiros a dizer que era meramente sugestivo, nada mais que isso. Mas as perguntas espocaram. Os alunos da Juilliard já eram uma população excepcional. Seria possível que habilidades aparentemente anômalas excepcionais tivessem correlação com quaisquer outras habilidades excepcionais? Seria possível que a cognição anômala fosse particularmente acessível a artistas? Aqueles que tivessem uma imaginação incomumente criativa? Os alunos da Juilliard não eram apenas criativos, eram também extraordinariamente disciplina dos e concentrados em seu treinamento técnico. Seria essa capacidade de disciplina e concentração parte do seu impressionante índice de acerto? E quanto aos músicos? Ter ouvido musical estaria associado a ter ouvido para o aparentemente anômalo?

Quando examinei os resultados da Juilliard, perguntas ainda mais instigantes me assaltaram. E quanto à relação peculiar que aqueles artistas tinham com o que chamamos de inconsciente? Há muito se credita às

peças dotadas de talento artístico um acesso inusitado a imagens inconscientes, junto com uma igualmente inusitada liberdade de romper as barreiras que impedem essas imagens de entrar no consciente cotidiano. Seria possível que um talento para a cognição aparentemente anômala, tal como a capacidade de receber de um emissor de imagens vividas, inesperadas, oníricas, fosse um dos resultados disso? Seria possível que o caminho entre o inconsciente e os sonhos tivesse paralelo num outro que ligasse o inconsciente à cognição anômala? Seria por isso que algo como os olhos da noite — o tipo de olhos que, talvez, os artistas se empenham para desenvolver durante a vida desperta — se revelasse crucial para o conhecimento extraordinário? Seria por isso que se achava que a cognição anômala mantivesse com o pensamento consciente a mesma relação efêmera, não convencional e imprevisível que o sonho?

Infelizmente, Honorton morreu de ataque cardíaco em 1992, pouco depois do trabalho com Schlitz. Tinha apenas 46 anos. Mas, nesse meio-tempo, Schlitz ingressou no grupo de personagens *ganzfeld*. E, juntos, os dois haviam aberto um novo e intrigante terreno de pesquisas para a próxima geração.

O capítulo seguinte da história *ganzfeld* se consolidou em torno de Daryl Bem, professor de psicologia social de Cornell. Bem era outro nome familiar do grupo de personagens que eu estava passando a conhecer muito bem. Eu o reconheci como coautor, ao lado de Charles Honorton, do artigo publicado em 1994 no *Psychological Bulletin*, que descreveu de modo mais completo as origens de toda a controvérsia suscitada pelo relatório sobre parapsicologia do National Research Council que discuti no Capítulo 7.

Mas o meu interesse tinha também um caráter pessoal. Fizera um curso com Bem na época do doutorado em Stanford. Lembrava-me dele mais do que de qualquer outro professor da faculdade. Ele se mostrara brilhante, dono de uma mente rutilante e de um talento notável para estimular curiosidade nos alunos.

Eu me perguntei de que modo esse professor de psicologia social foi parar na área de pesquisa sobre habilidades mentais anômalas. Ele fizera um curso de física de nível médio e cursara engenharia no MIT antes de

mudar para psicologia. Descobri que, para pagar os estudos, Bem trabalhara primeiro como mágico, depois como “médium do setor de entretenimento” — ingressando na Psychic Entertainers Association (outra organização de que eu jamais ouvira falar antes da minha jornada iniciada com o retorno da harpa). Ele desenvolveu uma acuidade especial para farejar todos os truques empregados pelos colegas, coisas como vendas nos olhos que não impediam de fato a visão e outros recursos do tipo, principalmente aqueles que se enquadravam na categoria chamada vazamento sensorial, que envolvia sugestões de adivinhação, quase sempre inconscientes, decorrentes de simplesmente olhar, tocar e ouvir. Bem se tornou um especialista. Nesse processo, aperfeiçoou um conjunto raro de habilidades, incluindo a de detectar erros de projeto, método ou procedimento em estudos que investigavam capacidades mentais supostamente anômalas. Ele sabia tudo sobre logros psíquicos e abuso da boa-fé, que constituem a ruína das experiências sobre cognição anômala. Em consequência, suas primeiras incursões pelos estudos da cognição anômala foram feitas na qualidade de funcionário contratado. Quando Charles Honorton precisou de alguém para verificar seus experimentos *ganzfeld* para detectar eventuais problemas de vazamento sensorial, integrou Bem à equipe como o cético profissional ideal. Se alguém podia notar falhas que outros acadêmicos deixariam passar, esse alguém era ele.

Depois que começou a avaliar rigorosamente esse tipo de estudo, Bem ficou obcecado. Vazamento sensorial não podia explicar os resultados que estava vendo. Ele não tinha como desmascarar as experiências que fora contratado para desmascarar. Então decidiu colocar seu grande gênio experimental em ação para investigar a cognição anômala.

O artigo de Bem e Honorton publicado no *Psychological Bulletin* resumia as meta-análises de 29 estudos *ganzfeld* de dez laboratórios diferentes, levando a uma estrepitosa conclusão: havia provas sólidas, replicáveis, da transferência aparentemente anômala de informações entre as pessoas.¹⁶

O *Psychological Bulletin* era uma importante publicação cujos artigos eram lidos por cientistas do mundo inteiro. Durante cinco anos, o trabalho Bem-Honorton não foi criticado em sua essência. Então, em 1999, Richard Wiseman, da Universidade de Hertfordshire, Inglaterra, reuniu os resultados de 30 novos estudos *ganzfeld* e publicou uma meta-análise em parceria com Julie Milton, da Universidade de Edimburgo, no

Psychological Bulletin. Suas conclusões causaram tanto estardalhaço quanto as de Bem e Honorton, mas na direção oposta. Os autores declararam que a técnica *ganzfeld* “não oferece no momento um método replicável para a produção de PES em laboratório”.¹⁷

Outra escaramuça na batalha *ganzfeld* havia começado, com uma meta-análise atrás da outra, supostas replicações seguidas de não replicações. O *Psychological Bulletin* publicou tudo.¹⁸

Na época, Bem estava desconcertado. (Quem poderia culpá-lo? Eu também fiquei.) Por que tantas discrepâncias? Bem elaborou uma resposta num trabalho de 2001 em coautoria com John Palmer e Richard Broughton, que havia muito investigavam a cognição anômala. O artigo tinha o título provocativo de “Updating the Ganzfeld Database: A Victim of Its Own Suc-

Como afirmaram os autores, o tiro do procedimento *ganzfeld* havia saído pela culatra, pois se revelara tão bem-sucedido em numerosas replicações padrão que os estudiosos estavam começando a tomar todo o tipo de liberdade com os procedimentos básicos, no esforço de aprender mais sobre o que poderia explicar o efeito demonstrado. Não era de admirar que os estudos decorrentes produzissem conclusões tão incongruentes: já não eram mais replicações verdadeiras. Por outro lado, os autores sugeriram, isso podia na realidade significar a ampla aceitação do método. Em vez de continuar com as replicações, os pesquisadores estavam aventurando-se em território desconhecido.

Acompanhar a pesquisa *ganzfeld* fez eu me sentir como me sinto ao acompanhar um jogo de tênis — grandes voleios, muito o que admirar, muito o que aprender. Intelectualmente, foi a mais satisfatória incursão pela exploração da cognição anômala que já deparei. Mas cheguei a um momento em que já tivera o suficiente. Estava cansada de que minha boa disposição em relação àquelas pesquisas implicasse meu afastamento da ação.

Na verdade, era pior do que ser favorável a um dos lados no tênis. Com o tênis, ao menos eu não tinha problema em acreditar que o lado a que eu era favorável seria capaz de fazer o que prometia. No caso do *ganzfeld* era diferente. Fiquei surpresa ao me ver sinceramente do lado dos

céticos. Por melhores que fossem as provas do experimento, o fenômeno subjacente de uma pessoa receber uma imagem transmitida por outra que estava numa sala trancada contradizia tudo o que eu sabia e em que acreditava. A coisa não fazia sentido.

E, embora intrigantes, os experimentos *ganzfeld* não me despertavam a curiosidade implacável que me fizera perder o sono depois que Harold me disse onde encontrar a harpa. Ou que me perturbara quando Deb disse que não podia ver uma das candidatas a um emprego que entrevistei descruzar as mãos. Eu sentia falta de alguma experiência pessoal que me tirasse da dúvida e me desse um senso subjetivo de haver algo potencialmente real e significativo na capacidade que se supunha que aqueles sujeitos *ganzfeld* estavam demonstrando.

Eu me lembrei de uma observação de um mentor meu, anos antes. Harold Sampson era diretor de pesquisa no departamento de psiquiatria do Mt. Zion Hospital, em San Francisco. Na época eu fazia pós-doutorado. Harold era muito querido, principalmente por seu modo lacônico de cortar discussões improdutivas. Certa manhã, quando chegamos a um impasse num debate sobre a credibilidade de uma pesquisa, ele tossiu de modo desaprovador — seu jeito habitual de indicar que iria dizer algo que precisávamos ouvir. Todos nos viramos para ele. “Dizemos que só acreditamos numa coisa quando a vemos. Mas talvez o que fazemos na realidade seja ver uma coisa quando acreditamos nela.”

Com os experimentos *ganzfeld*, eu não tinha onde ancorar a crença, enquanto as dúvidas pareciam inteiramente reais e pessoais. Eu queria ver se o estado *ganzfeld* de fato reduzia o ruído e se me daria condições de saber algo que normalmente eu não saberia. Queria testar as minhas dúvidas e a oportunidade logo surgiu.

Encontrei Paul Devereux, escritor e pesquisador da consciência com foco em arqueologia, acústica e antropologia,²⁰ num grupo interdisciplinar chamado International Consciousness Research Laboratories, que promove reuniões interdisciplinares periódicas em Princeton, New Jersey. (Eu escrevo mais sobre o trabalho do ICRL no Capítulo 12.) Devereux participara de um experimento do tipo *ganzfeld* no laboratório da Laurentian University, em Sudbury, Ontário — e ficara impressionado com os resultados o bastante para dizer ao grupo ICRL: “Eu realmente acho que devemos levar esse negócio muito a sério.” Quando descobriu que eu iria a uma conferência em Toronto, Devereux me incentivou a estender a

excursão até o laboratório na Laurentian. Devereux prometeu arranjar a minha visita com o diretor, professor de neurociência, o dr. Michael A. Persinger, que ele conhecia havia anos.

No total, passei seis horas no laboratório. Fui acomodada numa poltrona bastante confortável dentro de uma câmara acústica, na qual o nível de ruído ambiente sofrerá grande redução. Um aluno colocou na minha cabeça um capacete equipado com pequenos solenoides magnéticos e encaixou nos meus olhos metades de uma bola de pingue-pongue caprichosamente cortadas. Em seguida, retirou-se. Os campos magnéticos gerados pelos solenoides foram criados por um programa de computador que simulava certos padrões naturais da atividade cerebral. Aprendi que a força desses campos era pequena, menor do que a dos campos criados por um secador de cabelo. O isolamento acústico, o ruído branco e a luz filtrada facilitavam o relaxamento e o tempo passou depressa. Os alunos faziam um experimento atrás do outro comigo, cada um com duração de quinze minutos. Em cada experimento fui instruída a proceder da mesma maneira — dizer o que me viesse à cabeça, incluindo sensações físicas, imagens, sentimentos ou qualquer outra coisa. Isso seria fácil, pensei comigo mesma. Afinal de contas, livre associação eram o meu feijão com arroz.

O que eu não esperava era que, como eu me encontrava num estado *ganzfeld* em todos os experimentos, eu não saberia quando estaríamos fazendo o único teste de telepatia — motivo de eu estar ali. Foi só quando um aluno me mostrou alguns cartões postais coloridos e me pediu para colocá-los em ordem decrescente conforme o grau de correspondência com as imagens que me vieram à cabeça que percebi que tínhamos feito um teste. Agora esperava-se que eu verificasse qual cartão postal algum emissor trancado em outra sala tinha acabado de tentar transmitir-me mentalmente.

Examinei todos os cartões. Eram seis, todos bastante diferentes entre si. Havia um carrossel, um pôr do sol vermelho, uma antiquada máquina a vapor e três cenas do campus universitário. Eu os dispus na minha frente. Tentei recapturar todas as imagens que havia cruzado a minha mente durante os 15 minutos anteriores. Nenhuma delas tinha qualquer semelhança com qualquer daqueles cartões. Apanhei-os de volta e tornei a ordená-los. Tentei concentrar-me num de cada vez. Depois experimentei desviar o olhar e voltar a contemplá-los. Nada. Revi cada imagem que

visualizara em minha mente. Talvez houvesse algo que eu não tivesse percebido antes, algo mais sutil. Nenhum resultado. Eu simplesmente não conseguia achar uma única lembrança que remotamente se parecesse com um daqueles cartões.

Por fim, encolhi os ombros para o aluno que estivera pacientemente esperando e lhe disse que não tinha como fazer o que ele me pedira. Pensei comigo mesma que não estava surpresa. Sabia que eu não serviria para nada daquilo — telepatia, percepção remota ou o que fosse.

Tentei devolver as cartas ao rapaz, mas ele me instruiu a colocá-las em ordem mesmo que fosse de modo puramente aleatório; o protocolo experimental requeria que eu arranjasse os cartões numa ordem qualquer e eu concordara em participar.

Tornei a examinar os postais. Já agora não me preocupava mais com a ordem. O aluno simplesmente precisava desse dado. Eu já fora estudante — não queria estragar o experimento dele por falta de cooperação. Relanceei os olhos uma última vez pelos cartões e escolhi um ao acaso como o primeiro da lista. Era o pôr do sol vermelho. O rapaz me perguntou por que eu escolhera aquele. Eu me dera conta de uma sensação fugaz — talvez. Eíma minúscula fração de segundo em que de algum modo eu me voltei para o pôr do sol e não para qualquer dos outros cartões. Eu disse ao aluno que talvez fosse por causa da cor vermelha. Mas, mesmo enquanto dizia isso, tinha certeza de que não era verdade. Eu estava apenas tentando agradar, oferecendo a nós dois a ilusão de que eu estava agindo por puro acaso. Eu embaralhei os cartões remanescentes, coloquei-os numa ordem arbitrária e os estendi para o rapaz.

O estudante foi para a outra sala para retirar um envelope selado contendo a imagem alvo que o emissor tentara transmitir. Ele abriu o envelope e retirou o cartão. Era o pôr do sol vermelho.

E naquele momento o mundo se tornou estranho. Por um átimo senti um medo avassalador, que desapareceu quase que no mesmo instante, mas que fora espantosamente real. Era diferente de qualquer medo que eu já experimentara. Minha mente se dividiu. Percebi que sabia algo que, ao mesmo tempo, tinha certeza de não saber. E entendi. Era isso que meus pacientes queriam dizer quando declaravam “a minha mente não me pertence”. Ou “estou ficando maluco”. A sensação era aterradora. A minha mente havia escapulado de mim e o mundo parecia fora de controle.

Eu me recobrei depressa e me apoiei em explicações lógicas. A

primeira e mais atraente era tratar-se de pura coincidência. As probabilidades de eu apontar o cartão certo, afinal de contas, eram de uma em seis. E aquela sensação esquisita — eu sabia perfeitamente bem que a coincidência provoca isso nas pessoas. Todos desejamos sentir-nos mágicos e onipotentes e nos aferraremos a esse sentimento sempre que pudermos. Sensações esquisitas são um resultado e os psicólogos desde Freud têm apontado os motivos disso.

Mas eu sabia que não era tão simples assim e meus argumentos não produziram muito efeito. Mais uma vez eu me lembrei do relógio da minha irmã. Caminhar direto para aquela caixa no fundo do armário do meu marido me fizera descobrir a sensação, a intensa, resoluto, irrestrita sensação que descrevi como a de ser “despertada pela experiência”. Era como se a experiência me conhecesse. Ela me trouxe a não habitual sensação à tona, um sentimento que era decididamente diferente do conhecimento comum. A fração de segundo que me fez apanhar o postal do pôr do sol vermelho — tão breve e efêmero que mal se podia registrá-lo — era eco da sensação que eu tivera quando andei diretamente para o relógio da minha irmã. Dessa vez eu andei não por um quarto, mas pela minha mente, andei direto para fora do meu conhecimento comum, entrando num certo estado mental que — talvez — também merece ser chamado de conhecimento. Foi preciso o estudante me sacudir para a percepção de que eu escolhera o postal certo para eu — talvez — admiti-la.

Depois que saí do laboratório, dei-me conta de que havia encontrado o que fora procurar: algum sentimento em relação à qualidade do conhecimento que me serviria de gancho para acreditar nele. Eu me perguntei se passaria a ver os experimentos *ganzfeld* com outros olhos, uma vez que agora eu sentia que havia ah algo que valia a pena ver. Parte de mim ainda insistia que a escolha do pôr do sol fora mera coincidência, não mais do que um palpite feliz, sem nenhuma relação com o estado *ganzfeld* ou com redução de ruído.

Mas eu não fora com o propósito de acreditar naquela extraordinária redução de ruído. Eu fora atrás de algo diferente. Não a sacudidela que senti quando o estudante me estendeu o cartão postal do pôr do sol, ou quando o rapaz me devolveu a harpa ou quando achei o relógio da minha irmã. A sacudidela era um sinal depois do fato. Eu fora atrás da sensação *anterior* ao fato. Era isso o que contava.

O problema era que eu não conseguia dar um nome para essa sensação. Passei horas, meses, procurando palavras para rotular o sentimento que vinha antes do fato. Nenhuma delas servia. Eram todas definitivas demais. O mais perto que cheguei foi dizer que eu fora “atraída”. Atraída para o relógio e atraída para aquele postal. Mas mesmo isso soava definido demais, conclusivo demais. Para começar, soava como se eu tivesse consciência do que fazia. Não tinha. Pior, tinha um quê de separação — eu num lugar, o relógio no outro e a atração que me fizera cruzar o espaço que nos separava. Estava tudo errado. Por estranho que parecesse, não havia espaço algum entre nós.

Qualquer que fosse a sensação, era ela que eu fora buscar.

Escrevi a Paul Devereux sobre o meu trabalho *ganzfeld*. Ele respondeu com um relato de sua própria experiência, que diferia de várias maneiras da minha. Embora ele também houvesse reduzido os estímulos sensoriais com as duas metades de uma bolinha de pingue-pongue colocadas em seus olhos e com o capacete com solenoides, ele também cingira a cabeça com uma espécie de bandana que o dr. Persinger chamava de “dispositivo circuncerebral” ou “octópode”, porque tinha oito solenoides ao redor da cabeça, como uma coroa. Os solenoides eram conectados ao computador. Quando ligado, o aparelho criava um campo eletromagnético que girava como um vórtice em torno do cérebro.

A tarefa de Devereux fora manter um fluxo de comentários sobre quaisquer imagens que lhe passassem pela cabeça durante os 45 minutos em que os solenoides estiveram ativados. Durante esse tempo, Devereux notou duas imagens recorrentes: a primeira era uma espécie de equipamento colorido para parque de diversões em que predominava um tom forte e brilhante de verde. A outra imagem era de dois postes telegráficos iluminados pelo pôr do sol.

No final do experimento, os pesquisadores lhe estenderam cerca de oito fotos e lhe perguntaram se havia visto alguma daquelas imagens durante o tempo em que os solenoides estiveram ativados. Ele imediatamente reconheceu as duas imagens que havia comentado. O que descrevera como o contorno de dois postes telegráficos com um pôr do sol no fundo era na verdade duas chaminés que se destacavam na paisagem do

campus onde o laboratório estava localizado. O que ele vira como um equipamento para parque de diversões era uma velha locomotiva pintada em cores variegadas, com um limpa-trilhos verde brilhante na frente. Devereux ficou atônito.

Então descobriu uma faceta ainda mais espantosa do experimento. Sem seu conhecimento, enquanto ele executava sua tarefa, a esposa fora levada para uma outra sala, onde lhe pediram para escolher uma foto da mesma pilha de fotos que Devereux mais tarde veria e que a descrevesse como achava que o marido descreveria. A foto escolhida pela esposa foi a da locomotiva. Ninguém havia sequer tirado a foto das chaminés de dentro do envelope, embora a imagem tivesse chegado à mente de Devereux. Para ele, a experiência fora marcante:

Uma coisa fascinante, fascinante. Foi a “experiência” de “receber” a *informação psíquica* que também chamou a minha atenção.... Mesmo agora, eu não poderia dizer-lhe o que é que eu sabia; só o que posso dizer é que o “hemisfério esquerdo do meu cérebro” conjurou a informação do “hemisfério direito”, se você entende o que quero dizer. Eu me recorro de *lembrar*, em vez de qualquer que fosse o conhecimento que me permitiu identificar a foto. Esse conhecimento não tinha natureza linguística nem conceitual; era antes de tudo baseado em cores e foi a “montagem” dessas cores que me levou a reunir o suficiente em termos conceituais para organizar a identificação da fotografia. Isso parece trabalhoso, mas foi instantâneo. Sem nenhum esforço...

No dia seguinte, ele acrescentou um P. S.:

Deixe-me levar a catraca um dente acima. A “montagem” de cor que eu “vi” era tão minúscula que pensei que fosse algum tipo de equipamento para parque de diversões com uma pintura maluca. Mas, acima de tudo, o “verde forte” brilhava com tanta intensidade que eu o mencionei no relatório do meu fluxo de consciência. Assim que vi a foto da velha locomotiva multicolorida com seu limpa-trilhos verde brilhante, eu soube que era o que eu vira com os “olhos da mente”. O processo de decodificação é o seguinte, na minha opinião: algo próximo de algum tipo de modo Rorschach integrado, eu imagino.

(Isso explicaria a falta de precisão de muitos relatos *psi* “normais”.)

O nosso intercâmbio levantou uma intrigante série de perguntas. O que significaria o fato de eu e Devereux nos concentrarmos tanto na cor? E quanto ao enfático consenso de que a experiência era desprovida de qualquer forma linguística e conceitual familiar? Ou a fala espontânea do meu amigo, sobre sentir como se o “hemisfério esquerdo do seu cérebro” conjurasse algo do “hemisfério direito?” Ou a menção a Rorschach? Essa referência me fascinou particularmente. Pensei naqueles famosos borrões de tinta e nos pacientes a quem se pedia para descrever o que viam neles. Não havia duas pessoas que fizessem a mesma descrição. Seria então que as percepções anômalas surgissem do mesmo modo que as respostas aos cartões Rorschach, como interpretações altamente subjetivas que, embora provocadas por um estímulo objetivo, se manifestassem de uma maneira absolutamente filtrada pelo inconsciente pessoal de cada indivíduo?

Eu fiquei grata pelo diálogo. Era tranquilizador o fato de a experiência de Devereux ter tanto a ver com a minha — tranquilizador numa área em que a dúvida continuava a ser a ordem do dia. Eu não conseguia decidir se relataria as minhas percepções como qualquer coisa que não um mero palpite feliz, apesar de as duas imagens terem persistido na mente de Devereux durante os 45 minutos e de ele reconhecer as fotos imediatamente quando as viu. Nenhum de nós sabia o que fazer com a coisa toda, mas cada um tinha um senso subjetivo da existência de uma outra possibilidade e sobre o que concordávamos muito. Para cumprir a tarefa que nos cabia na experiência, os nossos conhecimentos usuais não funcionavam. Havia um outro modo — talvez — sorratamente sob o radar. Enquanto as imagens chegaram à mente de Devereux sem estímulo, eu precisei que o estudante me impelisse a completar a tarefa que eu decidira que não seria capaz de completar. No final, tanto Devereux quanto eu experimentamos a sacudidela e a sensação de mistério por trás dela, o senso de que nós podíamos ter acessado um conhecimento que não sabíamos que tínhamos.

Isso fez eu me indagar com que frequência isso ocorre. Seria possível que nós regularmente deixássemos de notar o conhecimento concebivelmente anômalo por esse não ser indicado pelos sinais habituais? Os sinais que nos ajudam a reconhecer que sabemos?

Houve uma coisa que o meu amigo me disse que não experimentou. O

medo. Ele especulou por quê:

Não me deu o menor medo, mas me espantou. E me estimulou. Senti que ali estava o potencial para a existência de uma máquina, o “octópode”, que poderia tornar a experiência de percepção remota disponível para qualquer um, principalmente para os pesquisadores. Vi que, pela primeira vez, havia a possibilidade de estudar os fenômenos *psi* a partir de dentro, por assim dizer. Achei fascinante o modo como recebi a informação sobre as fotos — uma parte do cérebro tentando “ler” o que a outra havia recebido ou de algum modo intuído. Não se tratava simplesmente da transmissão psíquica de uma imagem, mas de informação bruta que precisava ser interpretada. Aprendi mais nessa única sessão do que aprendera durante anos de pesquisa. A outra coisa era, é claro, que um aparelho daquele, se pudesse permitir a repetição da experiência e ser usado por praticamente todo o mundo, eliminaria a questão da realidade da experiência psíquica. Já não seria uma questão de *se*, mas de *como*. A única vez em que fiquei apavorado foi nos dias subsequentes. Quando eu adormecia, experienciava uma torrente de imagens oníricas diferentes de tudo quanto havia experimentado antes. Outro sujeito do experimento “octópode” com quem conversei teve a mesma experiência e por algum tempo nós nos perguntamos se o equipamento havia danificado o nosso cérebro! Ele certamente estimulara as áreas do nosso cérebro que lidam com os sonhos. Mas, por fim, nós voltamos ao normal. Não senti o tipo de medo dos pesquisadores, a dissonância cognitiva, a que você se referiu, porque na minha vida eu tive uma série de experiências parapsicológicas que me convenceram de que os fenômenos *psi* são reais. A minha frustração era — e ainda é — o fato de a corrente dominante de pensamento simplesmente descartar ou escarnecer desses aspectos da experiência humana.

11. Três Segundos no Futuro: A Nova Ciência do Inconsciente

Em 11 de novembro de 2003, o *New York Times* publicou o exemplar de 25^a aniversário do caderno semanal *Science Times*. Em comemoração, os editores encarregaram seus principais repórteres científicos de cobrir “25 das mais provocativas questões na área científica”. Foram incluídas grandes matérias sobre grandes temas: “How Did Life Begin?” [“Como a vida começou?”] “Is War Our Biological Destiny?” [“Será a guerra o nosso destino biológico?”] “Should the Genome Be Improved?” [“O genoma deve ser aperfeiçoado?”] “How Does the Brain Work?” [“Como o cérebro funciona?”] “What Came Before the Big Bang?” [“O que veio antes do *big-bang*?”] “Can Robots Become Conscious?” [“Os robôs podem desenvolver consciência?”] e “What Is the Next Plague?” [“Qual será a próxima praga?”] Junto com esses “pesos pesados” havia um artigo de Kenneth Chang: “Do Paranormal Phenomena Exist?” [“Os fenômenos paranormais existem?”]

O artigo de Chang incluía uma entrevista com Brian D. Josephson, professor de física da Universidade de Cambridge, um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Física de 1973, em razão de uma descoberta fundamental sobre supercondutividade. Josephson não teve papas na língua para expressar sua visão de que a ciência em geral não adota uma postura de mente aberta ao examinar os fenômenos anômalos: “Existe mesmo uma grande pressão para não permitir que essas coisas sejam discutidas de modo positivo.”

O artigo de Chang da *Time* ofereceu a seguinte conclusão: “Talvez o principal motivo por que a maioria dos cientistas descarte a pesquisa paranormal seja o fato de que ninguém tem uma boa sugestão sobre a maneira como a mente pode interagir com o mundo físico.” E até o dr. Joseph fez a concessão: “Teria de ser algo que não houvéssemos identificado nos experimentos físicos. Creio que, se conseguirmos algum tipo de modelo, então as pessoas começarão a examinar o assunto.”

Os modelos nos ajudam a pensar. Sem um abrigo conceitual, as observações que não se encaixam nos nossos modelos existentes podem ser intrigantes e constituir um entretenimento, mas têm o impacto final de

se escrever na água. Sem um modelo que as contenha, não temos onde colocar as coisas novas e desconhecidas enquanto tentamos compreendê-las.

A situação com os fenômenos paranormais é ainda mais difícil. As estruturas conceituais de que dispomos nos dizem que eles *jamais* encontrarão abrigo. E nós temos mesmo problema para pensarmos de modo claro, criativo, ou por mais de cinco minutos, sobre coisas que os nossos modelos nos informam que estão condenadas a jamais terem algum refúgio. Enquanto ficarmos presos aí, poderemos imergir em dados impressionantes e episódios marcantes, mas seremos bastante pressionados para ficarmos bem longe de avaliar o que significam.

Parte do problema em se criar um novo modelo, creio, é que ele teria de trabalhar com dados que não estamos habituados a achar dignos de consideração: sensações e sentimentos. A minha experiência com acontecimentos anômalos começou com a história de Harold e a harpa, aquela inconfundível sacudidela no sistema que eu já passara a reconhecer desde então. Meu único pensamento consciente na época — *Isso muda tudo* — estava inextricavelmente ligado a um sentimento instintivo que o neurocientista cognitivo Antonio Damásio capturou no título do seu imensamente influente livro sobre consciência *The Feeling of What Happens*. Eu tinha de duvidar dos meus modelos de realidade ou de mim mesmo, do sentimento nuclear de si mesmo que advém, Damásio nos diz, quando corpo, emoção e ideia se fundem para formar a consciência.¹

Um modelo que objetive conter a cognição anômala tem de levar em consideração o sentimento do que acontece. Tem de abrir espaço para aquela sacudidela dissociativa especial, o choque de corpo, emoção e ideia fazendo irromper na consciência um conhecimento que dá a sensação de ser inteiramente diferente do conhecimento comum. O sentimento do que acontece é parte dos dados. Isso não significa que o conhecimento que possibilitou a Harold encontrar a harpa e que me levou a encontrar o relógio da minha irmã seja necessariamente anômalo. Mas uma varinha na água produz um sentimento do que acontece que é diferente do de uma varinha fora da água.² Esse é um fato importante. Qualquer modelo útil de percepção terá de levar essa diferença em consideração.

Eu estava de volta a Freud e os olhos da noite. Os modelos que explicam o sentimento do que acontece quando vemos com os olhos do dia não explicam esse sentimento quando vemos com olhos da noite. Se não

reconhecemos isso, terminaremos como os sábios do rei, que proclamaram que as estrelas não existiam. Foi só quando o bobo da corte ofereceu um modelo diferente de ver — em que, quando o sol estava brilhando, não era possível ver as estrelas — que as pessoas que haviam obedientemente deixado de acreditar nas estrelas descobriram que elas tinham voltado a existir.

Eu estava visitando a minha amiga cuja filha havia explicado a história sobre olhos da noite para o irmãozinho. Ela, que agora está com 9 anos, é uma menina encantadora, dona de um sorriso luminoso e um jeito delicado e sério de refletir sobre as coisas. Eu perguntei se ela se lembrava da história sobre as pessoas que haviam parado de acreditar nas estrelas. O rosto dela se iluminou. “Lembro”, respondeu, “Eu *amo* essa história!” Indaguei se ela se lembrava de contar para o irmãozinho, 5 anos antes, que não era uma história sobre estrelas, mas sobre pessoas que tinham “olhos do dia e olhos da noite”. Não se lembrava, mas essa explicação fazia sentido para ela. A garota se perguntava como teria sido quando de repente todo o mundo voltou a acreditar em estrelas. Primeiro, ela disse, as pessoas devem ter ficado felizes por ter as estrelas de volta. Mas, acrescentou, apostava que a maioria das pessoas nunca havia realmente perdido as estrelas — elas provavelmente sabiam que as estrelas sempre tinham sido reais, mesmo que elas não devessem pensar assim. Devia ter sido muito bom quando elas pararam de fingir. A menina imaginava que todos estivessem surpresos ao perceber o alívio quando pararam de pensar que estavam pensando a coisa errada.

A filha da minha amiga, pensei, pode ter acertado na mosca mais uma vez. Talvez a sacudidela não resulte apenas do pensamento “isso *muda tudo*”. Talvez, contra todas as probabilidades e contra todos os nossos modelos, a sacudidela venha do reconhecimento incipiente de que “eu já *sabia disso*”.

Esse é o sentimento do que acontece na psicanálise em sua melhor forma. De súbito há um momento em que o lampejo de percepção nos atinge com uma sacudidela e muda tudo mesmo. Mas esse sentimento também se abriga no paradoxo. Mesmo quando a descoberta muda tudo, não há nada de novo que justifique o paciente experimentar a sacudidela, que advém da sensação de que “eu já *sabia disso* — isso me é *profundamente familiar* — eu sempre soube disso”.

E é verdade. É novo, mas não é novo. O que mudou é que algo se

infiltrou do conhecimento inconsciente para a percepção consciente. Nós passamos a saber de um modo novo quando o conhecimento chega à consciência. Essa foi a grande descoberta de Freud há mais de 100 anos. A consciência muda as coisas. Mas, ao mesmo tempo, é a ponta do iceberg e constituía a outra metade da revolucionária teoria da mente de Freud. A grande preponderância da nossa vida mental se desenrola fora da percepção consciente. Somos perpétua e amplamente influenciados pela força prodigiosa dos processos mentais inconscientes. Entretanto, a distinção entre consciente e inconsciente de maneira alguma é absoluta.

Pouco a pouco, essa percepção se tornou tão básica para o pensamento ocidental que acabou por perder seu caráter marginal. Com o tempo, começamos a confundir o conteúdo do inconsciente freudiano — repressão ou impulsos sexuais proibidos — com o *insight* em si. Atualmente não é mais novidade que as pessoas tenham impulsos sexuais que precipitam conflitos psicológicos e se manifestam por meio de sintomas físicos. Ao mantermos esse foco como a verdade central da psicanálise, nós banalizamos a análise como método clínico, mas também como teoria da mente. Isso estimulou a nossa domesticação do que permanece como uma verdade profundamente desconcertante: não podemos *nunca* conhecer de modo tão consciente e completo como gostamos de pensar que podemos. Contudo, fazemos tudo o que está ao nosso alcance para resistir a esse fato, preferindo, em vez disso, exaltar a nossa capacidade de ser conscientes.

No entanto, de uns anos para cá verifica-se uma correção de rumo — vinda de um setor surpreendente, que passou a maior parte de sua história declarando que Freud estava morto e que seu foco no inconsciente estava ultrapassado. Ao longo das duas últimas décadas, experimentos sobre neurociência cognitiva têm demonstrado repetidas vezes que uma proporção esmagadora da atividade mental humana ocorre inconscientemente. Embora não nos permitam observar diretamente a atividade mental que não é consciente, esses experimentos nos possibilitam inferir sua presença e observar seus frutos.

Nós hoje temos a confirmação experimental de que muito do que percebemos, a que reagimos, que avaliamos e decidimos continua inteiramente fora da nossa percepção consciente, quer seja quando estamos dirigindo um carro ou formando preferências ou definindo o que dá certo para nós. Isso tem causado uma humilde reavaliação da

consciência. Damásio resumiu da seguinte maneira: “O inconsciente, no sentido estrito em que a palavra tem sido impressa em nossa cultura, é apenas uma parte da vasta quantidade de processos e conteúdos que permanecem não conscientes... não conhecidos... Impressionante, de fato, quão pouco sabemos.”³

Mas talvez, se dermos o devido valor àqueles “processos e conteúdos que permanecem não conscientes”, achemos igualmente impressionante o quanto se descobre que sabemos... inconscientemente. E talvez uma chave para se entender a capacidade mental anômala seja mudar o nosso foco da consciência para o que jaz sob ela.

O dr. Drew Westen, professor de psicologia, psiquiatria e ciências comportamentais da Emory University, tem estado na vanguarda dos acadêmicos que reconhecem que a avassaladora tendência da ciência cognitiva contemporânea nos leva diretamente de volta para a teoria da mente de Freud. Seu inspirador artigo “The Scientific Status of Unconscious Processes: Is Freud Really Dead?” [“O Status Científico dos Processos Inconscientes: Freud Está Realmente Morto?”] se inicia assim:

É provável que a morte de ninguém tenha sido anunciada tantas vezes, ao longo de muitos anos, como a de Sigmund Freud... A intervalos regulares por mais de meio século, críticas a Freud e à psicanálise têm surgido na mídia popular e em círculos intelectuais, geralmente proclamando que Freud sofreu alguma nova e agonizante morte e que sua visão das coisas deveria ser enterrada junto com ele, como os artefatos na tumba de algum faraó egípcio. Embora as críticas assumam inúmeras formas, uma das principais tem sido que os processos inconscientes... carecem de fundamento na pesquisa científica. Recentemente, contudo, um grande corpo de pesquisa experimental tem surgido em diversas literaturas independentes... documentando o princípio mais fundamental da psicanálise, o de que muito da vida mental é inconsciente e que isso se estende até os processos cognitivo, afetivo e motivacional. O exame desse corpo de pesquisa aponta... para a conclusão de que *baseado apenas em investigações científicas controladas... Freud estava certo em várias*

*proposições...*⁴

Drew Westen é um homem incomum. Anos atrás, ele conseguia transitar com a mesma desenvoltura tanto pela ciência cognitiva quanto pela psicanálise, numa época em que algo assim era bastante improvável. Desde então, graças em grande parte a seu trabalho, a aliança que ele ajudou a inaugurar passou a ser praticamente a última moda. Ao longo da década passada, novas publicações e sociedades profissionais dedicadas à sua promoção surgiram. A neuropsicanálise se tornou uma especialidade reconhecida e de vanguarda.

Uma das maiores contribuições de Westen é a de tomar os registros experimentais atuais sobre os processos mentais inconscientes e explorar modos específicos pelos quais eles iluminam e expandem o modelo psicanalítico da mente. Ele começa com a memória inconsciente, frequentemente chamada de memória *implícita* no jargão da ciência cognitiva. Primeiro ele descreve como essa memória pode ser dividida em duas categorias, *processual* e *associativa*, ambas abrigadas em vastas redes neurais cujas estruturas físicas são continuamente alteradas pelos usos cotidianos que fazemos delas. A memória processual envolve a maneira de executarmos tarefas como dirigir um carro, jogar bola ou tocar uma música bastante ensaiada. A memória associativa está ligada à maneira como a nossa mente forma redes relacionais inteiramente fora da nossa percepção consciente. Como Westen as descreve, essas redes se estendem para muito além do plano das ideias — e incluem o senso de percepções, emoções, motivações, atitudes e valores também.

Uma característica-chave da memória processual é, como ele afirmou que:

as pessoas em geral não podem relatar como executaram aqueles processos e, quando tentam, com frequência dão explicações plausíveis mas incorretas... A reflexão consciente pode na verdade interromper esses processos; o modo mais fácil de um pianista errar numa peça complexa é pensar no que está fazendo. A memória processual, como muito da memória implícita, é normalmente mais rápida do que a recuperação consciente dos dados, o que explica por que os pianistas podem tocar vários compassos de uma música em andamento bem mais acelerado quando não estão preocupados

explicitamente com a interpretação.⁵

A afirmação concisa de Westen de que “a reflexão consciente pode na verdade interromper esses processos” me soou familiar. Era justamente o que intuitivos profissionais como Deb, Harold e Joe McMoneagle relataram ao descrever sua capacidade aparentemente anômala.

Assim, os modelos que explicam o peculiar relacionamento da memória processual com o conhecimento consciente podem dar-nos algumas pistas sobre os elementos de um modelo para a cognição anômala. Também podem ajudar-nos a definir as condições experimentais de que precisamos para estudar os processos mentais anômalos. Nós talvez precisemos de dados obtidos quando contornamos exatamente aquela reflexão consciente que, nas palavras de Westen, “podem na verdade interromper” o conhecimento enraizado nos processos inconscientes.

A memória associativa, a outra metade da memória implícita, também guia o nosso comportamento consciente sem que nos apercebamos da sua poderosa influência. Muitos dos chamados experimentos de pré-ativação (*priming*) têm demonstrado como funciona a memória associativa. Por exemplo, num experimento comum, os sujeitos veem uma série de palavras e depois são instruídos a apertar um botão assim que eles percebem se um subsequente conjunto de letras que se acendem numa tela forma uma palavra existente. As pessoas que veem a palavra *cachorro* na série original — sendo *cachorro* a “pré-ativação” — depois apertam o botão quando vêm a palavra *terrier* ou *poodle* mais depressa do que aquelas que não tiveram a pré-ativação com a palavra *cachorro*. *Cachorro* é parte de uma rede associativa que inclui *poodle* e *terrier*. Quando essa rede associativa é ativada pela visão da palavra *cachorro*, *poodle* e *terrier* também se posicionam num grau elevado de ativação. Então ganham, junto com *cachorro*, maior acesso à consciência.⁶

Tem havido muitas variações da metodologia de pré-ativação básica, todas demonstrando o poder das redes inconscientes de associação. Algumas das mais interessantes envolvem um fenômeno bastante conhecido no ramo publicitário, a pré-ativação subliminar, em que o ativador é apresentado de tal modo que jamais chega a ser registrado conscientemente pela pessoa. Por exemplo, uma palavra é mostrada durante 100 milésimos de segundo e imediatamente seguida por uma longa exposição de um estímulo neutro “dissimulador”, como uma série

de números. O estímulo neutro atrai a atenção consciente da pessoa, efetivamente bloqueando o reconhecimento consciente do ativador. Num estudo bem conhecido, os sujeitos foram expostos subliminarmente a uma longa lista de palavras, dentre as quais *assassino*. Uma semana mais tarde, quando solicitados a preencher as lacunas com as letras que faltavam no fragmento A—A—IN-, os sujeitos que haviam sido expostos à palavra *assassino* apresentaram uma tendência maior de responder “assassino” do que os que não haviam sido expostos ao ativador subliminar, *apesar deles não terem lembrança consciente* de terem visto a palavra uma semana antes.⁷

Os experimentos com pré-ativação subliminar têm demonstrado repetidas vezes que nós podemos encontrar explicações perfeitamente racionais para pensamentos, sentimentos e percepções que se manifestam em nossa percepção consciente como absolutamente inexplicáveis. Isso levanta a questão: será que esses mesmos experimentos têm algo a nos ensinar acerca da experiência inexplicável da cognição aparentemente anômala? Será que as redes associativas inconscientes funcionam como força motriz na cognição anômala assim como ocorre na cognição não anômala, ligando aqueles pensamentos, sentimentos ou percepções de maneiras que parecem totalmente surpreendentes no nível consciente? Se assim for, será que isso ajuda a explicar a sacudidela, o sentimento do que acontece quando somos atingidos por um conhecimento aparentemente anômalo? Será que a sacudidela sinaliza a surpresa com que habitualmente saudamos as manifestações conscientes de redes associativas inconscientes, tais como os momentos de *déjà vu* ou aqueles em que uma palavra subitamente nos vem à mente mesmo que não nos lembremos de tê-la visto? Claro, também teremos de perguntar se existe algo diferente na cognição aparentemente anômala. Será que a sacudidela que a acompanha reflete algo para além da surpresa que provavelmente indica *qualquer* conhecimento consciente ativado pelas redes associativas inconscientes?

Se a sacudidela da cognição aparentemente anômala for diferenciada, isso se deverá não à surpresa apenas, mas à *real natureza das redes associativas ativadas*. O anômalo pode estar nos elos associativos inconscientes que desafiam as nossas definições comuns do que é possível, *não apenas no plano do processamento mental consciente, mas também no plano do que chamamos de inconsciente*. A sacudidela pode advir do

reconhecimento de associações inconscientes entre coisas que não se encaixam nas redes associativas que aprendemos a identificar. Pode assinalar uma capacidade humana de perceber conexões que não acreditávamos que existiam.

Nós já nos habituamos a fazer exceções às regras quando se trata de redes associativas inconscientes. Nos sonhos, por exemplo, não esperamos que as normas da consciência se apliquem. Podemos sonhar com pessoas azuis ou com grávidas de 2 anos de idade ou com cobras que voam sem considerá-las anomalias — são apenas sonhos. Por outro lado, ficamos chocados quando temos sonhos que descrevem com precisão acontecimentos que não tínhamos como conhecer. Suponha que eu sonhe que meu irmão foi atropelado por um carro no outro lado do mundo. Então suponha que, ao acordar, eu descubra que isso de fato aconteceu. Meu primeiro recurso será descartar o sonho, afirmando que tudo não passou de coincidência. Mas, se os detalhes forem extraordinários o bastante, se a improbabilidade for grande o bastante e se a acurácia for inequívoca, esse sonho ficará na minha mente, atraindo a minha atenção. O sentimento do que aconteceu importunará a maioria de nós. *Como* foi que vi a imagem do meu irmão sendo atingido por um carro na Índia quando eu supunha que ele estivesse em Londres, mas estava — como descobri mais tarde — na verdade em Benares, onde foi atropelado ao atravessar uma rua?⁸ Como posso acreditar em redes associativas inconscientes que me informem do que está acontecendo a um ente querido a milhares de quilômetros de distância? Não acreditamos que essas redes existam.

Uma aplicação particularmente inovadora da metodologia de pré-ativação oferece implicações intrigantes da criação de modelo da cognição anômala. Lloyd Silverman, psicólogo e psicanalista da Universidade de Nova York, projetou uma inovadora série de experimentos que levaram a memória associativa muito além de simples tarefas cognitivas como a de identificar palavras.

Silverman queria testar a ideia de que a pré-ativação subliminar com a frase “Mamãe e eu somos um só” levaria a mudanças mensuráveis no funcionamento adaptativo e na sensação de bem-estar das pessoas, melhorando aspectos como autoestima, autoafirmação e satisfação. Em mais de 40 experimentos em seu laboratório, além de dezenas em outros laboratórios, os sujeitos foram brevemente expostos — no laboratório de Silverman, por meros quatro milésimos de segundo — à frase de pré-

ativação subliminar “Mamãe e eu somos um só”. Os resultados foram impressionantes e causaram enorme controvérsia.⁹ A exposição extremamente breve ao estímulo de fato ajudou muitos tipos diferentes de sujeito, dos estudantes esquizofrênicos e neuróticos aos normais, melhorando seu funcionamento adaptativo. O mérito científico do trabalho de Silverman foi amplamente aceito. Contudo, sua importância foi contestada.

Em primeiro lugar, o aparente poder da pré-ativação em si foi surpreendente, principalmente considerando-se a atmosfera em que os experimentos de Silverman foram conduzidos. Ele iniciou seu trabalho no começo dos anos 1960. A psicologia convencional estava apenas emergindo da maciça dominação do behaviorismo. A psicanálise norte-americana estava no apogeu do conservadorismo, aderindo às rígidas diretrizes de afiliação médica à American Psychoanalytic Association. Ironicamente, essas diretrizes excluía não apenas os psicólogos, mas também muitos seguidores das ideias de Freud, cuja imigração para os Estados Unidos havia estabelecido as bases da análise em solo americano. Os dois campos — o da psicologia enraizada nos laboratórios behavioristas e o da psicanálise baseada em processos mentais inconscientes — nunca estiveram tão apartados.

Nesse meio-tempo, Silverman propunha que os dados oriundos dos laboratórios de psicologia informassem os dois campos acerca dos poderosos efeitos dos processos mentais inconscientes. E, o que era ainda mais desafiador, sugeria que era necessário olhar para além do presunçoso senso de individualidade, considerado a chave para a adaptação madura tanto pela psicologia quanto pela psicanálise. Em vez disso, ele propunha “... que existe um poderoso desejo inconsciente de unicidade... e que a satisfação desse desejo pode melhorar a adaptação”.¹⁰

A tese de Silverman ainda é válida para experimentos em ambientes totalmente diferentes, conduzidos por muitos outros pesquisadores. Num estudo sobre cessação do fumo, foram ensinadas a fumantes desejosos de largar o hábito técnicas de modificação de comportamento em 12 sessões. Metade do grupo recebeu estímulo subliminar com a pré-ativação “Mamãe e eu somos um só”, enquanto a outra metade foi exposta a uma frase de pré-ativação considerada neutra: “As pessoas estão andando.” Embora todos os sujeitos se tornassem abstinentes depois de 12 sessões, num acompanhamento de um mês, 67% do grupo exposto a “Mamãe e eu

somos um só” ainda se abstinham de fumar, contra apenas 13% do grupo de controle.¹¹

Resultados igualmente positivos foram obtidos em estudos com adolescentes que sofriam de transtornos de personalidade, com adultos que tinham fobia de insetos, com alcoólicos, esquizofrênicos e portadores de problemas como depressão, obesidade, baixa autoestima e falta de autoafirmação. Alunos israelitas do ensino médio que foram expostos a “Mamãe e eu somos um só” conquistaram notas em matemática mais de um ponto superiores às dos alunos expostos a um estímulo subliminar de controle.¹² Outros estudos mostraram melhoria cognitiva similar com outras populações e em áreas fora da matemática.

Os experimentos “Mamãe e eu somos um só” sugeriam que novas e inesperadas capacidades podiam ser liberadas estimulando-se uma rede associativa inconsciente baseada num senso subjetivo de unicidade ou conexão. Essas capacidades variavam de habilidades cognitivas diretas a outras muito mais sutis e complexas como autoestima, autodisciplina ou otimismo.

Entretanto, é intrigante notar que o senso subjetivo de unicidade identificado por Silverman é citado repetidas vezes em relatórios sobre cognição anômala, para não mencionar os meditadores descritos pelos pesquisadores do cérebro Newberg e D’Aquili.

É tentador imaginar que existe um elo. Será que é possível encontrar elementos de um modelo que elucide capacidades mentais anômalas no funcionamento de redes associativas inconscientes? Mais especificamente, será que se encontram na apreensão de como a experiência inconsciente de unicidade possibilita o acesso a inesperadas capacidades adaptativas? Será que o ingrediente ativo é mais do que unicidade com “mamãe?” A partir dali, uma miríade de conceitos e de questões experimentais se desdobrou.

A

pesquisa de pré-ativação é apenas um campo numa nova geração de experimentos que investigam as raízes inconscientes do conhecimento extraordinário. Em alguns dos melhores experimentos recentes, as provas estão em respostas facilmente quantificáveis, tais como batimentos cardíacos ou atividade elétrica manifestada pela pele e pelo cérebro,

medidas que agora são rotineiramente usadas nos laboratórios de ciência cognitiva para mensurar atividade mental inconsciente.

Assim como a técnica *ganzfeld* empurrou o estudo da cognição anômala para além dos experimentos de adivinhação de cartas, esses estudos podem prenunciar outro grande avanço. Eles evitam a notória falta de confiabilidade das provas subjetivas, não se baseando no que os sujeitos relatam de suas experiências. Na verdade, não se baseiam em nenhum tipo de conhecimento conscientemente mediatizado. Em vez disso, sugerem que a percepção consciente da cognição anômala é mero artefato — às vezes presente, às vezes não, às vezes atrapalhando. O que conta são as medidas do assim chamado sistema nervoso autônomo, a parte do sistema nervoso que controla funções “involuntárias” como digestão, metabolismo, respiração e perspiração, bem como pressão arterial e batimentos cardíacos; embora normalmente não tenhamos consciência delas, é indiscutível que essas funções são influenciadas pelo nosso estado mental. A genialidade dos experimentos atuais é que eles se baseiam em métodos que, depois de inumeráveis experimentos sobre cognição *não* anômala, oferecem provas irrefutáveis sobre os processos mentais inconscientes em funcionamento.

Ironicamente, alguns dos experimentos mais impressionantes testam precisamente a capacidade que as cartomantes dos parques de diversão têm oferecido da maneira mais descartável: pressentimento — ou capacidade de prever o futuro. Sob condições altamente controladas, com metodologia duplo-cego, esses experimentos sugerem que os seres humanos têm um sistema nervoso ligado à percepção de acontecimentos que vão ocorrer de três a cinco segundos no futuro.

O trabalho nesse campo teve início em 1978, quando Zoltán Vassy, físico húngaro e posteriormente cientista visitante dos Psychophysical Research Laboratories de Princeton, publicou um artigo com implicações provocantes da cognição anômala. Ele promoveu um experimento condicionante para testar se os sujeitos conseguiriam registrar um sentimento do que acontece *antes* de um acontecimento estimulante daquele sentimento ser de fato iniciado.¹³

No experimento de Vassy, o “visualizador” era treinado para que, quando visse uma luz que se acendia a intervalos aleatórios, esperasse cinco segundos e então apertasse um botão. Isso daria um choque elétrico em outro sujeito. O condicionamento era realizado com o visualizador e o

sujeito que recebia o choque elétrico juntos, de modo que o sujeito logo se apercebia de que, quando o visualizador recebia o sinal, o choque acontecia cinco segundos depois. Eram necessárias algumas poucas sessões para o condicionamento dos sujeitos, porque o choque produzia um efeito didático muito forte. Assim que a luz se acendia, o sistema nervoso do sujeito era acionado com a expectativa e isso se refletia num aumento dramático da condutância da pele do sujeito, indicador padrão de excitação emocional.

Depois do condicionamento, o visualizador e o sujeito que recebia o choque eram separados, de modo que não pudessem ver um ao outro. O mesmo experimento era repetido. Será que o sujeito saberia telepaticamente (ou, mais precisamente, sentiria) quando o visualizador estava prestes a apertar o botão?

Como o artigo de Vassy relatou, a condutância da pele dos sujeitos era significativamente maior antes de receber o choque do que antes de receber o estímulo neutro de controle. Em outras palavras, os sujeitos deram provas físicas de que previram corretamente (ou perceberam telepaticamente) a iminência de um choque elétrico com uma frequência bem maior do que as probabilidades permitiriam.

Durante alguns anos, o trabalho de Vassy passou despercebido pela comunidade científica. Nesse meio-tempo, o momentum gerado pelo diálogo em torno dos experimentos *ganzfeld* estava produzindo frutos. Investigadores de reputação começavam a dirigir sua carreira nessa direção, dando séria atenção à cognição anômala e buscando de todas as maneiras projetos experimentais à prova de críticas.

Um deles era o dr. Dean Radin, cientista sênior e diretor de laboratório do Institute for Noetic Sciences. Ele nasceu na cidade de Nova York, em 1952, e iniciou sua carreira como pesquisador em tempo integral como membro da equipe técnica do AT&T Labs (Laboratórios AT&T), em 1979. Embora se concentrassem primeiro na pesquisa e desenvolvimento das telecomunicações, ele e seus colegas tinham bastante liberdade quanto ao modo como passavam o tempo “livre” no trabalho. Isso deu a Radin uma oportunidade de explorar alguns temas estranhos e interessantes.

Mas a inclinação de Radin por investigar o estranho e o inusitado começou muito antes do seu ingresso nos Bell Labs. Na infância, ouviu várias vezes dos pais que a criatividade era algo importante. “‘Faça alguma coisa criativa!’ Quando eu era garoto, devo ter ouvido isso mais de

100 mil vezes”, ele me contou. Para Radin, ser criativo significava tanto seguir o caminho de prodígio no violino quanto explorar o inesperado por meio da ciência. Com 9 anos, construiu um computador do tipo ábaco utilizando confeitos em forma de bolinhas. Aos 13, deparou com o livro de C.E.M. Hansel *ESP: A Scientific Evaluation*. A partir daí, aplicar a ciência ao estudo da mente humana passou a integrar sua paixão por experimentos explorando o potencialmente anômalo.

Depois de ler a pesquisa de Radin, consegui uma entrevista com ele para discutir seu trabalho. Dean é baixo, magro e tem um jeito de menino. Comentei com ele sua aparência jovial. Sua resposta foi rápida e impassível. Na verdade, ele me disse, tinha apenas 13 anos. Como o jovem e desafortunado Lrederic de Gilbert e Sullivan, condenado a um aprendizado de 84 anos antes que seu 21^a aniversário pudesse libertá-lo dos Piratas de Penzance, Dean nasceu em 29 de fevereiro. Então, ele comemorou recentemente a entrada na casa dos 50 anos com uma iniciativa tão inusitada quanto seus experimentos. Convidou sua vasta rede de colegas cientistas para uma festa de aniversário de garoto de 13 anos — com cachorro-quente, refrigerantes e um bolo de chocolate bem cremoso e doce num rинque de patinação.

Dean pode considerar-se com 13 anos, mas seu extenso currículo denuncia uma vida inteira de amor pela ciência. Em 1985, mudou-se dos Bell Labs para o Stanford Research Institute, onde integrou a equipe patrocinada pelo governo para fazer experimentos sobre visão remota com Harold Puthoff. Em 1996, o *New York Times* publicou uma matéria sobre a sua carreira, com o título: “They Laughed at Galileo Too”. Ele contou ao repórter do *Times* de que maneira trabalhar no SRI o influenciou:

Eu fiquei assombrado. Não fazia ideia de que a visão remota pudesse ser tão boa, tão real, com alvos da vida real. Fiquei principalmente surpreso por ver a longa lista do Departamento de Defesa e agências de inteligência que haviam custeado o programa por décadas, com o mais alto nível de apoio governamental e, o mais importante, pelo fato de que dentro das agências não se questionava mais se os fenômenos básicos eram reais. Eles não estavam patrocinando por prazer — haviam considerado a coisa pragmaticamente útil.¹⁴

Dean saiu do SRI em 1986. Nos anos seguintes, conduziu um dos mais

completos e escrupulosos estudos a respeito da pesquisa sobre anomalias mente-matéria já feitos. Ele assumiu um cargo acadêmico na Universidade de Nevada, que resumiu em seu livro *The Conscious Universe: The Scientific Truth of Psychic Phenomena*, de 1997. Nesse meio-tempo, seus próprios experimentos o tornaram especialista simplesmente em todas as metodologias já aplicadas no estudo da cognição anômala.

Parte do encanto de Dean é o jeito esquisito, endiabrado, com que ele fala do seu trabalho. A idade de 13 anos apareceu com força total, perpetuamente entusiasmada com as coisas bobas, impossíveis que ele decidia fazer. Ao mesmo tempo, mesmo quando se devota sem reservas a um problema experimental, ele se mantém alegremente desinteressado em relação aos resultados. Dean afirma de modo categórico que simplesmente nunca teve uma experiência de conversão pessoal como a que tornava outros convictos acerca das capacidades mentais anômalas: “O que me prende são os dados, mais nada. Quando os dados são bons o bastante — e um bocado de dados sobre anomalias são realmente bons, realmente intrigantes — aí bate aquele entusiasmo, aquela vontade de encontrar uma resposta científica — a diversão de ver se você consegue fazer tudo isso ter sentido.”

Em 2001, Dean aliou-se a uma pesquisadora também veterana, Marilyn Schlitz, uma das investigadoras no início dos estudos *ganzfeld* na Juilliard, junto com Charles Honorton. Schlitz acabara de ser nomeada diretora de pesquisa e educação do Institute of Noetic Sciences, na Califórnia, instituição fundada em 1973 pelo ex-astronauta Edgar Mitchell com o objetivo de “aprofundar a exploração da ciência convencional por meio da investigação rigorosa dos aspectos da realidade — tais como mente, consciência, espírito — que ultrapassam os fenômenos físicos”. Talvez tanto quanto qualquer um, Schlitz adotara a atitude Honorton-Hyman de buscar colaboradores para os experimentos que fossem declaradamente céticos. Desde 1995, ela vinha conduzindo experimentos com o psicólogo dr. Richard Wiseman sobre o problema do “efeito do experimentador” — de que maneira as crenças do investigador podem afetar os resultados obtidos.

Marilyn contratou Dean como cientista sênior. Ele continuou a explorar a questão que Vassy havia levantado: os indicadores autônomos poderiam constituir um modo de se determinar se o pressentimento — resposta aparentemente anômala a um acontecimento futuro — é

realmente possível?

Vassy havia usado eletrochoque como estímulo experimental para mensurar a reação galvânica da pele. Dean planejou usar fotos emocionalmente estimulantes. Como ele me descreveu seu trabalho:

O projeto é simples. O investigador prende eletrodos na mão esquerda do participante para medir continuamente a resistência elétrica da pele, que, por sua vez, reflete a atividade das glândulas sudoríparas. O participante então se senta diante do monitor de um computador que mostra a tela em branco. Em seguida, ele é instruído a pressionar um botão de acordo com sua livre vontade. Depois que o botão é pressionado, o computador espera cinco segundos para exibir, durante três segundos, uma foto selecionada aleatoriamente de uma vasta coleção de fotografias (algumas calmas e outras, emocionalmente provocativas) e então a tela ficava em branco novamente por dez segundos. Depois de um curto intervalo de “esfriamento”, o computador instrua o participante a apertar novamente o botão quando tivesse vontade. As sessões costumavam durar 30 minutos, durante os quais eram realizados cerca de 40 testes, cada um com uma foto diferente, aleatoriamente escolhida.

O que observei nesses experimentos, conduzidos até o momento com 131 participantes, é que, com a média das pessoas, o suor aumenta ligeiramente mais (ou seja, seu sistema nervoso autônomo é ativado) antes de verem fotos emocionalmente provocativas do que antes de verem fotos tranquilas. A diferença geral observada na reação autônoma está associada à probabilidade de $p = 0,00003$, de modo que há uma boa razão para acreditarmos que esse resultado não é fruto do acaso. Meus colegas e eu consideramos inúmeras explicações convencionais para esse efeito, incluindo sugestões sensoriais, inferências, seleção do alvo não aleatória e efeitos psicológicos de expectativa, mas nenhuma se mostrou adequada. Parece que o nosso sistema nervoso pode de fato perceber algo futuro com cinco segundos de antecedência.¹⁵

Os estudos de Dean não são os únicos atualmente em curso. Alguns dos mais interessantes estão sendo conduzidos pelo físico e ex-presidente da Parapsychological Association, dr. Edwin May, que dirigiu os

experimentos sobre visão remota do SRI/SAIC depois da transferência de Harold Puthoff para Austin. May resolveu projetar um estímulo que evitasse ao máximo o processamento mental consciente. Então, em vez de mostrar às pessoas fotos que teriam de registrar conscientemente — enfoque de Dean —, May preferiu usar ruídos. Os sujeitos, equipados com fones de ouvido e aparelhos para mensurar a reação galvânica da pele, eram, de modo inesperado, submetidos a “estímulos aversivos”, aleatoriamente intercalados com um número equivalente de momentos de silêncio como controle. O experimento usou um verdadeiro circuito gerador de números aleatórios, não um algoritmo de computador, para determinar em que momentos os sujeitos seriam acometidos pelo ruído alto; isso negaria qualquer influência inconsciente que poderia acontecer se um ser humano decidisse quando disparar o estímulo.

Com o auxílio de um físico consultor, James Spottiswoode, May coletou 25 minutos de dados sobre condutância contínua da pele de cada um dos fOO sujeitos do experimento. Num trabalho publicado em 2003, os pesquisadores relataram que os participantes demonstraram mais agitação — ou seja, suaram mais — três segundos *antes* de ouvirem as explosões sonoras em comparação com os períodos silenciosos de controle. As probabilidades estatísticas eram impressionantes — as chances de essa associação resultar do acaso eram inferiores a 5,5 milhão para 1.¹⁶

May em seguida se uniu a Vassy numa replicação colaborativa na Hungria. Numa série de testes aleatórios, cuidadosamente executados com du- plo-cego, as descobertas foram altamente positivas. Cerca de três segundos *antes* de o circuito gerador de números aleatórios selecionar um ruído forte, as pessoas começavam a suar mais do que antes do silêncio de controle. O notável era que os sujeitos não só reagiam antes de ouvir de fato o ruído, mas reagiam *antes que o estímulo fosse selecionado pelo gerador de números aleatórios do computador.*¹⁷

Norman Don, codiretor do laboratório de funcionamento do cérebro da School of Public Health da Universidade de Illinois, em Chicago, também estava estudando o pressentimento. Em vez da reação galvânica da pele, entretanto, ele mensurava os potenciais cerebrais ligados a acontecimento conforme registrados por um EEG — eletroencefalograma. Em quatro estudos publicados em revistas especializadas, ele descobriu que o cérebro dos sujeitos reagia *antecipadamente* a uma de quatro imagens que o computador *mais tarde* selecionava aleatoriamente como alvos daquele

teste. O interessante era que os sujeitos não sabiam naquele momento que estavam participando de uma experiência PES.¹⁸

Reagir antecipadamente a um ruído forte? A uma foto tranquilizadora ou emocionalmente estimulante? Ver três segundos à frente, talvez cinco? Tal reação pode não parecer muito. Mas, se for verdadeira, muda tudo. E isso nos leva de volta ao sentimento do que acontece como um portal para entender o conhecimento extraordinário.

Eu estava selecionando alguns dos experimentos recentes sobre precognição quando tornei a deparar com o nome de Daryl Bem. No final de 2003, Bem havia colocado na internet um artigo intitulado “Precognitive Habituation: Replicable Evidence for a Process of Anomalous Cognition”, adaptado de uma apresentação que ele fizera na 46ª convenção anual da Parapsychological Association.¹⁹ Bem também desenvolvera uma oportunidade amigável ao usuário, sem laboratório e sem despesas, para qualquer pessoa que tivesse um computador e quisesse conduzir seus experimentos sobre cognição anômala em casa, reproduzindo o que Bem realizara em seu laboratório em Cornell.²⁰

Resolvi que era hora de voltar a entrar em contato com meu antigo professor. Ele e a esposa, Sandra Bem, também uma reputada psicóloga social, estavam agora na faculdade de Cornell. Contatei Bem e fiquei sabendo que ele em breve ministraria uma palestra em San Francisco. Concordamos em permutar nossos trabalhos e reservamos uma manhã para o nosso encontro.

Daryl — a essa altura eu já passara da fase de reverência de estudante e já o tratava pelo primeiro nome — começara com algumas estatísticas impressionantes. Numa pesquisa com mais de 1.100 colegas professores dos Estados Unidos, 55% de cientistas naturais, 66% de cientistas sociais (com exceção de psicólogos) e 77% de acadêmicos de ciências humanas, artes e educação relataram acreditar que o PES ou está estabelecido como fato ou constitui uma grande possibilidade. Em contraste, o percentual comparável de psicólogos era de apenas 34%. Além disso, a mesma percentagem de psicólogos — 34% — declarou que o PES era totalmente impossível, visão manifestada por apenas 2% de todos os demais pesquisados.²¹ “Esses números indicam que eu vivo entre os tubarões”,

Daryl me disse. “Sou psicólogo acadêmico. Meus colegas ali do corredor são as pessoas que comem você vivo por expressar uma ideia sobre capacidades mentais anômalas não fundamentada nos mínimos detalhes por um experimento indiscutível e reproduzível.”

Mas Daryl não parecia nem remotamente perturbado. Na verdade, estava sorrindo com ar malicioso. Acrescentou que aqueles mesmos colegas o haviam inspirado a apresentar um elusivo santo graal da pesquisa experimental sobre cognição anômala: “uma demonstração direta em laboratório que possa ser reproduzida por qualquer experimentador competente, não importa o quanto ele seja cético, usando participantes advindos da população em geral.”

O experimento de Daryl feito em computador diferia num aspecto tremendamente importante dos experimentos que examinavam indicadores fisiológicos do processamento mental inconsciente. Ele queria encontrar um experimento que qualquer pessoa pudesse fazer, usando apenas os recursos de mensuração oferecidos por um computador caseiro. Isso significava que indicadores obtidos por meio da reação galvânica da pele, por Eletrocardiograma (EKG) e Eletroencefalograma (EEG) estavam excluídos. Mas ele estava determinado a contar com uma avaliação de resultado que tivesse um histórico igualmente sólido e sancionado na mensuração de cognição não anômala. Então, decidiu-se por um fenômeno psicológico bastante conhecido: o condicionamento.

Quando somos expostos a um estímulo emocionalmente provocativo, nossa fisiologia interna reage com intensidade na primeira vez, mas, depois de repetidas exposições, a reação perde a intensidade; nós nos tornamos “condicionados” a ele. Por exemplo, num recente experimento de condicionamento, os participantes expostos subliminarmente a palavras extremamente positivas ou extremamente negativas subsequentemente consideraram aquelas palavras como menos extremas do que palavras às quais não haviam sido expostos: as negativas eram menos negativas e as positivas, menos positivas. As exposições subliminares tinham levado os participantes a se condicionarem àquelas palavras em particular.

Daryl resolveu empregar o efeito do condicionamento num experimento que “virava o tempo de cabeça para baixo”. Em vez de condicionar um participante a um estímulo e depois avaliar sua reação, ele inverteu a sequência. Em cada teste do procedimento, primeiro mostrava-se ao participante um par de fotos excitantes negativas ou positivas

(eróticas) numa tela de computador, pedindo-lhe para indicar qual par de fotos ele preferia. O computador então escolhia aleatoriamente uma das duas fotos para servir como “alvo de condicionamento” e a exibia subliminarmente diversas vezes. Se o sujeito preferisse a foto subsequentemente designada como alvo, o teste era definido como acerto. Assim sendo o índice de acertos esperado pelas probabilidades era de 50%.

A “hipótese de precognição” de Daryl era que as exposições subliminares ao alvo teriam alcance retroativo para condicionar a *primeira* reação do participante a ela, ou seja, para diminuir a excitação que, de outra maneira, provocaria. Sob essa hipótese, os participantes prefeririam a foto alvo num par de fotos negativas (a que provocava menos excitação) e prefeririam a que não era alvo no par de fotos eróticas (a que provocava mais excitação).

Os resultados de Bem foram positivos: mais de 300 homens e mulheres participaram em diversas variações do experimento. Ao longo de seis estudos, o índice de acerto ficou significativamente acima de 50% em testes negativos (52,6%, $p = .0008$) e significativamente abaixo de 50% nos testes eróticos (48,0%, $p = .031$). Outros laboratórios agora reproduzem esse efeito com sucesso. Daryl está desenvolvendo e testando outras variações desses experimentos sobre “sentir o futuro”.²²

Estudos como os de Vassy e Bem indicam uma coisa: quer mensurados por meio da reação galvânica da pele ou por preferências produzidas por condicionamento, o processamento mental inconsciente pode ser o lugar certo para se buscarem provas confiáveis e replicáveis da cognição anômala. Sendo assim, não é de se admirar que pesquisadores que procurem na atividade mental consciente não tenham ainda localizado satisfatoriamente as capacidades anômalas. Eles adotaram uma posição remanescente do sábio sufi Mulla Nasrudin, que se pôs a procurar suas chaves debaixo de um poste de luz — não por tê-las perdido ali, mas porque o lugar era mais iluminado.

Quando Bem e eu estávamos prestes a encerrar a nossa conversa, ele comentou: “Por falar nisso, não acho que o meu experimento seja interessante o bastante para nos ensinar alguma coisa. Ele não responde a questões realmente importantes — questões sobre o modo como as capacidades anômalas podem funcionar, que condições as facilitam e tudo o mais. Jamais conseguiremos respostas para grandes questões numa

experiência desse tipo.”

“E quanto a essas grandes questões?”, perguntei. Não são questões que precisamos examinar para chegarmos a um modelo que aprofunde a nossa compreensão de cognição anômala? Ele não estava curioso para encontrar essas respostas? “Sim”, ele replicou. Estava curioso. Mas não se aventuraria por lá. “Por ora, quero apenas uma coisa. Quero um experimento simples, replicável, que demonstre que essas capacidades existem — se comprovarmos que existem. Convivo com cabeças-duras céticos e quero um experimento que eu possa mostrar e dizer: ‘Ei, tente este aqui. Veja por si mesmo.’ Quero um experimento tão simples que eles não possam em boa e científica consciência dizer não.”

Eu tenho minhas dúvidas. A resistência a ideias novas é poderosa. A resistência a ideias que mudem tudo é ainda mais poderosa. A resistência enraizada em redes associativas inconscientes é a mais poderosa de todas. Está fora da escolha consciente e da ordem estabelecida consciente. E essa é outra razão por que precisamos levar os processos mentais inconscientes em consideração para conquistarmos um status científico viável para cognição anômala. Precisamos entender a fonte da nossa profunda resistência para mudarmos o modo mais básico de compreendermos o mundo e nossa posição nele.

Talvez a psicanálise nos ofereça um modo. Uma das maiores contribuições de Freud é um conceito chamado *Angstsignal*, ou sinal de ansiedade, que antecipava alguns dos mais sofisticados trabalhos contemporâneos sobre memória implícita e redes associativas inconscientes. O desenvolvimento de Freud do conceito surgiu diretamente de sua inovadora compreensão do medo e das formas pervasivas com que o medo organiza a existência humana.

O sinal de ansiedade, Freud disse, descreve uma função mental inconsciente que funciona como uma espécie de sistema inicial de alarme para a psique. É o que o impede, depois que você se queimou uma vez, de ter de considerar conscientemente os méritos de agarrar a ponta incandescente do atizador cada vez que você o retira do fogo crepitante. Ver o atizador incandescente leva a uma experiência de sinal de ansiedade. É um sinal de alarme direto do transtorno que seria se você continuasse

agarrando atíça- dores incandescentes.

O sinal de ansiedade resulta da percepção do perigo. Mas também está ligado a *se aprender a associar uma coisa com outra, geralmente de modo inconsciente*. Nessa medida, está ligado ao modo como criamos memória a partir de redes associativas inconscientes. Uma vez que reconhecemos o perigo, o sinal de ansiedade funciona *como um tipo atenuado da reação de ansiedade original estimulada pelo perigo original*.²³ Por exemplo, nós não continuamos a segurar a ponta incandescente do atíçador, a gritar de dor e a deixá-lo cair no chão. Nós aprendemos a não fazer isso. Desenvolvemos um conjunto direto de estratégias defensivas estimuladas pelo medo de nos queimarmos de novo. Nós seguramos a extremidade fria ou usamos uma luva especial ou esperamos até a ponta incandescente esfriar. Fazemos isso de maneira tão instantânea que evitamos qualquer experiência consciente de ansiedade. Mas não por não estarmos processando ativamente a ansiedade para conquistarmos novas estratégias adaptativas de evitar a experiência da queimadura, mas porque a ansiedade está sendo processada sem nossa percepção consciente.

O sinal de ansiedade é também o que leva a criança a voltar prontamente para a sala de aula quando ouve tocar a sineta que marca o final do recreio — depois de ser repreendida repetidas vezes por continuar brincando no pátio. Os meninos associam a sineta à repreensão e a lembrança da repreensão faz parte de uma rede associativa que conecta o medo de ser repreendido a permanecer no pátio brincando. Por fim, a sineta provoca um lampejo de sinal de ansiedade rápido o bastante para se tornar automático e inconsciente.

Mas, quando são mais complexas, as redes associativas acionadas pelo sinal de ansiedade ficam mais interessantes. Suponhamos que a criança que precisa sair do pátio continue vendo sua mãe, mulher patologicamente deprimida, que está parada do lado de fora da escola, na esperança de receber um aceno do filho. A reação da criança ao sinal de ansiedade que o impele de volta para a sala de aula se torna mais complicada, nesse momento e futuramente na vida.

Anos mais tarde, a mesma criança se tornará um adulto que provavelmente, contra toda a razão aparente, insistirá com a esposa em não comprar a casa que atende a todas as suas necessidades e tem um preço excelente, mas que fica mais longe do trabalho. Ele dará à esposa uma série de razões maravilhosamente lógicas que ninguém, muito menos

ele, reconhece como totalmente irrelevantes, mas que nada têm a ver com a verdadeira causa da sua relutância em comprar a casa: ele se preocupa em morar um pouco mais longe do trabalho porque tem uma expectativa ansiosa de que sua esposa fique deprimida como sua mãe ficava, no passado, quando ele se encontrava a uma distância maior que a de um aceno. Redes associativas inconscientes estão em pleno funcionamento, provocando o sinal de ansiedade desse homem e interferindo de modo drástico em suas boas intenções. Ele nem imagina que a esposa está muito longe da depressão e não dá a mínima para o fato de o marido ficar a uma distância maior que a de um aceno.

Esse marido não é muito diferente dos curadores do museu que acreditavam firmemente estar salvando a ciência das garras da religião ao jogarem os meteoritos fora. Ele acredita estar salvando a esposa da depressão. Ele não é mais capaz do que os curadores do museu de reconhecer o sinal de ansiedade que o levava a agir como estava agindo. Se tivessem sido capazes de entender que o sinal de ansiedade os estava levando a julgar meteoritos como provas significativas da religião e provas sem valor para a ciência, aqueles curadores provavelmente pensariam duas vezes antes de jogá-los fora.

Um amigo meu que testou o experimento de Bem me submeteu a um longo e paciente monólogo sobre o motivo por que as provas que ele obteve não eram extraordinárias o suficiente para garantir afirmações extraordinárias. Ele achava que estava me salvando da minha perturbadora credulidade. Eu, contudo, senti-me como a esposa argumentando com o marido em favor da compra da casa. Refleti que o meu amigo, assim como o homem que temia ficar a uma distância da esposa maior do que a de um aceno, estava preocupado consigo mesmo, não comigo — preocupado em não ficar à distância de um aceno de seus próprios testados e aprovados modelos da natureza. Assim como aquele casal, estávamos atuando em redes associativas totalmente diferentes, que nos levavam a julgar provas diferentes como significativas. As redes associativas do meu amigo o levavam a descartar provas que eu considerava intrigantes.

Além dos experimentos que visavam desafiar o tempo, tem havido também uma série de outros que desafiavam a dimensão do espaço.

Especialmente provocativos são os que analisam a sincronização (*entrainment*), processo pelo qual o funcionamento fisiológico de duas pessoas desenvolve padrões simultâneos.

“Sincronização” atualmente é uma palavra-chave em muitas áreas da pesquisa convencional. Designa o que surge quando duas pessoas assistindo ao mesmo filme começam a suar juntas ou desenvolvem batimentos cardíacos semelhantes ou provas semelhantes de flutuação cerebral. O que surge entre casais, jogadores do mesmo time e músicos de uma orquestra. Surge diretamente relacionada ao elo social e ao modo como as ligações emocionais produzem reações ressonantes nas pessoas.

Daniel Goleman informa acerca desse fenômeno da neurociência em *Social Intelligence: The New Science of Human Relationships*. Uma das descobertas mais espantosas é a de que o nosso cérebro contém neurônios-espelho, que refletem o que observamos nos outros:

Os nossos neurônios-espelho disparam quando observamos outra pessoa, por exemplo, coçar a cabeça ou enxugar uma lágrima, de modo que uma parte do padrão do disparo neuronal do nosso cérebro imita o da pessoa. Isso mapeia as informações idênticas do que estamos vendo para os nossos próprios neurônios motores, permitindo-nos participar das ações da outra pessoa como se nós as estivéssemos executando... Os neurônios-espelho tornam contagiantes as emoções, possibilitando que os sentimentos que testemunhamos fluam por meio de nós, ajudando-nos a entrar em sincronia e acompanhar o que está acontecendo. Nós “sentimos” o outro no sentido mais amplo da palavra.²⁴

O nosso cérebro e o da pessoa parecem interligados para uma conexão mais profunda um com o outro.

Mas, embora os estudos convencionais sobre sincronização de ondas cerebrais forneçam provas dramáticas de que a criação de elos num relacionamento exerce efeitos inconscientes sobre nós, não há nada de anômalo aí. Podemos ficar surpresos por ouvir a ciência martelando sobre o assunto, mas se trata de um conhecimento comum desde que os seres humanos começaram a se sentir conectados uns aos outros.

Os novos estudos acrescentaram um elemento-chave aos experimentos tradicionais sobre sincronização de ondas cerebrais. Eles separaram as

peças no espaço e expuseram apenas uma delas ao estímulo e depois procuraram provas da sincronização. Descobriu-se que os indicadores que apontam flutuações no estado mental inconsciente continuam a se correlacionar, mas sem meios identificáveis de comunicação entre as pessoas.²⁵

Imagine um experimento em que John, o “emissor”, ejane, a “receptora”, estão sentados em salas separadas e blindadas. John é informado de que sua tarefa é enviar instruções mentais para acalmar ou estimular Jane visualizando mentalmente cenas serenas ou provocantes. Experimentos desse tipo têm mostrado que, se o par estiver sincronizado, o padrão de Jane de reação fisiológica se correlaciona com o de John de um modo presumivelmente anômalo. Mas isso não é tudo. Se lhe perguntarem se estava *conscientemente ciente de sentir excitação ou calma* em qualquer dado momento, os relatos de Jane estão *menos* correlacionados aos de John do que os padrões fisiológicos dos dois. Se existe aí algo de anômalo, o relato consciente não captura o fato tão bem quanto os indicadores inconscientes, embora os indicadores conscientes ainda funcionem acima das probabilidades.

Mais uma vez, parece que gerações de experimentos com telepatia podem estar fundamentadas numa premissa essencialmente falsa, o que inevitavelmente produzirá resultados altamente flutuantes e difíceis de reproduzir. Se houver alguma coisa real na telepatia, os experimentos atuais sugerem que é improvável que seja capturada com segurança por indicadores baseados em informações mentais conscientemente processadas. Embora *algumas* pessoas, *às vezes*, tenham *algum* acesso comparativamente mais claro a *algumas* informações inconscientes, esse acesso é sabidamente imprevisível e sempre incompleto. (Os experimentos *ganzfeld*, entretanto, basearam-se em relatórios conscientes e de maneira geral forneceram fortes indícios da telepatia.)

Por outro lado, esses mesmos experimentos atuais ajudam a explicar por que os dados da telepatia onírica pareciam tão especialmente bons. Mesmo quando os relatos de sonhos contêm apenas os elementos que alcançam a consciência, a própria natureza da lembrança do sonho é a de que ela chegue mais perto dos processos mentais inconscientes do que quaisquer outros pensamentos que percebemos. Nós permitimos que os relatos de sonho contenham conexões mentais que censuramos normalmente nas nossas ideias comuns em vigília.

Os dados obtidos em estudos sobre cognição anômala que buscam indicadores fisiológicos dos processos mentais inconscientes parecem absolutamente notáveis. Mas ainda nos debatemos com questões importantes. O que *fazer* com eles? Como funcionam? Se o processamento mental inconsciente é o que devemos investigar, o que isso nos revela para a modelagem científica dessas capacidades? Essas perguntas me conduziram a um mundo mais estranho do que qualquer fenômeno psíquico que já deparei: o mundo da física contemporânea.

12. Incerteza Quântica: Um Modelo Eficaz de Realidade

No dia 25 de março de 2004, a *New York Review of Books* publicou uma crítica do livro recém-traduzido *Debunked! ESP, Telekinesis, and Other Pseudoscience* escrito por dois físicos franceses, Georges Charpak e Henri Broch.¹ A crítica foi feita pelo eminente físico teórico Freeman Dyson, que também obteve aceitação pelo grande público em geral com livros como *Infinite in AU Directions* e *From Eros to Gaia*. Trata-se de um artigo cauteloso e sóbrio, louvando Charpak e Broch pelo desmascaramento sistemático de fraudes parapsicológicas. “Charpak e Broch fizeram um ótimo trabalho”, escreveu Dyson, “expulsando os vendilhões do templo da ciência e revelando seus truques.” Desde o início do artigo, já ficava claro que as formas anômalas de conhecimento não eram bem vistas.

Mas Dyson, mestre em causar surpresas, elaborou uma tese incontestável contra a fraude parapsicológica. Mas, de repente, ele mudou de rumo:

Afirmo que os fenômenos paranormais podem realmente existir... A hipótese de esses fenômenos serem reais, mas estarem fora dos limites da ciência é sustentada por uma grande quantidade de provas... Acho plausível que o mundo de fenômenos mentais exista, fluido e evanescente demais para ser apreendido com os enfadonhos recursos da ciência... Uma das minhas avós era uma notória e muito bem-sucedida curandeira pela fé. Uma das minhas primas foi, durante muitos anos, editora do *Journal of Society for Psychical Research*. Essas duas senhoras haviam frequentado boas escolas, eram muito inteligentes e acreditavam com ardor nos fenômenos paranormais. Elas podiam estar iludidas, mas nenhuma das duas era boba. A crença delas se baseava em experiências pessoais e no exame minucioso das provas. Nada do que acreditavam era incompatível com a ciência.

Quer os fenômenos paranormais existam ou não, as possíveis provas de sua existência estão corrompidas pela enorme quantidade de bobagens e fraudes. Antes de começarmos a avaliar as provas, é imprescindível nos livrarmos dos vendilhões e dos charlatães, que transformam mistérios não desvendados em negócio lucrativo.

Foi uma declaração impressionante. Ali estava um dos maiores físicos do mundo defendendo a plausibilidade de uma miríade de capacidades mentais anômalas. Dentre as provas mais convincentes invocadas por Dyson constava o amplo material reunido pela Society for Psychical Research. Ele escreveu:

Os membros da sociedade se deram ao trabalho de entrevistar as testemunhas diretas o mais cedo possível, logo após os acontecimentos, e documentar os relatos com cuidado. Um fato que emerge claramente dessas histórias é que os acontecimentos paranormais só ocorrem, se ocorrem, quando as pessoas estão sob tensão e vivendo uma emoção forte. Esse fato explicaria de pronto por que não se observam fenômenos paranormais sob as condições de um experimento científico rigidamente controlado. Emoções fortes e tensão são obviamente incompatíveis com procedimentos científicos controlados. Num experimento clássico de adivinhação de cartas do baralho Zenner, os participantes podem iniciar a sessão muito agitados e registrar algumas pontuações altas, mas, com o passar das horas e o tédio tomando o lugar da agitação, as pontuações caem para os 20% previstos pelas probabilidades.

Dyson também nos fala dos motivos por que, em sua opinião, os estudos que lhe são familiares fracassaram:

O que sugiro é que a capacidade mental paranormal e o método científico podem ser complementares. A palavra “complementar”, termo técnico introduzido na física por Niels Bohr, significa que duas descrições da natureza, embora válidas, não podem ser observadas simultaneamente. O exemplo clássico de complementaridade é a dupla natureza da luz. Em um experimento, vê-se a luz comportar-se como uma onda contínua e em outro, como um agrupamento compacto de partículas, mas não conseguimos ver a onda e as partículas no mesmo experimento. Complementaridade, na física, é um fato estabelecido. A extensão da ideia de complementaridade para os fenômenos mentais é pura especulação. Que, entretanto, parece-me plausível...

Complementaridade: voltamos à ideia de olhos da noite e olhos do dia, ao binômio figura-fundo estudado na Gestalt. A complementaridade se aplica ao modo de ver do observador, não aos fenômenos observados. É o mesmo céu, tanto o noturno coalhado de estrelas quanto o diurno ofuscante, a despeito de não conseguirmos vê-los ao mesmo tempo. A figura continua a mesma, quer vejamos os perfis ou o cálice. Simplesmente não podemos ver os dois ao mesmo tempo.

E, se passamos a vida enxergando somente uma parte da figura, teremos de nos esforçar para divisar o formato da outra parte. É difícil, mas não impossível, desenhar o contorno do Oceano Atlântico quando crescemos vendo o globo com os continentes. Temos de raciocinar para chegar lá, redesenhando os contornos que definem os continentes. Então podemos começar a transitar entre as duas imagens. Depois disso, podemos enxergar ambas as imagens e recriá-las como quisermos.

Mas, se nunca tivermos visto o céu noturno, não é fácil chegarmos até a noite por meio do raciocínio. Com humildade, somos capazes de respeitar a pesquisa sobre o conhecimento extraordinário, como Dyson fez em relação à avó e à prima, mesmo sem ter visto o que elas viram. Mas é mais fácil quando já vivenciamos pessoalmente, quando ao menos uma vez experimentamos saber como é e temos aquela sensação de si que experimentamos quando um fenômeno aparentemente anômalo surge no nosso caminho.

Uma última revelação sobre a crítica de Dyson: ele destacou que o significado literal do título original francês do livro de Charpak e Broch — *Devenez Sorciers, Devenez Savants* — era “tornar-se um Mago, tornar-se um Sábio”. Em sua opinião, traduzir o título por “*Debunked!*” foi um erro. A engenhosidade do título original está na ideia que jaz por trás — *aprenda a fazer mágica e a ver através dela*. Em outras palavras, a melhor maneira de evitar ser enganado por truques de magia é aprender bem a fazê-los sozinho. É preciso conhecer a sensação de si, quando estiver fazendo mágica ensaiada, para distingui-la da experiência de viver alguma coisa possivelmente anômala.

Eu lembrei que, quando me encontrei com Daryl Bem para discutir conhecimento anômalo, ele deu início à nossa conversa citando estatísticas — quais percentagens de quais profissões acreditavam na possibilidade da existência da telepatia ou da percepção extrassensorial. Não mencionou prestidigitadores, mas imaginei que formavam uma categoria interessante

para ser examinada.

Eles se revelaram realmente interessantes. Com tudo o que sabem sobre os segredos do ofício, entre 72% e 84% dos mágicos acreditam que a percepção extrassensorial seja um fenômeno genuíno.² Dado que somente 34% dos psicólogos acreditam em percepção extrassensorial, o contraste é impressionante. Os mágicos têm mais certeza do que *quaisquer outros profissionais* de que os fenômenos psíquicos realmente existem.

Era fim de agosto de 1995 e eu estava levando a minha filha de 16 anos de carro, pelo Estado da Nova Inglaterra, para fazer entrevistas para a faculdade. Durante boa parte da viagem, ela dormiu. Apanhei uma caixa de fitas de áudio que eu encomendara algumas semanas antes. Eram palestras ministradas no Center for Frontier Sciences da Temple University. O centro havia sido fundado em 1987 como resposta a preocupações manifestadas por vários cientistas bem-conceituados que desejavam mais oportunidades para debater de modo colaborativo as pesquisas que representassem um desafio radical às ideias científicas predominantes. O objetivo explícito do centro era promover “o exame aberto e imparcial de quaisquer teorias, hipóteses, ou modelos que apresentassem um desafio para as visões científicas prevalentes, usando métodos e raciocínios científicos sólidos... revisão crítica e ceticismo saudável... Reconhecer que muitas vezes as novas fronteiras das questões científicas de hoje serão as ciências prevalentes do amanhã”.³

Mantendo os olhos na estrada, peguei uma das fitas e olhei rapidamente para a etiqueta. Não reconheci o nome: dr. Robert G. Jahn, da Universidade de Princeton. Coloquei-a no toca-fitas e me preparei para ouvi-la com apenas uma parte da minha atenção — estava mais concentrada no prazer de contemplar o início do outono na Nova Inglaterra, enquanto dirigia.

Passados 20 minutos, eu havia esquecido completamente o outono e também as entrevistas da minha filha. Estava ouvindo Jahn, professor de ciências aeroespaciais, descrever o trabalho que ele e os colegas desenvolveram no laboratório do Princeton Engineering Anomalies Research (PEAR), desde a sua fundação, em 1979. Descobri que Jahn é um físico renomado, amplamente reconhecido como autoridade no campo da

propulsão espacial avançada. De acordo com a sua declaração de missão, Jahn, na época diretor da Faculdade de Engenharia e Ciências Aplicadas de Princeton, fundara o programa PEAR “para elaborar estudos rigorosamente científicos sobre a interação da consciência humana com dispositivos, sistemas e processos físicos sensíveis, comuns à prática da engenharia contemporânea”. Desde a fundação, “uma equipe interdisciplinar composta de engenheiros, físicos, psicólogos e humanistas vem conduzindo uma programação abrangente de experimentos e desenvolvendo modelos teóricos complementares para possibilitar uma compreensão melhor do papel da consciência no estabelecimento da realidade física”.⁴

O tema da palestra de Jahn era o grande volume de pesquisas — conduzidas no laboratório PEAR durante os 15 anos precedentes — acerca de capacidades mentais anômalas e a interação anômala entre mente e matéria. Era fascinante, tanto pela clareza, pelo raciocínio científico sóbrio, quanto pela natureza absolutamente surpreendente do conteúdo.

Assim que a fita acabou, saí imediatamente à procura de um telefone para solicitar todas as separatas das publicações do laboratório. Quarenta artigos chegaram à minha porta na semana seguinte. Os experimentos que eles relatavam eram intrigantes. Mais intrigante ainda foi o vislumbre que me proporcionaram de colegas em busca de caminhos científicos que tinham relação direta com todas as perguntas que venho formulando desde que a harpa voltou.

Na realidade, o laboratório do PEAR começou em 1977, quando um graduando de Princeton procurou Jahn com uma ideia para um experimento que envolvia interação anômala entre mente e matéria. Como Jahn descreveria mais tarde, o estudante estava muito motivado e comprometido com o rigor científico e, por isso, ele se viu “dividido entre o ceticismo intelectual pessoal e o possível benefício pedagógico desse projeto”.⁵ No princípio, limitou-se a orientar o aluno em direção a uma revisão crítica bibliográfica completa. Mais tarde, concordou com o experimento, sem perceber que havia aberto uma caixa de Pandora, que traria implicações gigantescas para a sua própria pesquisa subsequente.

Os resultados do experimento do aluno deixaram-no inquieto. Sugeriam que, por meio de pura e simples intenção mental, somos capazes de literalmente afetar a matéria. Jahn estava longe de se convencer de que os resultados eram válidos, mas sentia-se “cada vez mais preocupado com

a possível vulnerabilidade de certos sistemas tecnológicos aos efeitos sugeridos por esse experimento-piloto”.⁶ Nessa época, Jahn era um consultor altamente respeitado e trabalhava para as principais organizações governamentais e também para a indústria aeroespacial. Tinha extrema consciência de todas as maneiras possíveis pelas quais essas vulnerabilidades poderiam manifestar-se, por mais louco que pudesse parecer o simples fato de considerá-las. Depois de alguns meses, incapaz de encontrar tranquilidade, percebeu que dispunha de uma única opção: estimular a criação de um programa para pesquisar mais a fundo.

E assim nasceu o Laboratório do Princeton Engineering Anomalies Research (PEAR). Uma das primeiras coisas que Jahn fez foi procurar Brenda Dunne, psicóloga do desenvolvimento, que iria tornar-se a sua colaboradora por muitos anos, inspiradora de muitas das suas ideias e administradora do laboratório do projeto PEAR. Juntos, os dois passaram mais de um quarto de século conduzindo pesquisas experimentais meticulosas sobre anomalias mente-matéria.

Quando os conheci, fiquei muito bem impressionada com a sua força como equipe. Bob é baixo, magro e desprezioso — um acadêmico dotado de intelecto sistemático, paixão pela ciência e uma notável facilidade para explicar ideias complexas. Já Brenda abriga uma mente ágil e seu humor cáustico num corpo de avó judia, intuitiva e efusiva — conforme a descrição que costumava fazer de si mesma. Ela galvaniza muitos dos projetos do PEAR, além de supervisionar sua meticulosa execução com olhos de águia.

O trabalho experimental do laboratório do projeto PEAR divide-se em duas categorias: pesquisa sobre interação mente/máquina e sobre percepção remota. Na primeira categoria, operadores humanos tentam influenciar, por meios anômalos, a produção de várias máquinas simples, cada uma das quais envolvendo alguns processos físicos aleatórios mensuráveis.

Cada operador normalmente se senta diante de uma máquina que gera milhares de sinais binários aleatórios por segundo, o equivalente a lançar fora milhares de moedas por segundo. Usando uma estratégia pessoal de sua escolha, mas sem contato físico, o operador tenta conseguir que a máquina lance praticamente moedas com valores predeterminados, diferentes do que seria esperado aleatoriamente. Em outras palavras, ele define a intenção de produzir mais caras, mais coroas, ou uma quantidade

igual das duas, como se a máquina estivesse realmente jogando moedas. Depois, usando somente o exercício da intenção mental durante 200 jogadas virtuais de moeda, os operadores procuram obter exatamente o resultado que definiram como meta. Por volta de 1996, os resultados acumulados eram os seguintes:

“...cerca de 50 milhões de tentativas experimentais haviam sido realizadas até aquela data, contendo mais de três bilhões de bits de informação binária.... A correlação anômala entre os resultados da máquina e as intenções do operador declaradas anteriormente é bem evidente... (e) estatisticamente replicável. Considerando o banco de dados completo, é improvável que a anomalia composta se deva ao acaso em cerca de 1 para um bilhão.... Desse imenso banco de dados de indicações empíricas, a conclusão inevitável parece ser que a consciência do operador é capaz de inserir informações, na sua forma “objetiva” mais rudimentar, a saber, bits binários, nesses sistemas físicos aleatórios, por algum meio anômalo.’

Quando se acumulam os resultados de um tão amplo número de pessoas, o efeito é muito, mas muito significativo em termos estatísticos. A impressão é de que a mente afeta a matéria de maneiras completamente inesperadas. Achei realmente fascinante o fato de os resultados do projeto PEAR serem obtidos com gente comum: estudantes universitários, pessoas que passavam pela rua e eventuais visitantes interessados em eventos anômalos. Se o laboratório do projeto PEAR estiver certo, qualquer pessoa é capaz de alterar o funcionamento das máquinas.

Essas descobertas certamente não implicam que tentativas individuais sejam significativas do ponto de vista estatístico. Longe disso — e é por isso que não andamos por aí convencidos de que podemos afetar a operação de uma máquina só com a nossa vontade. Mas todos nós, ou quase todos, de acordo com os resultados do PEAR, compartilhamos a capacidade periférica, quase imperceptível, de exercer esse poder ocasionalmente. E algumas pessoas, talvez como Harold, parecem capazes de produzir mais do que um simples efeito marginal.

A segunda categoria de experimentos do PEAR envolve clarividência, telepatia, percepção remota, ou percepção extrassensorial. As diretrizes do PEAR especificam a metodologia experimental adotada:

... segundo o protocolo usual, dois sujeitos participam do experimento.

Um, o “agente”, fica presente fisicamente na localidade-alvo — selecionada por meio de um processo aleatório —, onde imerge emocional e cognitivamente no cenário, registra as suas características no formulário padrão de verificação e tira fotografias. O outro, o “perceptivo”, fica a muitos quilômetros de distância e, desprovido de conhecimento prévio do cenário, procura perceber aspectos e detalhes do ambiente; em seguida, registra todas as impressões no mesmo formulário padrão de verificação e por meio de uma narrativa menos estruturada ou esboços. Os formulários de verificação do agente e do sensitivo são digitalizados e o grau de conformidade é pontuado numericamente por vários algoritmos.⁸

O grau em que os pares de formulários de verificação combinam entre si é então computado e comparado com o que seria esperado numa base aleatória — ou seja, o que se esperaria se não houvesse de fato uma ligação entre os pares de agente e sensitivo, se os agentes meramente descrevessem seu entorno e os perceptivos descrevessem qualquer cenário que lhes viesse à cabeça.

No projeto PEAR, o volume de efeitos anômalos obtidos nos experimentos de percepção remota é ainda maior do que aquele obtido pelas interações entre mente e máquina. A probabilidade de isso acontecer por acaso é de 10^{11} , ou de 1 em 100 bilhões. Considerando os resultados dos experimentos de percepção remota conduzidos por mais de 25 anos, o laboratório do projeto PEAR chegou à seguinte conclusão: “A consciência (humana) é capaz de extrair informação dos aspectos físicos do seu ambiente por meios anômalos independentes de espaço e de tempo.”⁹

Examinei com atenção as críticas dos céticos às pesquisas do PEAR; nenhuma apresentou um exame sério que pudesse desmascará-las. Algumas eram raivosas, outras, simplesmente cautelosas. Mas nenhuma se valeu de argumentos plausíveis para questionar os dados como um todo ou os métodos de análise. Em vez disso, contestavam pequenos detalhes de estatística ou implicações filosóficas genéricas. Do mesmo modo que com o amplo volume de pesquisa do laboratório Rhine e com os estudos do National Research Council/CIA, a impressão era de que os críticos teriam de aceitar os dados do PEAR.

Na época em que eu estava mergulhada na pesquisa do PEAR, recebi um convite para redigir um artigo para o *International Journal of Psychoanalysis* comemorando seu 75º aniversário. Decidi escrever sobre a relação da comunicação inconsciente com o fato clínico, o processo pelo qual analista e paciente chegam a uma interpretação da realidade psíquica do paciente, tema sempre respeitado na psicanálise.

Não demorei muito para perceber que não poderia mais abordar o assunto da maneira como fazia antes. Não conseguiria evitar a pergunta de como os fatos clínicos que resultaram da comunicação inconsciente podiam revelar-se anômalos. Eu estivera reconsiderando muitas coisas. Além disso, como colaboradora convidada, eu dispunha de carta-branca — poderia escrever sobre o que quisesse, desde que o texto fosse considerado uma contribuição de peso por um dos meus pares.

Dei ao artigo o título de “Subjectivity and Intersubjectivity of Clinical Facts”.¹⁰ Como fiz referência à pesquisa do laboratório do projeto PEAR, enviei-lhes uma cópia do trabalho. Passaram-se algumas semanas. Certa manhã, o telefone tocou. Era Bob Jahn. Disse que o meu artigo havia flutuado para o topo da pilha sobre a sua mesa com centenas de outros que esperavam ser lidos e que ele o lera na noite anterior. Achava que uma troca de ideias poderia ser reciprocamente informativa.

Logo Bob começou a me dar uma verdadeira aula de física elementar pós-newtoniana e pós-einsteiniana. Em troca, contei-lhe acerca da pesquisa atual sobre processos mentais inconscientes.

Bob Jahn e Brenda Dunne então me enviaram um convite para apresentar as minhas ideias na reunião seguinte dos International Consciousness Research Labs — ICRL, grupo interdisciplinar criado por eles em 1990. (Foi onde, mais tarde, eu conheceria Paul Devereux, de quem falei no Capítulo 10.)

Havia 12 outras pessoas reunidas naquele fim de semana: Brenda e 11 homens, vindos da Europa, dos EUA e do Canadá, abrangendo diversos campos do conhecimento — todos com a mesma vontade que eu de apresentar um modelo para o conhecimento anômalo. Traziam consigo todos os tipos de especialização: bioquímica, biologia celular, antropologia, arqueologia, filosofia, ciências ambientais e, a presença com maior peso, física. Na tarde do domingo, eu, única psicanalista, fui convidada para me juntar ao grupo em caráter permanente.

O ICRL reunia-se a cada seis meses, por três dias consecutivos. Nós nos encontrávamos para o café da manhã, depois fazíamos uma reunião. Havia o intervalo para o almoço e depois, outra reunião. Caminhávamos um pouco à tarde — na sequência, outra reunião. Jantávamos e fazíamos a última reunião do dia — essa, normalmente regada a uísque irlandês de um dos nossos colegas britânicos.

Depois de participar por vários anos, fiquei surpresa quando Bob começou a falar na primeira manhã dos nossos encontros, em 2001. Normalmente contido, sempre insistia para os outros se apresentarem primeiro. Dessa vez, anunciou que Brenda e ele estiveram refletindo sobre a questão dominante com que todos nos defrontávamos: seria possível concebermos um modelo para a interação entre mente e matéria que abrangesse tanto a normal quanto a anômala? Esse modelo poderia começar com um quadro muito simples, dividido em quatro quadrantes como aquele que ele estava mostrando?

À esquerda do eixo vertical, Bob explicou, imagine o plano da mente, dividida horizontalmente ao longo de uma dimensão familiar: a dinâmica do processo consciente versus o inconsciente. À direita do eixo vertical, está o plano da matéria, subdividido nos domínios estabelecidos pela física contemporânea — o reino da dinâmica tangível versus uma dinâmica que vamos chamar de intangível. O quadrante superior direito representa a ciência que a maioria de nós aprendeu na escola. A sua mecânica é física ou biológica e os seus dados vêm num formato objetivo, quantificável.

MENTE	MATÉRIA
DINÂMICA CONSCIENTE	DINÂMICA TANGÍVEL
DINÂMICA INCONSCIENTE	DINÂMICA INTANGÍVEL

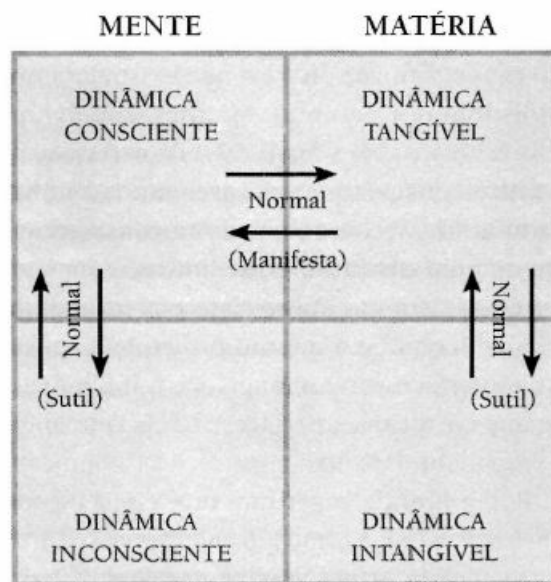
O quadrante inferior direito em grande medida ingressa no domínio da física quântica. É onde a mecânica relevante é compreendida só vagamente, identificada pelos evocativos nomes da ciência teórica contemporânea: “totalidade quântica”, “teoria das cordas”, “ordem implicada”, “o paradoxo de Einstein-Podolsky-Rosen (EPR)”, “emaranhamento quântico”, “física do vácuo” ou “descrição ôntica”. As informações, nesse campo, não são quantitativas da maneira convencional e desafiam os nossos conceitos habituais de mensurabilidade, confiabilidade e previsibilidade.

A física desse quadrante é inebriante. Bob ajudou os que, como eu, não eram físicos a reconhecer que a sua própria natureza é elusiva. Mas, como psicanalista, algo realmente atraiu a minha atenção: o quadrante misterioso da dinâmica intangível apresentava uma lógica quase tão incipiente, indizível e incompreensível para a lógica comum quanto a do quadrante da dinâmica inconsciente. Tratava-se de uma espantosamente semelhante “não lógica”. O espaço e o tempo não agem de acordo com as regras comuns em nenhum desses quadrantes. Conexões impossíveis entre as coisas tornam-se bizarramente possíveis. Elos associativos normais — que são imutáveis nos dois quadrantes acima do eixo horizontal, o plano consciente e o tangível — não são válidos abaixo do eixo. E a relação entre os planos, tanto entre o consciente e o inconsciente como entre o tangível e o intangível, afigura-se notavelmente paralela.

Fiquei fascinada. Bob explicou que o mundo que observamos vive, de

um modo geral, acima do eixo horizontal do modelo. Esse é o mundo que vemos com os olhos comuns do dia. Contudo, todos aceitamos a premissa de que os dois quadrantes abaixo do eixo exercem um papel essencial na determinação do que se manifesta no hemisfério superior. Assim, há algo de vital no que acontece nas transações *entre* quadrantes, em cada interface. Três das transações possíveis, entre a dinâmica consciente e a tangível, estão dentro do campo de ação daquilo que chamamos de ciências normais. Elas variam de significativamente manifestas e especificáveis (dentro do hemisfério superior, entre a dinâmica consciente e a tangível) a sutis, indistintas e amorfas (de cima para baixo, entre a dinâmica consciente e a inconsciente e entre a dinâmica tangível e a intangível).

A interface mais simples de se entender é a conhecida fronteira entre o consciente e o tangível. Sabemos bastante a respeito da interação de mentes conscientes e matéria tangível. Por exemplo, resolvemos pegar um livro e pegamos (a dinâmica consciente leva à dinâmica tangível). Ou um livro cai no chão e nós nos mobilizamos para descobrir por que ele caiu (a dinâmica tangível leva à dinâmica consciente).



Não tão simples, mas ainda conhecida, é a interface entre o domínio mental consciente e o inconsciente. Esse território era meu e discorri a respeito para o grupo. A ciência cognitiva e a neurociência dos dias de hoje estão nos ensinando muito a respeito dessa interface, de modo que

agora nos damos conta de que Freud identificou somente a ponta do iceberg ao relegar grande parte da nossa vida mental a um plano perpétua e imutavelmente inconsciente. É o território dos sonhos, da memória implícita e das redes associativas inconscientes.

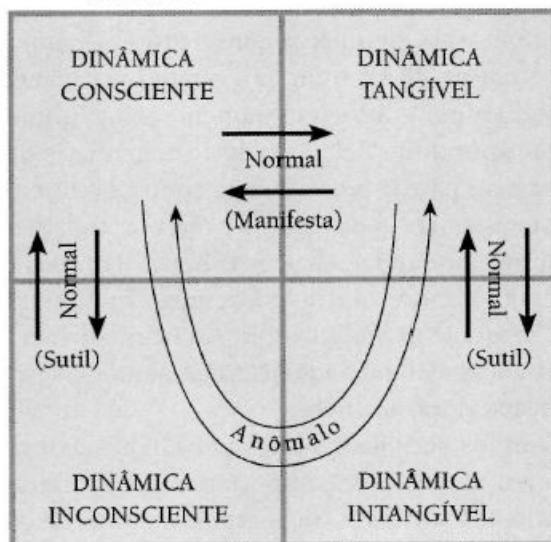
Em seguida abordamos a terceira interface — entre a dinâmica física tangível e a intangível. Os físicos do grupo assumiram o controle e juntos concluimos que é arbitrário fazer uma distinção rigorosa e definitiva entre o que está acima e o que está abaixo do eixo, exatamente como no plano da mente. Digamos que, enquanto uma corda de violino vibrando é tangível e produz efeitos tangíveis, a propagação de ondas sonoras (ou da luz) envolve propriedades intrinsecamente menos tangíveis. Quando chegamos à mecânica quântica de fenômenos em escala atômica, Bob disse que qualquer pretensão de tangibilidade já se havia praticamente perdido.¹¹

Em outras palavras, nem no lado mental, nem no lado material do eixo, havia uma divisão rígida. Em vez disso, o que existia era uma distinção útil na prática mas indistinta por natureza. Matthew Erdelyi, professor de psicologia da City University of New York, CUNY, certa vez fez uma analogia entre a fronteira entre consciente e inconsciente e a linha divisória entre infância e idade adulta. Destacou que, embora consideremos a infância e a idade adulta, bem como a distinção entre ambas, conceitos significativos, não consideramos que exista um limite claro e preciso onde de súbito uma não é a outra. Bob explicou que o mesmo princípio é aplicável ao lado material das coisas, na interface entre o tangível e o intangível.

Por fim, chegamos à última interface, aquela que abrange a dinâmica inconsciente, no lado mental do eixo vertical, e a dinâmica física intangível, no lado material. Bob e Brenda sugeriram que *esse é o ponto onde podemos encontrar canais pelos quais algo como informações possa atravessar e por fim manifestar-se como anômalo acima do eixo horizontal*. Na lógica do consciente ou dinâmica tangível, essas manifestações são desprovidas de sentido. Na lógica existente abaixo do eixo horizontal, elas podem ter sentido, mas não o da ciência convencional tal como a conhecemos.

O segredo desse modelo é que temos a tendência a considerar certas regras como invioláveis, no nosso raciocínio habitual — regras que simplesmente não se aplicam nos planos caracterizados seja pela dinâmica

inconsciente ou pela dinâmica física intangível. Existiria alguma coisa que se manifestasse quando essas lógicas se conectam, alguma coisa que se manifestasse como anômala na lógica cotidiana? Anômala na esfera da mente — a esfera consciente — como telepatia, PES, clarividência ou precognição?



Anômala na esfera da matéria — a esfera tangível — como cura a distância ou efeitos sobre resultados do computador como aqueles que o laboratório do projeto PEAR parece ter demonstrado?

Regressei ao meu campo de origem, a psicanálise. Um conceito essencial da psicanálise é o de que nos dois quadrantes superiores pode surgir todo o tipo de coisas que não fazem sentido se nos limitarmos a entendê-las nos termos de como esses dois quadrantes interagem. Contudo, elas realmente começam a fazer sentido quando entendemos de que modo o quadrante superior — consciente — no plano da mente interage com a lógica irracional, peculiar, não linear do pensamento inconsciente.

Vamos supor, por exemplo, que certo dia de outono você está recolhendo folhas secas do chão e a todo instante o nome Dave lhe vem à cabeça. Poucos dias depois, durante uma conversa entre você e sua mãe, ela relembra que você, aos 2 anos, adorava pular nas pilhas de folhas. E conta que havia um ajudante chamado Dave que varria o quintal e juntava as folhas em montículos. Você vasculha a mente e não consegue reavivar nenhuma lembrança seja do Dave, seja de pular nas pilhas de folhas secas.

Mas, de repente, aquela preocupação irracional com o nome Dave faz sentido. Inconscientemente, você associou o ato de juntar folhas secas ao antigo ajudante, a quem julgava ter esquecido.

É assim que coisas aparentemente sem lógica surgem no quadrante caracterizado pela dinâmica consciente. Ao lado, no quadrante da dinâmica tangível, observam-se comportamentos aparentemente ilógicos também motivados por processos mentais inconscientes. Digamos que, durante anos, houve um sinal de PARE num determinado cruzamento da sua rua. Durante todo esse tempo, conscienciosamente, você diminuiu a marcha e parou o carro ao se aproximar dele. Um dia, a engenharia de trânsito decide retirar o sinal. Mas, ao passar por ah, você continua diminuindo a marcha até parar. Os motoristas atrás de você buzina e, toda vez que percebem que você vai diminuir a marcha, os seus filhos gritam por causa da sua estupidez e perguntam por que continua fazendo isso. O seu comportamento visível parece ser, naquele momento, completamente irracional. No inconsciente, você continua associando aquele cruzamento em especial ao sinal de PARE a que obedeceu durante anos.

Esses são exemplos simples que nos permitem reconstruir uma lógica que dá sentido a pensamentos e comportamentos aparentemente ilógicos. Entretanto, quando pensamentos ou comportamentos de sonho chegam ao conhecimento consciente, sua evidente falta de lógica muitas vezes permanece ilógica. Eles não são nem jamais serão o senso comum da vida cotidiana, como nós a conhecemos nos planos caracterizados pela dinâmica consciente e pela tangível.

Enquanto isso, no estranho mundo dos fenômenos quânticos, da teoria das cordas e assim por diante, os pesquisadores passam o tempo estudando uma série de coisas caracterizadas por uma lógica no mínimo igualmente distante do pensamento cotidiano comum. Coisas pertencentes mais ao plano da dinâmica física intangível do que ao plano do inconsciente. Esses pesquisadores querem entender como uma causalidade tão incomum a ponto de parecer não existente pode expandir a nossa compreensão do que aparece acima do eixo, seja no mundo do que é tangível quanto no nosso esforço consciente de compreender esse mundo. Esses cientistas lidam com princípios quânticos que têm aplicação em raios *laser* ou DVD *players*, dos quais dependemos no dia a dia.

Em parte, foi por isso que achei tão prazerosa a minha conversa com

Bob Jahn e os outros físicos dos ICRL. O meu trabalho e o desses físicos apresentam uma notável semelhança: tentar entender o que acontece quando as coisas cruzam aquele eixo horizontal e entram no hemisfério superior. Mas nós nos limitamos a três dos quatro quadrantes do modelo. Cada disciplina omite o quadrante inferior com o qual o outro está originalmente relacionado. Mesmo assim, todos temos a preocupação central de manter um pé firmemente enraizado na lógica que predomina na parte acima do eixo horizontal, permitindo que o outro vagueie pela lógica do hemisfério inferior, seja no lado da mente ou no da matéria.

No mínimo, esse modelo de quatro quadrantes — que recebeu o nome aliterado de “Um Modelo Modular de Manifestações Mente/Matéria (M5)” — nos ajudará a dialogar uns com os outros. Talvez o que cada um de nós aprendeu sobre o raciocínio no hemisfério inferior possa ajudar o outro à medida que procuramos exercitar a flexibilidade mental que parece fundamental para considerarmos o hemisfério abaixo do eixo ao mesmo tempo que preservamos a nossa capacidade de raciocínio do hemisfério superior. No fundo, a questão é um ajudar o outro a pensar com os olhos do dia sobre o funcionamento de fenômenos que exigem os olhos da noite.

Esse tipo de ajuda não é pouca coisa. Nunca serei física quântica. Bob nunca será psicanalista. Cada um de nós está profundamente imerso em suas próprias esferas de raciocínio — tão profundamente que mal percebemos como elas colorem tudo o que vemos. Parecemos um peixe que não consegue reconhecer a água. Mas isso significa que cada um traz consigo algo único e diferente para o outro, algo que a geneticista Barbara McClintock chamou de uma “sensibilidade para com o organismo”.¹² Esse tipo de sensibilidade, afirmou McClintock, foi o que lhe possibilitou ganhar um Prêmio Nobel pelas suas descobertas espantosamente inesperadas sobre a genética do milho. Segundo explicou para os inúmeros repórteres que lhe perguntaram como realizara tal proeza, ela conhecia o milho tão bem que era capaz de prever como cada uma das suas plantas reagiria individualmente a uma ligeira mudança de temperatura à noite. Sua sensibilidade em relação ao organismo era profunda. Em outras palavras, tinha uma sensibilidade profunda para com o que acontecia com o milho.

Nunca terei esse tipo de sensibilidade, de sentimento *de si* com relação ao que acontece na física quântica. Nem Bob Jahn o terá em relação à psicanálise. Entretanto, como temos sensibilidade para com o nosso

organismo particular, também temos sensibilidade pelo que ele é, em oposição ao que ele *não é*. E isso é importante. Novas percepções surgem de saber o que uma coisa não é — ao menos, tanto quanto de saber o que ela é.

Eu estava conversando com o meu amigo cético, o físico que tentara fazer o experimento de Daryl Bem de precognição por meio do computador. Ele foi veemente ao exprimir a aversão que sentia pelo que chamava de “física da nova era”:

“Já cansei! Quântico isso, quântico aquilo, quântico tudo. Será que as pessoas têm alguma ideia do que estão falando? Acho que não. Será que entendem que um salto quântico é um salto muito, muito, muito *pequeno*? As pessoas dizem ‘salto quântico’ e ficam achando que falaram de algo maior do que absurdamente gigantesco. Será que entendem que o reino quântico é o reino das coisas *diminutas*? Acho que não. Esse negócio de nova era é, na melhor das hipóteses, uma metáfora literária. Não é — repito — não é física.”

A psicanálise tem sua equivalente: a “análise selvagem”, como Freud a chamava. É o tipo de afirmação que se ouve em coquetéis ou, pior ainda, até nos consultórios de certos analistas. “Você anda brigando com o seu chefe? Sem dúvida é o seu complexo de Édipo e a inveja profundamente enraizada que sente do seu pai.” Fico tão furiosa com a análise selvagem quanto o meu amigo, com a física nova era. Ambas resultam de uma compreensão superficial e nada mais.

Nós sentimos uma prazerosa empatia em relação a tudo isso, o que nos ajudou a superar o desacordo quanto ao experimento de Bem. Então, descrevi para o meu amigo o modelo que Bob Jahn apresentou nos ICRL. Ele ficou fascinado. Nada de quântico. E, isto é importante, ele admitiu que poderia haver um paralelo instigante no modo como os quadrantes superiores e inferiores se relacionam uns com os outros, nos planos da mente e da matéria.

Para nós dois, o simples fato de conversarmos foi um grande passo. Nós nos mantínhamos dentro das nossas próprias áreas, procurando sentir o que acontecia nas esferas que conhecíamos melhor. E nem ele me chamava de crédula da nova era nem eu o acusava de ter a mente fechada

pela ciência. Lembrei-me da declaração de Heisenberg: “a ciência tem suas raízes no diálogo.” O novo modelo estava possibilitando ao menos um diálogo. Não deixava de ser um progresso.

O meu amigo e eu também concordamos que a capacidade de observação do hemisfério superior não funciona da maneira como funciona o inferior, tanto no lado mental quanto no material. Fiquei imaginando se isso indicaria uma área na qual físicos e psicanalistas poderiam ser mais úteis uns para os outros. Cada um trabalha com um conceito fundamental sobre capacidade de observação. O psicanalista trabalha com o conceito de redes de associações inconscientes, como as coisas se conectam de modos invisíveis e aparentemente inexplicáveis. O físico trabalha com o conceito de complementaridade, a ideia de que não podemos ver de duas maneiras ao mesmo tempo. Os dois princípios abrangem tanto o que podemos ver quanto o que não podemos. Ambos podem constituir a chave para compreender aquilo que Freeman Dyson chamou de “natureza fluida, evanescente” de fenômenos potencialmente anômalos.

Quanto mais eu pensava nesse modelo, mais reflexões emergiam, em particular sobre o problema da física da nova era. Somos tomados de um preconceito próprio da cultura como um todo, que nos faz idealizar a física como o ponto máximo da ciência. Isso conduziu a uma disseminada inveja em relação aos físicos. Tudo se torna física. Os físicos não gostam disso. Em particular, não gostam quando leigos transformam tudo em física.

Pondo a inveja de lado, a teoria quântica tem conseguido oferecer uma série extraordinariamente evocativa de metáforas para a apreensão do que é inconcebível na experiência aparentemente anômala. A teoria quântica foi sancionada para romper com uma regra comum após a outra — regras sobre espaço e tempo, causalidade linear, mesmo o que é considerado possível versus o impossível. Só isso já propicia uma muito bem-vinda sensação de permissão para qualquer um que se defronte com uma experiência aparentemente anômala. A *ciência estabelecida* diz que isso pode acontecer. Não causa surpresa a teoria quântica ter invadido a imaginação popular.

Permitam que eu — alguém que não é física tentando não ter a culpa de invejar a física — faça uma “supersimplificação” dramática. No mundo macroscópico em que vivemos, acostumamo-nos a definir as coisas empregando a física clássica newtoniana. Eu estou aqui, você está ali;

podemos observar e mensurar os nossos lugares separados e a distância entre nós, traçá-los com precisão no espaço e descrever a relação entre nós com o auxílio de um vocabulário das conhecidas forças de atração e de repulsão. No mundo subatômico, contudo, a física quântica detém o poder — e as conhecidas regras da física newtoniana não se aplicam. Nesse mundo das coisas extraordinariamente pequenas, caracterizado por aquilo que o modelo de quatro quadrantes chama de dinâmica física intangível, o simples ato de observar uma partícula subatômica muda o sistema. De acordo com o princípio da incerteza de Heisenberg, por exemplo, quando se trata de mensurar partículas subatômicas, quanto mais sabemos a respeito da localidade de uma partícula, menos sabemos a respeito do seu momentum. Acabamos tendo não os meticulosos desenhos esquemáticos dos átomos, em que os elétrons giram na órbita de um núcleo, mas sim “nuvens de probabilidade” indistintas, em que os elétrons estão ali e ao mesmo tempo não estão. Nesse estranho mundo quântico, conceitos como “espaço”, “localidade” e “separação” na verdade não existem do modo como habitualmente os concebemos. Usamos a palavra *não localidade* para indicar o conceito de partículas que não existem no conhecido continuum espaço-tempo.

Uma das razões por que é difícil imaginar esse estranho mundo é ele ser quase impossível de se descrever. Segundo o físico dr. E David Peat, em seu fascinante ensaio *Non-Locality in Nature and Cognition*:

Na verdade, até a tentativa de discutir a não localidade encontra dificuldades com a nossa própria linguagem. Palavras como espaço, distância, posição e separação tornaram-se todas marcadas por algumas centenas de anos de um determinado modo de se raciocinar sobre o espaço. Ainda nem se criou uma palavra para descrever o conceito que estamos explorando agora — exceto em termos de negação de “localidade”. O termo “localidade” ficou tão profundamente arraigado no raciocínio dos físicos que, agora, parece impossível abandoná-lo.¹³

Naturalmente, ficamos aturdidos com a ideia de coisas que existem não como entidades separadas, mas como um sistema único e indivisível; como pode algo que viola o nosso senso inato de tempo e espaço, que insiste que não há uma divisão clara entre entidades, existir realmente?

Peat observa que já tivemos muitas experiências que conciliavam ideias contraditórias a respeito de tempo e espaço, por meio, por exemplo, das artes. Ele desenvolve o raciocínio sobre essa conexão:

(Os físicos) Bohm e Hiley ressaltaram que os físicos sentem esse grau de repulsa em relação a não localidade que “prefeririam não considerar a ideia, nem mesmo como possibilidade”. Contudo, eu argumentaria que, apesar desse preconceito, a ideia de não localidade é perfeitamente natural e impregna boa parte do nosso raciocínio. Embora seja certamente verdade que localidade e causalidade foram extremamente úteis para a física no passado, isso necessariamente exclui qualquer outra abordagem e até mesmo a possibilidade de que espaço possa ser descrito de muitas maneiras diferentes, complementares. A mente humana é perfeitamente capaz de conciliar pontos de vista diferentes e mesmo paradoxais.

Inseparabilidade, uma ampla percepção, o sentimento de unidade com toda a natureza e a comunhão direta com outros são muito valorizados em todas as culturas. Poetas e místicos tentaram expressar em palavras e imagens o sentimento que experimentaram de contato imediato com todas as coisas. Esse sentido de conexão parece situar-se fora dos limites de espaço e tempo e ecoa profundamente a nossa experiência do mundo. Na verdade, eu argumentaria que o conjunto de conceitos que rodeiam a não localidade tem muito a ver com o funcionamento da mente e do cérebro. Podemos começar a ver isso se refletirmos sobre o modo como o mundo é apresentado pela arte e pela literatura. Boa parte da arte do mundo consiste numa representação não localizada do espaço.

Como Peat explicou, estamos acostumados a contemplar uma arte que representa a justaposição de diferentes períodos de tempo numa única pintura, ou uma visão cubista que procura expressar simultaneamente muitos ângulos dos objetos. Essa não é a única experiência de não localidade que conhecemos:

Não só a percepção visual, mas também o pensamento em si, tem uma natureza complexa e obscura semelhante, que exige pontos de vista complementares, incluindo o que poderia ser livremente chamado de

“não local”. É verdade que certos aspectos do pensamento seguem uma ordem relativamente “causai” ou “mecânica”. Um exemplo disso seria a experiência de uma “linha de pensamento”, na qual um pensamento parece suceder o outro, sendo o todo desencadeado por alguma palavra ou lembrança. Nos demais aspectos, contudo, as nossas experiências do mundo envolvem e se sobrepõem, desabrocham e se desdobram, em vez de seguirem qualquer padrão linear causai. Um pensamento pode parecer que evolui de outro e abranger outros pensamentos e sentimentos mais distantes.

O conceito de não localidade, um tipo de estado quântico compartilhado, é amplamente aceito pelos físicos como princípio fundamental quando se trata de observar o reino das coisas diminutas. As analogias com a arte ou com o pensamento podem ajudar-nos a imaginar como esse conceito pode aplicar-se ao conhecimento anômalo. A referência de Peat a “inseparabilidade, uma ampla percepção, o sentimento de unidade com toda a natureza e a comunhão direta com outros” parece descrever não só propriedades da não localidade como também o sentimento do que acontece aos sensitivos, praticantes de meditação, freiras acostumadas a rezar, e outros que vivenciam o estado mental capaz de facilitar o conhecimento extraordinário. Contudo, a tradução de não localidade para algo aplicável aos outros quadrantes, principalmente aos seres humanos quando funcionam no plano da matéria tangível, fez com que a maioria dos físicos da corrente predominante franzisse a testa com extremo ceticismo e é aí que se encontra a armadilha da física Nova Era. A probabilidade de as partículas subatômicas se comportarem de determinada maneira não implica que o mesmo ocorra com as pessoas. Também não implica que aquilo que possa parecer bizarramente análogo entre o comportamento das pessoas e o das partículas possa ser explicado invocando os mesmos princípios causais para os dois casos.

Considere, por exemplo, os experimentos que testam o que se conhece como o teorema de Bell e o paradoxo EPR (Einstein-Podolsky-Rosen). Esses experimentos demonstraram definitivamente que, sob certas condições, *as partículas que estiveram intimamente associadas uma à outra como um sistema de duas partículas desafiarão as limitações conhecidas de tempo e espaço em relação uma à outra*. Cada uma compensará instantaneamente a mudança que ocorrer no estado da outra,

por maior que seja a distância que as separe e sem um canal de comunicação identificável entre ambas.¹⁴

Na física quântica, o equivalente à sincronização harmônica humana chama-se emaranhamento. Em *Entanglement: The Weirdest Link*, o jornalista e cientista Michael Brooks discute os últimos avanços relativos ao que Einstein uma vez apelidou de *spukhafte Fernwirkungen*, “ação assustadora a distância”:

Thomas Durt, da Vrije University, em Bruxelas, também acredita que exista emaranhamento por toda parte. Ele demonstrou recentemente, partindo das equações básicas de Schrödinger, que praticamente todas as interações quânticas produzem emaranhamento, sejam quais forem as condições. “Quando você vê a luz vinda de uma estrela distante, é quase certo que o fóton esteja entrelaçado com os átomos da estrela e os átomos que encontrou ao longo do caminho”, diz ele. E as interações constantes entre os elétrons dentro dos átomos que formam o seu corpo não são uma exceção. De acordo com Durt, nós somos uma massa de emaranhamentos.¹⁶

O emaranhamento pode revelar-se importante para os físicos quânticos conciliarem o papel da relatividade e o da teoria quântica na pesquisa por uma “grande e unificada teoria de tudo”. Enquanto isso, existe o fascínio óbvio por analogias com PES ou telepatia em seres humanos, como se a equivalência pudesse ser absoluta ou literal.

Sem dúvida não é. De qualquer modo, como sugeriu o biólogo molecular (e monge budista) Matthieu Ricard, “(o) maior problema para os realistas é conciliar as descobertas da física quântica com a realidade cotidiana do macrocosmo.... Por que deveria haver uma linha divisória entre o macrocosmo e o microcosmo que a constitui? O primeiro é simplesmente uma extensão do último. O que emerge, quando o microcosmo se torna o macrocosmo?”¹⁶ E Ricard cita o físico quântico Henry Stapp, da Universidade da Califórnia: “o importante do teorema de Bell é que ele situa o dilema causado pelos fenômenos quânticos claramente no plano dos fenômenos macroscópicos.... [Isso] demonstra que as nossas ideias comuns sobre o mundo são de algum modo profundamente deficientes mesmo no nível macroscópico.”¹⁷

O fato de um elétron em Tóquio — que esteve antes ligado a um

elétron que agora está em Londres — compensar instantaneamente uma mudança no giro do elétron londrino não nos autoriza a afirmar que uma pessoa em Tóquio sabe o que outra pessoa em Londres está pensando. Mas precisamos, ao menos, conjecturar se os princípios em ação na esfera da dinâmica intangível se estendem, de algum modo, ao mundo da vida cotidiana, a macroesfera. Se assim for, talvez nos ajudem a entender de que modo as capacidades mentais anômalas podem desafiar barreiras físicas. Esse é outro motivo para achar intrigante o modelo de quatro quadrantes.

Descobri que o PEAR também abordou um particularmente desconcertante e ubíquo conjunto de observações sobre o conhecimento anômalo. Estudo após estudo, a intenção consciente do sujeito experimental aparentemente interfere na sua capacidade de produzir resultados anômalos previsíveis. O que sempre acontece é o seguinte: o sujeito se dispõe a produzir resultados positivos, produz esses resultados e depois tenta outra vez. Sem sorte. Na verdade, na segunda tentativa o sujeito obtém em geral um resultado *inferior* ao previsto pela probabilidade. Isso, é claro, prejudica a replicabilidade. Esse fenômeno em que os sujeitos fracassam repetidamente em experimentos com conhecimento anômalo é tão comum que Jahn, Dunne e seus colegas do PEAR identificaram o que eles chamam de um “efeito da posição na série” com base em amplos bancos de dados.¹⁸

Os psicanalistas conhecem muito bem esse padrão, que se desenrola da seguinte maneira: a paciente chega um dia e o surpreende pela facilidade com que faz uma descoberta importante acerca de um elo associativo antes inacessível para os dois e que era aparentemente inconsciente para ela. A experiência é impressionante para ambos. Ninguém sabe bem como aconteceu, mas tudo fluiu sem qualquer obstáculo. A vida da paciente parece diferente e ela descobriu uma nova e espantosa capacidade de mudar algo que a entristecia. Cheios de boas expectativas, vocês marcam a sessão seguinte. Os dois estão determinados a reproduzir o ocorrido na última vez.

Mas não é assim que funciona. Ela tenta, você tenta... e não conseguem ir além da tentativa. Ela vai embora e os dois ficam desapontados. Na próxima vez em que ela vier, vocês não terão muitas

expectativas. Não têm certeza sobre o que vai acontecer. Você refletiu muito sobre as duas sessões e concluiu — provavelmente pela milionésima vez, se trabalha nessa área há tempos, que não está no comando do barco. Lembra-se que Freud disse que é preciso deixar a atenção flutuar livre para ter acesso mental ao inesperado, ao inconsciente. Você para de tentar repetir aquela sessão maravilhosa e ajuda a paciente a fazer a mesma coisa. Os dois deixam para lá.

E isso os traz de novo para o caminho. O trabalho prossegue aos tropeços — às vezes fantástico, às vezes nem tanto —, e as sessões assumem um ritmo básico que segue uma direção positiva. Você sempre se lembra de que tentar com afinco não o levará aonde quer e vocês dois chegarão com menos dificuldade se de algum modo administrarem um estado de tentar sem tentar, saber sem saber, ter certeza e incerteza, tudo ao mesmo tempo. Toda vez que pensa ter chegado a uma fórmula menos paradoxal, torna a aprender a ser menos pretensioso.

Você está seguindo exatamente o mesmo padrão dos experimentos anômalos. Está recorrendo ao estado de espírito que o meu amigo físico jogador de pôquer descreveu, quando revelou que o segredo para adivinhar as cartas do seu adversário era “saber, mas sabendo que ao mesmo tempo não sabe”. A única coisa que de fato sabemos a respeito desse tipo de estado é que não conseguimos criá-lo por meio da pura intenção consciente. Estamos presos naquele efeito da posição na série e dispomos apenas de algumas indicações de que, quando descobrirmos uma maneira de evitar a intenção consciente, ampliaremos a capacidade de obter resultados anômalos.

Eu estava conversando de novo com Harold Puthoff, o físico teórico fundador e primeiro diretor do projeto de visualização remota patrocinado pelo governo. Hal era do nosso grupo ICRL e estava tão fascinado com o modelo de quatro quadrantes quanto eu. Eu lhe perguntei o que achava da hipótese central, da ideia de que existe uma verdadeira troca de informações entre a esfera inconsciente e a intangível, o que, de alguma maneira, beneficia o conhecimento extraordinário. Hal ponderou:

Vou lhe dizer o que é complicado aqui. O princípio geral faz sentido

para mim e ajuda a esclarecer o que atualmente não podemos explicar acerca da via pela qual os fenômenos anômalos podem manifestar-se nas esferas visível ou tangível. Mas temos de tomar cuidado com a palavra *troca*. Com muita rapidez ela resvala para a noção de que alguma coisa se movimenta de um lugar para o outro, de que alguma coisa é literalmente *trocada* entre as esferas.

Isso me faz pensar nos nossos melhores videntes remotos. Eles foram muito explícitos a respeito das suas experiências. Deixaram bem claro que não sentiram ter *ido* a algum lugar para formar uma imagem interior do que estava fisicamente presente num lugar a milhares de quilômetros de distância. Parece incrivelmente improvável, mas todos afirmaram que foram para *dentro* e não para *fora*. Tiveram acesso a um senso de conexão profunda com o lugar que estavam visualizando e esse lugar, com isso, deixou de ser outro. A dimensão sem espaço e sem tempo, isso é uma coisa real — que implica, por mais difícil que seja para a nossa mente acompanhar, levar a sério a ideia de que estamos num plano que funciona para além dos limites do espaço e tempo. Simplesmente não conseguimos pensar fora desses limites no que chamamos de pensamento consciente comum. É isso que é tão atraente na busca pelo caminho para a atividade mental em si através de uma esfera mental inconsciente. Tudo o que você disse sobre processos mentais inconscientes ajuda a dar sentido à experiência subjetiva relatada pelos nossos videntes remotos. De certo modo eles sabiam que aquilo exigia enfaticamente a liberação do controle mental consciente. O controle consciente, explicaram, dificultava qualquer percepção que fosse classificada como anômala.

Há quase 100 anos, William James publicou um ensaio chamado “The Confidences of a ‘Psychical Researcher’” [Confidências de um Pesquisador Psíquico]. As suas imagens evocam tanto o mundo “interior” dos videntes remotos de Hal Puthoff quanto os planos intangíveis e inconscientes do modelo de Bob Jahn. Esse ensaio também levanta muitas questões que continuam sem respostas definitivas. Mas hoje podemos vislumbrar os contornos da “ciência do futuro” que James defendeu com tanta eloquência:

Da minha experiência... emerge dogmaticamente uma conclusão firme, que é a seguinte: nós, com a nossa vida, somos como ilhas no mar ou como árvores numa floresta. O bordo e o pinheiro podem sussurrar um para o outro com as suas folhas, bem como Conanicut e Newport podem ouvir as sereias de nevoeiro uma da outra. Mas as árvores também entrelaçam as suas raízes na escuridão subterrânea, assim como as ilhas também se unem no fundo do oceano. Exatamente do mesmo modo existe um continuum... contra o qual a nossa individualidade constrói apenas cercas insignificantes e para dentro do qual nossas várias mentes mergulham como se fosse num grande oceano ou reservatório. A nossa consciência “normal” se restringe a fim de se adaptar ao ambiente mundano exterior, mas a cerca tem pontos fracos e de quando em quando influências externas conseguem cruzá-la, revelando a conexão comum que de outra maneira não se poderia verificar... Supondo que esse reservatório comum de consciência exista, esse banco do qual todos nós fazemos retiradas e no qual é imprescindível que tantas das lembranças terrenas sejam depositadas... a questão é, qual é a sua estrutura? Qual é a sua topografia interior?... Será que existem formas mais sutis de matéria que, em certas ocasiões, entram em conexão funcional com as individualidades dentro do mar psíquico e nesse momento — e somente nesse momento — deixam-se ver? De tal modo que as nossas experiências humanas comuns, tanto as materiais quanto as mentais, pareceriam ser um mero extrato do mundo psicofísico maior?

Realmente vasta e difícil é a perspectiva deste questionador... Mas quando não foi a ciência do futuro provocada para conquistar suas descobertas pelas pequenas e rebeldes exceções da ciência do presente?¹⁹

Em 1968, Gardner Murphy, presidente da American Psychological Association e, mais tarde, da American Society for Psychical Research, levou os comentários de William James para o século XXI numa dissertação chamada *Psychology in the Year 2000* [A Psicologia no Ano 2000] — que, assim como as observações de James, foi notavelmente profética. O perspicaz ensaio de Gardner previu a evolução nos 35 anos seguintes em campos distantes como neurociência, psicofarmacologia, genética, ciências ambientais e estudos comparativos de várias culturas.

Mas também previu que a evolução crucial para o futuro da psicologia seria o reconhecimento da “parapsicologia” como parte constituinte da psicologia tradicional.

... os dados (de experiências parapsicológicas), quando observados com atenção, são como os dados perceptivos e afetivos já conhecidos, mas parecem ocorrer sob condições nas quais os parâmetros de tempo e de espaço são desconhecidos... Em outras palavras, a dificuldade reside no nível da física, não no nível da psicologia. Os psicólogos podem ficar um tanto perplexos quando encontram os físicos modernos, que aceitam esses fenômenos com calma — na verdade, levam os fenômenos muito mais a sério do que os psicólogos, afirmando que, como físicos, não mais são limitados pelos tipos de distribuição de energia newtoniana, pelas leis do inverso do quadrado etc., aos quais os cientistas costumavam ver-se fortemente atados. Do mesmo modo, as novas concepções da física em relação à natureza do tempo parecem eliminar uma grande parte do problema que surge nos experimentos de precognição... Os psicólogos provavelmente testemunharão um período de lenta mas definitiva erosão da atitude moderadamente excludente que se apresentou como a única atitude científica adequada nesse campo. É quase certo que os dados da parapsicologia se harmonizarão com os princípios psicológicos gerais e serão assimilados com bastante facilidade dentro da estrutura sistemática da psicologia como ciência depois que a suposta apropriabilidade da física newtoniana for posta de lado e a física moderna tomar o seu lugar....

O século XXI pode oferecer menos terror e mais alegria, mas só se os psicólogos tiverem aprendido... a reconhecer as reciprocidades do interior e do exterior por métodos que sejam tão abrangentes e profundamente humanos como a substância humana que está sendo estudada.²⁰

Epílogo: Começar de Novo - O Desafio do Extraordinário

Faz 15 anos que a harpa da minha filha voltou para as nossas mãos. Eu abri as portas para questões sobre a realidade que abalam as fundações do mundo como o conhecemos. O custo real da jornada tem sido abrir mão de um tipo de certeza. O que significa a perda de um mundo familiar que funciona de acordo com as regras, no qual as causas geram de modo confiável efeitos que podemos especificar, no qual a racionalidade triunfa de maneira previsível e temos a sensação de que podemos exercer controle sobre a nossa experiência. Pior, o mundo que se abre para mim é frequentemente habitado por ideias em que não confio e por pessoas que engolem qualquer bobagem Nova Era, pessoas cuja credulidade me horroriza.

Lembrei-me do meu telefonema para Harold na manhã seguinte à noite em que conseguimos a harpa de volta. Ele não estava em casa e deixei uma mensagem: “Harold, nós a recuperamos! Me liga!”

Ele ligou à noite. “Bem, Lisby, aposto que você está entusiasmada. Eu não estou — eu lhe disse que você iria recuperá-la. Mas estou curioso sobre uma coisa. Em que condições ela estava?”

Eu lhe disse: em perfeitas condições. Surpreendentemente perfeitas. Nenhum arranhão — a afinação mal sofrerá. Aquela harpa ficara fora do estojo por mais de dois meses. Normalmente, o simples andar com ela por uma sala já a desafinava.

— Bom — Harold replicou. — Andei trabalhando nisso.

Senti uma sacudidela de dissociação.

— Você o *quê*?

— Andei trabalhando nisso. O cara que roubou... é um escroque, mas também é covarde. Ficou com tanto medo por estar com a harpa que todos os dias tinha a tentação de jogá-la no lixo. Então, eu entrava todas as manhãs e dizia: “Cuide bem dessa harpa: é um instrumento precioso” — Harold fez uma pausa e depois acrescentou em tom casual: — Como sabe, as formas-pensamento podem ser muito eficazes.

Formas-pensamento podem ser muito eficazes? De supetão, como se fosse absolutamente comum, Harold estava dizendo que mantivera a harpa

em perfeitas condições por meio *de formas-pensamento*.

Com Harold fazendo comentários desse tipo, não é de se admirar que as dúvidas sobre o conhecimento extraordinário proliferem. Mas foi a minha experiência com Harold e a harpa que me conduziu a essa jornada, impelida por uma única pergunta: “E se?” Harold me fez pensar sobre um mundo que pode conter algo mais do que um irreprimido pensamento mágico, um mundo no qual a barreira entre mente e matéria pode ser permeável, no qual as pessoas podem ser capazes não só de encontrar uma harpa a mais de 3 mil quilômetros de distância, mas de literalmente afetar sua realidade material. Investigar esse mundo ampliou a minha credibilidade até os limites dele.

Aonde isso vai me levar, não sei. A abertura de tantas possibilidades implica que a minha visão complacente da realidade jamais será a mesma. As regras estão aí para quem quiser. Acho que o estado em que me encontro agora é parecido com o da perda da inocência infantil. Eu encarei a experiência da recuperação da harpa com a ansiedade de uma criança pelo mágico. Mas, se se tratar de anomalias mente-matéria, teremos de abandonar o mundo de magia e pensamento fantasioso da criança e refletir sobre o tema com o ponderado escrutínio do pensamento adulto — pensamento formado por todas as considerações racionais que arduamente desenvolvemos ao longo do crescimento. É exatamente isso o que tenho tentado fazer nos últimos 15 anos e neste livro. E, depois dessa longa jornada, tenho mais perguntas do que respostas.

Uma vez que abrimos as portas para as anomalias mente-matéria, quem sabe quais são as regras? Mesmo os dados aparentemente mais objetivos concernentes às capacidades mentais anômalas se mostram peculiares; parece que os dados simplesmente não seguem as normas aceitas da investigação científica. Deixados sem explicação, esses dados convidam a um questionamento perturbador. Essas peculiaridades — as recusas a serem reproduzidas ou a natureza errática das capacidades em teste — resultam da tentativa de aplicar a ciência em fenômenos ilusórios, em coisas que, para início de conversa, sequer existem? Ou resultam da utilização de métodos que não podem abordar adequadamente a natureza essencial dos fenômenos estudados?

Debrucei-me sobre milhares de artigos em que os experimentadores procuram explicar essas peculiaridades. Em sua maioria, eles se concentram em sugerir que o ajuste de detalhes dos seus métodos

experimentais resolveria o problema — escolher estatísticas diferentes ou alterar elementos menos importantes do projeto. O tema recorrente desses artigos é simples: a abordagem geral não é o problema. O problema é apenas o fato de que alguma coisa não foi levada em consideração. Uma vez que essa coisa que está faltando for levada em consideração, os estudos se submeterão a controle experimental. Os dados se comportarão como devem.

Mas, quanto mais estudos eu leio, mais esse enfoque me faz pensar na floresta escondendo as árvores. Não só ele conduz a um tédio maior — artigos infundáveis embrulhados em minúcias metodológicas — mas, o que é mais importante, enfatiza a descoberta de um jeito de funcionar de acordo com as regras da ciência convencional sem indagar se as capacidades mentais anômalas realmente podem atuar conforme essas regras. Talvez as peculiaridades estejam em sua natureza — *por serem elas o que as faz anômalas*.

Há mais de 100 anos, William James identificou o problema brilhantemente, muito antes que qualquer orientação fosse definida para a pesquisa científica acerca do conhecimento extraordinário. Ele afirmara a necessidade de estudo dessas capacidades, a fim de “ampliar o escopo da ciência para incluir o estudo dos fenômenos que são aleatórios, irreproduzíveis e dependentes de capacidades e disposições pessoais universais”. Postulava uma ciência que pudesse trabalhar com todas as formas pelas quais as capacidades mentais anômalas pudessem se manifestar contra as regras. Ao nomear as principais variáveis como aleatórias e irreproduzíveis, ele estava afirmando que haveria peculiaridades numa ciência que tratasse dessas capacidades e que ela romperia de modo profundo com o método científico convencional tal como ele o conhecia — como o conhecemos ainda hoje.

Todos os intuitivos profissionais com quem conversei afirmam que o conhecimento aparentemente anômalo se caracteriza essencialmente por sua natureza aleatória, irreproduzível e por sua absoluta dependência em relação às capacidades e disposições altamente idiossincráticas e profundamente pessoais da pessoa que acessa esse tipo de conhecimento — exatamente como William James previu. Quando perguntei a Helen Palmer o quanto suas leituras eram confiáveis, ela falou a respeito da natureza peculiar do estado mental que assume para acessar as informações: “É totalmente receptivo e não está equipado para reproduzir

a confiabilidade controlada que a parte analítica da nossa mente espera. Intuição é uma questão de reconhecer impressões internas num estado alterado de consciência que simplesmente não funciona da mesma maneira que o raciocínio linear.”

Não é de se admirar que esse tipo de conhecimento escape do debate científico. Não é de se admirar que os experimentos se mostrem peculiares.

Os relatórios oficiais do laboratório de Rhine não trataram dessas peculiaridades. Cabe ressaltar, porém, que Louisa Rhine compilou um imenso arquivo de relatos de casos — centenas e centenas deles — que ainda estão em caixas no laboratório de Rhine, muitos dos quais oferecendo retratos vívidos dessas peculiaridades. São narrativas altamente pessoais, com uma porção de reflexões subjetivas sobre as estranhas qualidades do conhecimento aparentemente extraordinário. Ao menos até o momento, ninguém descobriu como estudar adequadamente esses relatórios. Mas eles estão lá, esperando.

Um dos sujeitos peculiares de Rhine me fascinou em particular: Eileen Garrett, a decana da telepatia e clarividência de meados do século passado de quem falei brevemente no Capítulo 10. De todas as pessoas aparentemente dotadas, nenhuma se ofereceu de tão bom grado, com tanta regularidade e por tanto tempo para a investigação científica. Ela também patrocinou inúmeros pesquisadores, inclusive o próprio Rhine, por meio da sua Parapsychology Foundation. Especialmente tranquilizadora para mim foi sua insistência em se submeter à sua própria constante bateria de perguntas. Como suas habilidades psíquicas se relacionavam com a consciência comum e a experiência sensorial? Seu conhecimento vinha de “outro mundo” ou de sua própria mente inconsciente? Será que ela acessa poderes escondidos no cérebro vestigial animal? Que testes os psiquiatras, psicólogos e neurologistas poderiam fazer para verificar suas experiências? Eu achei a insistência dela numa investigação franca bastante atraente.

Em 1934, Garrett visitou o laboratório de Rhine pela primeira vez, ansiosa para participar como sujeito nos experimentos com PES. Ela e Rhine começaram com o teste padrão com o baralho Zener. Para grande espanto dela, seus testes iniciais não indicaram qualquer capacidade especial de qualquer natureza. Por fim, ela obteve resultados impressionantes nos testes de leitura de cartas de Rhine, mas só depois que

ela trabalhou à sua maneira sobre eles e injetou em seus esforços o que chamou de “uma emanção ativa entre duas pessoas ou entre um indivíduo e um objeto”, “vitalidade por parte da mente de quem estava transmitindo” e “o estímulo de energia necessário para a percepção”. Enquanto se concentrou apenas nas cartas, que, como afirmou, “careciam de personalidade”, ela não conseguiu exibir qualquer habilidade extraordinária. Depois que passou a se concentrar na mente da pessoa que transmitia, contudo, seus índices se elevaram consideravelmente. Em resumo, ela só conseguiu acessar seu conhecimento extraordinário conferindo a seu trabalho significado e conexão.

Sempre que eu voltava a rever as minhas notas sobre conexão, um dos mais famosos pronunciamentos de Freud adquiria uma nova ressonância para mim. Em *Civilization and Its Discontents*, ele descreveu uma correspondência que manteve com Romain Rolland, o escritor e pacifista francês detentor do Prêmio Nobel de Literatura. Rolland discordara da atribuição de Freud de todo o sentimento místico e religioso à ilusão infantil. Rolland não era favorável à religião institucionalizada ou mesmo à fé religiosa, mas acreditava na existência de um estado humano subjetivo que a análise de Freud da religião descartava sem maiores considerações. O respeito de Freud por Rolland era enorme, mas ele simplesmente não podia reconhecer a experiência que Rolland descrevia como básica para a existência humana. Como ele explicou:

Meu amigo... lamentou por eu não ter considerado adequadamente a verdadeira fonte da religiosidade. Que, segundo ele, consiste num sentimento peculiar, que ele mesmo jamais deixa de ter presente em si, que vê confirmado por muitos outros e que supõe esteja presente em milhões de pessoas. Trata-se de um sentimento que ele gostaria de designar como uma sensação de “eternidade”, um sentimento de algo sem limites, irrestrito — “oceânico”, por assim dizer... As visões expressadas pelo amigo que tanto respeito... causaram-me grande dificuldade. Não consigo descobrir esse sentimento “oceânico” em mim... se compreendi bem o meu amigo... trata-se de um sentimento de um laço indissolúvel, de ser um com o mundo exterior como um todo...

Normalmente, não existe nada de que estejamos mais certos do que do sentimento de si mesmo, do nosso próprio ego. Esse ego aparece para nós como algo autônomo e unitário, separado nitidamente de tudo o mais... Existe apenas um estado — que se admite ser um estado inusitado, mas que não pode ser estigmatizado como patológico — em que isso não acontece. No *auge da paixão* o limite entre ego e objeto ameaça dissolver-se. Contra todas as evidências dos seus sentidos, o homem apaixonado declara que "eu" e "você" "somos um" e está preparado para agir como se isso fosse um fato.

É fascinante. Freud estava pronto para admitir a natureza ilimitada do amor, mas apenas o amor sexual. Somente nesse estado, ele afirmou, vemos uma versão não patológica da experiência humana ilimitada. Essa deve ter sido uma das declarações mais decisivas de Freud. Foi certamente decisiva para o futuro desenvolvimento da teoria psicanalítica. Conduziu, entre outras coisas, à divergência inconciliável entre o pensamento junguiano e o freudiano.

Jung, como Rolland, aceitava o “sentimento oceânico” como uma realidade percebida. Para Jung, entender a capacidade irrestrita da psique humana era essencial para entender a natureza das pessoas. Freud, por outro lado, acreditava que a natureza irrestrita da união experimentada pelos amantes, longe de ser uma realidade percebida, era “*contra todas as evidências dos sentidos*”. Com isso como contexto, não é de se admirar que Freud julgasse patológico o sentimento oceânico. Ele situava suas raízes num desejo de retorno à primitiva, pré-diferenciada e infantil dependência em relação à mãe. O desenvolvimento saudável do ego era um processo de firme crescimento para fora desse estado simbiótico. A maturidade, ele disse, floresce com o estabelecimento de limites fortes e confiáveis do ego que desprendem o ser da simbiose materna — e, incidentalmente, do sentimento oceânico também.

Anos depois que li essa correspondência pela primeira vez, eu estava em Londres com Ursula Vaughan Williams, viúva do compositor inglês Ralph Vaughan Williams. Ela era uma anfitriã elegante e excelente, mesmo se aproximando dos 90 anos. Ela me convidara para um chá no jardim com alguns amigos músicos. Uma hóspede relembrou um sarau à tarde — que aconteceu, ela disse, na casa dos Freud.

Ninguém ali sabia que eu era psicanalista. A senhora que mencionou o

sarau virou-se gentilmente para mim e perguntou se eu sabia quem eram os Freud. “O professor de Viena”, explicou, “e sua filha Anna.” Vários dos convidados haviam frequentado regularmente os saraus na casa dos Freud e se lembravam do professor como invariavelmente cordial. Contudo, também se lembravam que ele desaparecia sorratamente pouco antes de a música começar. Eu estava interessada, mas não surpresa — a falta de inclinação de Freud pela música era fato conhecido.

Mas então os convidados começaram a conversar sobre o *motivo* por que ele desaparecia. Uma senhora comentou: “Ele não gostava muito de como a música o fazia sentir-se. Nós falamos sobre isso certa vez. Ele espontaneamente a admirava, mas a música o arrebatava mais do que ele desejaria. Acredito que preferisse ser mais controlado em suas emoções.”

Pensei sobre Freud e sua rejeição ao “sentimento oceânico” — se alguma vez existiu uma sensação arrebatadora, era essa. Então pensei em tudo o que ele havia dito sobre medo e as maneiras como nos defendemos, as maneiras que usamos para nos afastarmos de tudo o que provoca medo — *angst*, como ele chamou. Nós nos afastamos fisicamente, mas, principalmente, recorremos a todo o tipo de manobras que nos afastem psicologicamente. Nós racionalizamos, repudiamos, negamos e desassociamos. Nós negamos e lançamos mão de explicações para rejeitar. Mas convém perguntar-nos o que produz essas ideias. Quando reconhecemos os elementos defensivos, ficamos mais livres para descobrir o que realmente tem valor.

Refleti sobre o repúdio de Freud pelo “sentimento oceânico” e sobre sua insistência de que o senso de ausência de limites não era senão regressão, uma recusa em desistir de um anseio infantil. Sua atitude era determinada e a desvalorização que promovia, extrema, afastando com eficácia a avassaladora experiência de um “laço indissolúvel com o mundo como um todo” do plano do funcionamento adaptativo humano. Mas então havia a agudeza do comentário da amiga de Ursula: “a música o arrebatava mais do que ele desejaria. Acredito que preferisse ser mais controlado em suas emoções.” Isso me fazia pensar. Por que era tão importante para Freud sentir-se mais no controle de suas emoções, não se render a uma sensação de ausência de limites e de conexão?

Dois anos mais tarde, voltei ao tema, instigada por um colega psicanalista. Eu estava novamente em Londres, conversando com Adam Phillips, psicanalista britânico que havia escrito uma série de livros que

conseguiram colocar a psicanálise de volta às fileiras de uma atraente literatura. Os títulos eram tão atrativos quanto os temas: por exemplo, *On Kissing, Tichling, and Being Boreâ* e *On Flirtation*. É um literato, frequentemente tema de matérias da *London Review of Books*. Recentemente, editou uma nova tradução da obra de Freud, uma alternativa às traduções de James Strachey dos anos 1950, conhecidas por todos os psicanalistas como, simplesmente, *A Edição Padrão*.

Adam era pouco convencional e encantador. Eu lhe contei a história de Harold e a harpa e ele me contou sobre sua nova tradução. Havia um frescor maravilhoso no seu modo de pensar sobre Freud e ele não podia fazer ponderações sobre Harold sem colocar Freud no meio. Era delicioso observá-lo juntar os dois. Por fim ele sorriu e exclamou: “Mas pense nisso por um segundo — o tabu de Édipo não era nada. Compare com o tabu invocado por esse tipo de conexão. *Isso* é que é tabu. Sugere a capacidade de conexão que é uma implicação muito mais temível do que o amor edipiano. É muito mais profunda, muito mais radical. Onde estão os limites? Onde está o conceito freudiano de ego? É avassalador. Fascinante e repleto de promessas, mas avassalador.”

Freud elucidou sua visão de mundo de modo tão brilhante que ela permanece básica para o modelo ocidental de mente. Ela nos deu a ideia de olhos da noite como uma janela para o inconsciente radicalmente informativa. Também promoveu a ideia de que somos profundamente motivados pelo medo do inconsciente. Mas ele foi até aí e nem um passo além. O inconsciente que ele explorou era fundamentalmente limitado, tendo a separação como primeiro plano. Apesar de sua fascinação pela telepatia, relegou as percepções baseadas na ausência de limites à patologia, junto com as sensações que as acompanham — das quais a primeira e mais importante é a sensação oceânica.

É difícil analisar quanto do nosso medo do desconhecido afeta a nossa capacidade de estudá-lo, até mesmo de concebê-lo. Quem sabe o que é mais concebível do que qualquer outra coisa? Afetar a realidade material de uma harpa será mesmo mais extraordinário do que encontrá-la pelo telefone de uma distância de mais de 3 mil quilômetros? O fato de haver grandes esperanças ligadas ao modo como essas perguntas são respondidas torna crucial levá-las em consideração. As perguntas prontamente se desdobram em outras cada vez maiores, cada uma das quais acompanhada de esperanças igualmente grandes e, assim, igualmente sujeitas à

desilusão.

Perguntaram a Eileen Garrett, perto do fim de sua vida, se ela realmente acreditava em todos os fenômenos psíquicos a cuja investigação dedicara sua vida. Ela prontamente respondeu: “Às segundas, quartas e sextas, sim. “Às terças, quintas e sábados, não. Nos domingos, não dou a mínima.”²

As mentes podem tocar-se de um modo que transcenda a mente e o espaço como os entendemos? Será que a nossa noção de conexidade pode estender-se até conter todas as possibilidades anômalas sugeridas neste livro? Podemos trabalhar para desenvolver essa capacidade? E se, por exemplo, as percepções que agora rotulamos de extrassensoriais — transcendendo os limites de tempo e espaço — puderem ser confiavelmente treinadas para aprofundar o conhecimento comum que as pessoas têm umas das outras, estendendo a nossa capacidade de empatia e compaixão? E se pudermos aprender a empregar confiavelmente os efeitos aparentemente anômalos exercidos por certos agentes de cura na medicina convencional? E se pudermos abordar a resolução dos nossos problemas cotidianos tendo acesso a todo o espectro da inteligência intuitiva, rotineiramente obtendo informações localizadas na ponta aparentemente anômala desse espectro? E se levarmos possibilidades como essas a sério — a sério o suficiente para submetê-las ao nosso melhor escrutínio científico? Essas são as questões que tentei levantar neste livro, questões que se apresentam a cada indivíduo que alguma vez teve uma experiência, mesmo que vaga ou incipiente, com conhecimento extraordinário.

Se existe algo de real nas capacidades mentais anômalas, a porta tem de se manter aberta a essas questões. Se não as investigarmos seriamente, uma parte da nossa experiência continuará enclausurada, nunca levada a consequências reais, nunca avaliada no contexto cotidiano da vida. Tentar resolver as questões por trás do conhecimento extraordinário é tentar acessar uma articulação completa e livre do que significa ser humano.

É reconfortante ver que mesmo Eileen Garrett tinha suas terças, quintas e sábados. Manter vivas essas questões não implica decidir o que é verdadeiro. Implica apenas manter a conversação. Talvez essas terças, quintas e sábados nos mantenham no curso da nossa melhor ciência —

embora possamos nutrir a ideia de que a nossa ciência não merece ser nutrida. Talvez, como Garrett, o melhor que possamos fazer é ir para a frente e para trás.

Ao mesmo tempo, uma coisa mudou para mim. Aqueles domingos. Faz muito tempo que não tenho um dia em que não ligo a mínima.

Agradecimentos

Muitas pessoas tornaram possíveis a escrita e a publicação deste livro. Se inadvertidamente deixamos de mencionar alguém, nossas sinceras desculpas. Agradecimentos de coração para:

Os especialistas em muitos campos que generosamente concordaram em ser entrevistados e ainda cederam mais tempo e energia para assegurar que o texto final representasse acuradamente suas visões: dr. Daryl J. Bem, Universidade de Cornell; dra. Judith Butler, Universidade da Califórnia, Berkeley; Patrick Casement, que gentilmente autorizou Lisby a reproduzir um episódio narrado em seu livro *“Leaming from Life: Becoming a Psychoanalyst”* dra. Phyllis J. Cath; dra. Susan Coates; dr. Paul Devereux, autor e pesquisador; dr. Norman D. Don, Universidade de Illinois, Chicago; dr. Larry Dossey; Brenda J. Dunne, Robert G. Jahn e seus muitos associados dos Laboratórios PEAR, Universidade de Princeton; Susan Fassberg, ConnectingDotz; Bette Flushman, M.A., IDS, Children’s Hospital, Oakland; Paula J. Hamm, L.P.C.; John Huddleston; Deborah L. Mangelus; Harold McCoy; dra. Carole W. Morgan; dr. Rolf Nelson, Wheaton College; Helen Palmer; dr. Stephen Palmer, Universidade da Califórnia, Berkeley; dr. Michael A. Persinger, Laurentian University; Adam Phillips; dr. Harold Puthoff, Institute of Advanced Studies em Austin; dr. Robert L. Pyles; dr. Dean Radin, Institute of Noetic Sciences; Michael P. Ripley, D.C.; dr. Robert Rosenthal, Universidade da Califórnia, Riverside; Michael J. Salveson; dr. Rupert Shel- drake; Huston Smith; Ellen Tadd; dr. Montague Ullman e dr. Garrett Yount, Califórnia Pacific Medical Center.

Os valiosos colegas de Lisby, incluindo Susanna Bonetti, Carol Gilligan, Daphneae Marneffe e Sue Stanley; toda a comunidade Califórnia Revels; e seus queridos amigos e incansáveis editores: Phyllis Cath, Charlie MacMillan, Michael Salveson, Rob Straus e Kate Wenner.

O agente e amigo de Lisby, James Levine, e a equipe da Levine Greenberg Literary Agency; editora Elizabeth Rapoport; e editores Toni Burbank e Julie Will e o grupo de editores da Bantam Books. Ao preservarem a visão de Lisby e tornarem seu livro uma realidade, contra todas as probabilidades, eles lhe deram, bem como a seus amigos e à sua

família, um legado que guardarão com carinho pelos anos vindouros.
— Pamela Mayer, Rebecca Mayer, Meg Renik e Byrdie Renik.

Notas

Nota do Editor:

O manuscrito que a dra. Mayer concluiu pouco antes do seu falecimento continha um esboço das notas abaixo, mas as referências frequentemente estavam abreviadas, notas de uma acadêmica para si mesma. Embora tenham sido envidados todos os esforços para fornecer a bibliografia completa que ela pretendia informar, pedimos desculpas pelos inevitáveis erros e omissões.

0 A Harpa que Voltou

1. Pouco depois de encontrar a minha harpa, Harold McCoy fundou o Ozark Research Institute, cuja missão é conduzir pesquisas sobre fenômenos tais como cura com as mãos e a distância, rãdomancia com mapas, formas-pensamento e outros campos do “poder do pensamento”. O ORI (www.ozarkresearch.org) atualmente conta com três mil membros em 24 países.

1 O Conhecimento Privado Vem a Público

1. Eva Brabant, Ernst Falzeder, Patrizia Giampier-Deutsch, *The Correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

2. Elizabeth L. Mayer, “On ‘Telepathic Dreams?’: An Unpublished Paper by Robert Stoller”, *Journal of the American Psychoanalytic Association* 49, nº 2 (2001): 638.

2 A Negação do Extraordinário

1. William H. Eddy, “Galileo: Truth and Consequences”, em *The Other Side of the World: Essays and Stories on Mind and Nature*, Nova Delhi, Índia, Tara-India Research, 2004.

3 Estados Mentais

1. Deb Mangelus pode ser contatada por meio do seu site: <http://debmangelus.wordpress.com>.
2. Ellen Tadd pode ser contatada por meio do seu site www.ellentadd.com, que informa sobre cursos, *workshops* e consultas particulares. Ver também: Ellen Tadd, *Death and Letting Go*, Montague, MA: Montague Press, 2003, www.mon-taguepress.com.
3. John Huddleston pode ser contatado pelos telefones (510) 548-4254/(800) 891-2599 e no endereço 2124 Kittredge Street, #733, Berkeley, CA 94704.
4. Helen Palmer pode ser contatada por meio do seu site www.enneagram.com, que informa sobre cursos a distância e fornece agenda internacional de treinamentos para desenvolvimento pessoal e profissional. Ver também: Helen Palmer, *The Enneagram: Understanding Yourself and the Others in Your Life*, San Francisco, HarperSanFrancisco, 1991, e *The Enneagram in Love and Work: Understanding Your Intimate and Business Relationships*, San Francisco, HarperSanFrancisco, 1996.

4 Inteligência Intuitiva

1. Ira Berkow, “Jordan Hovers Above the Rest”, *The New York Times*, 8 de maio de 1988.
2. Catfish Hunter, segundo contado a George Vass, “The Game I’H Never Forget”, *Baseball Digest* 32, n^o 6 (1973), 37.
3. Peter Bodo e David Hirshey, *Pelés New World*, Nova York, W. W. Norton, 1977, 27.
4. Tony Jacklin em Dudley Doust, “Opening the Mystical Door of Perception in Sport”, *The Sunday Times*, 4 de novembro de 1973.
5. Eugen Herrigel, *Zen in the Art of Archery*, 1953, reimpressão, Nova York: Vintage Books, 1981, 31. [A *Arte Cavalheiresca do Arqueiro Zen*, publicado pela Editora Pensamento, São Paulo, 1993.]
6. Jacques DAmboise, “Wraparound High: What’s Up There?”, *Harpefs*, 9 de outubro de 1973.
7. Janet Lynn Roseman, “Conversation with Isabel Allende”, *Intuition*, junho de 1996; reeditado em Helen Palmer, org., *Inner Knowing: Consciousness, Creativity, Insight, and Intuition*, Nova York, Jeremy P.

Tarcher/Putnam, 1998, 120.

8. Diane Wood Middlebrook, *Anne Sexton: A Biography*, Boston, Houghton Mifflin, 1991, 82.

9. Howard Gardner, *Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences*, Nova York, Basic Books, 1993.

10. Daniel Goleman, *Emotional Intelligence: Why It Can Matter More Than IQ*, Nova York, Bantam Books, 1995.

11. Dr. Andrew Newberg, dr. Eugene D'Aquili, e Vince Rause, *Why God Won't Go Away: Brain Science and the Biology of Belief*, Nova York, Ballantine Books, 2001.

12. *Md.*, 4-7.

13. Evelyn Underhill, *Practical Mysticism*, Alpharetta, GA, Ariel Press, 1914, primeira edição Ariel Press org., 1986, 23.

14. Libby Bill, *Pamelli*, Nova York, Dutton, 1969, 171.

15. Richard Byrd, *Alone*, Nova York, Putnam, 1938, 85.

16. Patrick Vallençant, "Skiing the Steeps", *The New York Times Magazine*, 25 de janeiro de 1981, 18-20.

17. Jiichi Watanabe e Lindy Avakian, *The Secrets of Judo*, Rutland, VT, Charles E. Tuttle, 1960, 33.

18. Charles Lindbergh, *The Spirit of St. Louis*, Nova York, Scribner, 1953, 289.

5 Início — e Interrupção — do Diálogo

1. Werner Heisenberg, que ganhou o Prêmio Nobel de Física em 1932, acreditava que a livre troca de ideias entre cientistas promoveria avanços mais rápidos.

2. Marcello Truzzi, *The Zetetic* 1, nº 1 (outono/inverno, 1976); Carl Sagan, *Cosmos*, Nova York, Random House, 1980 e trabalhos posteriores.

3. Ver, entre outros, inúmeros exemplos em: dr. Dean I. Radin, *The Conscious Universe: The Scientific Truth of Psychic Phenomena*, San Francisco: HarperSan-Francisco, 1997.

4. Editores da Time-Life Books, *Powers of Healing (Mysteries of the Unknown)*, Alexandria, VA, Time-Life Books, 1989, 87.

5. Louis T. More, *The Life and Works of the Honorable Robert Boyle*, Nova York, Oxford University Press, 1944, 121-22.

6. *Ibid.*, 57.

7. Leonard Pitt, *A Small Moment of Great Illumination*, Emeryville, CA, Shoemaker & Hoard, 2006.
8. Society for Psychical Research, “Objects of the Society”, *Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1882-1883, 2.
9. Paul Roach, “Wandering Between Two Worlds: Victorian England’s Search for Meaning”, <http://www.gober.net/victorian/reports/mesmersm.html>.
10. Dr. Richard S. Broughton, *Parapsychology: The Controversial Science*, Nova York, Ballantine, 1991, 60.
11. Robert A. McDermott, Introdução de *Essays in Psychical Research (The Works of William James)*, Frederick Burkhardt, editor geral, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1986, xxxiii.
12. *Ibid.*
13. Broughton, *Parapsychology*, 64.
14. *Ibid.*
15. Richard Hodgson, British Society for Psychical Research, *Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1884, parte IX.
16. Broughton, 96.
17. *Ibid.*, 65.
18. “What Psychical Research Has Accomplished”, 1892, em *Essays in Psychical Research*, 89-106.
19. Broughton, 65.
20. Embora James fosse o líder que definiu essa agenda, Robert A. McDermott, em sua Introdução aos *Essays in Psychical Research*, salienta que essa era uma agenda compartilhada por todos os membros originais da American Society for Psychical Research. *Essays in Psychical Research*, xix.
21. Eva Brabant, Ernst Falzeder, Patrizia Giampier-Deutsch, *The Correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993, 211.
22. Dentre os trabalhos de Freud que abordam “transmissão de pensamento” incluem-se: *Dreams and Telepathy*, 1922; *Some Additional Notes Upon Dream Interpretation as a Whole*, 1925; *Dreams and Occultism*, 1933; e *Psychoanalysis and Telepathy*, 1941.
23. Brabant *et al.*, 79.
24. *Ibid.*, 81.
25. *Ibid.*, 240.

26. *Ibid.*, 274.

27. Ernest Jones, um dos mais ardorosos discípulos de Freud, posteriormente descreveu as palavras vazias de seu mestre sobre o tema como “requintada oscilação”. Em 1911, pediu a Freud para não aceitar uma honrosa inscrição na Sociedade Britânica para Pesquisa Psíquica porque essa se afastara do seu escopo original para se concentrar em “caça a fantasmas, mediunidade e telepatia”. É fascinante especular sobre em que medida a direção da pesquisa para as capacidades mentais anômalas poderia ter mudado se Freud tivesse seguido esse caminho na virada do século XX. (Fonte: http://sociologyesoscience.com/multicultural_psychology/secrethistoryofpsy-4.html.)

28. “Unpublished Letter on Parapsychology” a Hereward Carrington em *Psycho-analysis and the Future: A Centenary Commemoration of the Birth of Sigmund Freud*, Nova York, National Psychological Association for Psychoanalysis, Inc., 1957, 12. Freud polidamente recusou a oferta de inscrição no American Psychical Institute, fundado por Carrington.

29. Para a visão geral da obra de McDougall e Rhine, devo muito aos editores da Time-Life Books, *Psychic Powers (Mysteries of the Unknown)*, Alexandria, VA, Time-Life Books, 1987, 50.

30. *Ibid.*, 50.

31. *Ibid.*

32. Hoyt L. Edge, Robert L. Morris, Joseph H. Rush e John Palmer, *Foundations of Parapsychology: Exploring the Boundaries of Human Capability*, Londres, Routledge & Kegan Paul, Ltd., 1986, 31.

33. *Psychic Powers*, 53.

34. *Ibid.*

35. *Ibid.*, 56.

36. Para resumos históricos detalhados, ver Richard Broughton, *Parapsychology*, 1991; Hoyt Edge *et al.*, *Foundations of Parapsychology*, 1986; H. T. Irwin, *An Introduction to Parapsychology*, Jefferson, NC, McFarland & Co., 1994.

37. Paul Kurtz, “Committee to Scientifically Investigate Claims of Paranormal and Other Phenomena”, *The Humanist* 36, nº 3 (maio/junho 1976), 28.

38. Também encontrei referências a projetos na Universidade de Utrecht e na Universidade de Amsterdã, na Holanda; Universidade do Arizona; Universidade de Coventry, Universidade de Hertfordshire, Liverpool Hope

University College, Goldsmith's College em Londres e University College Northampton, todas na Inglaterra; Universidade de Toulouse, na França; Andhra University, na Índia; Universidade de Estocolmo e Gothenberg University, na Suécia; e Universidade de Adelaide e Universidade da Nova Inglaterra, na Austrália.

6 Meteoritos na Lixeira

1. Michael Polanyi, *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*, Chicago, University of Chicago Press, 1974, 138.
2. F Paneth, "Science and Miracles", *Durham University Journal* 10, 1948-1949, 49.
3. Drew Westen, "The Scientific Status of Unconscious Processes", *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 47, 1999, 1.066.
4. Para um relato mais completo, ver Russell Targ e Harold Puthoff, *Mind-Reach: Scientists' Look at Psychic Ability*, Nova York, Delacorte Press/Eleanor Friede, 1977, 19-24.
5. Dr. Hal Puthoff, "CIA-Initiated Remote Viewing at Stanford Research Institute", *Journal of Scientific Exploration* 10, nº 1, 1996, artigo 3.
6. Como Hal Puthoff explicou, esse foi o começo e o exercício logo se transformou numa série de eventos muito mais interessantes do que qualquer um deles havia previsto. Ele afirmou: "Agora sabemos, baseados no relato desclassificado do gerente de projetos da CIA, Kenneth Kress, que a reação inicial da CIA foi complicada. Kress a descreveu na edição de inverno de 1977 dos *Studies in Intelligence*, publicação interna classificada da CIA, na qual fez um relato bastante detalhado e convincente."
7. Russell Targ, "Remote Viewing at Stanford Research Institute in the 1970s: A Memoir", *Journal of Scientific Exploration* 10, nº 1, primavera de 1996, 82.
8. David Bohm, *Wholeness and the Implicate Order*, Londres e Boston, Arcl Paper-backs, 1983. [A *Totalidade e a Ordem Implicada*, publicado pela Editora Cultrix, São Paulo, 1992.]
9. No final dos anos 1970, Hal ficou, segundo as próprias palavras, desolado por saber que Pat Price aparentemente era culpado de uma grave quebra de segurança em relação à pesquisa de visão remota. Um agente da CIA telefonara para Hal depois de uma invasão nos arquivos de uma

organização deliberadamente envolvida com atividades ilegais. A invasão ocasionara explicações detalhadas de Pat Price acerca de sua participação nos experimentos da CIA. O material era extremamente preciso. Hal ficou estupefato. Como ele disse: “Nós confiávamos nele. Isso foi imperdoável.” Depois de recuperado do choque, Hal examinou todos os experimentos conduzidos juntamente com Pat. Apesar do que considerava uma traição imperdoável de Pat ao acordo de segurança, as provas permaneciam intactas, graças à cautela dos procedimentos duplo-cego originais.

Mesmo assim, o temor de Hal continuava palpável quando ele falava a respeito. Perguntei-lhe sobre a organização invadida. A história lembrava-me algumas que eu começava a achar muito familiares. Alguns anos antes de entrar para o projeto da CIA, Pat recorrera a inúmeras fontes em busca de um modo de entender sua capacidade intuitiva aparentemente notável — seu PES, como ele chamava. A psicologia convencional tinha pouco a oferecer e ele finalmente juntou-se a um grupo espiritualista que tinha certas características típicas de um culto. Entretanto, também oferecia orientação para o uso e o desenvolvimento de talentos intuitivos. Aparentemente, para Pat isso bastava. Junto com a orientação vinha a exigência de que todas as atividades fossem reveladas a um mentor da organização. Pat sucumbiu, a despeito de ter assinado o acordo de segurança. Vale ressaltar que não havia provas de que qualquer das descobertas feitas por ele tivesse sido revelada ou utilizada pela organização.

¹⁰. Russell Targ e Hal Puthoff, “Information Transmission Under Conditions of Sensory Shielding”, *Nature* 252, 1974, 602-07; Hal Puthoff e Russell Targ, “A Perceptual Channel for Information Transfer Over Kilometer Distances: Historical Perspective and Recent Research”, *Proceedings of the IEEE* 64, n^o 3, março de 1976, 329-54.

¹¹. William G. Braud, “Psi-Conductive States”, *Journal of Communication* 25, 1975, 142-52.

O artigo de Braud ainda fornece um panorama sugestivo para as pesquisas nesse campo, segundo indicam as resenhas dos cabeçalhos dos artigos: Relaxamento, meditação, *biofeedback* e inúmeras modalidades de consciência alterada são componentes de uma “síndrome” psiconducente. Uma das características mais óbvias das pessoas em estado psiconducente é o relaxamento físico.

- . O segundo “sintoma” característico da síndrome psiconducente é a redução da excitação ou ativação física.
- . A terceira característica é que a receptividade psi é facilitada por uma redução da entrada e do processamento de dados sensoriais.
- . Outro sintoma da síndrome psiconducente é o aumento da consciência de processos, sensações e imagens (incluindo sonhos e fantasias) internos.
- . A quinta hipótese sugere que o psi se reduz com o “modo ação/funcionamento com o hemisfério esquerdo, e aumenta com o “modo receptivo/funcionamento com o hemisfério direito”.
- . A sexta característica do estado psiconducente é uma visão alterada na natureza do mundo.
- . O componente final da síndrome psiconducente é que o psi deve ser momentaneamente importante.

A lista de Braud foi posteriormente ampliada por Joseph McMoneagle em *Remote Viewing Secrets: A Handbook*, Charlottesville, VA, Hampton Roads Publishing Co., 2000. No Capítulo 5, “Who Makes a Good Remote Viewer”, McMoneagle faz uma observação intrigante: “O pior tipo de participante é o crédulo.”

12. Este relato se baseia em grande medida no livro de Joseph McMoneagle, *The Stargate Chronicles: Memoirs of a Psychic Spy*, Charlottesville, VA, Hampton Roads Publishing Co., 2002.

13. McMoneagle, *The Stargate Chronicles*, 287-88, as aspas são minhas.

14. *Ibid.*, 120-23.

15. Para a visão geral que se segue, devo muito ao relato detalhado do dr. Dean H. Radin em *The Conscious Universe: The Scientific Truth of Psychic Phenomena*, San Francisco, HarperSanFrancisco, 1997.

16. Daniel Druckman e John A. Swets, *Enhancing Human Performance*, Washington, D.C., National Academy Press, 1988.

17. Radin, *The Conscious Universe*, 215.

18. J. A. Palmer, Charles Honorton e Jennifer Utts, “Reply to the National Research Council Study on Parapsychology”, *Journal of American Society for Psychical Research*, 83, 1989, 31-49.

19. Monica J. Harris e Robert Rosenthal, *Interpersonal Expectancy Effects and Human Performance Research*, Washington, D.C., National Academy Press, 1988.

20. Daryl J. Bem e Charles Honorton, “Does Psi Exist? Replicable Evidence for an Anomalous Process of Information Transfer”, *Psychological*

Bulletin, 115, nº 1, 1994, 9.

^{21.} Em maio de 1986, uma avaliação do relatório NRC feita por Edwin May fornece um amplo relato do que aconteceu com a crítica de Rosenthal e Harris:

O relato omite seletivamente importantes descobertas favoráveis à psicologia contidas num dos estudos independentes encomendados para o Comitê, embora cite com liberalidade outros estudos que endossam a posição (negativa) do Comitê. O principal autor do estudo favorável, um eminente psicólogo de Harvard, fora na verdade convidado pelo presidente do Comitê do NRC a retirar suas conclusões favoráveis.

Esse último ponto é particularmente problemático e revela a natureza política do que pode ter sido a investigação acadêmica cuidadosamente conduzida que geralmente caracteriza o National Research Council. Violando um dos princípios básicos da ciência — o de relatar todas as descobertas —, o Comitê do NRC pediu ao professor Robert Rosenthal para:

omitir a seção do nosso trabalho que avalia o âmbito da pesquisa Ganzfeld. Recusei-me a fazer isso, mas fiquei tão chocado e desapontado pelo pedido que o discuti com inúmeros colegas nos departamentos de psicologia e de estatística de Harvard. Todos, sem exceção, ficaram tão chocados quanto eu.

Por fim, a censura não ocorreu e o meu trabalho juntamente com Monica Harris está disponível na íntegra, num tipo de formato pré-impressão da National Academy Press.”

Edwin C. May, “The American Institutes for Research and Review of the Department of Defense’s Star Gate Program: A Commentary”, *Journal of Parapsychology* 60, março de 1996, 3-23.

^{22.} Radin, *The Conscious Universe*, 101.

^{23.} Dale E. Graff, *Tracks in the Psychic Wildemess: An Exploration of ESP, Remote Viewing, Precognitive Dreaming and Synchronicity*, Boston, Element Books, 1998; e Dale E. Graff, *River Dreams*, Boston, Element Books, 2000.

^{24.} Edwin C. May, “The American Institutes for Research and Review of the Department of Defense's Star Gate Program: A Commentary”, *Journal of Scientific Exploration* 10, nº 1, primavera de 1996, 89, as aspas são minhas.

^{25.} *Ibid.*, 90-1.

26. *Ibid.*, 100-01.

27. Jessica Utts, “An Assessment of the Evidence for Psychic Functioning”, *Journal of Scientific Exploration*, 10, n^a 1, primavera de 1996, 23.

28. Ray Hyman, “Evaluation of a Program on Anomalous Mental Phenomena”, *Journal of Scientific Exploration*, 10, n^o 1 primavera de 1996, 29-40, os parênteses são meus.

29. Joseph McMoneagle, *The Stargate Chronicles*, 241-42.

7 Olhos da Noite

1. Hal E. Puthoff e Russell Targ, “A Perceptual Channel for Information Transfer Over Kilometer Distances: Historical Perspective and Recent Research”, *Journal of Electrical and Electronic Engineering*, 64, n^o 3, março de 1976, 329-54.

2. Stephen E. Palmer, *Vision Science: Photons to Phenomenology*, Cambridge, MA, M.I.T. Press, 1999, 266.

3. Arthur Koestler, *The Act of Creation*, 1964; reeditado em Londres, Arkana, 1989, 88.

8 Avaliação do Poder da Prece

1. Dr. Kwang Y. Cha, dr. Daniel P Wirth e dr. Rogério A. Lobo, “Does Prayer Influence the Success of *in Vitro* Fertilization-Embryo Transfer? Report of a

Masked, Randomized Trial”, *Journal of Reproductive Medicine*, 46, n^a 9, setembro de 2001.

2. Eric Nagoumey, “Vital Signs: Fertility; A Study Links Prayer and Pregnancy”, *The New York Times*, 2 de outubro de 2001.

3. Conversa pessoal por telefone com a recepcionista do dr. Lobo.

4. Ver, por exemplo: dr. Larry Dossey, *Healing Words: The Power of Prayer and the Practice of Medicine*, Nova York, HarperCollins, 1993.

5. Carl O. Simonton, Stephanie Matthews-Simonton e James Creighton, *Getting Well Again*, Los Angeles, Jeremy Tarcher, 1978; Nova York, Bantam, 1980.

6. Bruce Flamm, “The Columbia University ‘Miracle’ Study: Flawed and Fraud”, *Skeptical Inquirer*, 28, n^a 5, setembro/outubro de 2004.

7. Bruce Flamm, “The Bizarre Columbia University ‘Miracle’ Saga

Continues”, *Skeptical Inquirer*, 29, nº 2, março/abril de 2005.

8. A edição de outubro de 2004 do *JRM* apresentou uma errata onde se lê: “Dr. Lobo... solicitou que seu nome fosse apagado, porque seu nome apareceu por equívoco. Ele não esteve diretamente envolvido na condução da pesquisa relatada no artigo....” O dr. Lobo é professor de ginecologia e obstetrícia e diretor do programa de bolsas de estudo para pesquisas do Centro Médico da Universidade de Columbia. Ver Rogério A. (removido), *Journal of Reproductive Medicine*, 49, nº 10, outubro de 2004, 100A. lobo.

9. Kwang Y. Cha, “Clarification: Influence of Prayer on IVF-ET”, *Journal of Reproductive Medicine*, 49, nº 11, novembro de 2004, 994-95.

10. Dr. Mitchell W. Krucoff, Suzanne W. Crater, *et al.*, “Integrative Noetic Therapies as Adjuncts to Percutaneous Intervention During Unstable Coronary Syndromes: Monitoring and Actualization of Noetic Training (MANTRA) Feasibility Pilot”, *American Heart Journal*, 142, 2001, 760-67.

11. Diane Hales, “Why Prayer Could Be Good Medicine”, *Parade Magazine: San Jose Mercury*, 23 de março de 2003, 4.

12. Dr. Mitchell W. Krucoff, Suzanne W. Crater, *et al.*, “Music, Imagery, Touch, and Prayer as Adjuncts to Interventional Cardiac Care: The Monitoring and Actualization of Noetic Trainings (MANTRA) II Randomized Study”, *The Lancet*, 366, 2005, 211-17.

13. “Results of First Multicenter Trial of Intercessory Prayer, Healing Touch in Heart Patients”, DukeMedNews, www.dukemednews.org/news/article.php?id=9136.

14. Dr. Wayne B. Jonas e Cindy C. Crawford, bacharel em artes, org., *Healing, Intention and Energy Medicine: Science, Research Methods and Clinical Implications*, Nova York, Elsevier Health Sciences, 2003, xvii.

15. Dr. John A. Astin, Elaine Harkness, tem mestrado em ciências, e o dr. Edzard Ernst, “The Efficacy of ‘Distant Healing’s: A Systematic Review of Randomized Trials”, *Annals of Internal Medicine*, 132, nº 11, 6 de junho de 2000, 903-10. Ver também a pesquisa sobre prece e cura feita pelo dr. Dale A. Matthews, do

Centro Médico da Georgetown University: Dale A. Matthews, *The Faith Factor: Proof of the Flealing Power of Prayer*, Nova York: Viking, 1998, e *The Faith Factor: An Annotated Bibliography of Clinical Research on Spiritual Subjects*, quatro volumes, sem data.

16. John T. Chibnall, Joseph M. Jeral e Michael A. Cerullo, “Experiments on

Distant Intercessory Prayer: God, Science and the Lesson of Massah”, *Archives of Internal Medicine*, 161, 26 de novembro de 2001, 2529.

17. *Ibid.*, 2530-2531, 2534.

18. *Ibid.*, 2535.

19. Dr. Larry Dossey e dr. David J. Hufford, “Are Prayer Experiments Legitimate? Twenty Criticisms”, *Explore: The Journal of Science and Healing*, vol. 1, n^o 2, março de 2005, 109-17.

20. Morton T. Kelsey, *Psychology, Medicine and Christian Healing*, San Francisco, Harper & Row, 1988.

21. Ambrose e Olga Worrall, *Explore Your Psychic World*, 1970; reeditado, Columbus, OH, Ariel Press, 1989, 12.

22. Ambrose e Olga Worrall, *The Gift of Healing: A Personal Story of Spiritual Therapy*, 1965; reeditado, Columbus, OH, Ariel Press, 1989, 243.

23. Numerosos exemplos são reeditados em *The Gift of Healing*, 229-30.

24. Pessoas têm relatado versões variadas da definição de fé de Worrall. A minha preferida é esta, embora em *The Gift of Healing* ele a defina como “falta de resistência àquilo que você espera receber” (196).

25. *Explore Your Psychic World*, 12.

26. *The Gift of Healing*, 17.

27. *Explore Your Psychic World*, 6, 82-3, 88-9.

28. Dr. Garret G. Yount, “The Qi Question: Is It More Than a Beautiful Form of Hypnosis?”, *Spirituality and Health*, verão de 2001, 36-8.

29. Dr. Wayne Jonas, e Cindy Crawford, orgs., *Healing, Intention and Energy Medicine*, 275.

30. Garret Yount *et al*, “In Vitro Test of External Qigong”, *BMC Complementary and Alternative Medicine*, 4:5, março de 2004; online em <http://www.biomedcentral.com/1472-6882/4/5>.

31. Dr. Kenneth J. Hintz, dr. Garret L. Yount, dr. Ivan Kadar, dr. Gary Schwartz, dr. Richard Hammerschlag e dr. Shin Lin, “Bioenergy Definitions and Research Guidelines”, *Alternative Therapies* 9, n^o 3, 2003, A13-A30; Marilyn Schlitz, Dean Radin, Bertram E Malle, Stefan Schmidt, Jennifer Utts e Garret Yount, “Distant Healing Intention: Definitions and Evolving Guidelines for Laboratory Studies”, *Alternative Therapies in Health Medicine*, 9, n^o 3 (supl), A31-A43.

32. Richard Milton, *Forbidden Science: Suppressed Research That Could Change Our Lives*, Londres, Cox & Wyman, Ltd., 1994; brochura do

Fourth Estate, 1995,5.

9 Ouvir com Atenção

1. Sigmund Freud, *Psychopathology of Everyday Life*, A. A. Brill, trad., Nova York, New American Library Mentor Books, 1956, 156, citado em: Montague Ullman e Stanley Krippner, com Alan Vaughan, *Dream Telepathy: Experiments in Nocturnal Extrasensory Perception*, Charlottesville, VA, Hampton Roads Publishing Co., 1973, 2001, 23.
2. Dr. Daniel M. Wegner, citado em “Dreams Ride on Freud’s Royal Road, Study Finds”, Anahad CYConnor, *The New York Times*, 23 de março de 2004; ver também D. M. Wegner, R. M. Wengclaff e M. Kozack, “Dream Rebound: The Return of Supressed Thoughts in Dreams”, *Psychological Science*, 15, 2004, 232-36.
3. Sigmund Freud, *Dreams and the Occult* em *New Introductory Lectures*, 1922, Nova York, W. W. Norton, 1933, 24.
4. Ver, Dean Radin, *The Conscious Universe: The Scientific Truth of Psychic Phenomena*, San Francisco, Harper Edge/HarperCollins, 1997, 68-73, para uma descrição detalhada dos experimentos Maimonides com sonho telepático.
5. Montague Ullman, Stanley Krippner e Alan Vaughan, *Dream Telepathy: Experiments in Nocturnal Extrasensory Perception*, 1973; Charlottesville, VA, Hampton Roads Pub. Co., 2001, xxv-xxvi.
6. Dean Radin, *The Conscious Universe*, 77.
7. *Ibid.*
8. *Ibid.*, 78.
9. Eileen J. Garrett, *Advmtures in the Supemoimal*, 1949; reeditado em Nova York, Helix Press, 2002, 116-17.
10. Ray Hyman, “The Ganzfeld Psi Experiment: A Critical Appraisal”, *Journal of Parapsychology* 49, 1985, 3-49; Charles Honorton, “Meta-analysis of Psi Ganzfeld Research: A Response to Hyman”, *Journal of Parapsychology*, 49, 1985, 51-91.
11. Ray Hyman e Charles Honorton, “A Joint Communiqué: The Psi Ganzfeld Controversy”, *Journal of Parapsychology* 50, 1986, 351-64.
12. Dean Radin, *The Conscious Universe*, 85.
13. Ray Hyman, “Comment”, *Statistical Science* 6, nº 4, 1991, 392.
14. Dean Radin, *The Conscious Universe*, 87-8. Entre as replicações estavam

aquelas produzidas pela professora Kathy Dalton e colegas da Universidade de Edimburgo; professor Dick Bierman, da Universidade de Amsterdã; professor Daryl Bem, de Cornell; dr. Richard Broughton e colegas do Rhine Research Center em Durham, Carolina do Norte; professor Adrian Parker e colegas da Universidade de Gotemburgo, Suécia; e o doutorando Rens Wezelman, do Institute for Parapsychology, Utrecht, Holanda.

15. Marilyn J. Schlitz e Charles Honorton, “Ganzfeld Psi Performance Within an Artistically Gifted Population”, *Journal of the American Society for Psychical Research* 86, 1992, 83-98.

16. Daryl J. Bem e Charles Honorton, “Does Psi Exist? Replicable Evidence for an Anomalous Process of Information Transfer”, *Psychological Bulletin* 115, nº 1, 1994, 9.

17. Julie Milton e Richard Wiseman, “Does Psi Exist? Lack of Replication of an Anomalous Process of Information Transfer”, *Psychological Bulletin* 124, nº 4, 1999, 387.

18. Os avanços e retrocessos ocorreram não só com decoro mas também com um debate acadêmico rigoroso. Lance Storm, da Adelaide University, Austrália, e Suitbert Ertel, da Georg August University, em Gotinga, Alemanha, publicaram uma réplica ao trabalho Milton-Wiseman. Sua meta-análise englobava o imenso total de 79 estudos e endossava a conclusão de Bem e Honorton. Milton e Wiseman contra-atacaram. Ver Lance Storm e Suitbert Ertel, “Does Psi Exist? Comments on Milton and Wiseman’s (1999) Meta-Analysis of Ganzfeld Research”, *Psychological Bulletin* 127, nº 3, 424; Julie Milton e Richard Wiseman, “Does Psi Exist? Reply to Storm and Ertel”, *Psychological Bulletin* 127, nº 3, 2001, 434-38.

19. Daryl J. Bem, John Palmer e Richard S. Broughton, “Updating the Ganzfeld Database: A Victim of Its Own Success?”, *Journal of Parapsychology* 65, 2001, 207-18.

20. Paul Devereux é autor de exames tão fascinantes da história da paisagem quanto: *Mysterious Ancient America: An Investigation into the Enigmas of America’s Pre-History*, *Stone Age Soundtracks: The Acoustic Archaeology of Ancient Sites* e *The Sacred Place: The Ancient Origin de Holy and Mystical Sites*. No decorrer de sua pesquisa, ele também vivenciou um tipo de conhecimento extraordinário:

Depois de 18 anos tentando em vão entender o panorama neolítico do monumento de Avebury, tive um lampejo em que o “compreendi” em

algum nível e percebi que era capaz de ultrapassar minha estrutura mental moderna, racional, interferente. Comecei a pensar sobre o Monte Silbury, que fica dentro do monumento, como uma *entidade viva*. (Depois disso descobri, pesquisando fontes etnológicas, que era exatamente assim que os índios americanos pensavam sobre as montanhas sagradas — a esse respeito existem alguns registros fabulosos do começo do século XX na literatura etnológica, em referência a índios da Califórnia e do Arizona.) Tenho escrito detalhadamente sobre a minha experiência em Avebury em livros e artigos. Ao “ter o estalo” e encontrar essa estrutura mental algo intrínseca e deixar o Monte Silbury atuar como mestre ou mentor vivo, tornei-me capaz de “ver” — na verdade, ele me mostrou o panorama de um modo antigo e novo. Isso propiciou observações arqueológicas importantes, que entraram na literatura predominante.

10 Três Segundos no Futuro

1. Antonio Damásio, *The Feeling of What Happens: Body and Emotion in the Making of Consciousness*, San Diego, Harcourt, 1999.
2. Por essa analogia (e também por tantas outras) estou em débito com o meu querido parceiro de conversas, Michael Salveson.
3. Antonio Damásio, *The Feeling of What Happens*, 228.
4. Drew Westen, “The Scientific Status of Unconscious Processes: Is Freud Really Dead?” *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 47, 1999, 1061.
5. *Ibid.*, 1066.
6. *Ibid.*
7. Endel Tulving, Daniel L. Schacter e H. A. Stark, “Priming Effects in World-Fragment Completion Are Independent of Recognition Memory”, *Journal of Experimental Psychology, Learning, Memory, and Cognition*, 8, 1982, 336-42.
8. Essa é a maneira de muitos sonhos comumente relatados como telepáticos — um ente querido numa crise e a imagem da crise ocorrendo no mesmo momento, numa coincidência que parece totalmente misteriosa.
9. Lloyd H. Silverman, E M. Lachman e R. H. Milich, *The Search for Oneness*, Nova York, International Universities Press, 1982; Lloyd H. Silverman e D. K. Silverman, “A Clinical-Experimental Approach to the Study of

Subliminal Stimulation: The Effects of a Drive-Related Stimulus Upon Rorschach Responses”, *Journal of Abnormal and Social Psychology* 69, n^o 2, 1964, 158-72; Lloyd H. Silverman, “‘Mommy and I Are One’: Implications for Psychotherapy”, *American Psychologist* 40, n^o 12, 1985, 1296-308.

10. Silverman, “‘Mommy and I Are One’”, 1301.

11. J. R. Palmatier e P H. Bornstein, “The Effects of Subliminal Stimulation of Symbiotic Merging Fantasies on Behavior Treatment of Smokers”, *Journal of Nervous and Mental Disease* 168, 1980, 715-20.

12. Silverman, “‘Mommy and I Are One’”, 1301-302.

13. Zoltán Vassy, “Methods of Measuring the Probability of 1-bit Extrasensory Information Transfer Between Living Organisms”, *Journal of Parapsychology* 43, n^o 2, 1978, 158-60.

14. Chip Brown, “They Laughed at Galileo Too”, *The New York Times*, 11 de agosto de 1996.

15. Dean Radin, “The Future Is Now”, *Shift: At the Frontiers of Consciousness*, set/ nov de 2004, 38.

16. S. James, P. Spottiswoode e Edwin C. May, “Skin Conductance Prestimulus Response: Analyses, Artifacts, and a Pilot Study”, *Journal of Scientific Exploration*, 17, n^o 4, 2003, 617-41.

17. Dr. Edwin C. May, Tamas Paulinyi e Zoltán Vassy, “Anomalous Anticipatory Skin Conductance Response to Acoustic Stimuli: Experimental Results and Speculation About a Mechanism”, *The Journal of Alternative and Complementary Medicine*, 11, n^o 4, 2005, 695-702.

O público em geral é convidado a se apresentar como voluntário para os estudos em andamento no Laboratório para Pesquisa Fundamental, de May, em Paio Alto, Califórnia, custeado exclusivamente por doações de fundações particulares. Ver <http://www.lfr.org>.

18. Bruce E. McDonough, Norman S. Don e Charles A. Warren, “Differential Event-Related Potentials to Targets and Decoys in a Guessing Task”, *Journal of Scientific Exploration* 16, n^o 2, 2002, 187-206; Norman S. Don, Bruce E. McDonough e Charles A. Warren, “Event-Related Brain Potential (ERP) Indicators of Unconscious Psi: A Replication Using Subjects Unselected for Psi ”, *Journal of Parapsychology* 62, 1998, 127-45; Charles A. Warren, Bruce E. McDonough e Norman S. Don, “Partial Replication of Single-Subject Event-Related Potential Effects in a Psi Task”, em E. Cook, org., *The*

Parapsychological Association 35th Annual Convention: Proceedings of Presented Papers, 1992, 169-81; Charles A. Warren, Bruce E. McDonough e Norman S. Don, “Event-Related Brain Potential Changes in a Psi Task”, *Journal of Parapsychology* 56, 1992, 1-30.

19. Daryl J. Bem, “Precognitive Habituation: Replicable Evidence for a Process of Anomalous Cognition”, versão modificada de uma palestra ministrada na 46ª Convenção Anual da Parapsychological Association, Vancouver, BC, 2-4 de agosto de 2003. Ver <http://dbem.ws/Precognitive%20Habituation.pdf>.

20. Esse experimento não estava disponível online e foi completado depois disso.

21. Daryl J. Bem e Charles Honorton, “Does Psi Exist? Replicable Evidence for an Anomalous Process of Information Transfer”, *Psychological Bulletin* 115, nº 1, 1994, 4-8.

22. Comunicação pessoal de Daryl Bem, junho de 2006.

23. Jean Laplanche e Jean-Baptiste Pontalis, *The Language of PsychoAnalysis*, Donald Nicholson-Smith, trad., Nova York, W. W. Norton, 1993.

24. Daniel Goleman, *Social Intelligence: The New Science of Human Relationships*, Nova York: Bantam Books, 2006, 42-3.

25. Ver, por exemplo, Dean Radin: “Event-related EEG Correlations Between Isolated Human Subjects”, *Journal of Alternative and Complementary Medicine* 10, 2004, 315-24; Dean Radin, *Entangled Minds: Extrasensory Experiences in a Quantum Reality*, Nova York: Simon & Schuster, 2006; Alex Sabell, G. Clarke e P. Fenwick, “Inter-Subject EEG Correlations at a Distance — The Transferred Potentials”, em Charles S. Alvarado, org., *Proceedings of the 44th Annual Convention of the Parapsychological Association*, Nova York, 2001, 419-22; Jiri Wackermann, “Dyadic Correlations Between Brain Functional States: Present Facts and Future Perspectives”, *Mind and Matter*, 2, nº 1, 2004, 105-22.

11 Incerteza Quântica

1. Freeman Dyson, “One in a Million”, *New York Review of Books* 51, nº 5, 25 de março de 2004.

2. Adrian Parker, “We Ask, Does Psi Exist? But Is This the Right Question

and Do We Really Want an Answer Anyway”, *Journal of Consciousness Studies* 10, nº 6-7, 2003, 128.

3. “The Center as It Enters a New Decade”, *Frontier Perspectives* 7, nº 1, 1998; Declaração de Missão/2003, Centro de Novas Fronteiras da Ciência da Temple University.

4. Citação da declaração de missão do laboratório PEAR em sua *homepage* no site da Universidade de Princeton — www.princeton.edu/~pear/.

5. Robert G. Jahn e Brenda J. Dunne, *Margins of Reality: The Role of Consciousness in the Physical World*, Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1987, 88.

6. *Ibid.*, 89.

7. Robert G. Jahn, “Information, Consciousness and Health”, *Alternative Therapies in Health and Medicine* 2, nº 3, 1996, 34.

8. *Ibid.*, 35.

9. *Ibid.* Ver também Brenda J. Dunne e Robert G. Jahn, “Information and Uncertainty in Remote Perception Research”, *Journal of Scientific Exploration* 17, nº 2, 2003, 207-41.

10. Elizabeth Lloyd Mayer, “Subjectivity and Intersubjectivity of Clinical Facts”, *International Journal of Psychoanalysis* 77, 1996, 709-37.

11. Para outras discussões, ver Robert G. Jahn e Brenda J. Dunne, “A Modular Model of Mind/Matter Manifestations”, *Journal of Scientific Exploration* 15, nº 3, 2001, 299-329.

12. Evelyn Fox Keller, *A Feeling for the Organism: The Life and Work of Barbara McClintock*, Nova York, W.H. Freeman, 1983.

13. E David Peat, “Non-Locality in Nature and Cognition”. Fonte: <http://www.fda-vidpeat.com/bibliography/essays/nat-cog.htm>.

14. Para uma discussão completa, ver: Dean Radin, *Entangled Minds*, Nova York, Simon & Schuster, 2006.

15. Michael Brooks, “Entanglement: The Weirdest Link”, *New Scientist* 181, nº 2440, 27 de março de 2004, 32.

16. Matthieu Ricard e Trinh Xuan Thuan, *The Quantum and the Lotus*, Ian Monk, trad., Nova York, Crown Publishing Group, 2001, 89.

17. *Ibid.*, 89.

18. Brenda J. Dunne, York H. Dobyns, Robert G. Jahn, Roger D. Nelson, “Series Position Effects in Random Event Generator Experiment”, *Journal of Scientific Exploration* 8, nº 2, 1994, 197-215.

19. William James, “The Confidences of a ‘Psychical Researcher’”, 1909, em *Essays in Psychical Research*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1986, 374-75.
20. Gardner Murphy, “Psychology in the Year 2000”, em Lois B. Murphy, org., *There Is More Beyond: Selected Papers of Gardner Murphy*, Jefferson, NC, McFarland & Co., 1989.

Epílogo: Começar de Novo

1. Sigmund Freud, *Civilization and Its Discontents*, 1930, *Standard Edition* 64-6, Londres, Hogarth Press, 1961.
2. Relatado pela neta de Garrett, Lisette Coly, em Sioban Roberts, “Legendary Psychic’s Journal Gets Reincarnated”, *The National Post*, Toronto, 7 de abril de 2001.